

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

Flavia Medeiros

“Linhas de investigação”

uma etnografia das técnicas e moralidades sobre “homicídios”
na Polícia Civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

Flavia Medeiros

“Linhas de investigação”:
uma etnografia das técnicas e moralidades sobre “homicídios”
na Polícia Civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Tese de doutorado apresentada pela aluna Flavia Medeiros ao Programa de Pós – Graduação em Antropologia, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutora em Antropologia.

Linha de Pesquisa: Cultura jurídica, segurança pública e administração de conflitos
Orientador: Roberto Kant de Lima
Coorientadora: Lucía Eilbaum

Niterói

2016

- M488 Medeiros, Flavia.
“Linhas de investigação”: uma etnografia das técnicas e moralidades dos “homicídios” na Polícia Civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro / Flavia Medeiros. – 2016.
293 f. ; il.
Orientador: Roberto Kant de Lima.
Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, 2016.
Bibliografia: f. 277-293.

1. Homicídio. 2. Burocracia. 3. Rio de Janeiro (Estado). Polícia Civil. 4. Investigação criminal. 5. Etnografia. I. Lima, Roberto Kant de. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

ATA DE DEFESA DE TESE

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, às quinze horas e 30 minutos, no auditório, do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos da Universidade Federal Fluminense, reuniu-se a Banca Examinadora designada para arguir a Tese de Doutorado em Antropologia de **FLAVIA MEDEIROS SANTOS** sob o título "**Linhas de investigação**": uma etnografia das técnicas e moralidades sobre "**homicídios**" na Polícia Civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo a referida Banca constituída pelos Professores (as) Doutores (as) Roberto Kant de Lima (PPGA/UFF) – orientador, Lucía Eilbaum (UFF) – co-orientadora, Joana Vargas (PPGSA/IFCS/UFRJ), Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira (FGV), Simoni Lahud Guedes (PPGA/UFF), Lenin dos Santos Pires (PPGA/UFF), Ana Paula Mendes de Miranda (PPGA/UFF) – suplente interno e Sofia Tiscornia (UBA) – suplente externo. A Banca Examinadora deliberou pela:

Aprovação do candidato Reprovação do candidato

Aprovação pela revisão de forma da tese do candidato com prazo de 30 dias para entrega da versão definitiva da tese, de acordo com o artigo 30, § 3º, seção VIII do Regimento Interno do PPGA.

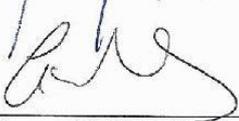
Aprovação pela reformulação da tese do candidato com prazo de 06 meses para reapresentação, de acordo com o artigo 30, § 4º, seção VIII do Regimento Interno do PPGA.

Niterói, 28 de novembro de 2016.

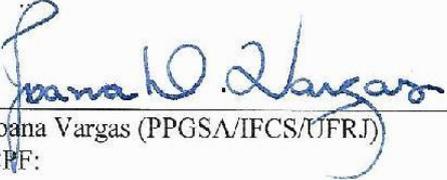
Prof(a). Dr(a).


Roberto Kant de Lima (PPGA/UFF) – orientador
CPF:

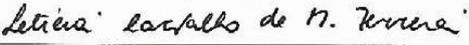
Prof(a). Dr(a).

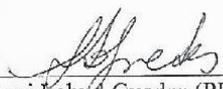

Lucía Eilbaum (UFF) – co-orientadora
CPF:

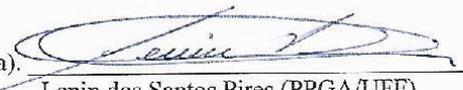
Prof(a). Dr(a).


Joana Vargas (PPGSA/IFCS/UFRJ)
CPF:

Prof(a). Dr(a).


Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira (FGV)
CPF:

Prof(a). Dr(a). 
Simoni Lahud Guedes (PPGA/UFF)
CPF:

Prof(a). Dr(a). 
Lenin dos Santos Pires (PPGA/UFF)
CPF: 670345937-72

Agradecimentos

Agradeço como forma de reconhecer pessoas que, de diferentes maneiras, me acompanharam ao longo do processo resultou nesta tese, contribuindo para que eu prosseguisse no fluxo da vida chegando até aqui. Seria demais tedioso tentar mencionar o nome de todos, todas e *todes* com os quais me cruzei e que por gestos e palavras; encontros e despedidas; perguntas, respostas e silêncios tiveram parte no que agora está materializado nas próximas páginas. De outra forma, a qualquer um que se interesse por este texto, quero já também expressar minha gratidão. Estas páginas são marcas que encontrei e deixei ao longo do percurso que habitei até aqui e os agradecimentos uma forma sucinta de nomear algumas dessas pessoas.

Início agradecendo a minha família por todo amor, apoio e pela confiança. Para Doraci, com força e resiliência que me inspiram; Ana Clara e seu bom humor e leveza de viver; Rafael, Lidiane e Rafaella pelas conversas, paciência e diversão. Para Alzira e Maria pelos conselhos e abraços ao longo de toda minha vida. Para Dalva, Diana e Nazaré, em nome de todos tios, tias, primos e primas que me fazem ser parte. Agradeço a Amanda, Carolina, Lívia, Luciana, Ludmylla e Natália pelas escutas e falas, pela sororidade que tem nos unido. A Frederico Policarpo pela amizade e amor. A Rose pela magia, cuidado e dedicação.

Quero agradecer a Roberto Kant de Lima pela generosidade, confiança e oportunidades. Agradeço a Lucía Eílbaum pela parceria, estímulo e cumplicidade. A ambos sou grata pelos conselhos, críticas e comprometimento fundamentais ao longo de minha trajetória e que me garantiram o sucesso deste trabalho. Em nome de Ana Paula de Miranda, Edílson Márcio, Cristina Marins, Sara Sousa, Simoni, Marcelo e agradeço ao PPGA e ao ICHF, e seus discentes, docentes e funcionários. Aulas, reuniões, intervalos e eventos compartilhados ao longo de dez anos com diferentes colegas, a quem agradeço em nome de Alessandra Freixo, Eric Macedo, Gabriel Borges, Izabel Nuñez, José Colaço, Juliana Rodrigues, Marta Fernandez, Marcos Veríssimo, Miriam Alves, Rômulo Labronici, Vânia Nascimento, Victor Barreto e Yolanda Ribeiro. Agradeço a Lenin Pires pelo diálogo e discernimento ao contribuir com meu trabalho e pela amizade. A Letícia Mesquita pelo interesse e pela excelência que sempre dedicou na leitura e comentários sobre meu trabalho. A Joana Vargas pela gentileza em participar da banca.

Aos colegas e companheiros do NUFEP, em nome de Fábio Mota, ao NEPEAC, em nome de Virgínia Taveira, Lúcio Duarte e Sonia Castro e ao InEAC, a quem agradeço em nome de Luís Roberto Cardoso de Oliveira e Sofia Tiscornia que sempre apoiaram, incentivaram e acompanham minha trajetória profissional num ambiente acadêmico acolhedor e inspirador. Ainda, em nome de Pedro Heitor Barros, Elizabete Albernaz e Cláudio Ribeiro, agradeço aos professores, alunos, funcionários e colaboradores do curso de Segurança Pública, e em nome de Beatriz Labate e Thiago Rodrigues, aos companheiros do NEIP.

Agradeço a George Bisharat pela disponibilidade ao me receber e dialogar, assim como Judith, Robin e Yoko e todos de UC Hastings College of the Law pelo acolhimento. Agradeço a Laura Nader pela generosidade e interesse despendido com o meu trabalho, e aos demais professores e alunos no Departamento de Antropologia da UC Berkeley. A Judy Melinek pela disposição e energia. Aos Merchants of Reality pelo afeto, criatividade e sincronicidade. A Alex, Brenna, Dee, Jim, Paula, Thiago e Ugo pelo entusiasmo, carinho e camaradagem.

Finalmente, sou grata aos delegados e agentes da Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo pela reciprocidade e interlocução. Ao governo brasileiro que via bolsas do CAPES, CNPq e FAPERJ promoveu fomento fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. E a todos aqueles cujas vidas foram vítimas da injustiça e do ódio atingidas pela violência do esquecimento, da morte e da intolerância. Por todas as vidas que importam e merecem ser vividas.

Um fio invisível vermelho conecta aqueles que estão destinados a se encontrar, independentemente do tempo, lugar ou circunstância. O fio pode esticar ou se emaranhar, mas nunca vai se romper.

(Provérbio Chinês)

Resumo

O Brasil é o país onde ocorre o maior número absoluto de homicídios no mundo. Em 2014, foram aproximadamente 60 mil casos registrados. No entanto, apenas 6% destas mortes são encaminhadas para a justiça, demonstrando um vácuo que promove a sensação de impunidade em relação ao “crime” de matar alguém. Uma das principais razões atribuídas a esta ineficácia na administração institucional de conflitos que resultam em morte é a ausência de investigação policial. Interessada nesse problema social, a presente tese toma os “homicídios” como categoria central para analisar os processos de investigação e tratamento institucional de mortes na região metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil.

O texto está elaborado considerando a gestão e a gerência de mortos vítimas de “mortes matadas” e o encadeamento das práticas e lógicas em processo no âmbito da Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo. O trabalho de campo nesta repartição burocrática e policial teve como objetivo compreender como sujeitos, coisas e fatos se relacionavam e interagiam entre si constituindo-se em “homicídios”. Deste modo, não se tem foco nos produtos ou resultados das “investigações”, mas nos processos observados em continuidade, no traçar e desenrolar cotidiano da técnica nomeada “linha de investigação”.

A etnografia demonstra que tais processos estão orientados por uma “tecnologia de governo”, o inquérito policial, produzido pelas *técnicas* e *moralidades* que compõe o saber específico dos policiais. Tais agentes investidos dos poderes “de polícia” e “da polícia” exerciam seu conhecimento técnico e acionavam valores morais para elaborar procedimentos que definiam, pelo cartório, a verdade policial sobre mortos e mortes. O objetivo desta tese é compreender e discutir como ao longo de relações que envolvem o fluxo entre pessoas e coisas se constroem “homicídios”. Fios e traços que se encontram, se cruzam e se misturam, compondo e rompendo percursos, constituindo uma *malha* pela qual são traçadas e tecidas *linhas* diversas, preenchidas e vazadas pelas técnicas e moralidades dos policiais.

PALAVRAS-CHAVE: Homicídio; Burocracia; Polícia Civil; Linhas; Etnografia; Mortos

Abstract

Brazil is the country where the highest absolute number of homicides occurs in the world. In 2014, there were approximately 60,000 watches. However, only 6% are killed are referred by a justice, demonstrating a vacuum that promote the sense of impunity regarding the "crime" of killing someone. One of the main reasons attributed to this inefficiency in the institutional administration of conflicts that result in death is the absence of police investigation. Interested in this social problem, I present "homicides" as a central category for the analysis of the processes of investigation and institutional treatment of deaths in the metropolitan region of Rio de Janeiro, Brazil.

The text is elaborated considering a management and management of dead victims of "killed deaths" and the chain of practices and logics in the non-direct process of the Homicide Division of Niterói, Itaboraí and São Gonçalo. The field work in the bureaucratic and police division had as objective as subjects, things and facts were related and interacted among themselves constituting themselves in "homicides". Thus, it is not my focus on the products or results of the "investigations", but on the processes observed in continuity, on the everyday tracing and unfolding of the technique called "line of investigation".

Ethnography demonstrates that the processes are guided by a "technology of government," the police inquiry, produced by techniques and morals that compose the specific knowledge of police. Such agents invested with the powers of "police" exercised their technical knowledge and triggered moral values to develop procedures, by paper work, a police truth about deaths and deaths. The purpose of this is the problem and the subject as a long of relationships involving the flow between people and things are built "homicide." Yarns and traces that meet, cross and mingle, composing and breaking paths, forming a *mesh* by which are brought and included, multiples lines, fullfied and leaked by techniques and morals of the police.

KEY-WORDS: Homicide; Bureaucracy; Police; Ethnography; Lines; Dead

Sumário

Agradecimentos	6
Lista de imagens	14
Lista de abreviaturas e siglas	15
Apontamentos Iniciais	16
Linhas	17
Trajectoria da Pesquisa(dora)	20
“A DH está de portas abertas...”	24
Traços	30
A Polícia do Rio de Janeiro	33
Fios	41
Capítulo 1 - Entre Números e Categorias	45
Anderson.....	48
"Autos de resistência"	48
Patrícia	55
Mariano.....	64
"Homicídios decorrentes de intervenção policial"	66
Gael.....	68
Latrocínio	69
Números	73
Desaparecimentos	81
Categorias	82
Capítulo 2 - Entre tempos e espaços	86
Cantina.....	87
Entorno e Arredores.....	89
Oswaldo.....	91
A “base”.....	92
Trabalho de rua.....	93
Rodrigo	95
“O espaço é de todos, cuide”	97
José	99

“Finalmente, boa noite”	104
“Bom dia minha gente”	105
“Sensação de dever cumprido”	106
Capítulo 3 - Entre vivos e mortos	108
“Linha forte”	110
“As primeiras 24 horas”	111
Investigação	113
Wesley	114
“Recomeçar do zero”	116
Valdir	119
Tracejando o fato	122
Reforçando o traço.....	123
(Des)enrolando a suspeita.....	125
“Lá no bairro, o povo comenta.”	131
“Não ponho minha mão no fogo”	134
“O passional é mais fácil de resolver.”	136
“Tá parado”	137
“Cachacídio”	138
“O morto é culpado pela morte dele”	140
Capítulo 4 - Entre a “guerra” e o “cartório”	142
Jonatas	142
“O Catarina”	143
Reconhecendo o “autor”	146
Metáforas da “guerra”	150
Metonímia da “guerra”	153
“O muro tá baixo”	156
“O coração da DH”	160
Gleice.....	163
“Burrocracia”	169
Capítulo 5 - Entre símbolos e interesses	174
Inauguração	178
“Desde o ano passado”	181
“Política da polícia”	185
“A polícia é o bico”	190

Operação “Cumpra-se a Lei”	194
“Concurseiros”	195
“Um rolé na viatura”	201
“Coisas de polícia”	210
Capítulo 6 - Entre inquéritos e jornais	219
Simone	222
Casos de repercussão	228
“Trabalhar o preso”	230
Metas	240
Maria Francisca	242
“De certa maneira a gente que matou essas mulheres”	248
Paula Maria.....	251
“Abortos”	253
Apontamentos finais	257
Entre técnicas e moralidades	259
Controles de Impressões	261
Entre familiaridades e estranhamentos	267
A malha	270
Referências Bibliográficas	272
Sites, notícias e documentos.....	283
Legislação e decisões judiciais	286

Lista de imagens

Figura 1. Delegado e perito do GELC da DHC examinam o carro de Patrícia Acioli	59
Figura 2. Visão de satélite do “entorno” da DHNISG (identificada pela estrela amarela)	91
Figura 3. Mapa do trajeto realizado até o “local de crime”	101
Figura 4. Visão de satélite da região dos bairros Jardim Catarina e Salgueiro	149
Figura 5. Apresentação dos “bandidos” mais procurados pela DHNISG	158
Figura 6. Equipe do GISG da DHSNIG em “operação” no Morro do Dita	172
Figura 7. Autoridades e políticos na inauguração da DHNISG	191
Figura 9. Colete de proteção personalizado usado por um policial do GISG/DHNISG	214
Figura 10. Brasão da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro	219
Figura 11. Equipe da DHNISG	225
Figura 12. Folder do WhatsApp para denúncias distribuído na entrada da DHNISG	243
Figura 13 . Quadro de "Controle de Metas 2014" na sala do diretor da DHNISG	247
Figuras 14 e 15 . Jornalistas na cobertura de um caso de “aborto” na DHNISG	253

Lista de abreviaturas e siglas

- ACADEPOL – Academia de Polícia
- CBMERJ - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
- CP – Código Penal
- CORE - Coordenaria Operações Especiais
- DHNSG - Delegacia de Homicídios de Niterói e São Gonçalo
- DH – Divisão de Homicídios
- DHNISG - Divisão de Homicídios Niterói, Itaboraí, São Gonçalo
- DHBF - Divisão de Homicídios da Baixada Fluminense
- DHC - Divisão de Homicídios da Capital
- DP – Delegacia Policial
- FBI - Federal Bureau Investigation
- IIFP – Instituto de Identificação Félix Pacheco
- IML – Instituto Médico Legal
- InEAC – Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos
- NEPEAC - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Ensino em Administração Institucional de Conflitos
- NUFEP – Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa
- PDL – Programa Delegacia Legal
- PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
- RO – Registro de Ocorrência
- SDP – Setor de Descoberta de Paradeiros
- SDH - Secretaria Nacional de Direitos Humanos
- SIM – Sistema de Informação de Mortalidade

Apontamentos Iniciais

O presente texto é uma tese em Antropologia oriunda do interesse em analisar os “homicídios”¹ como uma categoria nativa para compreender como mortes classificadas como tais são administradas e investigadas pela polícia. A partir do trabalho de campo realizado durante o ano de 2014 na Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo (DHNISG)², demonstro formas possíveis de como essa “transgressão da lei e da moral” (MALINOWSKI, 1926 [2003] pg. 90)³ específica era tratada pelos agentes daquela repartição burocrática e policial. Os processos institucionalizados para a administração de mortes, analisados como *técnicas* e *moralidades*, eram acionadas pelos agentes investidos dos poderes “de polícia” e “da polícia” que elaboravam e definiam verdades policiais sobre os mortos.

Utilizando-se de técnicas investigativas, burocráticas e repressivas orientadas pela “linha de investigação”, os agentes conduziam o processo de construção de um “homicídio”, a partir de suas técnicas policiais de investigação, controle e registro e vigilância e punição. Na medida em que utilizavam suas técnicas no percorrer das “linhas de investigação” nos inquéritos policiais, os agentes também conduziam e se encontravam com outras linhas, diferentes daquelas que eles controlavam o fluxo e os limites, interagindo com as vidas das pessoas e coisas que constituíam parte no mundo. Nessa interação, acionavam suas moralidades que, inclusive, informavam a construção policial de uma verdade sobre um “homicídio”, cujo ponto inicial era um morto num “local de crime”, e era também o ponto final da existência de um vivo.

O foco no encadeamento de técnicas e moralidades nos processos de construção de uma “linha de investigação”, desde a inserção de um morto na administração burocrática policial, deixa os produtos ou resultados das “investigações” de “homicídios” em segundo plano. Sujeitos, coisas e fatos relacionados entre si, nos processos realizados entre o tracejar e desenrolar cotidiano da “linha de investigação”,

¹ As categorias, falas e expressões nativas virão entre aspas. Referências teóricas ou citações com autoria também virão entre aspas, porém identificadas por nome e ano do autor.

² A Divisão de Homicídios de Niterói Itaboraí e São Gonçalo é uma repartição da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) inaugurada em janeiro de 2014 exclusivamente para a investigação de casos de “crime intencional contra a vida”. Lá atuavam cerca de 170 policiais civis, responsáveis pela “investigação” de “mortes matadas”, categoria nativa largamente utilizada no senso comum para se referir a mortes que não ocorreram de forma natural, que ocorriam em três municípios da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro: Niterói, Itaboraí e São Gonçalo.

³ Como definiu “crime”, o antropólogo Bronislaw Malinowski (1926, [2003] p. 90) ao desenvolver uma das primeiras análises etnográficas sobre conflitos, costumes e direito numa sociedade não-ocidental.

me permitiram identificar como estes eram classificados moralmente, num jogo que traçava e tecia vidas, versões e suas linhas sobre como um indivíduo atentara intencional e fatalmente contra a vida de outro.

Na continuidade dos apontamentos iniciais, apresento certos aspectos da perspectiva etnográfica das *linhas* e da concepção de *malhas*, que explorarei ao longa da tese (KANT de LIMA, 1995a; VELHO, 2001; INGOLD, 2007, 2011, 2012, 2015; BONET, 2014). Em seguida, traço minha trajetória enquanto antropóloga até chegar na DHNISG, onde encontrei as “portas abertas” para a condução do trabalho de campo e apresento meus interlocutores de pesquisa, os policiais civis do Rio de Janeiro. Ainda, pontuo o contexto histórico e algumas construções analíticas sobre estes enquanto um grupo, discutindo sua relação com o “campo” sobre o qual a “malha policial” se tece e no qual ela se entremeia, a “segurança pública”. Finalmente, descrevo os capítulos, organizados entre pessoas e coisas que permitiram construir as linhas textuais que compõe essa tese.

Linhas

A *linha* geometricamente é definida como uma sucessão constante e indefinida de pontos, um *traço* contínuo sobre uma superfície, uma reta ou curva que liga um ponto e outro, representando um deslocamento num determinado intervalo de espaço e tempo⁴. A *linha* também pode ser concebida como um *fio* que conecta, amarra ou se entrelaça entre si ou com outros fios, com uma superfície própria sob a qual se condensa e transmite algum tipo de matéria⁵. Ao se apresentarem como *traços* ou *fios* essas classificações não são absolutas. Alternadamente, *linhas* podem ser *traços* e *fios*, que podem ser transformar um nos outros, dependendo dos usos, classificações e superfícies nos quais tais *linhas* estão relacionadas e como são criadas e manipuladas.

Ao propor as *linhas* como forma de se compreender o mundo e as conexões entre o tempo e espaço, busca-se demonstrar como no mundo contemporâneo⁶, as *linhas*

⁴ *Riscos* numa folha de papel, *marcas* desenhadas sobre a areia ou ainda *trilhas* na mata, rodovias e estradas na malha urbana e nuvens de fumaça deixadas por aviões no céu são formas pelas quais a *linhas* pode vir a ser representada como um *traço*.

⁵ Cabos de energia ou dados, fibras de naturais e sintéticas como cordas, cordões, cabelos e barbantes, líquido que escorre de uma torneira, medida para uso de um óleo, ou material usado como ferramenta são formas pelas quais a *linha* pode vir a ser representada como um *fio*.

⁶ O “mundo contemporâneo” tem sido relacionado ao “pós-modernismo”, que se apresenta na estética, na sociedade e na cultura, referindo-se à um conceito sociológico dominante surgido após 1989 com o fim da União Soviética, para qualificar a dominação econômica do “capitalismo” e a nova condição dos efeitos “globais” nas sociedades “pós coloniais” e “pós industriais”. O termo “pós-moderno” é também usado para se referir ao tempo contemporâneo, no qual se realiza uma crítica aos conceitos “ocidentais” como a

estariam por todos os lados, construídas na mesma medida em que constroem o mundo, servindo como referência para a concepção de diferentes elementos (INGOLD, 2007, 2011, 2012, 2015). Nesta perspectiva, a antropologia seria concebida “através de linhas de vida, de linhas de crescimento, como um processo em aberto no qual o homem não pode ser pensado como separado do ambiente; ambos, homem e ambiente, estão em um processo de desenvolvimento e são produto dele.” (BONET, 2014, p. 329). Analisar sujeitos e coisas, o mundo social e o mundo material, daria acesso ao conhecimento sobre as *linhas* pelas quais ambos são feitos e se fazem em processos de criação e habitação do mundo (VELHO, 2001). Conjuntamente, criar e habitar, informariam sobre as relações entre mover, saber e descrever que se dariam ao longo de *linhas* e sujeitos e coisas seriam eles próprios constituintes de uma variável infinita de *linhas*. Certas vezes *traços*, outras *fiões*, as *linhas* seriam continuamente mobilizada em diferentes formas de agir, existir e representar que constituíram o mundo (INGOLD, 2015).

Desta perspectiva, as *linhas* não seriam retas, tal como a idéia de modernidade parece propor ao pensar um mundo feito por *pontos* distribuídos pelo tempo e espaço previamente e que, quando conectados, conformariam uma “rede”⁷. Ao contrário, quando se volta à análise dos processos e relações no tempo e no espaço, as *linhas* seriam algo primário pelas quais fluxos e movimentos entre pessoas e coisas acontecem, conformando um emaranhado de relações sociais e materiais, conformando uma

“razão” e o “ser humano universal”, no intento de superar tais visões fundadas na crença no progresso proveniente dos ideais iluministas do fim do século XIX (LATOURE, 1991 [1994]).

⁷ A perspectiva da *rede* tem se consolidado na Antropologia como um pensamento “não moderno” que a partir do uso da Teoria Ator-Rede propõe-se como uma “lógica de conexões, e não superfícies, definidas por seus agenciamentos internos, não por seus limites externos” (FREIRE, 2006, p. 56). Não havendo unidade ou pontos fixos, apenas *agenciamentos* e *linhas*, o uso dessa teoria visa descrever e explicar o trabalho de fabricação dos fatos, dos sujeitos e dos objetos em ação (LATOURE, 2000). Apesar de aparentes semelhanças, tal perspectiva apresenta uma ênfase analítica diferenciada em relação às *malhas* (INGOLD, 2011) que será utilizada ao longo desta tese. Para Ingold, “a rede não é uma entidade. Ou seja, não é um objeto independente fechado que está definido contra outros objetos com os quais pode então ser justaposto ou unido. É, sim, um pacote ou um tecido de linhas, fortemente unificadas, mas com alguns pontos em aberto, sem conexão, que se agrupam com outras linhas de outros agrupamentos (2011, p. 91). Assim, se considera não apenas a *agência* de sujeitos e objetos em uma *rede* de pontos conectados, mas as *linhas* pelas quais se percebe e age. A ação nesta perspectiva se relaciona com as forças conduzidas e, gostaria de incluir, repercutidas, pelas *linhas* na *malha*. *Sujeitos e coisas* inseridos nesta isto é, existindo como parte constitutiva da *malha*, habitam o *mundo*. E assim, *percebem* e agem baseados em suas *habilidades* práticas adquiridas e incorporadas progressivamente como respostas a estímulos externos ou a ela estranhos bem como sua própria *percepção do ambiente*. Ao longo da descrição etnográfica, irei articular a noção de *malha* em diálogo com aquela desenvolvida por Kant de Lima (1995a) ao analisar a Polícia Civil do Rio de Janeiro e sua constituição enquanto “malha corporativa”. Tais ferramentas conceituais serão progressivamente acionadas e voltarei a elas de forma mais analítica nos Apontamentos finais propondo pensar na relação entre as *técnicas* e *moralidades* da *malha* policial nos processos que criam e manipulam as “linhas de investigação” dos “homicídios”.

malha. Nesta, os *pontos* se apresentariam como marcos de definição *a posteriori* que consolidariam aquilo que se move, se sabe e se descreve. Apesar de linear, tais *linhas*, assim como a vida, não são retilíneas⁸.

Desde o início do trabalho de campo na DHNISG, me chamou atenção como os policiais utilizavam-se da noção de “linha de investigação”⁹. Como categoria nativa, esta representava uma atividade lógica, consequência de uma organização evidente de “provas” de um “homicídio”, a partir da materialidade de uma morte: a presença física do cadáver de uma pessoa, um morto. Levando a sério este conceito, passei a observar como a “linha de investigação” se constituía na principal técnica acionada pelos agentes para a construção de uma verdade policial sobre um “homicídio”, traçada num *labirinto burocrático*¹⁰, construindo fatos sob o ponto de vista policial. Ao percorrermos a “linha de investigação”, os policiais transformava coisas e fatos em “evidências” e “indícios”; pessoas em “vítimas”, “testemunhas” ou “suspeitos”, materializando em forma de documentos as trajetórias relativas à um morto, organizados em conjuntos para compor o “inquérito policial”.

No prosseguimento ao longo das “linhas de investigação”, os policiais buscavam determinados “pontos” estabelecidos por eles como relevantes: “vítima”, “dinâmica de fato” e “autor” eram apresentados pelos agentes como determinantes da trajetória de uma “linha”. Era assim, que “seguindo os passos” os policiais explicavam como davam a continuidade a um “procedimento”, forma pela qual se referiam aos “inquéritos

⁸ Essa perspectiva se torna particularmente interessante diante de um contexto social no qual a “retidão” é tida como um valor e o uso da noção de “linha” visa representar valores morais “corretos” e esperados por aqueles que são “probos”, “íntegros” e “do bem”. Outras representações como os “quadrados” ou “retos”, sujeitos que “não saem da linha” são também formas de evocar essa noção. Ademais, a noção de verticalidade e transversalidade representada pela “linha” aparece como relevante posto que orienta certa hierarquia social, dividindo os sujeitos de cima para baixo, ou vice-versa. Ainda, são representações dos limites e margens, separadoras de espaços físicos e sociais e que sugerem outros diferentes modos de usos e interpretações possíveis da noção de “linha” e que estarão presentes ao longo da descrição.

⁹ O uso das “linhas de investigação” é comum por agentes policiais e compartilhado como ideia básica em polícias em distintos lugares do mundo, sendo inclusive usado no vocabulário de romances policiais, histórias de detetive, filmes e seriados sobre investigação policial. A “linha” também é utilizada no campo acadêmico para se referir a programas de pesquisa de médio a longo prazo. Aqui, articularei esse conceito nativo considerando-o como uma forma de expressão do *saber prático* adquirido pelos policiais que se expressam em como funcionam as tarefas burocráticas de todos os dias, naturalizadas cuja enunciação é velada e rotinizada (TISCORNIA, 2005, p.44).

¹⁰ Compartilho aqui das perspectivas etnográficas de Sofia Tiscornia (2005) e Brígida Renoldi (2013). Em sua etnografia do Caso Walter Bulacio, que foi vítima da violência policial em Buenos Aires, Tiscornia apresenta como os papéis que formavam “procedimento” por escrito e oficial do caso, se constituía num labirinto de papéis derivado do poder burocrático nos processos de construção de verdade judicial, ao mesmo tempo em que elucidava o “labirinto judicial” e seus complexos caminhos pelo qual passara o caso dentro da burocracia penal. Renoldi por sua vez, se utiliza desta perspectiva para descrever o espaço burocrático que configura o “juzgado”, responsável pelos “casos de contrabando” ocorridos nos limites Argentinos da tríplice fronteira, sugerindo assim a circulação e movimento, de certa forma organizada porém não explícita, de papeis e fatos que se dava naquele ambiente.

policiais” no cotidiano de trabalho. Apesar de visarem uma representação retilínea, ao acompanhar as investigações, identifiquei como tais “pontos” traziam para a “linha de investigação” uma série de curvas, que os faziam criar e manipular as classificações usadas na construção de uma morte como um “homicídio”. Nesse movimento, os agentes percorriam as *linhas* na medida em que as construía. Compreender como tais curvas e voltas eram feitas na “linha de investigação” passou a ser meu principal interesse, o que me levou a compreender como nos processos de construção da “linhas de investigação”, a morte não era o final, tampouco um desvio na “linha” daquilo que chamamos de “vida”.

Apesar da tentativa de delimitar a classificação e construção desses mortos pelas “linhas de investigação”, estes, mais do que coisas, eram sujeitos que viviam num processo permanente do extravasar os limites traçados pelos policiais em suas “linhas”, vazando os em outras linhas que, ainda que mortos, os trazia de volta à vida. Afinal, “as coisas estão na vida porque vazam, porque estão no fluxo constante” (BONET, 2014, p. 336) compondo um emaranhado habitado e tensionado pelos movimentos contínuos produzidos a partir daquela burocracia policial. Assim, a “linha de investigação” seria uma das linhas possíveis para informar e construir verdades sobre a vida de sujeitos vítimas de um homicídio, numa permanente relação entre pessoas e coisas e tantas outras linhas que constituem suas vidas.

Trajectoria da Pesquisa(dora)

A trajetória desta pesquisa é resultado de minha trajetória enquanto antropóloga em formação, iniciada em 2007, quando passei a integrar o Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP) na condição de bolsista de Iniciação Científica. Desde então, tenho participado de uma série de projetos institucionais de pesquisa, bem como tive a oportunidade de desenvolver minhas próprias ideias em pesquisas orientadas pelo professor Roberto Kant de Lima e, desde 2010, coorientadas pela professora Lucía Eilbaum, que se concretizaram em uma monografia de bacharelado em Ciências Sociais, a publicação de minha dissertação de mestrado em Antropologia e alguns artigos (MEDEIROS, 2009; 2011, 2014a; 2014b; 2016).

Iniciado o curso de doutorado em agosto de 2012¹¹, tinha interesse em dar continuidade à pesquisa realizada durante o mestrado que resultou na dissertação

¹¹ Após apresentar para a banca de seleção o projeto “Construindo a “verdade pericial”: a investigação de “homicídios” pela Polícia Técnico-Científica do Rio de Janeiro”.

“‘Matar o morto’ a construção institucional de mortos no Instituto Médico-Legal”, uma etnografia na qual descrevo e analiso os procedimentos burocráticos e médico-legais que constroem e classificam um corpo sem vida enquanto um sujeito “morto”. A partir da observação dos procedimentos para a identificação civil e o estabelecimento da “causa mortis” de um cadáver, identifiquei o *processo de construção institucional de mortos*, definido por meus interlocutores de “matar o morto”. Este construiu classificações sobre os mortos, ativando suas relações sociais a partir dos procedimentos médico-legais e burocráticos realizados cotidianamente pelos policiais civis que trabalhavam no IML-RJ e que estabeleciam uma “verdade médico-legal” registrada em documentos públicos e consolidada como a “verdade policial” sobre os mortos e a morte.

Os *processos de construção institucional de cadáveres* no IML-RJ eram parte dos procedimentos de construção de “provas periciais” que poderiam vir compor um “inquérito policial” e, posteriormente, um processo judicial sobre uma morte. Portanto, quando identificavam um cadáver e determinavam sua “causa mortis”, os policiais do IML-RJ estavam definindo a “verdade” sobre o cadáver, “matando o morto” e o tomando como “evidência” na construção de “provas” que determinariam a “verdade” sobre aquela morte.

No projeto de tese, meu objetivo foi dar continuidade a esta discussão, focando no trabalho policial realizado pelos peritos em relação à investigação de “homicídios”. A ideia era abarcar não apenas os médicos-legistas e papiloscopistas que eu já havia estado em contato, como também os peritos criminais e agentes dos demais institutos da Polícia Técnico-Científica que atuavam na análise de evidências e produção de provas periciais.

Logo no início do doutorado me vinculei como bolsista ao projeto Instrumentos e Interferências no Desempenho do Judiciário Brasileiro¹² e passei a realizar algumas atividades exploratórias de pesquisa. Inicialmente, acompanhei notícias, informes e perfis em redes sociais que tratassem de “homicídios”, “perícia”, “peritos” e “investigação”. A partir desse levantamento, soube da existência de eventos promovidos por peritos que atuavam na Polícia Técnico-Científica, bem como de pesquisadores que atuavam desenvolvendo tecnologias que poderiam vir a ser implementadas nas perícias e nas investigações policiais.

¹² Os resultados preliminares deste projeto de pesquisa como um todo foram publicados por KANT de LIMA, CARDOSO de OLIVEIRA e AMORIM (2015).

Foi assim que no dias 4 e 5 dezembro de 2012, participei na condição de ouvinte do evento “CSI in RIO II”¹³, realizada no Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O acompanhamento do “CSI in Rio II” e o posterior contato com alguns de seus participantes¹⁴ me levou a reformular parte do meu projeto de pesquisa e articular novas questões para o meu “campo”. Desde ali, identifiquei um lugar na produção e transferência de tecnologias pela universidade e aquele evento, que inicialmente imaginava ser um congresso científico, se configurou numa feira de apresentação e exposição de produtos periciais. A especificidade dessa feira era que esses produtos não haviam sido desenvolvidos por indústrias ou empresas comerciais, mas eram fruto de pesquisas realizadas no âmbito das universidades e instituições públicas. Isso me levou a refletir que o “campo empírico” que eu pretendia observar se referia a um complexo “mercado” pertencente ao “campo da segurança pública” no qual sujeitos se relacionam com produtos, relações, discursos e práticas acionando e trocando, na construção daquilo que se denomina “investigação policial”. Assim, a transformação das questões que apresentei na candidatura do doutorado foram repensadas, meio ao “acaso” mas principalmente fruto da experiência de pesquisa que, influenciaram na construção do “campo etnográfico” (PEIRANO, 1995).

Pude também perceber que, apesar de parte dos peritos que trabalhavam na Polícia Técnico-Científica estarem vinculados a uma perspectiva técnico-científica, havia forte expressão da subjetividade e do conhecimento produzido na prática na realização de perícias. A valorização de elementos como “os mais de dois mil locais” e o “bom senso”, descritos por um perito criminal se contrapunham à “regra” e ao “padrão”, enfatizados na fala de um policial norte-americano que participou como palestrante na abertura do evento. Técnicos e científicos, indutivos e dedutivos, mesmo que os crimes fossem investigados no Rio de Janeiro, como me disseram diferentes policiais: “Isso aqui não é CSI”.

¹³ Cujá sigla se inspirava nos seriados de investigação policial produzidos nos Estados Unidos intitulado CSI, “Crime Scene Investigation”. No caso do evento, porém, a sigla se referia a “Crimes São Investigados no Rio de Janeiro”

¹⁴ Após contato com alguns dos participantes do evento, realizei duas entrevistas com peritos e participei de um curso preparatório para concurso de perito criminal. A primeira entrevista foi realizada com um professor de Química da UFRJ, pesquisador 1-A do CNPq e inventor do “luminol brasileiro”, produto utilizado para a identificação de material orgânico em superfícies e circunstâncias diversas. A outra entrevista foi realizada com uma perita criminal da Polícia Civil do Rio de Janeiro e pesquisadora da área de entomologia forense, que se dedica ao estudo do uso de insetos para a investigação de mortes, sendo ela também a coordenadora da empresa “BioForense”, que organiza os cursos preparatórios para peritos criminais.

Concomitantemente a este investimento exploratório, eu participava de outros projetos institucionais de pesquisa¹⁵, nos quais uma das minhas atividades era o acompanhamento de “casos de repercussão”, em especial de sessões no Tribunal do Júri em Varas Criminais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Portanto, nos dois primeiros anos do curso de doutorado, conjuguei meus interesses iniciais e particulares com os objetivos dos projetos coletivos que eu estava vinculada. Naquele momento, eu tinha como objetivo identificar como a atuação dos peritos poderia, ou não, interferir nas decisões judiciais, em particular das perícias realizadas em casos de homicídio diante dos Tribunais do Júri. Na observação de algumas sessões de julgamento, dedicava particular atenção aos momentos que “provas”, “indícios”, “evidências” e “laudos” eram acionados.

Além da observação dos júris, com destaque para os casos¹⁶ “menino Juan”¹⁷ e “Juíza Patrícia”¹⁸, conversei com peritos criminais e médicos-legistas que atuavam na elaboração das provas periciais de “homicídios” na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro bem como com ativistas, familiares de vítimas e promotores de justiça, delegados, ou policiais vinculados a casos de “homicídio”. Ainda, adensava um levantamento bibliográfico sobre os temas concernentes à pesquisa e notícias de jornal e em mídias sociais sobre diversos casos ocorridos na região metropolitana do Rio de Janeiro.

¹⁵ Durante o desenvolvimento da pesquisa, participei de dois projetos de pesquisa financiados pelo CNPq via Edital Universal. O primeiro, correspondente ao Edital Universal– MCTI/CNPQ N° 14/2012 se intitula: “*Crimes de repercussão*” x “*crimes comuns*”: a administração judicial de conflitos no estado do Rio de Janeiro, e é coordenado pelo meu orientador de doutorado. O segundo, coordenado por Lucía Eilbaum, minha coorientadora de doutorado, se intitula: *Entre a "verdade" e a "mentira": a dimensão moral na administração policial e judicial de conflitos no estado do Rio de Janeiro* e foi aprovado no âmbito do Edital Universal MCTI/CNPq/MEC/CAPES N° 14/2013. Além disso, sou associada ao INCT-InEAC através do sub-projeto: “*Os 'crimes de repercussão': racionalidades e moralidades na administração judicial de conflitos no estado do Rio de Janeiro*” também coordenado por Lucía Eilbaum.

¹⁶ Os nomes próprios de policiais, vítimas, testemunhas e suspeitos foram alterados por mim considerando a preservação das identidades destes sujeitos e em respeito ao sigilo que me era solicitado sobre as informações que circulavam naquela repartição. Darei a essa regra uma exceção quando na menção de figuras públicas, autoridades e políticos e nas menções aos casos “Patricia Acioli” e “Juan”, correspondentes aos nomes reais das vítimas de “homicídio” cometidos por policiais, em virtude do respeito a memória das vítimas e como repercussão de sua visibilidade política. Ambos casos ganharam “repercussão” e já percorreram todas as etapas policiais e judiciais, sendo considerados casos encerrados.

¹⁷ Caso referente ao desaparecimento e posterior morte do Juan, um menino negro de 11 anos, morador de uma favela na Baixada Fluminense. Quatro policiais militares foram acusados pela autoria de sua morte e condenados em Tribunal do Júri realizado entre os dias 9 a 12 de setembro de 2013. Para uma análise do caso e a etnografia deste julgamento conferir EILBAUM e MEDEIROS, 2016.

¹⁸ Caso referente à execução de uma juíza criminal do Tribunal de Júri de São Gonçalo. Onze policiais militares foram acusados de envolvimento pela morte da juíza e condenados. Descrevo e analiso este caso com mais detalhes no capítulo 1.

Naquele período, diante da dificuldade de estabelecer uma interlocução ou de oportunidades para se realizar um trabalho de campo sistemático em algum instituto do Departamento de Polícia Técnico-Científica da Polícia Civil do Rio de Janeiro, optei por investir em outro lócus para o meu “trabalho de campo”. Foquei na Divisão de Homicídios e após algumas tentativas frustradas de estabelecer contato com agentes daquela repartição, via pesquisadores que teriam contatos na Divisão de Homicídios da Capital (DHC), decidi ir à recém inaugurada Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo (DHNISG) para propor à direção a realização da pesquisa. Lá, como descrevo a seguir, encontrei as “portas abertas” e em janeiro de 2014, iniciei o trabalho de campo na Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo (DHNISG).

Posteriormente, com o trabalho de campo já em andamento, em agosto de 2014, recebi fomento da FAPERJ através da Bolsa nota 10, com projeto intitulado “Como se investigam os “homicídios”? Uma etnografia sobre os mecanismos de construção de verdades e as moralidades em casos de crimes intencionais contra vida na região metropolitana do Rio de Janeiro”. Posteriormente, entre março de 2015 a fevereiro de 2016, realizei doutorado-sanduíche na cidade de San Francisco, Califórnia com recursos aprovados pelo CNPq para o projeto “Como se negociam os “homicídios”? Uma etnografia comparada sobre os mecanismos de construção de verdades em casos de “crimes intencionais contra vida” no Rio de Janeiro/Brasil e em São Francisco/EUA”. Naquela ocasião tive oportunidade de acessar parte do “Criminal Justice System”, e reflexões a partir daquela experiência, quando notadamente inspiradas pela perspectiva contrastiva da antropologia, serão abordadas em notas de rodapé. Meu objetivo é buscar enfatizar certas diferenças daquele contexto para melhor compreensão deste sob descrição e análise.

“A DH está de portas abertas...”

Era onze horas da manhã do dia vinte de janeiro de 2014, segunda-feira, quando eu cheguei pela primeira vez ao prédio da recém-inaugurada “Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo” (DHNISG). Antes, eu havia feito uma breve pesquisa na internet e a partir de informações encontradas no site oficial da Polícia Civil do Rio de Janeiro, anotei no meu caderno endereço, telefones e o nome do delegado titular. Para chegar até lá, peguei um ônibus na Lapa, bairro na cidade do Rio de Janeiro onde eu morava na época, e em cerca de quarenta minutos cruzei a ponte Rio-Niterói. Desci no primeiro ponto de ônibus no município de Niterói e atravessei as duas pistas da

avenida Feliciano Sodré. Dali, caminhei por cerca de cinco minutos até chegar a rua Desidério de Oliveira, onde ficava a repartição.

Ao virar a esquina da rua, encontrei mais de vinte viaturas da Polícia Civil estacionadas perpendicularmente à calçada em ambos os lados. Segui pela calçada até chegar ao número 33, onde estava a entrada principal. O portão de cor cinza estava entreaberto, identificado com uma placa na qual se podia ver o brasão da Polícia Civil e a logomarca da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro indicado aos transeuntes o que funcionava naquele prédio.

Cruzei a pequena entrada, cujas laterais eram ornadas por um estreito jardim, impedindo a visibilidade direta das janelas de vidro. Passei pelo pilotis do prédio “anexo” e cheguei no pátio de mais ou menos 2,5 metros de largura e mais de 20 metros de comprimento. Naquela área, um jardim com pequenos arbustos, algumas palmeiras e árvores decoravam o pátio que levava ao prédio principal. A porta de vidro estava aberta e dali eu pude ver um grande adesivo colado na parede que apresentava as mesmas inscrições e símbolos da Polícia Civil que eu já havia visto na placa de entrada.

Entrando no hall, do lado direito havia um balcão que servia como recepção. Atrás deste, uma jovem estava sentada em frente a um computador vestindo a camisa pólo, uniforme do programa Delegacia Legal. Dias depois, conversando com ela, eu fui saber que ela tinha 26 anos e era estagiária de Psicologia, estudante de uma faculdade particular em Niterói e moradora de Itaboraí. Naquele primeiro encontro, me apresentei dizendo que era pesquisadora, aluna do doutorado de Antropologia da UFF e desejava conversar com o diretor da DHNISG sobre a possibilidade de realização de uma pesquisa. Ela pediu que eu esperasse e imediatamente subiu as escadas.

Menos de cinco minutos depois, a estagiária retornou e me solicitou um documento de identificação para realizar meu registro no “sistema da delegacia”. Entreguei minha carteira de identidade e ela digitou algo no computador, provavelmente meus dados de identificação para confirmar minha “ficha” no “sistema”. Assim que devolveu meu documento, informou que eu poderia subir ao segundo andar para “encontrar com o Doutor”. O “Doutor” era Marcelo Barros, o delegado titular e diretor da DHNISG.

Seguindo as orientações da recepcionista, subi dois andares de escada e me dirigi até a sala do Setor de Descoberta de Paradeiros (SDP) onde o diretor se encontrava reunido com a delegada Roberta Carvalho, responsável por esse setor. Aguardei por alguns minutos enquanto observava os três agentes que pareciam trabalhar concentrados

em suas atividades realizadas nos computadores. As janelas da sala estavam cobertas com cartazes do S.O.S. Crianças desaparecidas, da Fundação para Infância e Adolescência (FIA/RJ). Móveis velhos e novos se sobrepunham na sala. As mesas de madeira pareciam antigas, assim como a cadeira na qual eu sentei, cujo estofado preto se assemelhava a couro e era igual às outras cinco espalhadas pela sala. Essas contrastavam com as cadeiras giratórias estilo secretária usadas pelos funcionários, certamente com pouco tempo de uso, e com um armário em MDF de cor bege com detalhes em preto no qual eram armazenados dezenas de inquéritos com casos de pessoas desaparecidas. A maioria destes, inclusive, aparentando serem muito mais antigos do que o armário que os abrigava.

Após aproximadamente dez minutos de espera, durante os quais realizei meu exercício de observação e tendo trocado poucas palavras de cortesia com os funcionários (“bom dia”, “com licença”, “obrigada”), saíram do gabinete os delegados Marcelo e Roberta. Ele tinha aproximadamente 50 anos e vestia terno, gravata vermelha e sapato social. Ela usava um vestido de manga curta abaixo dos joelhos, sandália alta e aparentava ter entre 30 e 35 anos. Nos apresentamos brevemente e dali fui com o diretor para sua sala, que ficava no final daquele mesmo corredor.

Havia menos de duas semanas desde a inauguração da DHNISG. Pelo curto caminho no corredor, o delegado me explicou que os móveis ainda estavam chegando “cada um trazendo o seu”, se referindo à mobília que era trazida pelos demais delegados e os policiais de suas equipes. Os computadores cedidos pela Chefia da Polícia Civil estavam sendo instalados gradativamente, e ainda não havia ar-condicionado, o que deixava a temperatura no interior do prédio particularmente quente em pleno verão fluminense.

Ao chegarmos em sua sala, sentei numa das cadeiras, parecida com aquela que eu tinha usado na sala do SDP, enquanto ele se acomodava do outro lado da mesa em formato L numa cadeira estilo executivo. Sobre a mesa, o monitor do computador em cima de uma plataforma de madeira, mantendo-o numa altura confortável para a visão do delegado. Organizados na mesa ainda estavam livros de direito, um bloco de papéis eventualmente usado para anotações, um porta canetas e alguns inquéritos policiais. No fundo da sala, novamente o brasão da Polícia Civil junto ao escudo da Polícia que tem uma águia segurando um raio pelo bico; uma bandeira do Flamengo; um mapa do estado do Rio de Janeiro; um rádio tipo microsystem; uma máquina de escrever; máquina copiadora; um quadro branco e um quadro de cortiça completavam o espaço.

As janelas, ainda sem as persianas que alguns meses depois seriam instaladas, tinham vista para a frente da delegacia.

Assim que sentou-se em sua cadeira, o delegado me perguntou: “Pode falar: qual o teu interesse?”. Expliquei que meu interesse era realizar uma pesquisa sobre como os “homicídios” eram investigados, especialmente como as perícias técnico-científicas contribuíam nas investigações. Mencionei que tinha como objetivo analisar ao longo daquele ano um contexto onde tais investigações se davam. O diretor me perguntou se eu tinha o objetivo de fazer uma pesquisa “na DH especificamente ou em qualquer delegacia?”. Expliquei que na DH, pela especificidade dos casos investigados Expliquei que meu interesse era de dar continuidade a discussão que empreendi em minha dissertação de mestrado e que por isso o interesse em compreender como era a atuação dos peritos na investigação de homicídios.

O diretor ouviu atentamente o que eu dizia. Quando eu terminei considerou minha pesquisa “interessante e relevante” e imediatamente a autorizou verbalmente: “claro que você pode ficar aqui com a gente” e continuou: “mas aí você tem um problema, porque ainda não temos o grupo de peritos”. “Nem previsão?”, eu perguntei. “Estamos aguardando a formatura da nova turma, e após disso provavelmente um ou outro vai vir para cá”, me respondeu. A ausência de peritos não soou como um impedimento ou problema para a realização da pesquisa, ao contrário, me pareceu que observar a inserção gradual desses agentes na repartição, bem como a atuação da nova DHNISG seria interessante e produtivo. Sobretudo, eu não poderia perder a oportunidade tão facilmente aberta de realizar trabalho de campo *ali com eles*.

Dando prosseguimento a nossa conversa, passei a explicar que a minha pesquisa era de cunho etnográfico e por isso de longa duração, intensa e participante. Marcelo não questionou, disse que sabia como os antropólogos trabalhavam e que estava disposto a colaborar o quanto possível pois “A DH está de portas abertas para os pesquisadores”. Disse também que iria me apresentar aos demais delegados que atuavam na DH e instruir os seus subordinados a me receberem.

Ele dizia, em tom de crítica, que as pesquisas sobre polícia em geral não eram interessadas em mostrar como a polícia funcionava. Para ele, as pesquisas realizadas sobre polícia “têm muito mais pressuposto, querem bater na polícia” e, ainda “desde o [trabalho do professor] Kant que não se fala como é a rotina de verdade”. Eu já havia mencionado que era da UFF, mas não que o professor Roberto Kant de Lima era o meu orientador e antes que eu concluísse a frase, o delegado prosseguiu, comentando: “Que

bom, conheço o curso¹⁹ dele lá. Ele fala muita coisa do cartório, que não deixa de ser verdade, mas tem muita coisa que mudou. A polícia tá modernizando, você vai ver!”.

A conversa ainda se estendeu por quase uma hora. Ao longo deste tempo, o diretor me explicou que o trabalho na DH ainda estava se iniciando e era orientado pelo “Índice de Letalidade Violenta” que mensurava o trabalho da delegacia e premiava os policiais a partir de um “plano de metas”. Na sua gestão, o principal objetivo era “diminuir os índices” dos crimes que eles investigavam, principalmente “latrocínios” e “homicídios”, mas também casos de “auto de resistência” e de “lesão corporal seguida de morte”. Apesar de incluído na avaliação do “Índice de Letalidade Violenta”, casos de “tentativa de homicídio” não eram investigados pela DH: “Aqui a gente precisa da materialidade”, materialidade que de acordo com o Código Penal é o próprio corpo morto. Para alcançar o objetivo de “diminuir os índices”, o delegado me explicou que eles seguiam dois princípios: “elucidação, para inibir o camarada de matar pelo medo de ser preso” e a “prevenção” que atuaria no policiamento ostensivo em áreas de “mancha criminal”.

O trabalho de “prevenção” seria realizado pelo “Setor de Operações” (SOP), setor apelidado pelos agentes de “SWAT”²⁰, que diretamente ligado ao diretor, atuaria nos inquéritos policiais que eles denominavam de “investigação mãe” com o objetivo de monitorar grupos formados pelos chamados “clientes” da polícia: traficantes, milicianos, e membros de grupos de extermínio. Assim, pela “vigilância contínua de criminosos”, o delegado entendia que se conseguiria a “diminuir a ação dos grupos”.

Em relação à elucidação, ele destacou a necessidade da “celeridade” para a “coleta de identidade da vítima” pois na “linha de investigação” o “primeiro passo é descobrir quem é a pessoa”. Marcelo apresentava seu modo ideal de aplicação desta técnica, e me explicava que os investigadores devem seguir a “teoria dos círculos concêntricos”, onde no centro estaria a vítima e ao redor os diferentes círculos sociais nos quais a vítima participava. “Depois disso, o motivo é crucial, o foco do investigador de homicídio.” Para realizar essa primeira etapa da investigação, na qual se buscava a identidade da vítima e possíveis motivações para o homicídio, o diretor contava com o “Grupo Especial de Local de Crime” (GELC). “Eles são a força bruta”, um grupo de policiais

¹⁹ O diretor da DH se referia ao curso de Gestão em Segurança Pública e Justiça Criminal realizado pelo NUFEP desde 2007, inicialmente com apoio da Fundação Ford e depois, atualizado como a Pós Graduação em Segurança Pública e Justiça Criminal, com apoio do Ministério da Justiça através da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

²⁰ S.W.A.T. é a sigla para “Special Weapons and Tactics”, referente aos grupos táticos e de armas especiais existentes nas polícias norte-americanas.

liderados por um delegado plantonista e acompanhados de um papiloscopista que ia até o local de crime ainda “nas primeiras horas para não deixar o rastro da prova desaparecer”. Os peritos criminais que estavam por vir, passariam a compor também está equipe que no “local do crime” iria realizar a “coleta intensa de evidências”.

Um dos principais problemas apontados pelo diretor da DH nesta primeira etapa da investigação de homicídios era a “preservação do local”, pois “os PM têm o hábito de tirar a carteira para saber quem é [o morto]” quase como se houvesse um “ímpeto de manipular o local”. A alteração dos locais de crime não se dava apenas pela Polícia Militar, pois “a PRF também mexe em local de crime”. Por conta disso, ele contou que estava planejando realizar com sua equipe palestras nos batalhões de PM da região e com os policiais da PRF que atuavam nas rodovias que cortavam os municípios de atuação da DH. Tais palestras serviriam para “educar os policiais” para que esses agentes aprendessem a “assim que tomar conhecimento [de um homicídio], ligar [para a DH]”.

Depois das “primeiras 24 horas”, o procedimento de investigação saíria do GELC e ia para um dos “Grupos de Investigação” (GI), que daria prosseguimento conduzindo o inquérito a partir das “evidências” coletadas pelo GELC. De acordo com o delegado, o GI era formado por policiais que “conhecem os clientes” e tinham “intimidade com as localidades”. Naquele período, a DHNISG contava com 4 GI, um responsável pelo município de Niterói, outro pelo município de Itaboraí e dois pelo município de São Gonçalo, cada um deles sendo administrado por um delegado.

Após comentar brevemente sobre cada um destes municípios, Marcelo continuou descrevendo a estrutura da delegacia a partir de seus setores e me indicou alguns agentes para conversar, dando sugestões de questões que ele considerava importantes para a pesquisa. Por fim, disse que o objetivo do “projeto DH” era que “a sociedade acredite na investigação” e que o investimento que estava sendo feito era para que a investigação de homicídios no Rio de Janeiro pudesse “chegar perto dos filmes americanos”.

Fomos interrompidos quando alguém bateu na porta. Era Cristóvão, chefe do Setor de Operações Policiais (SOP) e apresentado a mim por Marcelo Barros como sendo seu “braço direito”. Cristóvão foi informar que a cama do delegado havia chegado e que já estava sendo instalada na sala em anexo, acessada pelo diretor por uma

porta em sua sala²¹. Terminei nossa primeira conversa combinando com Marcelo que eu voltaria dois dias depois, para começar a pesquisa e conhecer os policiais e os setores da delegacia.

Traços

Na Antropologia, ao conjunto de “técnicas” para a realização de uma pesquisa se confere o nome de “trabalho de campo”, sendo o “campo” “tanto o objeto da pesquisa quanto o lugar onde se desenrola fisicamente o primeiro ato da pesquisa”²². Nesta perspectiva, o “campo” é tanto o lugar físico onde o antropólogo esta realizando sua pesquisa, o que se pode chamar de campo geográfico, quanto o objeto construído para a análise, sendo esse o campo etnográfico. Tanto campo geográfico quanto campo etnográfico estabelecem o “trabalho de campo”, e são construídos na e pela etnografia.

Além das duas acepções de campo, destaco ainda uma terceira acepção do campo, desenvolvida por Bourdieu (1968, 1994) para representar um *espaço simbólico* no qual se desenvolve uma disputa de poder sobre a legitimidade das classificações, do que é tolerável e entre aquilo que pertence ou não a um código de valores comum, uma ética. Como resultado, constitui o *poder simbólico* que, de certo ponto de vista, estrutura as ações e a ordem social. sendo o espaço social de relações comum a todos os meus interlocutores: o “campo da segurança pública”. Nessa acepção, o conceito de “campo” considera um espaço estruturado de posições de poder onde sujeitos estão em disputa contínua pela determinação de posições sociais.

Desse modo, parafraseando Clifford Geertz (1978), não se trata de uma pesquisa do “campo da segurança pública”, mas “*no* campo da segurança pública”, a partir de uma descrição etnográfica que considera as estruturas de poder, historicidade e legitimidade dos sujeitos, suas vozes autorizadas e as disputas pela legitimação de classificações e categorias que se referem aos “homicídios” e tendo como referência principal o âmbito da DHNISG. A minha descrição e análise etnográfica está orientada pelas considerações de que a “etnografia não é método”, mas “uma teoria de descrição”

²¹ Algum tempo depois, visitando a sala da chefia do SOP, soube que essa pequena sala também dava acesso direto para a sala de Cristóvão. Considerando a distribuição do espaço no interior do prédio da delegacia, ficou a mim evidenciado que a proximidade do SOP com o diretor não era apenas em relação aos inquéritos por ele dirigidos mas era também física e pessoal.

²² Como afirma Bertrand Pulman (2007) “Sabe-se que em Antropologia, o signo se declina através da mesma bipolaridade semântica. *Campo* torna-se objeto, para quem diz, por exemplo, “meu campo é constituído pelos Nuer do Sudão meridional”; e é lugar quando se diz “semana que vem vou para o meu campo” (p. 226)

(PEIRANO, 2014, NADER, 2011) que visa comunicar um contexto, transformando uma experiência de interação entre antropólogo e um grupo de pessoas definido por ele como interlocutores, através de um texto. Assim, pela etnografia, na medida em que são descritas situações e fatos, também se analisa e permite conhecer o contexto experimentado constituindo uma “teoria vivida” posto que “emaranhada nas evidências empíricas e nos dados etnográficos” (PEIRANO, 2006, p. 7) construídos e experimentados pelo pesquisador.

Nesse exercício de compreensão de interações cotidianas em relação aos homicídios no campo da Segurança Pública, era parte do interesse tentar compreender a “ética policial”, uma *tradição* da ordem jurídica refletida no comportamento e nas práticas dos policiais, oriunda de saberes específicos que caracterizam a polícia no Rio de Janeiro e suas atividades, nem sempre correspondendo com a regra por escrito, mas expressando os valores corporativos dos agentes naquela instituição (KANT de LIMA, 1995a). Assim, a “ética policial” é o que daria sentido àquilo que para eles era visto como dentro dos limites regulares de sua atuação. Ao observar os policiais como membros de um grupo social específico, eu presumia que eles compartilhavam uma série de categorias particulares, construídas socialmente e que tornavam possíveis certas formas de habitar, perceber e representar (n)o mundo. Tal presunção era principalmente pautada na bibliografia concernente a esse grupo e consolidada no já referido “campo da Segurança Pública”²³.

Desse modo, a presente etnografia irá apresentar os policiais civis como um grupo social contemporâneo, urbano e heterogêneo no qual existem consensos e visões de mundo compartilhadas a partir de experiências vividas e narradas, estabelecendo uma forma de viver no mundo que é comum, posto atravessada pelo pertencimento na polícia. Essa apresentação vai no encontro de como os policiais se representavam, um grupo social distinto e particular, apresentando diferenças explícitas em relação a outros membros da sociedade que participam, inclusive entre outros grupos de policiais,

²³ Cabe destacar, como já mencionado, que a corrente etnografia foi produzida num ambiente acadêmico institucional que protagoniza no “campo da Segurança Pública” brasileiro participação nas discussões sobre polícia, justiça e conflitos utilizando a perspectiva original da Antropologia. A indução da construção do conhecimento a partir da compreensão etnográfica do outro tem produzido relevantes discussões quando considera os agentes dos “Sistemas de Justiça Criminal e de Segurança Pública” como nativos e interlocutores que permitem refletir sobre como se pensam e se realizam as regras, conflitos e sua administração no espaço público. Tais discussões no Brasil estão vinculadas ao domínio da “Antropologia do Direito” e “Antropologia do Estado” que combinadas a outras importantes contribuições analíticas na Sociologia e abordagens críticas da Ciência Política, tem fomentado perspectiva das Ciências Sociais sobre a Segurança Pública se consolidando num campo autônomo e profícuo (KANT de LIMA & RATTON, 2011; KANT de LIMA, MISSE e MIRANDA, 2000).

como os policiais militares. Os policiais civis se consideravam como um grupo evidentemente distinto de outro, com poder social que reforçava certa ordem da divisão social lhes conferindo um “status social” e na qual cabem a eles papéis específicos, continuamente atualizados pelo compartilhamento de opiniões e lógicas que formavam uma forma particular de atuar no mundo²⁴.

A partir de um corpo de conhecimento apreendido e do controle de uma tecnologia específica e exclusiva, eles compartilhavam de uma técnica que por consensos, e também algumas divergências, era continuamente atualizada em sua atividade policial. Ao focar na “linha de investigação”, me foi possível acessar como se davam tais consensos ou alcances desta forma específica de construção da verdade, explicada por eles como particular e que se identifica com a ética policial e o “poder de polícia”. Este é advindo do status da polícia como um ente com poderes administrativos cuja finalidade é decidir sobre as regras do ponto de vista prático e limitar o exercício de direitos individuais em benefício da segurança e do interesse público. Tal poder estaria formalmente relacionado com a conciliação e negociação de conflitos, sendo os agentes públicos aqueles que na vida cotidiana deveriam colocar em prática técnicas e ferramentas do Estado para administrar a burocracia e manter a promoção de uma determinada ordem social.

Porém, como demonstrarei ao longo da tese, quando observado o cotidiano das atividades dos policiais civis que colocam o Estado em ação, se identifica que esses gerem e gestam²⁵ a burocracia como também se empreendem moralmente²⁶,

²⁴ Ao fazer trabalho de campo com policiais civis, busquei refletir sobre o que Laura Nader (1972) discute em relação às etnografias do tipo “studying up”, por estar observando e analisando sujeitos cujo posição social se dá pelo domínio de certos tipos de poder consolidado. Ao refletir sobre esse tipo de estudo, a partir de sua experiência e de seus alunos, Nader observou como etnografias “studying up” contribuem para análises mais bem-arredondadas, provedoras de desafios didáticos e metodológicos para a antropologia. Questões como acesso a escritórios e documentos, ou convencimento dos méritos do projeto de pesquisa com os interlocutores aparecem ao estudar sujeitos investidos de poder, permitindo ao antropólogo perceber que muitos dos elementos tidos como padrão ao trabalho de campo são estranhos ou “fora do lugar”.

²⁵ Me refiro aqui a discussão conduzida por Antônio Carlos de Souza Lima (2002) sobre as ações realizadas nas instituições públicas por agente estatais que constituem o caráter e a performance do Estado e permitem inferir elementos relevantes sobre a formação do Brasil como um estado-nação identificando técnicas que produzem a diferenciação social e instauram hierarquias. Ao “gestar e gerir”, o Estado, através de seus agentes, constitui e controla sujeitos em espaço-tempo determinados através da burocracia. Ao mesmo passo, tais agentes passam a se constituir como um grupo de interesses que reproduz moralidades, identificando e classificando os outros em relação a sua pré-concepções e categorias. Meu interesse em acionar esta perspectiva é empreender numa análise sobre a polícia civil e a investigação de homicídios considerando a “governamentalização de tecnologias de poder destinadas a atuar sobre determinados segmentos sociais” (p. 18) e as técnicas e moralidades acionadas neste processo de administração institucional de conflitos.

identificando, classificando, legitimando e reprimindo conflitos que são por eles hierarquizados. Tais agentes conjugam o “poder *de* polícia”²⁷, característico da administração pública e burocrática da qual eles são agentes responsáveis, em “poder *da* polícia”, característico de instituições repressivas para controle social e da qual eles também são responsáveis. Meus interlocutores atuavam nesta dupla função de administrar o Estado pela burocracia e reprimir a sociedade pela punição, cumprindo com as funções da polícia judiciária, mas exercendo funções de polícia administrativa e sendo os responsáveis pela construção de verdades, negociação e repressão de conflitos diretamente vinculados à morte.

A Polícia do Rio de Janeiro

Atualmente, a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) é um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Segurança (SESEG), administrada pelo Chefe de Polícia Civil e responsável pelo registros e investigação de crimes no território de todo o Estado do Rio de Janeiro, exercendo o papel de “polícia judiciária”. Análises

²⁶ Os “empreendedores morais” seriam aqueles sujeitos interessados no estabelecimento, aplicação e imposição de regras que reproduziriam valores dominantes traduzidos em forma de regras específicas, estabelecendo aqueles que cumpre a regra e aquele que estão pro fora dela, os “outsiders”. (BECKER, [1963] 2008)

²⁷ Em contextos democráticos, este é um atributo do ente responsável pelo controle e exercício do uso legítimo da força monopólio inerente ao Estado. Como descreve Sofia Tiscornia o “poder de polícia” é “uma forma de racionalidade cujo processo de expansão no campo social se imbrica em relações de poder locais, reconhecíveis em cada estado, nação ou província, e em suas histórias particulares. Como racionalidade, transcende a instituição polícia, mas, ao mesmo tempo, se encarna nela, em suas práticas, regulamentos e ideologia (KANT de LIMA, 1995a; SOARES, 1996; BRETAS, 1997)” (TISCORNIA, 2005, p. 4). No Brasil, esse termo se consiste em uma lógica do direito administrativo que orienta a “administração pública” para regular os agentes investidos de poder pelo Estado para a “proteção do interesse público”. No campo do Direito, se reconhece que tal termo advém do conceito de nome idêntico em inglês “police power”. Porém, diferentemente do Brasil, nos EUA, este poder está previsto na lei constitucional (The Bill of Rights & All Amendments, 1787) para determinar a capacidade dos estados (unidades da federação) de regular o comportamento dos sujeitos através da aplicação regular de normas e leis em um território específico com o objetivo de manutenção da saúde, segurança, morais e bem estar do coletivo. Os poderes não delegados ao Governo Federal são atribuídos aos estados ou aos indivíduos, elucidando que o governo federal não possui todos os poderes possíveis, posto que a maioria destes estão reservados ao estado e às pessoas. Dessa forma o “police power” é constitucional e deve ser exercido pelos poderes legislativos e executivos de cada estado através de leis e do “law enforcement”, que seria a capacidade de certos agentes do Estado em aplicar a lei, inclusive pelo uso da força. Penso que um dos efeitos desta distinção na natureza do “conceito”, no Brasil administrativo e no EUA constitucional, é a forma como é qualificado o excesso do uso da “força policiais”. Em San Francisco, e nos EUA de maneira geral, pude observar como muitas vezes o que se chama de “police brutality”, no Brasil é reconhecido como “violência policial”. Tal diferença nos permite pensar que naquele contexto se assume que a polícia é violenta, reconhecendo o “monopólio da violência” do Estado como inerente a este, posto que este é o ente quem tem a função de imposição da “força da lei”, mesmo que seja necessário uso de meios repressivos e coercitivos. Voltarei a essa discussão para refletir sobre o contexto do Rio de Janeiro ao longo da tese, especialmente no capítulo Entre a “guerra” e o “cartório” e nos Apontamentos finais

históricas²⁸ demonstram que tal instituição remete à chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro em março de 1808, fugindo da ameaça das “invasões francesas” de Napoleão Bonaparte que colocavam em risco o império português, não apenas por seu cunho militar mas também econômico.

No contexto de surgimento da concepção liberal iniciada na Europa no século XVIII e que promovera uma reconfiguração nas *tecnologias de governo*, a presença do mercado impôs uma rediscussão dos limites jurídicos para exercício de um poder público que, por sua vez, questionava as próprias noções de “poder” e de “público” antes naturalizadas e incorporadas na figura do “soberano”, mais propriamente de um rei e sua corte. A ideia da constituição de uma polícia seria uma maneira que a sociedade poderia encontrar de se defender do Estado mas tornou-se a resposta de um governo que estava sendo questionado sobre “qual o valor de utilidade do governo e de todas as ações do governo numa sociedade em que a troca é que determina o verdadeiro valor das coisas?” (FOUCAULT, 2008, p. 64)²⁹.

As narrativas históricas demonstram que no Brasil o processo de implementação do Estado coincidiu com a recusa ao modelo liberal de governar, pois ao se refugiar na “pérola da coroa portuguesa”, como era apelidado o Brasil, a corte também fugia do “liberalismo” de mercado controlado por “burgueses”, todavia inexistente por aqui. Assim, a construção da nação brasileira se caracterizou por certa originalidade em relação aos países europeus e, principalmente, em relação aos demais países no continente americano. A compreensão de como o intervencionismo estatal e o liberalismo de mercado aqui se implementaram tem como consequência a polícia contemporaneamente e ao discutir saber, poder e verdade no âmbito do controle realizado pelo estado do ponto de vista antropológico, os aspectos locais e sócio-históricos se apresentam, tal qual um clichê, como bons para pensar.

²⁸ Para as descrições históricas, tomei como principais referências os trabalhos de SCHWARCZ e STARLING, 2015; GOMES, 2008; HOLLOWAY, 1997 e BRETAS, 1997, 1998.

²⁹ Tal pergunta, formulada por Michel Foucault (2008) ao desenvolver seu “estudo da prática governamental no exercício da soberania política” (p. 4) considerava “a arte liberal de governar” em seu contexto de surgimento, a Europa Ocidental dos séculos XVII e XVIII, sendo os filósofos daquele tempo e espaço, úteis para compreender o que se realizou na virada liberal. Porém, quando falamos de Brasil, tais reflexões ora parecem mal ajustadas, frágeis e superficiais, ora imposições de modelos *foucaultianos*, duros e artificiais. Qual seria o ponto de ajuste? De um ponto de vista analítico desde a Europa, esse autor pensava sobre a genealogia do poder e de como num contexto colonial se consolidaram as “relações internacionais” dos países europeus que se constituíram como a metrópole de um mundo que seria transformado para se inserir no *mercado*. As intervenções de mercados transvestidas de empreendimentos civilizatórios por todo o continente Americano, o “novo mundo”, tiveram consequências contextualmente situadas e ressignificadas como parte dos processos históricos locais e que tentarei esboçar a seguir.

E foi no Rio de Janeiro que os principais fatos que hoje compõem a narrativa oficial de constituição do “estado-nação” tiveram sede. Em diversas colônias do “novo mundo”, como exemplo mais marcante os Estados Unidos e o movimento pelo “common-sense”³⁰, havia um repúdio às estruturas de poder da metrópole serem reproduzidas e instaladas na colônia. No Rio de Janeiro, caso houvesse qualquer tipo de fobia ao Poder Real³¹, essa foi assolada pela presença não apenas simbólica da realeza, mas principalmente com a presença física de Dom João VI, toda a família real e sua corte. Algo em torno de quinze mil portugueses, praticamente todo o quadro do aparelho estatal: nobres, comerciantes ricos, juízes de tribunais superiores, entre outros se mudaram para território brasileiro e passaram a conviver com a pequena elite colonial rural e com milhões de negros³² oriundos de territórios colonizados por Portugal no continente africano e escravizados no Brasil.

Diante da necessidade de ressidiar a administração da coroa portuguesa, foram criadas no Brasil diversas instituições públicas que seguiam estritamente a legislação proveniente de Portugal e que visavam reproduzir, com ares tropicais, a administração da realeza no Império. Dentro as instituições fundadas, destaco a denominada “Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil”, que seguia o modelo da instituição policial existente previamente em Lisboa e que, após importada, passou a abrigar a “Secretaria de Polícia” e a “Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro”, ambos

³⁰ O movimento “common sense” se localizou nas Treze Colônias britânicas na América do Norte no final do século XVIII, durante o período que ficou conhecido como “Revolução Americana”. Sintetizada no panfleto escrito por um colono britânico, Thomas Paine (1776), sob o título de “Common sense”, este se opunha diretamente ao “royal sense” da metrópole, caracterizando a “*fobia do Estado*” devido a sua presença intervencionista e fiscal, que restringiria a liberdade daqueles que reivindicavam a independência. Interessante contrastar que nos EUA, o termo “senso comum” tem um sentido positivo, sendo usado para descrever algo que é um conhecimento distribuído para todos, e por isso, por todos compartilhado. Em geral, a definição de “common sense” trata esse como uma habilidade básica de perceber, entender e julgar coisas que são compartilhadas por (comum a) quase todas as pessoas e pode razoavelmente ser esperado por quase todas as pessoas sem necessidade de discussão. Em contraste, no Brasil o uso do termo “senso comum” serve para desqualificar opiniões ou discursos, especialmente por se tratar da percepção e daquilo que é de conhecimento da maioria das pessoas, se opondo, por exemplo, ao conhecimento técnico ou científico, que seriam habilidades atribuídas e compartilhadas por poucos. Interessante pensar nos significados de “comum”, relacionados as noções locais de “public” e “público” para refletir sobre os usos e efeitos desses termos em seus contextos locais, (KANT de LIMA, 2009b; MOTA, 2014)

³¹ Real é outra palavra que chama atenção para o contraste, pois em português assume duplo sentido. Se referindo tanto aquilo que é empírico, “reality” em inglês, quanto aquilo que se refere à realeza, “royal” em inglês. No Brasil, ainda, este é o nome que se dá a moeda corrente e é a forma de qualificar a “verdade” produzida no âmbito jurídico, sendo o conhecimento técnico sobre o direito comumente descrever o “inquérito policial” como instrumento para a “busca da verdade real”.

³² Pesquisas estimam que desde a invasão portuguesa, em 1500, até 1850 - quando foi promulgada a Lei Eusébio de Queirós que proibia o tráfico de africanos escravizados, no território do Brasil chegaram cerca de 4 milhões de negros em condição de “cativos”. Metade destes, apenas pelo Cais do Valongo, porto localizado na cidade do Rio de Janeiro. (EMORY UNIVERSITY, 2013)

órgãos que redundaram nas instituições policiais contemporâneas: Polícia Civil e Polícia Militar, respectivamente, as primeiras polícias do Brasil. Seu chefe, o primeiro Intendente Geral de Polícia, chamava-se Paulo Fernandes Viana³³, brasileiro, nascido no Rio de Janeiro e formado em Direito pela Faculdade de Coimbra.

Fernandes Viana tinha como obrigação organizar uma polícia na qual seus subordinados deveriam ser capazes de proteger a família real, resguardando sua integridade e combatendo quaisquer ações de espionagem e de ações subversivas que se acreditava serem inspiradas no liberalismo francês. Suas funções o colocavam como “um agente civilizador”, isto é um “empreendedor moral” dos costumes na cidade e ele tinha como obrigação transformar a bela vila colonial, provinciana, inculta, suja e perigosa numa capital com ares de Europa, lar da monarquia portuguesa. Seu trabalho iniciava-se com obras de infra-estrutura como o aterro pântanos, abastecimento de água e comida, coleta de lixo e esgoto, calçamento e iluminação pública, e construção de equipamentos urbanos como estradas, pontes, aquedutos, fontes, passeios e praças públicas. Além disto, ele se ocuparia de chefiar o policiamento das ruas, expedir passaportes, vigiar os estrangeiros, fiscalizar as condições sanitárias, controlar a circulação dos negros escravizados e recepção dos novos moradores habitantes vindos após a chegada da Corte. De certa forma, a implementação da polícia neste contexto já a orientava para o acúmulo de duas funções sobre o espaço público, uma que seria de construir, e outra que seria de controlar (KANT de LIMA, 2009c)³⁴.

Em certa medida, as leis criminais que foram se consolidando a partir dos processos de urbanização e elaboração dos Estados Nacionais Modernos na Europa do

³³ Cargo que ocupou entre 10 de maio de 1808 até 1821, ano de sua morte.

³⁴ Roberto Kant de Lima (2009c) tem chamado atenção para a distinção da noção de categoria “público” nos contextos brasileiros e estadunidense. Nos EUA, a noção “public” “aparece assim como um espaço coletivo negociado *pele público que dele faz parte*, que pertence ao local e que se compromete a conviver com as diferenças “normais - quer dizer, aquelas que foram explicitamente discutidas e aceitas - num sistema de segregação dos *iguais*, mas diferentes, que procura assim, prevenir explicitamente o conflito latente entre indivíduos únicos com interesses divergentes” (p. 163-164, grifos do autor). No Brasil, por outro lado, “o domínio do público - a *Res Publica*, a “coisa pública” - contraditoriamente ao domínio da sociedade não é representada como o locus da regra local e explícita, de aplicação universal, a todos acessível e, portanto, a todos aplicável por igual (...). Ao contrário, o domínio público - seja moral, intelectual ou até mesmo o espaço físico - é o lugar controlado pelo Estado” (p. 166). Kant de Lima ainda chama atenção para os desdobramentos dessa distinção que faz com que no Brasil seja o Estado e seus agentes que definam quais são as regras a serem aplicadas naquilo que é “público”, produzindo e reproduzindo a desigualdade da hierarquia social. Fabio Reis Mota (2014), ao contrastar o contexto brasileiro com o francês descreve como na França, “o espaço público concedeu a afirmação da igualdade de direitos dos cidadãos. Portanto, todo tipo de particularismo se restringe à esfera privada” (p. 162). Dessa perspectiva, a *res publica* francesa segue a lógica do republicanismo jacobino que teria na escola o “lugar por excelência de construção de um conjunto de conhecimentos e referências, explícitos e implícitos, que permitem a constituição de um espaço político no qual todos os seus pertencentes são iguais, num espaço impessoal e informal” (p. 165).

século XVII são as que inspiram a República Federativa do Brasil no que concerne a consolidação de suas regras penais. Na Europa, gradativamente polícia e justiça foram implementadas e tiveram ampliadas suas responsabilidades de controle do espaço público e prevenção de crimes para investigação dos atos individuais e punição pelo crimes. Naquele contexto, ainda que a ocorrências dos “assassinatos” fosse eventual³⁵, esses ganhavam grande visibilidade e ao longo do século XIX passaram a ter destaque na mídia jornalística e artística que cumpria tanto o papel de relatar os casos, como também de narrar suas versões, julgando, romancizando e até mesmo teatralizando esses crimes³⁶. Esse interesse se demonstrou crescente e fomentou a organização de demandas coletivas pela “investigação policial”, criando espaço para os “detetives”, “peritos” e a “análise científica” de casos de morte³⁷.

No Brasil, como descrevi, as instituições vieram sob encomenda e se aplicaram num espaço-tempo alterando a paisagem social da cidade do Rio de Janeiro que rapidamente se adaptara ao novo status: de colônia distante e bucólica a metrópole tropical e sede do Império. Logo após a chegada da família real em Salvador e depois no Rio de Janeiro, foram registrados o aumento exponencial de crimes em ambas cidades³⁸. A instalação da “cidade” e o crescimento populacional daí derivado alterou a

³⁵ Antes do processo de urbanização provocado pelo período conhecido como das Grandes Revoluções, as mortes capitais eram a forma de execução do poder do Estado por execuções públicas de suplício, pena aplicada que “repousa na arte quantitativa do sofrimento” (FOUCAULT, [1973] 2005, p. 31). Após a “modernização” do Direito Penal, ocorrida ao longo dos séculos 18 e 19, os métodos punitivos se transformaram “a partir de uma tecnologia política do corpo onde se poderia ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto” (id. p.24). Os processos judiciais que se davam contra grupos de indesejáveis, principalmente contra sujeitos considerados como loucos, bruxas e impuros eram objeto de perseguições e julgamentos plenamente documentados que demonstram como tal modernização fez com que as punições deixassem de se voltar para o corpo, diminuindo o uso de práticas punitivas físicas, e passassem a olhar para a “alma” reforçando as penas de castigo em vida.

³⁶ “Qual classe o assassino era, qual classe a vítima era, como a morte ocorreu, todas essas coisas faziam grande diferença ao interesse público” (FLANDERS, 2011, p. 357) eram tipo de perguntas feitas nos jornais e panfletos que circulavam nas grandes cidades européias toda vez que um novo homicídio ocorria. Aos poucos, inserido num contexto de profícua atividade intelectual moderna, orientada para a construção de disciplinas e sistematização e classificação de informações orientadas pelo paradigma humanista, o “crime”, especialmente o “assassinato” tornou-se objeto de estudo.

³⁷ Resultando na “medicalização do crime” promovida pela Escola Positivista e a Antropologia Criminal liderada pelo médico italiano Cesare Lombroso que acreditava ser possível, a partir da mensuração de caracteres anatômicos, definir um “criminoso”. Tais “estudos” estimularam o surgimento de disciplinas como sociologia criminal, higiene social, psiquiatria legal, dactiloscopia e medicina legal que até hoje se imiscuem nas tentativas de explicar os “crimes”, bem como resultou em políticas racistas e eugenistas que levaram a morte milhões de pessoas. Os debates ao redor dos perfis genéticos e a efetivação de um “banco de DNA” das pessoas que cometeram crimes” redundam em novas e atuais formas de se construir o “criminoso” em função de suas propriedades inatas estigmatizadas pelo conhecimento científico. “Desse ponto de vista, é bem natural que o criminoso, personagem perverso por excelência, tenha se transformado numa espécie de bode expiatório, através do qual é uma parte inteira da humanidade que alguns procuram atingir” (DARMON, [1989]1991, p. 286)

³⁸ Antes disso, os “assassinatos” eram a forma socialmente aceita de controle da população escrava, que não tinha seu status de humanidade reconhecido sendo submetidos a condição de mercadoria e tratados

configuração dos conflitos e provocou a difusão de casos de “assassinato”³⁹. Especialmente aqueles considerados “crimes sensacionais” passaram a ser noticiados diariamente, pela curiosidade dos leitores que procuravam nas crônicas policiais experimentar emoções dramáticas e de suspense que alimentavam os “crimes sensação” e a sua larga cobertura midiática no Rio de Janeiro, crescente no período da 1ª República Brasileira (OLIVEIRA, 2014). Tendo como fonte as informações construídas pela polícia, a mídia dava suas versões das narrativas que iriam compor o “inquérito policial”.

A história da polícia do Rio de Janeiro desenvolve e explicita os processos de transição do controle para as instituições públicas modernas e o lugar desta instituição nos mecanismos de manutenção da ordem hierárquica social ao longo do século XIX. Após a queda da monarquia, no fim do século 19, o novo regime republicano realizou uma reforma que visava reorganizar a polícia da cidade do Rio de Janeiro, capital do país (BRETAS, 1997). Naquele período, a necessidade de dar legitimidade à principal polícia do país abriu espaço para a ciência positiva que ajudou a fortalecer a imagem da instituição policial. A reforma também promoveu a burocratização da polícia, tendo se construído uma grande estrutura administrativa para lidar com as investigações⁴⁰. Durante a “Era Vargas”, entre 1930 a 1945, a polícia assumiu ainda mais essa atuação política e passou a se representar como defensora do governo popular, mantenedora da ordem e do poder, combativa aos inimigos internos.

como seres matáveis. Muitas das mortes ocorridas entre a população escrava eram fruto das punições que estes sofriam por sua condição por parte daqueles que deviam os controlar, além de suicídios e tentativas fatais de aborto entre mulheres que eram sistematicamente estupradas e somavam-se aos poucos casos de morte ocorridos entre a população livre, provocados por brigas familiares e demais conflitos de proximidade. Após o processo de urbanização e independência, os casos se tornaram mais frequentes e a execução de escravos era descrita como rotineira. Ademais, “Além das rebeliões, havia a ameaça constante do crime de morte praticado pelo escravo contra seu senhor. E em relação a tal delito, a monarquia não poderia ser tolerante. Em 1829, Pedro I decretou que o homicídio do senhor por escravo era indigno da “imperial clemência”: execuções imediatas.” (CARVALHO FILHO, 2004).

³⁹ O “crime” de “homicídio” sempre esteve definido como ato de “matar alguém”, desde o Código Criminal do Império (1830) cuja referência era o humanismo da Constituição Francesa, passando pelo Código Penal da República (1890) que aboliu a pena de morte, até o atual Código Penal (1940). Curiosamente, sempre foi previsto que homens livres e escravizados fossem julgados da mesma maneira: pelo Tribunal do Júri. (OLIVEIRA, 2011). O último enforcamento oficialmente registrado no Brasil foi o do escravo Francisco, em Pilar das Alagoas, ocorrido em 28 de abril de 1876. É importante mencionar que Francisco não matara o próprio senhor, mas fora cúmplice de dois outros escravos no homicídio do senhor destes. Após esta morte, apesar dos protestos dos escravocratas, Pedro II nunca mais mandou executar uma sentença de morte. (RIBEIRO, 2013)

⁴⁰ É neste período também, ao longo da industrialização das emergentes áreas urbanas que promoveu o surgimento de novos sujeitos, que a polícia se politiza e deixa de apenas defender os interesses do Estado para combater certos tipos de sujeitos políticos, que não apenas os negros, mas também sindicalistas, anarquistas, militantes políticos, entre outros sujeitos considerados desviantes e marginais pelos agentes estatais.

Em 1950, a mudança da capital do país do Rio de Janeiro para a recém construída Brasília também interferiu na estrutura policial, posto que esta teve que se reorganizar após a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Porém, considera-se que a estrutura da Polícia do Rio de Janeiro só sofreu outra reforma após o Golpe Militar de 64, quando foi implementado o regime ditatorial que subordinou as Polícias Estaduais ao comando do exército e teve nas delegacias policiais uma das principais franquias de exercício do poder repressivo.

Com o fim do regime ditatorial imposto pelos militares, em 1985, o governo de transição consolidou a separação das polícias civil e militar dando a cada uma delas uma secretaria de Estado própria (KANT de LIMA, 1995a). Após o período de “transição democrática” e a delimitação da “segurança pública” na constituição federal de 1988 pelo artigo 144 (BRASIL, 1988), o controle das instituições policiais pelos governos estaduais passa a ser localizado nas “Secretarias Estaduais de Segurança Pública”. Foi a partir desta pasta que o Rio de Janeiro iniciou uma reforma no ano de 1999, através do “Programa de Delegacia Legal”. Inicialmente, o programa criou uma separação nas delegacias entre “tradicionais” e “legais”, nos quais estas eram as mais recentes, fruto da implementação do programa que se caracterizava pela “modernização” e “informatização” para “aumento da produtividade” e da “qualidade” do trabalho policial.

No início dos anos 2000, o “Programa Delegacia Legal” trouxe diversas modificações, apresentadas pelo governo como avanços no estatuto da polícia e na forma de realização dos registros. No entanto, os diferentes usos do então novo sistema de dados por parte dos policiais denotam que apesar da informatização, as definições sobre quem deve ou não registrar, o que deve ou não ser registrado, o que merece ser investigado e o que procede ou não virar inquérito demonstram a persistência do domínio policial sobre as “regras do jogo”. Combinada à lógica corporativa policial, “a tradição inquisitorial de produção de verdade faz com que os policiais busquem formas de dizer o direito que não os tornem vulneráveis, já que encasteladas à dinâmica interna da própria instituição” (PAES, 2006, p. 152).

Produto final da “linha de investigação”, o “inquérito policial” é um procedimento burocrático e administrativo da Polícia Civil que reúne de forma inquisitorial e cartorial informações acerca das investigações policiais sobre um crime e persiste compondo como uma das partes do mosaico de formas de produção de verdade que compõe o “sistema de justiça criminal brasileiro” (KANT de LIMA, 1996). Era

neste documento com fé-pública que os policiais alinhavavam “provas”, evidências e testemunhas, organizando as informações construídas pela polícia para definição da “verdade policial”. Tal forma produção de verdade é caracterizada como um “procedimento administrativo” pela qual um sujeito é acusado de um crime sem que este tenha acesso ou conhecimento de tal acusação e, tampouco, direito ao contraditório e ampla defesa.

Deste modo, o “inquérito policial” se caracteriza como um procedimento “pré-processual” e inquisitorial de construção de verdade pela polícia (KANT de LIMA, 1995b) que visa “incriminar” sujeitos, configurando-se como ferramenta para a construção da “sujeição criminal” (MISSE, 2010). A “inquisitorialidade” nos processos de busca da verdade faz com que essa se descole do que seria seu objetivo principal, a realização de uma “investigação policial” e se aproxime da burocracia, o que configura as instituições policiais de investigação sobretudo como uma estrutura burocrática-cartorial centralizada na figura do delegado, agente que incorpora a “autoridade policial” e, portanto, quem define formalmente quais fatos podem ser incorporados nos procedimentos, não havendo definição consensual destes (VIDAL, 2013).

Nesta construção, o “faro” é descrito pelos policiais como aquilo que os leva a encontrar elementos para a construção de uma “verdade policial” sobre os fatos, como se houvesse uma capacidade cognitiva dos “bons policiais” na percepção de certos sujeitos, coisas e fatos em detrimento de outros. Para os policiais, o “faro” se apresenta como uma habilidade para a identificação de suspeitos, posto sua capacidade em reconhecer sujeitos perigosos e/ou criminosos. Expressando a valorização de habilidades naturalizadas e a legitimação do uso da intuição e de *sensibilidades morais*, o “faro” demonstra a decorrência de formas particulares de percepção e interação dos policiais com o mundo. Isto é, formas locais de atribuir sentidos que “só podem ser percebidas e apreendidas em contextos específicos, de acordo com moralidades acionadas em processos de interação particulares” (EILBAUM e MEDEIROS, 2016, p. 25).

Particularmente, são nas “duras”⁴¹, situações que policiais abordam transeuntes, passageiros em ônibus, mototaxistas, entre outros para busca de evidências criminais,

⁴¹ “Dura” e desenrol” são analisados como formas de administração de conflitos decorrentes da mudança na lei de drogas que se concentra nos policiais militares que atuam no policiamento ostensivo em relação a sujeitos flagrados com substâncias psicoativas e “constitui-se por meio de uma interação assimétrica, legalmente irregular, isto é, controlada apenas pelos eventuais policiais” (GRILLO, POLICARPO, VERÍSSIMO, 2011).

em geral porte de drogas, que o “faro” é acionado como uma habilidade. Em alguns casos, se a “dura” for bem sucedida do ponto de vista policial, isto é, caso ocorra a existência de um flagrante, pode haver o “desenrolo”. Um tipo de negociação para que o fato criminal não seja encaminhado para uma delegacia e tenha um registro de ocorrência efetivado.

Nas delegacias por sua vez, é conhecida a prática do “bico”, que consiste na recusa de realização de registros levados pelo público por parte dos agentes policiais. Em geral, justificam que “bicam” os boletins de ocorrências de casos de “feijoada”, quando consideram que não há crime ou o fato que possa ser incriminado. Mais uma vez, o “faro” é usado para definir e delimitar sujeitos e conflitos relevantes ou não para a polícia, sendo considerados muitos deles irrelevantes por não serem “casos de polícia”⁴².

Tais conceitos compartilhados entre os policiais civis, gradativamente acessados e incorporados⁴³ entre eles, passam a corpos os conhecimentos específicos e particulares deste grupo, construindo laços de confiança por amizade, empatia e solidariedade que articulam-se como uma “malha corporativa” que visa manter coeso e reproduzir tais agentes por seu status de poder diante da sociedade. Após um processo de iniciação ritual, os policiais são considerados preparados para a prática cotidiana das repartições, onde se deparam com paradoxos de ordem legal e moral, justificados e mantidos pela força de uma estrutura corporativa, na qual contribuem para a manutenção de certa coesão simbólica e status social. Ao aprender como administrar a máquina burocrática e quais são as técnicas e os valores da instituição estatal da qual passar a ser os agentes, os policiais civis passam a incorporar e a dar vida a uma “malha policial” (KANT de LIMA, 1995a).

Fios

Ao longo de toda a tese, no intuito de demonstrar o que se dá entre técnicas e moralidades que constroem certas mortes como homicídios, certos mortos como vítimas e certos sujeitos como autores, apresento processos de linguagem, de criação, habitação

⁴² Os casos de “feijoada” são aqueles considerados como que não fazem parte do escopo de atuação da polícia. Em geral, conflitos de proximidade como briga entre vizinhos e familiares são tipos de conflito que por não apresentarem relevância criminal aos olhos dos policiais são objeto do “bico”, quando há recusa por parte dos agentes em realizar o registro do caso e, conseqüente, administração do conflito. (GIULIANE, 2008).

⁴³ Sendo o aspecto ritual do acesso inicial a essa incorporação marcado desde a aprovação num concurso público até a formação na Academia de Polícia e que descreverei a partir do contexto da DHNISG no capítulo 5.

e narrativa que envolvem a técnica da “linha de investigação”. No observar do desenrolar desta, atentei para como moralidades eram acionadas e permitiam inferir outras linhas para descrever certa forma de pensar e viver (n)o mundo, demonstrando a realização e organização das atividades daqueles sujeitos em suas regras de conhecimento sobre o mundo. As “linhas de investigação” produzidas pelos policiais não são uma coisa material, tampouco apenas uma ideia social. Assim como as outras linhas nas quais eles estavam envolvidos e faziam parte, elas dizem respeito a relação de fluxo entre esses dois âmbitos, adensando a *malha* composta por pessoas e coisas que se encontram, se cruzam e se misturam, compondo e rompendo os “homicídios” identificados, classificados e administrados por técnicas e moralidades dos policiais.

Para dar forma a tal reflexão, início com as formas de contar e qualificar as mortes intencionais descrevendo no capítulo 1, intitulado “Entre números e categorias”, três casos de morte relacionados entre si, vinculados aos “autos de resistência”, e classificados como “homicídios”. O objetivo é demonstrar algumas das formas de administração e dos valores morais que, neste caso, permitem compreender como se dá o processo de construção e administração de um “homicídio”. Casos de “latrocínio” e “desaparecimentos” também serão demonstrados para descrever o contexto de construção social e sociológica no qual se incluem e excluem “mortes intencionais” e considerando ainda, o debate público e das Ciências Sociais em torno das categorias e sistemas classificatórios que organizam estas mortes oficialmente.

Em face da análise dos usos e representações das especialidades e temporalidades que compartilhei com os policiais durante o trabalho de campo, considerarei a percepção do ambiente, a forma de (se) construir, habitar e circular pelo mundo. Desse modo, no segundo capítulo trarei a experiência de trabalho de campo para o âmbito da Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo e da região metropolitana na qual essa repartição pública atuava. A descrição etnográfica visa demonstrar o contexto no qual se produzem as investigações considerando as representações e classificações que se davam “Entre tempos e espaços”, título deste capítulo.

O conceito nativo “linha de investigação” começará a ser explorado no capítulo 3, intitulado “Entre vivos e mortos”. Nesta parte da tese, irei demonstrar como os policiais orientavam suas atividades baseadas numa “técnica” que manipulava “provas”, “evidências” e “indícios” especialmente na relação com “testemunhas” e “perícia”. Neste capítulo, descreverei alguns casos de homicídio investigados pela DH e que

selecionei como significativos para explicar o trabalho realizado por aqueles policiais, apresentando como o trabalho investigativo e burocrático se consistia em produzir “linhas de investigação” num “inquérito policial” para traçar um “homicídio” e conectar um morto a um vivo.

No capítulo 4, “Entre a ‘guerra’ e o “cartório”, descreverei os outros dois aspectos da “técnica de investigação” engajada na DH explorando como estas eram desenvolvidas na investigação de “homicídios” vinculados ao comércio varejista de substâncias psicoativas ilícitas, o “tráfico de drogas”. Destacarei a atuação dos setores “Cartório”, “Operacional” e “Inteligência” e a análise das categorias da nativas “guerra” e “burrocracia” para compreender como a gestão da “tecnologias de governo” pela qual eram construídos as “linhas de investigação” expressava o exercício de um poder político sobre as mortes e mortos.

Para descrever como percepção, habilidades e formas de vida daqueles policiais que constroem as “linhas de investigação” estão relacionadas, apresento o capítulo 5, “Entre símbolos e interesses”. Neste descrevo como os policiais, após submetidos a rituais de seleção, passagem e iniciação, adquirem saber e poder legitimado pelos Estado para, como agentes, administrarem os “homicídios” e manterem a coesão de uma corporação que os dá acesso, a objetos, símbolos e materiais que os diferenciavam e que reforçavam a solidariedade, o segredo e reciprocidade entre eles.

No capítulo 6, “Entre jornais e inquéritos” descrevo o lugar das informações no estabelecimento de relações com jornalistas, familiares de vítimas e, inclusive com os mortos. Pela investigação policial, se dá a troca de informações que podem vir a ser transformados em um valor, dependendo dos interesses “políticos”, do “público” e da “mídia”. A forte vinculação entre mídia e polícia, não apenas fazia circular “informações” sobre os homicídio e suas “linhas de investigação” como também “repercutia” estas linhas dentro e fora dos limites da repartição. Transformadas em “mercadoria política”, os mortos e suas vidas eram reduzidos a informações que compunham as páginas de jornal, dos inquéritos policia e, inclusive, da presente tese. As informações e o resultado das “linhas de investigação”, eram também valorizados diante do “Programa de Metas” e do “Projeto de Inovação”, ambos parte de uma “estratégia” de construção de uma “imagem” da polícia que visava estabelecer laços desta com a “sociedade”.

Finalmente, concluo propondo refletir sobre a noção de *linha* e *malha* e como, enquanto conceitos, esses permitem observar os “homicídios”, compreendendo as

técnicas e as moralidades acionadas no processo de investigação policial de homicídios. Neste processo, os policiais acabam por articular suas moralidades como ferramenta na construção e na condução das “linhas de investigação”. E, ao traçarem verdades sobre certas mortes, manifestam e conduzem suas próprias linhas de vida. Ainda, na conclusão, exploro a minha relação de pesquisa com este grupo analisando como por um *controle de impressões*, estabeleci com aqueles policiais uma relação de interlocução que contou com a explicitação e alguns vezes tensão de minhas técnicas e moralidades. Ao demonstrar como conduzi a pesquisa com aqueles interlocutores, visto também traçar como minhas “linhas de investigação” foram tramadas.

Capítulo 1 - Entre Números e Categorias

Os “crimes”, tais como conhecemos hoje, obviamente nem sempre foram assim considerados, estes são fruto de processos históricos e políticos pela definição de regras sociais em um determinado espaço-tempo como exercício de poder que “protegem a vida, a propriedade e a personalidade”. Para que haja um “crime” deve ocorrer a subjugação de um sujeito a poderes da acusação social que o definem como um transgressor. Na definição de um crime, “o referente está dado não apenas nos códigos penais, mas na própria linguagem que – na interação – será empregada para distinguir a ruptura da normalidade ou a sua expectativa em um sujeito. (...) O crime é definido primeiramente no plano das moralidades que se tornaram hegemônicas e cuja vitória será inscrita posteriormente nos códigos jurídicos.” (MISSE, 2010 p. 22). Portanto, não são homogêneas as definições do que é um “crime” como tampouco são as formas como esses devem ser respeitados ou, se caso infligidos, punidos. Quero dizer, o que é “crime” e suas regulações variam tanto quanto variam as “leis criminais” e as “moralidades” que as orientam.

O ato de “matar” alguém, um “homicídio”, é considerado um “crime” na medida em que inflige um acordo social que considera a “vida” um bem a ser protegido, um valor inalienável. No contexto por mim observado nesta tese, regem as regras da República Federativa do Brasil que pela legislação criminal estabelece um conjunto normas e punições em casos de “homicídios”⁴⁴. No Código Penal (CP) corrente, promulgado em 1940, o artigo 121 define as punições para aquele que “matar alguém”. Um “homicídio” é considerado um “crime comum” imputado a “pessoas físicas” que comentaram um ato contra outra “pessoa física”, regulando a relação apenas entre indivíduos. Este crime pode ser classificado como “doloso”, quando oriundo de “vontade livre e consciente” ou “culposo” quando não houve intenção de se matar o outro. “Homicídios” podem acontecer tanto por ação, um “crime comissivo”, como por omissão, um “omissivo impróprio”. Podem ser realizados de forma direta ou indireta, por meio físico ou psíquico⁴⁵. Diz-se que o objetivo de se classificar uma morte

⁴⁴ Cabe mencionar que nos EUA um homicídio pode ser classificado como um “first degree murder” ou “felony murder” sendo esta a classificação mais grave seguida por “murder” depois por “manslaughter”, que é menos grave. Ainda, há os casos considerados como “justifiable homicide” que não são considerados crimes.

⁴⁵ Os “homicídios” ainda podem ser “simples”, “qualificados” ou “privilegiados”, diferenciação que diz respeito aos meios e às motivações daquele que realiza este crime.

provocada como “homicídio” é de proteger a “vida” mas essa proteção não pode ser abstrata, só dizendo respeito as mortes já ocorridas e fazendo a regra de não se presumir uma morte. É por isso que se considera que este é um crime “material” e que para defini-lo cabe a realização de um “exame de corpo delito”, sendo “corpo delito” o material do crime. Nos “homicídios”, o “material” do crime é o cadáver, o corpo morto de um indivíduo que é resultado daquele “crime”.

Destarte, de acordo com o “resultado da configuração de obrigações e sanções” (MALINOWSKI, [1926], 2003) vigente no Brasil, temos o “homicídio” como um “crime doloso contra a vida”⁴⁶ considerado tanto uma agressão física quanto moral. Caso seja, o seu autor deve ser identificado, acusado, julgado e punido em sua dimensão pública, legal e moral através das instituições que tem como função o exercício deste controle. Além dos “homicídios”, o título dos “crimes dolosos contra a vida” no Código Penal abarca “suicídios”, “abortos”, “infanticídios” e, mais recentemente, os “feminicídios”⁴⁷. Quando um “crime” como este é identificado e adentra o controle dos agentes estatais, os procedimentos formais se diferem sobremaneira dos demais fatos que devem ser reprimidos e punidos pelo Estado. Os “homicídios” recebem particular atenção dos mecanismos institucionais de administração de mortes em suas fases policiais e judiciais tendo, e em cada uma dessas, agências com atribuições próprias e procedimentos mais ou menos específicos a serem realizados para administração institucional destes “crimes”.

Neste capítulo irei descrever como determinadas mortes foram classificadas e administrada pelas agências policiais e judiciais considerando os aspectos legais e morais expressos sobre os fatos e sujeitos envolvidos. Ainda, apresento algumas categorias utilizadas para se referir às “mortes matadas” e os efeitos destas classificações para a construção dos “homicídios” como um problema a ser percebido do ponto de vista social, sociológico e etnográfico.

Diego

Três de julho de 2011. Passava das seis horas da tarde de sábado quando Diego, um jovem vendedor ambulante de 18 anos, morador do bairro Salgueiro, São Gonçalo

⁴⁶ O dolo se refere a intenção e portanto culpa sobre a morte do outro, diferente dos “homicídios culposos” nos quais a culpa seria “inconsciente” pois não houve intenção de matar.

⁴⁷ A “Lei do Feminicídio” (Lei nº 13.104/15) foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) em março de 2015, incluindo no Código Penal os homicídios cometidos contra mulher em virtude desta condição, ocorrendo em sua maior parte no contexto da “violência doméstica” e outras formas de reprodução de misoginia, machismo e patriarcalismo .

deixou sua casa para “vigiar” a mãe que ia até o ponto de ônibus. Porém, durante o trajeto, um grupo de policiais membros do Grupo de Ações Táticas (GAT) do 7o Batalhão de Polícia Militar do Estado do Rio Janeiro (PMERJ) surpreenderam o jovem, que estava parado de pé na esquina de casa, atirando em sua direção. Para fugir dos disparos, Diego correu e pulou o muro de uma casa abandonada na sua rua. No entanto, enquanto tentava se proteger dos tiros, foi atingido por um disparo de fuzil na perna esquerda caindo, desfalecido. Diego não sabia, mas estava sendo vítima de uma emboscada daqueles policiais para a realização de um "auto de resistência" forjado. Diego se caracterizava como um sujeito cujo tipo era apropriado para ser utilizado nesta prática: jovem, negro, vestindo bermuda, chinelo, boné e camiseta flanando por uma favela.

Naquele dia de sábado, ele já havia trabalhado desde as primeiras horas da manhã vendendo doces na região do Alcântara, também em São Gonçalo. Durante a semana, sua jornada de trabalho começava ao redor das seis horas da manhã, quando saía em busca de clientes, a maioria estudantes e trabalhadores em seus deslocamentos matutinos. Aos sábados, seu público era composto por comerciantes e consumidores do grande mercado de varejo e atacado de roupas localizado naquele bairro. Na noite de sábado, não carregava a mochila ou as sacolas que já havia deixado em casa. Em seus bolsos, apenas um telefone celular e carteira contendo parte do dinheiro arrecadado após o dia de trabalho, trocados de R\$2, R\$5 e R\$10 que iria utilizar para se divertir no sábado a noite depois que a mãe pegasse o ônibus. O resto do dinheiro, grande parte em moedas, havia deixado em casa e serviria para ajudar nas despesas domésticas.

Após ouvirem o cessar dos tiros, moradores saíram de suas casas e dos esconderijos que tinham encontrado iniciada a "operação policial" e se aproximaram do local onde estava Diego. Vizinhos, conhecidos e seus familiares, incluindo sua mãe, tentaram socorrê-lo mas suas tentativas foram em vão, pois o grupo de oito policiais militares envolvidos na "operação" impediu que as pessoas se aproximassem. Diego agonizou por aproximadamente uma hora quando, já morto, foi resgatado por uma ambulância do Corpo de Bombeiros Militar (CBM) que o levou para o Hospital Geral de São Gonçalo. Dali, os policiais militares responsáveis pela "operação" se dirigiram até a 74a Delegacia Policial (DP), no Alcântara e realizaram um Registro de Ocorrência (R.O.) no qual informaram que haviam se envolvido num confronto com membros do comércio ilegal de drogas da localidade de Palmeiras, no "Complexo do Salgueiro". Na troca de tiros, um "traficante" foi atingido e, apesar da tentativa de socorro prestado com

auxílio do CBM, morreu sendo sua morte registrada na Polícia Civil como um "auto de resistência".

Anderson

Vinte e nove de julho de 2011. Aproximava-se das 15 horas de sexta-feira. Anderson, um adolescente de 14 anos, caminhava pelo Salgueiro, onde morava, quando foi interrompido pelos policiais militares que vinte seis dias antes haviam matado, próximo dali, o jovem Diego. Os policiais levaram Anderson para uma região erma da comunidade e ali o torturam seguidamente por horas com o objetivo de obter informações sobre o paradeiro de sua mãe, Janaína, que era umas das testemunhas da morte de Diego.

Anderson resistiu as torturas enquanto pode e não informou aos policiais o endereço de sua casa nem tampouco do trabalho de sua mãe. A sessão de tortura se encerrou quando, por volta das 23 horas, três tiros de fuzil foram disparados contra seu corpo e Anderson foi morto. O corpo do adolescente foi levado pelos policiais militares, em viatura policial, a um hospital. Posteriormente, os policiais que torturaram e mataram Anderson foram à 73a DP, em Neves, e registraram sua morte como um "auto de resistência".

Na manhã seguinte, Janaína procurou a delegacia da região onde vivia, a 72a DP, para registrar o "desaparecimento" do seu filho. Ao mesmo tempo, passou a perguntar por Anderson a conhecidos e procurá-lo em hospitais e abrigos para menores de idade. Dois dias depois, Janaína foi informada pelo policial civil Mariano, da 72a DP, que seu filho havia "dado entrada" no Hospital Geral depois de ser baleado e morto e que seu corpo havia sido encaminhando para o Pólo Regional de Polícia Técnico-Científica (PRPTC), onde fora submetido a exames de necrópsia, aguardando reconhecimento por um declarante. Após reconhecer o cadáver de seu filho e encaminhar os procedimentos funerários, Janaína deixou o IML, voltou à 72a DP e solicitou ajuda ao policial Mariano para proteção, pois sabia quem havia matado seu filho e o porquê.

"Autos de resistência"

O "auto de resistência" é um procedimento administrativo criado no Brasil em outubro de 1969 por uma ordem de serviço da Superintendência da Polícia Judiciária do

antigo estado da Guanabara que regulamentava o registro de mortes cometidas por agentes da polícia em ações consideradas de "legítima defesa" (BRASIL, 1969; VERANI, 1996; SOARES e SOUZA, 2010; MISSE, 2013)⁴⁸. O nome "auto" é um termo proveniente do mundo jurídico para se referir a um conjunto de documentos chamados "peças" que conformam um processo do Estado, podendo ser administrativo ou judicial. Seriam a forma física, o "corpo do processo" (EILBAUM, 2006) no qual se registra uma multiplicidade de discursos para a consolidação policial ou jurídica de certo fatos. Versões "cartorializadas" que atestam em forma de "verdade real" o descrito pelos agentes (KANT de LIMA, 2009b). O termo "resistência" se refere à ação de recusa de um sujeito abordado perante o "poder de polícia" das autoridades. Estas, investidas na hegemonia do Estado em relação ao "monopólio da violência" teriam o "uso legítimo da força" para aplicação da lei, exercício da ordem e manutenção do poder e soberania, consideradas características precípua dos estados nacionais modernos. (WEBER, 1918).

Implementado pela "Ditadura Militar" (1964 - 1982), o "auto de resistência" passou a servir aos propósitos do regime autoritário e nacionalista que passou a administrar e controlar o Estado Brasileiro, se caracterizando pela limitação de liberdades e direitos individuais e coletivos com o discurso de proteção do "interesse nacional" contra a "ideologia comunista". Indivíduos e grupos considerados "perigosos", "conspiradores", "revolucionários", "guerrilheiros" ou vinculados a qualquer grupo que questionasse o regime, sofriam com perseguições políticas, censura e exílios; proibição de manifestações; prisões arbitrárias; torturas; execuções e desaparecimentos, além de uma série de outros mecanismos de forte controle estatal limitavam todas as formas de oposição legal e se utilizavam de técnicas violentas de repressão para o "expurgo dos inimigos", opositores do regime, via exercício e manutenção do poder. (CARVALHO, 2001, p. 155 - 196)

Durante o período da ditadura militar, a "máquina de repressão" praticamente se autonomizou e fez muitas vítimas, em especial membros da classe média, lideranças sindicais e políticas e estudantes secundaristas e universitários. Naquele contexto, a burocratização dos "autos de resistência" foi um dos instrumentos utilizados como

⁴⁸ "No Rio de Janeiro, a figura do auto de resistência surge como procedimento utilizado para registrar casos de civis mortos durante suposta resistência à prisão que se segue a confronto. Inicialmente é regulamentado durante a ditadura militar pela Ordem de Serviço n.º 803, de 02/10/1969 da Superintendência da Polícia Judiciária do antigo Estado da Guanabara, publicado no Boletim de Serviço do dia 21/11/1969." (SOARES e SOUZA, 2010, p. 157)

"técnica de governo" para supressão de um outro construído como "matável" por ser "indesejável" (AGAMBEN, 1995). A rotinização do registro de mortes cometidas por agentes do Estado como legítimas favoreceu a gestão e gerência das mortes sem que fossem se quer questionadas (tampouco investigadas) as condições nos quais estas ocorreram.

Estabelecido como um "poder de polícia" legítimo, a agência do direito do Estado de matar se concentrava nos agentes públicos membros das repartições militares e policiais que investidos do "poder da polícia" utilizaram-se ostensivamente dos "autos de resistência". Após o fim do regime ditatorial e da repressão política aos "comunistas", a prática dos "autos de resistência" permaneceu durante o período considerado como de "transição democrática" (1982 - 1988) e após o estabelecimento de um regime democrático a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988.

Após um breve período do governador Brizola (1991 - 1994) durante o qual predominou-se uma política de incentivo aos "direitos humanos" na atividade policial, o uso letal da força por agentes policiais chegou a ser estimulado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro quando, em 1995, foi criada uma política de premiação por bravura via bônus salarial conhecida como "gratificação faroeste" (MIRANDA, 2014). Naquele período, a produtividade dos policiais era mensurada a partir de "atos de bravura" realizados pelos policiais, especialmente a atuação em situações de confronto nas quais houve morte. A valorização dos enfrentamentos violentos rapidamente aumentou as taxas de letalidade policial. Em resposta, em 1998, o deputado Carlos Minc propôs um projeto de lei que extinguisse tal bonificação, finalmente efetivado no ano 2000, logo após a criação do já mencionado Programa "Delegacia Legal".

O incremento por parte da violência dos agentes do Estado se dava frente ao combate do mercado ilegal de varejo de drogas que desde os anos 1980 se consolidava na cidade do Rio de Janeiro, sendo organizado por facções criminosas localizadas em favelas. Pautada pela lógica de "guerra às drogas"⁴⁹, as técnicas de governo passaram a ter como alvo prioritário um novo sujeito indesejável em um limite geográfico preferencial: os "traficantes" que atuavam em favelas. O confronto e negociações entre

⁴⁹ Termo que ficou conhecido após ser utilizado pelo presidente norte-americano Richard Nixon (1969-1974) pois "as drogas eram o inimigo público número um dos Estados Unidos" como declarou em discurso realizado em 1971. Foi porém pelo presidente Ronald Reagan (1981-1989) que o uso retórico do termo "guerra às drogas" deu lugar a uma política proibicionista e punitivista lançada por ele em 1982 como solução para o aumento no consumo do recém-criado "crack". Seu "ativismo político" contra às drogas teve como um dos resultados o "encarceramento em massa" de jovens negros daquele país. (CARNEIRO, 2002; RODRIGUES, 2012)

os varejistas do comércio de drogas e a polícia se tornaram, e todavia o são, constantes e contínuos. A lógica de "guerra" fortalecida com o argumento de "combate" ao "tráfico de drogas" redundou num processo de "acumulação social da violência" (MISSE, 1999, 2010) que se consolidou e militarizou as agências de segurança pública, ampliando e fortalecendo cada vez mais a repressão contra sujeitos específicos. Nessa disputa construída pelo Estado contra os "traficantes", os policiais passaram a utilizar-se do amparo legal e estatal dos "autos de resistência" para realizar execuções sumárias, justificando todas e quaisquer morte que ocorressem nos limites das comunidades onde havia o comércio de drogas controlado por facções em nome da "guerra ao tráfico".

Com um forte apelo conservador e moralista, tais práticas ainda comovem grande parte da sociedade que expressa apoio moral e social e, em consonância com parte da mídia, difunde a aceitação das práticas violentas do Estado pela máxima: "bandido bom é bandido morto". Oficializando-se na administração pública das mortes e com legitimidade de parcela da sociedade, mesmo que desconhecendo o que efetivamente são os "autos de resistência", de um lado estão os policiais, em sua maioria militares, e do outro jovens negros moradores de favelas e subúrbios na capital e região metropolitana do Rio de Janeiro (MISSE, 2013; FARIAS, 2014).

Para os policiais militares que mataram Diego e Anderson, assim como para tantos outros membros desta corporação, a prática de forjar "autos de resistências" era parte da rotina de trabalho. A atuação de uma Comissão de Promotores da Justiça Argentina na cidade de Buenos Aires que fora criada para investigar a produção de flagrantes forjados por parte de grupos da Policía Federal Argentina (PFA), me parece um caso etnográfico interessante para pensar em contraste tal prática no Rio de Janeiro. Lá, em Buenos Aires, Eilbaum (2006) identificou como os "procedimentos policiais fraguados" eram "parte integrante do processo penal e, de forma mais ampla, de valores presentes na cultura argentina" (p. 248), conformando parte da rotina judicial.

Em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, os procedimentos se iniciavam em sede policial e se valendo da fé-pública dos agentes que declaravam e registravam os fatos. Porém, nos "procedimentos policiais fraguados", a prática consistia em forjar um flagrante por prisão, fazendo o registro que produzia um preso a ser institucionalizado pelo sistema, imputando a um sujeito um ato que não ocorreu mas que foi construído pelos policiais como crime. (EILBAUM, 2006)

No Rio de Janeiro, a prática dos "autos de resistência" se definia em forjar a dinâmica de uma ação policial cujo resultado era a morte, autorizando a execução de um

homicídio pelo Estado. O sujeito produzido como morto pelas mãos de um agente, sendo “morto” novamente quando o cadáver era submetido aos registros médico-legais e burocráticos realizados nas instituições policiais (MEDEIROS, 2016; FARIAS, 2014). A intenção do mecanismo de "autos de resistência" era suprimir a vida de alguém e desclassificava tal ato como “crime”. Nestes casos, a produção do morto pela ação de um agente do Estado, confirmada na qualificação daquele morto com um risco ao policial que o matou estava baseada na premissa legal de que os policiais podiam matar em nome de uma presunção da legítima defesa.

Quando levados do âmbito policial ao âmbito judicial, os promotores de Buenos Aires tinham acesso ao "corpo do processo", isto é, aos autos correspondentes aos fatos que por ele seriam, ou não, investigados. A investigação judicial, que inicialmente seria sobre o crime pelo qual um sujeito foi preso em flagrante, se compreendia de oitiva de testemunhas, incluindo fundamentalmente os policiais que realizaram a prisão e o “acusado”, que em quase todos os casos se reservava do direito de depor. Posteriormente, uma fase oral diante de três juízes e da acusação e defesa, e com a presença física do "corpo do processo" e do corpo do imputado na qual eram reproduzidos oralmente os fatos, repetia e corroborava os “procedimentos policiais fraguados”.

No Rio de Janeiro, os casos deveriam ser investigados pela Polícia Civil, mas quando o registro de ocorrência era registrado numa delegacia distrital geralmente esse era arquivado como um inquérito sem autoria criminal posto que, como já explicado, este ato de matar não era considerado ilícito. Mesmo que houvesse investigação, esta não pressuporia uma ilegalidade por parte dos policiais que realizaram o auto de resistência. Ao contrário, apesar de se saber que muitas vezes a polícia utiliza-se excessivamente da força, havia compartilhada por grande parte dos agentes da segurança pública o "poder da polícia" de matar.

No caso brasileiro, como no argentino, "vínculos fortes" entre os policiais e os demais funcionários da polícia e do Judiciário geravam consequências que apresentavam “uma atitude de pouco controle sobre o trabalho da polícia” (EILBAUM, 2006, p. 295). No Rio de Janeiro, especificamente, levavam ao arquivamento relatado pelo delegado da Polícia Civil e quando encaminhado por aquela autoridade policial ao Ministério Público, no relatório predominariam informações que legitimavam aquela morte como de legítima defesa. No âmbito do Ministério Público, por sua vez, não havendo o uso da classificação administrativa de "autos de resistência", todos os

procedimentos eram classificados sob a categorias presente no Código Penal de "homicídio doloso" (MISSE, 2013).

Porém, mesmo que essas mortes passassem a adquirir tal classificação, eram raríssimas as denúncias por parte do Ministério Público, corroborando mais uma vez com a construção da legitimidade de uma morte provocada intencionalmente. Os poucos casos que chegavam à Justiça eram, em regra, arquivados. Na Argentina, de forma contrastiva, as versões repetidamente apresentadas, apesar de "inverossímeis ou inconcebíveis" eram legitimadas pelo "fato da versão inverossímil de um acusado se repetir de forma quase idêntica com outras versões inverossímeis de outros acusados." O que sugere que "a repetição de um caso com outro caso, e assim por diante, que torna certas versões verossímeis. (EILBAUM, 2006, p. 277)

Não foi, porém, o que aconteceu com as mortes de Diego e Anderson. Na época de sua execução, desde 1999, atuava em São Gonçalo, a juíza criminal Patrícia Acioli que de forma eventual para um juiz criminal da vara do Tribunal do Júri, atuava no combate à "violência policial". Neste trabalho a juíza já identificara uma certa padronização nos registros de casos de "auto de resistência" e um elevado número de mortes em contraste com o número de prisões e apreensões que eram realizadas pelos policiais. Sobretudo, observou este padrão em relação a determinados grupos de policiais que atuavam no mesmo município que ela.

Junto com o promotor criminal Paulo Roberto, que era titular do Tribunal do Júri e com a colaboração de alguns dos policiais civis e militares que trabalhavam no município, Patrícia iniciou um trabalho de investigação dos casos de morte registrados como "autos de resistência", buscando esclarecer as versões apresentadas pelos policiais. Os trabalhos desta "força tarefa informal", como me descreveu o policial civil Mariano, que atuava com Patrícia, conseguiu levantar a participação de mais de 70 policiais do 7º BPM em grupos que atuavam nos bairros de São Gonçalo sequestrando, executando e desaparecendo com vítimas das práticas de "autos de resistência" forjados.

Logo que souberam da morte de Diego, informados pelo policial plantonista do hospital geral, o policial civil Mariano e seu parceiro Vidal, foram à unidade de saúde para buscar dados sobre o morto. Especialmente Mariano era engajado no combate à corrupção policial, em especial milícias e grupos de extermínio, e à prática dos "autos de resistência" forjados, cada vez mais recorrentes em São Gonçalo, seu município de origem e residência. Lotado na 72a DP, no Mutuá, sempre que informado por colegas de novos casos de "auto de resistência", Mariano iniciava uma investigação e reportava

à Juíza para que essa autorizasse a abertura de um inquérito policial. Uma semana depois, quase imediatamente considerando a temporalidade das investigações conduzidas pelas delegacias distritais, algumas testemunhas da localidade foram ouvidas, entre elas a mãe de Anderson, testemunha ocular da morte de Diego.

Quando analisados os autos de diversos procedimentos montados sobre uma fraude se constata que a burocracia constrói documentos que sob uma detida análise permitem identificar um padrão, como foi o resultado do trabalho realizado pela juíza Patrícia Acioli. Ela, que antes de ser juíza já havia atuado como defensora pública na Baixada Fluminense, se considerava uma defensora da democracia.

Uma das formas de identificar a inverossimilhança dos "autos de resistência" para desconstruir a naturalização da rotina institucional deste registro se dava pelos documentos componentes no "corpo do processo" que registravam e informavam sobre o "corpo do acusado": os laudos necroscópicos do Instituto Médico-Legal. Analisando esses documentos se podia identificar aquilo que o "corpo fala". Mesmo que os médico-legistas expressassem a naturalização dessas mortes, eles identificavam nas necrópsias uma forma de matar que seria característica desses agentes, registradas nos laudos sob a forma de evidências: mortos atingidos por tiros a curta distância, grande parte deles disparados quando o atingido estava de costas, ambos indicando que os mortos estavam ou fugindo ou sob custódia, e não confrontando os policiais (FARIAS, 2014; MISSE, 2013).

Para além da maneira como se deu a "dinâmica do fato" que levou à morte, os corpos vítimas de "auto de resistência" também falavam sobre como tais práticas eram direcionadas a corpos específicos: os corpos negros de jovens moradores de favelas e subúrbios. Enquanto realizei trabalho de campo no IML-RJ por nove meses, fossem casos de "auto de resistência" ou "homicídios," eu nunca acompanhei uma necrópsia, tampouco vi nos registros produzidos pelos policiais, o cadáver de uma pessoa branca morta por projétil de arma de fogo. Os dados quantitativos, que descreverei melhor a seguir, confirmavam minha impressão: "Das 1.275 vítimas de homicídio decorrente de intervenção policial entre 2010 e 2013 na cidade do Rio de Janeiro, 99,5% eram homens, 79% eram negros e 75% tinham entre 15 e 29 anos de idade." (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015)⁵⁰. O corpo que falava aos médicos como a polícia mata, também falava a quem quisesse ver quem a polícia mata.

⁵⁰ Em relação aos homicídios no país, em 2012 a proporção foi de 90% de homens, 77% de negros e 54% de jovens.

Assim, as ações da juíza Patrícia na sua prática profissional a levavam a enfrentar aquilo que vem sendo descrito como o "punitivismo penal" da prática de "extermínio de inimigos" que exerce um "governo das mortes" legitimando a violência letal contra um segmento social e racial da sociedade por parte de agentes do Estado (ZACONNE, 2015). Tal forma de punição a certos sujeitos, que se justifica pela "guerra ao tráfico" configura uma "necropolítica"⁵¹ que se reproduz desde o momento do disparo pelo policial militar até o arquivamento do inquérito pela polícia civil e pelo Ministério Público, naturalizando e legitimando aquelas mortes. (MBEMBE, 2003; MEDEIROS, 2016).

No prosseguimento burocrático dos "autos de resistência", delegados, promotores e juízes que deixavam de se imiscuir de suas responsabilidades como agentes da justiça, corroboravam uma forma de gerir o Estado que tinha na morte de certos sujeitos como uma gestão legítima do poder político. A naturalização da legitimidade da prática de forjar "autos de resistência" era tamanha, que devido a sua atuação, tanto a juíza, quanto o promotor e os policiais que trabalham na "força tarefa", não eram vistos com bons olhos, nem mesmo por seus colegas. Ainda, eles eram frequentemente ameaçados de morte, tendo sido, inclusive, apreendida quando na prisão de um miliciano em janeiro de 2011, uma lista de "marcados para morrer" na qual constavam doze pessoas. Os três primeiros, respectivamente, a juíza Patrícia, o promotor Paulo e o investigador Mariano. Apesar de cientes do risco de seu investimento, estes nunca acreditaram que as ameaças fossem se concretizar.

Patrícia

Onze de agosto de 2011, quinta-feira, haviam se passado 46 dias da morte de Diego. Durante seu expediente no fórum de São Gonçalo, a juíza Patrícia, de 47 anos,

⁵¹ A noção de "necropolítica" proposta por Achilles Mbembe (2003) visa dialogar com o conceito de "biopolítica" tal qual elaborado por Michael Foucault considerando suas limitações ao discutir formas contemporâneas de dominação, subjugação e violência. A partir desta desconstrução, ele propõe pensar em "tecnologias de governo" implementadas em determinados territórios que, ao contrário da "biopolítica" um exercício de poder que visaria otimizar corpos e vidas utilizando tecnologias disciplinares para exercer a soberania, a necropolítica se exerceria ao exterminar corpos e vidas sendo o exercício de soberania definir e controlar zonas territoriais nas quais a morte seria tanto a forma de dominação quanto de resistência. Em territórios nos quais se identifica o "necropoder", sendo a Palestina o caso mais latente apresentado por Mbembe, os sujeitos experimentariam um tipo de "genocídio" ao continuamente presenciarem pessoas próximas e conhecidas sendo submetidas a técnicas de governo que suprimem suas vidas. Voltarei a mobilizar esse conceito no capítulo 4, ao analisar os efeitos das "linhas de investigação" em casos classificados como da "guerra". Além de definições territoriais, o necropoder incidiria sobre os sujeitos sobretudo por sua racialização via racismo que atingiu os judeus e outros povos, principalmente os negros.

decretou a prisão preventiva de oito policiais militares acusando-os de forjar o auto de resistência contra Diego e, portanto, os pronunciando como responsáveis criminalmente por sua morte. Na ocasião, em cooperação com o Ministério Público e com a Polícia Civil, a magistrada já acumulava provas suficientes de que aqueles policiais militares compunham um "grupo de extermínio" que praticava extorsão e sequestro de traficantes de droga, além de forjarem "autos de resistência" tendo cometido entre os anos de 2010 e 2011 pelo menos onze "homicídios" em favelas no município, incluindo as mortes de Diego e Anderson.

Ao ser informada pessoalmente pela própria Patrícia da prisão dos policiais militares, por volta das 19 horas da noite de quinta-feira, a advogada Renata telefonou para o sargento Franco, com quem manteve um relacionamento amoroso, avisando que finalmente a juíza assinara o mandado de prisão contra eles e seus colegas. Franco e seus colegas eram membros do Grupo de Ações Táticas (GAT) do 7º BPM e já sabiam que a juíza estava "de olho neles". Renata, que também se considerava uma amiga da juíza, só deu a informação confirmando aquilo que eles já sabiam: que seriam "pegos pela juíza".

Renata também contactou Pier, que era seu cliente e que desde 16 de junho se encontrava preso no Batalhão Especial Prisional da PM, em Benfica, na zona norte do Rio, pela morte de Diego. Junto com Pier, também estava o cabo Souza, preso pelo mesmo crime. Além de Pier e Franco, Renata ainda falou com outros dois policiais que em breve seriam presos e com quem tinha contato constante: o chefe do GAT, o oficial Mauro Jimenez e o cabo Sandro.

Como já mencionei, Patrícia era titular do Tribunal Júri e atuava com apoio da "força-tarefa" reclassificando os "autos de resistência" como "homicídios", o que redundava na possibilidade de construção da verdade judicial com o suporte de jurados. Se consideramos o Júri como um espaço de expressão moral, (KANT de LIMA, 1995b; RINALDI, 1999; FIGUEIRA, 2008; MOREIRA LEITE, 2006; EILBAUM, 2013; SCHRITZMEYER; 2013), em especial sobre a vida do sujeito morto, pode-se pensar que a atuação de Patrícia enquanto juíza não era de julgar os policiais militares, mas de consultar a "população", mediante o julgamento das evidências levantadas pela Polícia Civil e pelo Ministério Público, sobre a legitimidade ou não da máxima "bandido bom é bandido morto".

Particularmente, nos casos de "auto de resistência" que eram reclassificados como "homicídios" a partir do trabalho da "força-tarefa" liderado pela juíza, não havia

questionamento da autoria, como pode ser observado em outros casos no Tribunal do Júri. (RINALDI, 1999; FIGUEIRA, 2006; MOREIRA LEITE, 2006; EILBAUM, 2013; EILBAUM e MEDEIROS, 2016). Ao contrário, a forma como aquele ato intencional de matar foi inicialmente classificado já explicitava, pela confissão, sua autoria e se baseava na legitimidade desta para justificá-la. Quando levados ao Tribunal do Júri, o que se julgava em relação a esses casos reelaborados como "homicídios" era a legitimidade, ou não, por parte dos agentes do Estado em cometer aquele ato de matar. Patrícia, que discordava e explicitava sua discordância em relação à rotinização e decorrente vulgarização das mortes por agentes do Estado, exercia através do seu poder de juíza criminal um tipo de interferência moral neste senso comum, levando aos "representantes" da "população", os jurados, o questionamento de tal legitimidade mas também punindo seus responsáveis.

Após o contato pela advogada Renata de que a prisão seria eminente, os policiais decidiram que aquele era finalmente o dia de efetuar as ameaças e "dar um fim" na juíza. Eles já haviam frustrado duas tentativas anteriores na mesma semana. A primeira fora durante a realização de uma reprodução simulada, cancelada pela juíza; a outra porque quando Patrícia deixou o fórum o cabo Galo, responsável por vigiar sua saída cochilou dentro do carro e não a viu saindo. A decretação da prisão parecia ter sido a motivação final para executá-la ainda naquela noite.

Passava das onze horas da noite quando Patrícia saiu sozinha do Fórum de São Gonçalo, dirigindo seu carro Palio de cor prata. Ela não contava com nenhum tipo de escolta naquela época, apesar das constantes ameaças de morte. Anteriormente, ela já havia sofrido outras ameaças, inclusive por traficantes de drogas de São Gonçalo, os quais também costumava combater rigorosamente via seus poderes de juíza da Vara Criminal. Patrícia era reconhecida, inclusive por ela mesma, como "dura", "rigorosa" e que atuava "pela justiça". E também como uma "figura *polêmica*", especialmente por seu relacionamento amoroso com um policial militar⁵², período no qual foi protegida com escolta oficial disponibilizada pelo governo federal⁵³.

Patrícia talvez soubesse que sua morte estava sendo planejada, mas naquela noite parecia não saber que estava sendo vigiada pelo cabo Galo. Ele estava num carro

⁵² Tais elementos eram redundantemente acionados pelos meus interlocutores em entrevistas e nas audiências do júri para descrever a personalidade, o estilo de trabalho e as relações pessoais da juíza

⁵³ Desde 2007, a juíza não tinha escolta e, após aquele ano, apesar de sucessivas solicitações, teve seus pedidos negados pelos responsáveis por tal determinação. Particularmente, o juiz presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

estacionado próximo a saída do Fórum e depois que a juíza saiu, começou a segui-la. Os policiais Jimenez e Sandro estavam numa moto, adquirida com milicianos pagos com dinheiro de "espólio de guerra"⁵⁴, e após certa dificuldade para acionar o veículo saíram em velocidade para também seguir a juíza. O carro seguiu Patrícia até um determinado ponto, na região do Colubandê. Ao final, apenas a moto realizou todo o trajeto de aproximadamente 30 quilômetros desde São Gonçalo até Piratininga, em Niterói, onde vivia a juíza.

Não era a primeira vez que Jimenez e Souza iam até a residência da juíza naquele dia. O levantamento do registro de câmeras de segurança durante posterior investigação pela Polícia Civil, mostrou que por volta das 16h do mesmo dia um homem que, posteriormente foi identificado com o tenente Jimenez, esteve caminhando no condomínio onde a juíza vivia. Ele estava acompanhado pelo cabo Sandro, que pilotava a motocicleta. Nas imagens, vê-se Jimenez vestindo calça jeans clara, casaco escuro e tênis branco, a mesma roupa usada por um dos executores dos tiros. A presença de ambos no "local de crime" derrubava a versão de que apenas após assinatura do mandado de prisão é que os policiais tomaram a decisão de matá-la, agindo de "cabeça quente". Ao contrário, antes mesmo de saberem pela advogada Renata de tal decisão, já haviam estado no local por cerca de meia hora.

Era quase meia noite quando Patrícia chegou em casa num condomínio de classe média nos arredores da Lagoa de Piratininga onde morava com sua família, incluindo sua mãe e seus três filhos. Ela parou o carro em frente a sua casa, para descer do carro e abrir o portão da garagem quando foi surpreendida por dois homens que estavam na moto. Antes mesmo de abrir a porta do carro, Patrícia foi atingida por disparos. Alguns minutos depois, seu filho mais velho que ouviu os tiros, saiu pelo portão e encontrou o carro da mãe alvejado. Ele pegou uma pedra que encontrou na rua, quebrou o vidro e viu, dentro do carro, aquilo que posteriormente me foi descrito pelo delegado que conduziu a perícia de local como "uma cena de horror". O corpo de Patrícia foi alvejado por 21 tiros distribuídos na cabeça, tórax e abdômen.

Naquela mesma noite, agentes da Divisão de Homicídios da Capital (DHC) passaram a investigar a morte de Patrícia e foram até Piratininga para a realização da "perícia de local de crime". Em uma semana, as investigações que tiveram o investimento de trabalho de "60% do efetivo da DH", como afirmado por policiais que

⁵⁴ Expressão utilizada para se referir aos bens materiais que são deixados pelos mortos e saqueados por aqueles que vencem um combate bélico.

entrevistei e participaram das investigações, concluíram de forma célere para os padrões de investigação convencional. A investigação conduzida pelos agentes da DHC foi descrita como “exemplar” e indiciou onze policiais militares, incluindo aqueles que mataram os jovens Diego e Anderson e que foram os mesmos que planejaram e executara a juíza.



Figura 1. Delegado e perito do GELC da DHC examinam o carro de Patrícia Acioli
Fonte: Blog do Garotinho

Apesar das diversas testemunhas que prestaram declaração, durante os julgamentos foi dito que foram as "provas técnicas" que determinaram o envolvimento dos acusados. Além destas, foram porém duas “delações premiadas” realizadas pelos policiais Franco e Sandro que auxiliaram a confirmar o levantando nas “provas técnicas”, como imagens das câmeras de segurança que demonstraram toda a "dinâmica do fato" acima descrita e o detalhamento da posição dos acusados baseada no GPS dos aparelhos de celular. Registros de ligações foram usadas para demonstrar um intenso fluxo de contatos realizados entre os policiais, especialmente Jimenez, Sandro e o comandante do 7º BPM, o coronel Alfredo.

Por autorização judicial, todas as ligações dos dez policiais membros do GAT chefiado por Jimenez foram grampeados. No dia seguinte à execução da vítima, Jimenez, Jacó, Franco e outros cinco policiais foram presos, a partir do mandado de prisão pela morte de Diego que havia sido assinado por Patrícia. Ironicamente, as escutas telefônicas realizadas pelos policiais enquanto estavam presos pelo homicídio de Diego, cujo processo era supervisionado por Patrícia, foram usadas na investigação da morte da própria juíza. As escutas foram fundamentais para incrementar a acusação,

especialmente porque, nos grampos, diálogos evidenciavam uma "conduta" dos policiais presos considerada como "condenável".

Nas conversas, as condições nas quais se encontravam no BPE explicitavam um conforto que não era legalmente previsto a pessoas em condição de restrição preventiva de liberdade e tampouco correspondiam com a expressão moral daqueles que acabaram de cometer o assassinato de uma juíza. Por conta do "comportamento" dos policiais, o registro das escutas foi incorporado ao inquérito. Entre as ligações, uma das que mais foi destacada por policiais civis e promotor de justiça como expressão da "dissimulação" e da "constante sensação de impunidade" era a do tenente Jimenez conversando com a sua mãe sobre visitas e solicitando que ela levasse "umas seis ou oito caixas" de cerveja e que era para ela "botar [na bolsa] o que der. Bota duas garrafas de vodca também".

A perícia dos projéteis de arma de fogo utilizados encontrou três tipos diferente de calibres que indicavam quais armas foram usadas no crime: .38, .40 e .45, essas últimas de uso restrito da polícia, confirmando o declarado por Sandro em sua "delação premiada", que confirmou que houve desvio de projéteis do 7º BPM com auxílio de Souza para execução do crime e explicou a "dinâmica do crime", confessando que havia feito disparos contra a juíza mas que "segundos depois, já estava arrependido". Franco que também aceitou realizar delação premiada na DHC declarou, confirmando a participação do comandante do 7º BPM, o tenente-coronel Alfredo, como mandante do crime.

O inquérito policial relatado em outubro de 2011, concluiu que desde o mês de março havia o planejamento para execução da juíza e que foi partir de abril que o grupo de policiais do GAT chefiado por Jimenez decidiu que parte da arrecadação periódica do "espólio de guerra", decorrente de operações em favelas de São Gonçalo e que era compartilhada pelos policiais, seria ser usada no pagamento de uma milícia que atuava em Jacarepaguá para matar a juíza. Naquele período, entre acordos e extorsões de membros do tráfico de drogas que geravam o "espólio de guerra", o grupo de policiais arrecadava ao redor de R\$ 12 mil por semana. Os milicianos seriam contratados para executar Patrícia Acioli. Após a prisão de Pier e Souza, porém, eles mudaram de planos.

Os onze policiais militares foram denunciados pelo Ministério Público ao 3º Tribunal do Júri de Niterói por "homicídio triplamente qualificado", sendo as qualificadoras "motivo torpe", "mediante emboscada" e "para assegurar a impunidade de outros crimes". Dez dos onze réus também foram indiciados por "formação de

quadrilha". Na fase dos julgamentos, os processos foram desmembrados em sete, devido a solicitação de recursos a outras instâncias judiciárias por parte das defesas.

Os sete julgamentos do Tribunal do Júri foram realizados no intervalo de menos de 16 meses, nos quais todos os réus foram condenados⁵⁵. A dinâmica dos julgamentos variava de acordo com o envolvimento de cada acusado. A valorização da vítima como uma defensora da justiça, conhecida por seu rigor, "linha dura" e atuação "firme" que se refletira em seu trabalho em São Gonçalo, onde já havia acusado e condenado mais de sessenta policiais militares "corruptos" que atuavam no 7º BPM se reforçava, tanto quanto o caráter cruel de sua execução. Patrícia era constantemente lembrada não apenas como a vítima desse "homicídio cruel" mas também como "uma mãe de família", "uma mulher justa" e uma "figura exemplar". A morte de Patrícia ainda era considerada como "uma ameaça a democracia" tendo sua morte significado também "21 tiros contra a Justiça" (TARTAGLIA, 2011).

O primeiro julgamento realizado foi o do cabo Sandro que ocorreu em 4 de dezembro de 2012. Este réu permaneceu utilizando-se do "benefício" da "delação premiada" ofertada pela acusação, desta vez representada pelo Ministério Público e confessou diante do júri que foi ele e o tenente Jimenez quem atiraram contra a juíza. Sandro também explicitou como foi planejado todo o crime, confirmando a versão apresentada pelo delegado da DHC que dirigiu as investigações policiais. De acordo com ambos, todos os policiais acusados sabiam do crime, tendo inclusive concordado com o uso do chamado "espólio de guerra", isto é armas, drogas e dinheiro "apreendido" nas operações que não eram apresentadas nas ocorrências registradas em delegacia e que eram apropriadas particularmente pelos policiais para, nessa ocasião, o pagamento dos milicianos que inicialmente seriam contratados para executar Patrícia. Sandro foi condenado a 21 anos de prisão, tendo sua pena reduzida em "benefício" da delação premiada.

Em seguida, nos dias 29 e 30 de janeiro de 2013, ocorreu o julgamento dos policiais Machado, Franco e Galo, todos condenados a pelo menos 20 anos de prisão por "homicídio triplamente qualificado" e "formação de quadrilha". Franco que, inicialmente havia confessado sua participação no crime e acordado com o delegado da DHC a realização da "delação premiada", desistiu no Tribunal do Júri de fazê-lo. De acordo com Renata, que prestou depoimento como testemunha de acusação, Franco

⁵⁵Para uma descrição e análise dos primeiros três julgamentos, ver SILVA, 2013.

desistiu da "delação premiada" por ter sofrido ameaças de morte: "Não há outro caminho pra ele. (...) Ele falou por livre e espontânea vontade. Alguém no meio do caminho fez ele voltar atrás. Há boatos de que o coronel Alfredo teria ameaçado toda a família dele de morte". Dentre as informações que ele declarou na "fase policial" da investigação, havia a confirmação de que o mandante do crime era o comandante do 7º BPM na época, o coronel Alfredo.

Três meses depois, em 16 de abril, foi a vez do policial Souza ser condenado a 19 anos e seis meses de prisão. Ele, que se encontrava preso quando Patrícia foi assassinada, foi condenado por participação no planejamento e por ter realizado funções operacionais, entre elas o desvio de projéteis do 7º BPM, que o incluíam como cúmplice do homicídio. No dia seis de dezembro, foi o julgamento do oficial Jimenez, além de chefe do GAT era considerado o mentor intelectual e executor da morte de Patrícia. Segundo descreveu Sandro em sua delação premiada, no momento do crime após realizarem os primeiros disparos contra a juíza, Jimenez recarregou a sua arma e executou novos disparos, o que chamou a sua atenção e que foi, durante o julgamento, apresentado pela acusação como evidência do "ódio" que Jimenez tinha contra Patrícia. Do ponto de vista dos investigadores, tais disparos excessivos foram fundamentais para identificação dos suspeitos, pois tais projéteis utilizados por Jimenez foram identificados pelo número de série como os projéteis distribuídos ao 7º BPM que haviam sido desviados pelos policiais, acusação esta que já havia recaído sobre o policial Souza. Ainda, os registros das ligações telefônicas especialmente aquelas com o coronel Alfredo e as transcrição das escutas das ligações grampeadas foram destacadas para demonstrar "a forte relação entre os dois" e como Jimenez era "frio e calculista", pois planejara inclusive um "churrasco" para "celebrar a morte da juíza", como foi dito pelo promotor do Tribunal do Júri ao comentar os pedidos de Jimenez a sua mãe.

Em sua defesa, no seu depoimento diante do Tribunal do Júri, Jimenez argumentou que tais provas foram plantadas e afirmou que a delação de Sandro foi "inconsequente e irresponsável" pois esse teria ficado "desesperado por um crime que ele cometeu de cabeça quente e queria buscar uma diminuição de pena". Ainda, em relação ao GAT por ele chefiado, afirmou: "o meu GAT era o mais produtivo de São Gonçalo, o que fazia mais apreensões. Eu afirmo isso sem medo de errar. Em qualquer comunidade de São Gonçalo, nós sempre fazíamos várias apreensões (...) nunca recebi dinheiro do tráfico ou pratiquei extorsões". Apesar de negar veementemente sua participação, Jimenez foi condenado a 36 anos de prisão recebendo a pena máxima de

30 anos por homicídio triplamente qualificado e seis anos por formação de quadrilha armada.

Em 20 de março de 2014, ocorreu o julgamento do tenente-coronel Alfredo, comandante do 7º BPM quando Patrícia foi assassinada e considerado o mandante do crime. Após o julgamento de quase 18 horas, ele também foi condenado a 36 anos de prisão. Também foi determinada a perda de cargo público do militar, que por sua "influência no crime organizado do Rio de Janeiro" já estava preso preventivamente numa penitenciária federal em Rondônia, na região norte do país. Em 4 de abril de 2014, foi o julgamento dos policiais Jacó e Vander que foram condenados a 25 anos de prisão, também por "homicídio triplo" e "formação de quadrilha". Finalmente, dez dias depois, em 14 de abril, ocorreu o último julgamento relativo ao homicídio de Patrícia tendo como réus os policiais Pier e Luan. Pier, que estava preso na época do crime por conta do "homicídio" de Diego, foi condenado a 25 anos de prisão por "homicídio triplo" e "formação de quadrilha", apesar das declarações de Renata, sua advogada na época do crime e que o informou de sua prisão pela morte de Diego. Segundo Renata, Franco havia dito que Pier não sabia do crime e que caso soubesse, teria contado a ela que, por sua vez, contaria a Patrícia. Porém, a acusação o culpava por ter aceito compartilhar os lucros do "espólio de guerra" para financiamento da execução de Patrícia.

Luan foi condenado a quatro anos e seis meses em regime semiaberto, por "violação de sigilo funcional qualificado". Ele era o único dos policiais que sabia onde Patrícia vivia pois anos antes, quando atuava no 12º BPM, em Niterói, foi responsável por uma ocorrência na residência de Patrícia. Sua participação no crime se deu ao, um mês antes, indicar o endereço da juíza aos executores de sua morte, o que levava a acusação a confirmar que ele sabia do planejamento do crime. Porém, no júri, o Ministério Público optou por pedir a "desclassificação" da acusação por homicídio, que foi aceita pelo júri pois segundo o promotor de acusação "Ele não é santo. Tem 80% de chance de ele saber, mas para chegar em casa e dormir tranquilo [eu] precisaria ter 100%".

Desde a sua morte, diversas foram as homenagens prestadas à Patrícia. Além da "sensação de que a justiça foi feita", como declarou uma das irmãs de Patrícia depois do resultado do último julgamento, outras formas de se "fazer-justiça" e de se honrar a memória da juíza foram manifestadas. Manifestações por seus familiares, como um ato realizado em frente ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e outro na Praia de Icaraí

em Niterói, onde foi plantada uma árvore e instalada uma placa em homenagem a juíza, logo após o assassinato. Em 2012, a "Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro - (AMAERJ) criou o "Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos" que tinha como objetivo “homenagear a memória da juíza Patrícia Acioli – assassinada em 2011 – e dar continuidade à luta da magistrada em prol da dignidade humana”⁵⁶. Em São Gonçalo, em 2013 uma nova cadeia pública e em 2014 o novo Fórum em Alcântara também receberam o nome da magistrada como homenagem à figura da juíza e "contra a impunidade, contra a qual o Estado luta diariamente, e uma reverência à Justiça e à liberdade" como declarou o então governador Sérgio Cabral na ocasião de inauguração do Fórum (BARCELLOS, 2014).

Mariano

Diversos "detalhes" sobre a história das mortes de Diego, Anderson e Patrícia me foram relatados pelo investigador Mariano, que conheci na DHNISG. Ele tinha aproximadamente 60 anos, alto, grisalho, de barba e olhos fundos. Era o chefe do Setor de Busca Eletrônica naquela delegacia. Considerado "um homem marcado para morrer" desde que foi encontrada a "lista dos onze", apreendida, como me disse, junto com um "miliciano" preso sob ordem da juíza Patrícia em janeiro de 2011, acusado de ser líder do "Bonde do Zumbi”.

De acordo com Mariano, o "Bonde do Zumbi" era um dos grupos de extermínio mais "ativos" em São Gonçalo, tendo entre seus membros policiais militares, bombeiros militares e ex-policiais. Ele conhecia bastante a atuação desse grupo pois durante sete, dos 25 anos que esteve na polícia, foi o responsável pelo "Núcleo de Investigação de Homicídios" da Delegacia Policial do Mutuá⁵⁷ e que após conhecer a Juíza Patrícia, empreendeu-se na investigação de "homicídios", principalmente daqueles oriundos de "autos de resistência" forjados realizados por policiais militares. Apenas Mariano, ao longo desses sete anos de trabalho, encaminhou a juíza Patrícia quase 100 mandados de prisão de policiais militares do Batalhão Policial do município: "é por isso que muito PM me odeia!”.

⁵⁶ Em sua 5ª edição, Lucía Eilbaum e eu nos inscrevemos no prêmio e fomos selecionadas em 2º lugar na categoria “trabalhos acadêmicos” com o trabalho intitulado “Violência policial” contra quem? – direitos, moralidades e ordem pública, no Rio de Janeiro” cuja cerimônia de premiação ocorreu em 7 de novembro de 2016. (AMAERJ, 2016).

⁵⁷ Após a implementação do Programa Delegacia Legal e anteriormente a inauguração das divisões de homicídio, as delegacias policiais distritais passaram a ter um grupo de investigadores organizados em “Núcleos de Homicídios”, nos quais se dedicavam exclusivamente a investigação destes tipos de crime.

Em todas as vezes que conversamos, Mariano me explicitava o seu discurso "anti-PM", explicando porque mesmo antes da morte da Juíza por aquele grupo de PM's que "fez o que fez", ele já combatia a "violência policial". Para ele "há uma história antes e uma história depois da Juíza" pois o fato de ter sido morta uma magistrada e de terem sido condenados todos os policiais acusados demonstra uma ação contra tais grupos de extermínio e também uma alteração na perspectiva de muitos dos policiais que atuam na região.

Ainda, o caso trazia a tona a importância de se combater tal tipo de violência: "eles não tem limites". Quando comentava que todos os policiais acusados pela morte de Patrícia foram condenados, Mariano destacava que "no caso dela, a justiça foi feita", e que as mortes de Diego e Anderson ainda não havia sido julgadas pelo Tribunal do Júri de São Gonçalo mas que "tem muita coisa aí, (es)tavam esperando terminar todos os da juíza pra poder entrar com os deles. Porque aí, não tem mais escapatória".

Mariano era uma das testemunhas de acusação no Tribunal do Júri do caso da juíza Patrícia e seus depoimentos costumavam ser de forte expressão de emoções, chegando algumas vezes a chorar e explicar que, por ser ameaçado de morte, "sofria muito com a pressão psicológica". Desde o assassinato de Patrícia, ele tinha uma escolta composta por policiais civis e usava quase que constantemente um colete a prova de balas. "Eu só não uso colete aqui [em sua sala na DHNISG] e em casa. Fora isso, uso sempre! É verdade que não vou pra muito lugar, num fico dando sopa por aí", reforçando a sensação constante de estar com sua vida em risco.

Durante os julgamentos, foi declarado pelo delegado que coordenou as investigações desde a DHC que o acusado Franco, que posteriormente havia desistido de realizar o procedimento de delação premiada em juízo, confessou que em uma conversa o comandante Alfredo teria autorizado o oficial Jimenez a realizar o assassinato da juíza Patrícia. Porém, nesta conversa, inicialmente, os dois policiais debatiam a morte do inspetor Mariano. O comandante pediu para que o inspetor fosse morto afirmando que "covardia se combate com covardia", em relação a suas investigações dos casos de auto de resistência forjados. Em resposta, Jimenez perguntou: "E a juíza?" e Alfredo, que a considerava um antigo desafeto pessoal de Patrícia respondeu: "Aí você estaria me fazendo um favor!".

Como já descrevi, o "favor" de matar a juíza não ficou impune e com a condenação de todos os réus, para Mariano foi feita "justiça". Em sua narrativa ele demarcava uma profundidade temporal daquele crime, reforçando a ideia de um antes e

depois. Ainda, me apresentou que para ele os efeitos da vinculação da morte dos jovens com a morte da Juíza seriam positivos. "Agora é fazer justiça pelos garotos. Era isso que ela queria fazer e eles (os policiais) não quiseram deixar".

"Homicídios decorrentes de intervenção policial"

As mortes de Diego, Anderson e Patrícia ocorreram pouco mais de um mês depois da morte de Juan, um menino de 10 anos que fora morto e teve seu corpo desaparecido por policiais militares do 20º BPM em Mesquita, Baixada Fluminense. A repercussão deste "caso", mais um que evidenciava a extrapolação do uso dessa prática burocrática configurada como violência por parte do Estado, impulsionou a criação de uma resolução pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SDH) que abole o uso do termo "auto de resistência" e recomenda que os registros de mortes cometidos por policiais em situação de confronto sejam classificados como "homicídio decorrente de intervenção policial" (BRASIL, 2012).

Para além dos efeitos simbólicos na mudança da categoria, definir as mortes por "auto de resistência" como "homicídios decorrentes de intervenção policial" implicaria em novos procedimentos a serem realizados desde o registro na Polícia Civil até o encaminhamento ao MP e ao Judiciário, mesmo aquelas nas quais se confirmasse a ocorrência de um confronto e se reconhecesse a exclusão de ilicitude por parte do agente policial.

Como no caso contrastado de Buenos Aires, em relação aos "procedimentos fraguados", a partir do uso de uma nova forma de se referir aos popularmente conhecidos "procedimentos truchos", surgiu uma "forma de organização das denúncias e nas implicações das mesmas." e, a partir daí "os procedimentos "fraguados" foram, por motivos técnicos e políticos, separados do universo dos procedimentos "truchos". Na cidade de Buenos Aires, os procedimentos fraguados se constituíram em uma causa de "direitos humanos." (EILBAUM, 2006, p. 245)

Seguindo a resolução da SDH, em janeiro de 2013 a Polícia Civil do Rio de Janeiro expediu uma portaria proibindo o registro da categoria "auto de resistência" nos registros de ocorrência e determinando o uso da categoria "homicídio decorrente de intervenção policial" (RIO DE JANEIRO, 2013) como recomendado pelo governo federal. Ainda assim, o ato não seria inicialmente considerando um "crime" e, portanto, no que concerne a sua investigação, apenas aqueles nos quais houvesse claros indícios

de tentativa de forjar seriam investigados após "avocados" a uma Divisão de Homicídios, a partir de demanda e/ou autorização da chefia da Polícia Civil. Em geral, muitas dessas mortes, ainda que registradas como "homicídios decorrentes de intervenção policial", continuaram a ter suas "investigações" conduzidas nas delegacias distritais.

Com a criação das Divisões de Homicídio na região da Grande Niterói e na Baixada Fluminense, exatamente as áreas na região metropolitana de maior incidência de casos de "autos de resistência", esses passaram a figurar entre os crimes investigados pelos agentes dessas repartições. Na DHNISG, todos e quaisquer casos de morte cometida por policial tinham seu inquérito chefiado pelo diretor da divisão, que contava com uma equipe de policiais de sua confiança para conduzir as investigações, incluindo aí o investigador Mariano. Não cheguei a acompanhar tais inquéritos durante a realização do trabalho de campo, e dos poucos que tivesse acesso, foi quando circulavam pelos setores como Cartório, Inteligência Policial e Busca Eletrônica, para que os agentes desenvolvessem solicitações específicas, tais como sarquear um "envolvido" ou incluir uma "peça".

Pela característica de materialidade e autoria previamente esclarecidas, como já descrito, os "homicídios decorrentes de intervenção policial" investigados na DHNISG não necessitavam de grandes investimentos para a investigação, restando apenas que fossem levantadas algumas informações pontuais sobre as vítimas e os policiais envolvidos, posto que estar sendo investigado na DH já indicava que fora levantada alguma dúvida a respeito da versão registrada pelos policiais inicialmente.

Casos de "autos de resistência" não ocorrem apenas no estado do Rio de Janeiro, estando presentes em suas versões específicas em todas as unidades da confederação. No entanto, o aprimoramento dos registros estatísticos no estado através do Instituto de Segurança Pública (ISP), possibilitou a sistematização e divulgação de dados registados pela Secretaria de Estado de Segurança de forma mais completa. Combinado ao estímulo através de políticas públicas por parte do governo federal para a maior transparência e qualidade no que se refere aos números produzidos no âmbito dos controles estatais vinculados a distintos aspectos, inclusive na Segurança Pública e Cidadã (MIRANDA, 2014), o abuso do uso legítimo do monopólio da força do Rio de Janeiro ganhou forma nos números e passou a ter mais visibilidade.

A seguir, passarei a descrever e analisar os "homicídios" enquanto categoria que, ao mesmo tempo em que sintetiza uma série de fatos construídos sob a forma de

números, exclui outros tanto. Além de “autos de resistência”, “latrocínios”, “desaparecimentos” e outras formas de registrar mortes provocadas demonstram formas de governo de manipular categorias e se utilizar dos dados quantitativos para administrar a "população" manipulando um "jogo de classificações" que contabiliza, classifica, hierarquiza e administra as mortes manipulando múltiplas “linhas” ao longo, ao redor e entre os “mortos”.

Gael

O engenheiro químico Gael Lombardi de 47 anos morava na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro e trabalhava no Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, COMPERJ em Itaboraí. Ele tinha como trajeto cotidiano rodovias de grande circulação como a Ponte Rio-Niterói, a Avenida do Contorno na área limítrofe entre Niterói e São Gonçalo e a BR-101 que cruzava São Gonçalo em Itaboraí pelos quais cruzava, geralmente dirigindo seu carro, um Citroen C3 de cor prata. No entanto, ao redor das 20h da noite do dia 18 de agosto, o carro do engenheiro foi encontrado por policiais da Polícia Rodoviária Federal nas margens da rodovia conhecida como “Niterói - Manilha”, na altura do bairro do Salgueiro. No interior do carro, Gael estava morto, baleado por um tiro na cabeça.

Naquela noite, o GELC da DHNISG foi chamando até o “local” onde Gael foi encontrado morto e começou as investigações em colaboração com a PRF. Esta imediatamente disponibilizou as gravações das câmeras de segurança da rodovia, bem como os registros dos radares de velocidade. Num dos vídeos era possível ver o carro do engenheiro sendo aproximado por uma moto sem placa com dois ocupantes usando capacete, calças comprida e casaco. Aparentemente a “vítima” foi abordada pelo carona da moto, provavelmente um homem armado. Pela chamada “análise” das gravações, os policiais do SBE concluíram que era uma tentativa de assalto e que o engenheiro reagiu, tentando fugir da abordagem quando foram disparados três tiros. Um deles atingiu sua cabeça, ele perdeu a direção do veículo e morreu imediatamente. Os "autores" conseguiram fugir. A linha de investigação confirmava a classificação do caso, que desde o início, foi indicado como um "latrocínio".

Este era um caso explicado como “difícil de fechar”. Apesar de terem as imagens que demonstravam “vítima” “autor” e “dinâmica” e uma linha de investigação consistente que apontava para um “latrocínio”, os policiais não conseguiam amarrar uma ponta a outra - não havia conexão aparente entre o “morto” e os “vivos” que o

mataram. “Pode ter sido qualquer vagabundo do Salgueiro que queria fazer um ganho” me dizia Arthur, um dos policiais responsáveis pela investigação neste inquérito, se referindo a comunidade às margens de onde ocorreu o crime. A probabilidade de que este crime fosse um “homicídio” e não um “latrocínio” foi cogitada após informação de que a vítima tinha um seguro de vida, mas logo descartada depois que a “investigação” da “vítima” não levantou nenhum traço ou vestígio que pudesse levar a “linha de investigação” para esta direção. Gael não tinha “amantes”, “inimizades”, “dívidas” ou “vícios”. Sua família vivia numa casa própria, tinha bens e uma vida confortável, nada que houvesse sido descoberto pelos policiais justificava aquela morte como um “homicídio” premeditado, tampouco evidências de qualquer outra razão para um “homicídio” executado “na beira da estrada”.

Latrocínio

No ano de 2014, foram registrados vinte latrocínios na região da “Grande Niterói”. Destes, a sua grande maioria (85%) foram homens (55%) brancos, (40%) vitimados durante a noite em ruas de São Gonçalo (ISP, 2016). O baixo número de “latrocínios” , em contraste aos de outras formas de morte, especialmente os “homicídios” com os quais se confunde, talvez se explique pelo que me disse um delegado em entrevista: “muitos homicídios, na verdade, são latrocínios mas que são tratados como homicídio porque o nosso interesse é que vá pro júri”, explicitando como o “jogo de classificações” das “linhas de investigação” redundavam do “interesse” da “autoridade policial” de que os casos de morte fossem encaminhados ao júri e não ao juiz singular.

Para esse delegado, “o suspeito, às vezes, leva algo da vítima só para forjar o latrocínio mas na verdade a intenção era matar”⁵⁸. Esse interesse se contrastava com aquilo que outro delegado, que também já havia atuado anos antes como inspetor, chamou de a “punibilidade dos latrocínios”. Para ele, explicitando-me o “pensamento jurídico”, “a questão dos latrocínios é a a grave ameaça, a violência empregada para o roubo que resulta na morte” e por isso que a pena para “latrocínios” era maior do que a

⁵⁸ Não que essa seja uma concepção compartilhada por todos, inclusive com demonstrou Rodrigo Mariz em monografia de conclusão de curso de especialização orientada por mim, sobre “latrocínios” (cf. MARIZ, 2015) . Em entrevistas realizadas com delegados da DHC, Mariz demonstrou o uso dos latrocínios pelo caráter punitivista, havendo delegados que afirmam “sempre que puder fazer um homicídio ser um latrocínio farei, porque a cana é dura e a condenação é mais garantida” (p. 38).

de homicídios “não a máxima, que é sempre a mesma, mas a mínima”, vinte anos para o primeiro e doze anos para o segundo crime.

No ano de 2013, a maioria dos casos classificados e investigados como latrocínios na cidade do Rio tinham “vítimas” “profissionais da segurança”, catorze de vinte no total. Ademais, os três casos envolvendo Policiais Civis, dois anos depois já haviam sido “resolvidos” e de dez “autores identificados”, nove já haviam sido presos (MARIZ, 2015, p. 29-33). Os “latrocínios” de policiais demonstravam, em contraste com os demais casos, que quando a Polícia Civil tem “interesse” em investigar e prender, ela alcança resultados excepcionais.

Apesar do “homicídio” ser colocado “no topo dos crimes” por sua “gravidade, pela repercussão e por ser julgado por pares” como me dizia o delegado, o crime de “sequestro seguido de morte” era o que tinha a pena mais grave no Direito Penal: pena de 24 a 30 anos. De acordo com os delegados, a “máquina jurídica penal age notavelmente para a proteção do patrimônio”. Para além dos efeitos estatísticos e punitivos dos interesses deste modelo utilizado para diferenciar “homicídios” e “latrocínios”, o fato que nem todos os crimes intencionais contra vida serem classificados da mesma maneira gera questões importantes para a problemática levantada nesta tese: como os mortos destes crimes intencionais eram tratados e administrados por agentes estatais?

Crimes como o que levou a morte de Gael eram classificados como “contra o patrimônio” e apesar da ocorrência de uma morte, os “latrocínios” apresentam uma distinção pela tipificação penal que toma a morte como uma mera consequência de uma apropriação indevida do bem de outrem. Esse “jogo de classificações” permite que diversas mortes, apesar de materialidade incontestável do cadáver, sejam tratadas de forma diferenciada no que concerne aos aspectos da administração policial e judicial, e também em seus aspectos morais apresentado “vítimas” e “autores” com status diferenciado diante se considerada um certo “pacto legal”:

Ora, por que o *homicídio*, categoria de registro criminal das mais confiáveis, significando um crime intencional contra a vida humana, recebe duas classificações no Código Penal (Brasil, 2001), que conduzem a dois procedimentos penais distintos? Uma, a do artigo 121, leva os acusados de *homicídio* ao Tribunal do Júri; a outra, a do art. 157, parágrafo 3,1 leva os acusados de *latrocínio* ao julgamento pelo juiz singular. A resposta mais aparente é a de que os procedimentos processuais penais variam em função das

intenções das pessoas envolvidas, e não de acordo com os resultados de suas ações. Pode-se também inferir que, em certos casos, quando o crime se verifica entre pessoas, a classificação é de *homicídio*, registrado em primeiro lugar na parte do Código Penal que define os *crimes contra a pessoa*, mesmo quando relacionado a outros crimes (inciso V). Quando se verifica entre proprietários e seus expropriadores, classifica-se como *latrocínio*, crime contra o patrimônio, segundo o Código Penal (Brasil, [1940] 2001). Entretanto, para além das constatações óbvias de que o Direito Penal de um país capitalista é seletivo e protege os proprietários, ainda assim caberia perguntar por que o acusado é submetido a diferentes *processos*, um diante do *juiz singular* e o outro diante de um *júri*?. (KANT de LIMA, 2012, p. 27)

Neste “jogo de classificações” feito pelos policiais e que é parte do processo para definir a “linha” de um crime, o primeiro passo seria “investigar a vítima”. Na investigação do crime que matou Gael, a linha indicou que foi um “latrocínio” pois sua “ficha criminal limpa” foi apontada a mim pelo delegado como um “indício” de que ele não era uma “vítima contumaz de homicídio”. A qualidade dos casos era mensurada de acordo com as qualificações morais atribuídas às vítimas em virtude de como os policiais as classificavam. Em entrevista, outro delegado me explicou como o “tipo de pessoa morta” era relevante para diferenciar um “homicídio” de um “latrocínio”: “Se é uma pessoa de classe média ou uma pessoa mais humilde já muda” me disse um deles, sendo que quando a vítima era “pessoa de classe média” isso seria “indicativo de latrocínio”. Isto porque, o “criminoso do latrocínio visa o patrimônio”, isto é aquele que pratica um “roubo seguido de morte” não tem como objetivo a morte do outro. Para o delegado, na vítima “qualquer sinal de pobreza da vítima exclui a possibilidade desse crime. Ou, ao contrário, qualquer sinal de riqueza, o inclui”. Os casos que “a vítima é encontrada com o seus pertences” ou que tem nos registros “passagem pela polícia, envolvimento com o tráfico, tudo isso é indicativo de homicídio” já eram incluídos como “homicídio”. E como me explicou um delegado, e que depois foi reproduzido por outros policiais, em geral “as vítimas de homicídios já estão no sistema criminal, já foi autor de algum delito e volta como vítima” já estariam, por assim dizer “enroladas” com o sistema.

Além de considerar a dinâmica dos “homicídios” e dos “latrocínios” vinculada a classe social e o grau de instrução da vítima, ou os diferentes “tipos de pessoa” na “população”, a condição em que o morto era encontrado também era tomada como

relevante para tal o jogo de classificação das linhas de investigação. Para os policiais, um cadáver encontrado “amarrado”, “queimado” o dentro da “mala de veículos” “indica, em princípio, que é um homicídio”. Em relação ao “local”, este era tratado como relevante “se é ermo, se é comunidade, se é rural, em princípio, é indicativo de homicídio”.

Seguindo este argumento, ao olhar para o Brasil, mais especificamente para as vítimas de “latrocínio” no Rio de Janeiro, vemos que de certa maneira essa lógica se reproduz, apesar de formalmente se dizer que o modelo do “civil law” priorizar o “bem da vida” punindo o “homicídio” através do “instituto” do Júri. Segundo o delegado esse são “argumentos falaciosos” pois “o direito e o estado protegem a burguesia.” Tanto é que, finalizou o delegado, “o homicídio qualificado só é um crime hediondo pela morte da filha de uma novelista da globo. O que move o direito não é bem social, não são motivos nobres”.⁵⁹

Apesar das divergências dos delegados na definição do que é um “latrocínio”, a classificação destas mortes como efeito da qualificação dos mortos era consensual. O medo expresso comumente por potenciais vítimas deste crime: de ser morto num assalto na rua, não encontra correspondência na estatísticas que demonstram a ocorrência deste crime. Ao contrário, transparece que a classificação como “latrocínio” é manipulada pelos “interesses” dos policiais e, regularmente, utilizada para classificar as mortes que tem estes como vítimas.

A qualificação do “tipo de pessoa” que eram as vítimas dos crimes se davam a partir da valoração moral que tinha como referência os valores morais do delegado e que eram adequados aquilo que se representa ser o trabalho policial. Tal processo de classificação situacional orientava o desenrolar da temporalidade e os percursos dos procedimentos institucionais. Dessa forma, o “jogo de “classificações” que acionava o sistema classificatório sobre os mortos exercia uma dupla função, e ao mesmo tempo que organizava um sistema oficial sobre os mortos diante dos vivos, justificando, acusando ou reparando suas mortes, regulava os investimentos sociais e institucionais destinados às vítimas e autores pelos agentes do Estado que elaboravam essa administração das mortes e orientavam o fluxo daquele procedimento em seu percurso

⁵⁹ O delegado fazia menção ao caso Daniela Perez, ocorrido em 1993. Para uma descrição e análise sociológica do caso, considerando a repercussão provocado pelo caso, ver PAIVA, 2012.

no sistema de gestão e gerência dos mortos (VARGAS, 2007; VARGAS e RIBEIRO, 2008; RIBEIRO, 2010)⁶⁰.

Diante desta dupla função, observei as práticas dos agentes do Estado responsáveis por "desvendar" as mortes na condução das "linhas de investigação" e acompanhando o trabalho dos policiais civis na Divisão de Homicídios identifiquei como as "linhas de investigação" eram usadas para entrelaçar, hora apertando, hora afrouxada, um "jogo de classificações" que localizava alguns "mortos" mais, outros menos, próximos de conteúdos que os fizessem serem classificados como "vítimas". Quais "tipos de pessoas" estas "vítimas" eram variavam tanto quanto os investimentos para as "investigações" e sua condução pelos policiais. Isto porque o "jogo de classificações" se orientava por valores morais e "interesses" dos agentes, oriundos tanto de suas experiências profissionais quanto de acúmulos pessoais. Estes, na administração de diferentes casos e no entrelaçar de diversos mortos, vítimas, dinâmicas, suspeitos e autores, explicitavam valores que me levavam a indicadores para compreender como determinados mortos são tratados pelo Estado e, inclusive, a respeito de como tais agentes do Estado representam o seu próprio contexto de atuação.

Números

Para produção de uma linguagem de poder que se justifique, o Estado necessita utilizar-se de meios de controle que possam ser considerado hegemônicos pois atingem um grande espectro da "população"⁶¹. Os dados quantitativos são uma forma de exercício desse controle que elabora uma noção de totalidade daquilo que seria a síntese da realidade social e conforma continuamente o sistema classificatório estatal. A seguir, tendo os "números" como ponto fundamental na construção da problemática sobre "homicídios" demonstro como as estatísticas se constroem, tentando indicar o que são os "números" dos quais estou tratando, e especificamente como no Rio de Janeiro esses são elaborados. Ademais, discuto o que esses "números" passam a representar seja como políticas públicas para induzir a redução do número de homicídios, seja no campo

⁶⁰ Ao analisar e mensurar os casos de homicídios denunciados nos distritos policiais do Estado nos anos 90, Ludmila Ribeiro (2010) demonstra como no sistema de justiça penal de São Paulo um das implicações legais e jurídicas é a diferenciação, baseadas em variáveis "não-legais" da cor e idade que interferem primordialmente em como tais casos eram processados.

⁶¹ A "demografia" é a disciplina que se dedica ao estudo da população humana considerando "população" como o conjunto de todos os habitantes de uma determinada área, sendo assim um conjunto de pessoas sujeitas a um determinado espaço - tempo ou situação social, que sob o controle populacional estatal são vistos como resultados num levantamento estatística (IBGE, 1969, p.15).

acadêmico da “Segurança Pública” e no debate ao redor das metodologias de pesquisa quantitativa e qualitativa.

Uma das mais gerais quantificações que é realizada no Brasil é o "censo demográfico" realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE que desde 1936 e a cada dez anos realiza a contagem populacional a partir dos domicílios de todos os municípios do país para quantificar o tamanho da população pelo número de brasileiros vivos em dado intervalo de tempo. Em 2010, ano de realização do último censo demográfico no Brasil foram visitados aproximadamente 67,6 milhões de domicílios sendo totalizada uma população de 190.755.799 habitantes no Brasil, 15.989.929 destes vivendo no Estado do Rio de Janeiro. A partir de dados produzidos naquele censo, estatisticamente projeta-se que hoje no Brasil em 2016 vivam quase 206 milhões de pessoas (IBGE, 2016).

No âmbito do controle exercido pelos estados nacionais, o conceito de “população” não serve apenas para mensurar os habitantes daquele território, mas inclusive quantificar e qualificar os elementos sociais que compõem o "perfil populacional”, visando aplicar e reproduzir mecanismos de gestão e gerência dos sujeitos em relação a sua cor⁶², gênero, classe social, anos de estudo, entre outros fatores⁶³. No censo do IBGE, dados gerais, incluindo quantitativos absolutos sobre "situação de domicílio", "sexo", "idade", "classe de rendimento", "ocupação" e “alfabetização”, são levantados e classificados por estado da federação visando a mensuração da “realidade” do país e sua avaliação em índices internacionais fundamentais para participação nos mercados globais⁶⁴ assim como para direcionar, com certo nível de abstração e precisão, as políticas públicas para a “população” que deve ser por elas atendida.

O controle que estima a “população” no intervalo destes dez anos entre a realização do censo é mantido a partir de números que consideram dois fatores: o

⁶² São categorias de cor no Brasil: branco, indígena, amarelo, pardo e preto. As duas últimas, combinadas, compõem o grupo dos “negros”, que correspondem a 52% da população brasileira.

⁶³ Não podemos aqui naturalizar essa forma de controle populacional. Nos EUA, todos os tipos de cadastro utilizados oficialmente registram informações relativas a etnia, desmembradas em diversas categorias como expressão da perspectiva igualitária e cidadã representada pelos estadunidenses. Em relação a raça e etnia, por exemplo, aqueles cidadãos podem ser classificados em ao menos nove grupos: Brancos, Latinos, Afro-americanos, Americanos-asiáticos Multirraciais, Nativos americanos; Nativos de ilhas do Pacífico, Indianos e Árabes. Na França, por contraste, é proibido por ordem constitucional a divulgação de qualquer estatística produzida pelo governo que considere dados de etnia e raça pois (re)produziriam a desigualdade entre os cidadãos franceses.

⁶⁴ Como por exemplo índices como “Gini”, coeficiente utilizado pelo Banco Mundial para medir a desigualdade sócio-econômica; e o “Índice de Desenvolvimento Humano” (IDH), mensurado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD).

componente vegetativo ou natural, que avalia a diferença entre nascimentos e óbitos; e o componente migratório, que se refere à diferença entre a entrada e a saída de pessoas de um território. Para a quantificação e qualificação dos nascimentos e mortes ocorridas, o sistema que informa ao IBGE é elaborado e controlado pelas agências de Saúde. No caso das mortes, é utilizado o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), uma base de dados fomentada a partir de declarações de óbito coletadas pelas Secretarias Estaduais de Saúde criada pelo DATASUS e operacionalizada em conjunto com a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde nos quais se registram as mortes e a sistematização de suas causas em categorias médicas.

A Declaração de Óbito é o documento de entrada neste sistema nos estados e municípios que tem seu controle e legitimada aferida por ser considerada um "ato médico", isto é, só tem conferido o status de documento quando assinada por um médico (MEDEIROS, 2016). A exclusividade deste "poder de polícia", no sentido que executa um serviço administrativo de registro, e o controle destes dados coletados se justifica pela importância que tais informações adquirem no âmbito dos mecanismos de governo, especialmente no que concerne à atuação da vigilância sanitária e análise epidemiológica, bem como às estatísticas de saúde e demografia.

Além da definição abstrata do número total de mortos, o controle populacional no Brasil se baseia no registro individual que ganha caráter cívico pela obrigatoriedade da Carteira de Identidade garantindo a cada indivíduo um número no registro geral (RG). O sistema de identificação do estado Brasileiro que é de caráter obrigatório e abrangência nacional possui bancos de dados fragmentados por estado da federação. No caso do Rio de Janeiro, o órgão estadual do "Departamento Nacional de Trânsito" (DETRAN) controla o sistema. Outrora gerido pela Polícia Civil através do Instituto de Identificação Félix Pacheco, no qual papiloscopistas policiais eram responsáveis pela identificação, o RG é vinculado às impressões decatilares, vulgarmente conhecidas como "impressões digitais"⁶⁵.

Mesmo que não haja um sistema nacional integrado, a forma de registro compulsório no Brasil é apresentada, principalmente pelos papiloscopistas como

⁶⁵ A transferência de poder no âmbito do governo estadual gerava recorrentes comentários negativos por parte dos papiloscopistas, delegados e policiais civis mais antigos como o Mariano, que afirmavam que o DETRAN era "comandado" por policiais militares, representado "mais um lote do PM no poder". Tais declarações explicitavam o valor das "informações" como "mercadoria política" (MISSE, 1999) que circulava entre essas corporações sobre o controle das identificações dos cidadãos locais. Voltarei a discussão da informação como um "bem" que nas relações de troca adquire valor e se configura como "mercadoria política" no capítulo 6.

singular devido à obrigatoriedade da coleta das dez impressões digitais. Um exemplo metonímico deste sistema de controle estatístico da população, que faz da imagem de um pequeno fragmento do corpo dos sujeitos um requisito fundamental para exercício da soberania do Estado e para garantia de certa fidedignidade como parte das estratégias de poder.

As impressões digitais são particularmente relevantes no que concerne à identificação dos sujeitos mortos. No âmbito do IML, todos os cadáveres examinados devem ter suas impressões digitais coletadas para posterior confronto com o banco de dados. Nos casos de "homicídio", o "confronto" é fundamental não apenas pela identificação dos mortos nos registros constantes nos bancos de dados estaduais, como para a possibilidade de identificação daquela vítima, elemento básico para o início de uma investigação policial. Porém, nem todos são aqueles que tem a identificação civil, sendo constante o número de cadáveres que são enterrados como “não identificados” ou “não reclamados” (FERREIRA, 2009; MEDEIROS, 2016)⁶⁶.

No que concerne ao registro no SIM, o "homicídio" é compreendido como um tipo de "violência interpessoal fatal". Com base no sistema classificatório da OMS disposto Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – Décima Revisão (CID-10), é categorizado no rol das "mortes por causas externas". A classificação de saúde se exime, porém, de se referir a esses casos como "homicídios" pois não determina sobre a intenção de matar, limitando-se apenas em classificar os efeitos daquela mortes no corpo morto. As mortes provocadas por causa externas são ainda definidas como "por intenção indeterminada". Esta se desdobra em 24 sub-categorias que buscam englobar as formas de cometimento de uma morte por causas externas⁶⁷. Mortes provocadas por agentes do Estado, as quais a intenção é

⁶⁶ Nas investigações observadas na DH, não observei nenhum inquérito em andamento sem nome de vítima, certamente porque essa ausência impediria a condução da investigação. Outrossim, o trabalho de identificação de mortos realizado pelos Pólos Regionais de Polícia Técnico-Científica (PRPTC) eram regularmente elogiado. “Esse aqui já saiu do local identificado” ou “Rapidinho identificou, e a família reconheceu”

⁶⁷ São elas: “Envenenamento (intoxicação) por e exposição a analgésicos, antipiréticos e anti-reumáticos não-opiáceos, intenção não determinada; Envenenamento (intoxicação) por e exposição a anticonvulsivantes (antiepilépticos), sedativos, hipnóticos, antiparkinsonianos e psicotrópicos não classificados em outra parte, intenção não determinada; Envenenamento (intoxicação) por e exposição a narcóticos e a psicodislépticos (alucinógenos) não classificados em outra parte, intenção não determinada; Envenenamento (intoxicação) por e exposição a outras substâncias farmacológicas de ação sobre o sistema nervoso autônomo, intenção não determinada; Envenenamento (intoxicação) por e exposição a outras drogas, medicamentos e substâncias biológicas e as não especificadas, intenção não determinada; Envenenamento (intoxicação) por e exposição ao álcool, intenção não determinada; Envenenamento (intoxicação) por e exposição a solventes orgânicos e hidrocarbonetos halogenados e seus vapores, intenção não determinada; Envenenamento (intoxicação) por e exposição a outros gases e

determinada, são classificadas de forma distinta, compondo as categorias "intervenções legais" e "operações de guerra".

No Rio de Janeiro, este processo de definição é controlado por médicos que também são policiais, os médicos - legistas. A classificação da morte pela Declaração de Óbito, domínio exclusivo dos médicos, quando vinculada a uma "violência" é duplamente controlada, pois também se exerce o domínio da autoridade policial que é investida no perito legista. O "poder de polícia" de registrar as mortes, se combina com o "poder da polícia" de classificar e administrar os "mortos" advindos da "violência".

Apenas no estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2001 a 2011 foram registradas dez mil mortes por "autos de resistência". (MISSE, 2013). Em 2013, dados divulgados pelo Ministério da Justiça (MJ) registraram 1.259 mortes cometidas por policiais em todo o país, sendo que o Rio de Janeiro, junto com São Paulo e Bahia eram os estados de maior registro de "intervenções legais", como tais tipos de morte são registradas no DATASUS através do SIM. No entanto, tais registros quantitativos diferem sobremaneira quando analisados dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Segundo o DATASUS, em 2014, houve 245 "homicídios" por "auto de resistência"; pelos dados do Anuário foram 584 (IPEA, 2016). Divergência que demonstra a falta de confiabilidade em relação aos dados, posto a própria origem diferenciada dos tipos de categorias que visam classificar mortos em categorias oriundas do sistema policial numa linguagem organizada pelo sistema médico.

No que se refere aos "homicídios", em 2014, foram registradas oficialmente 58.946 mortes, de acordo com o DATASUS (IGARAPÉ, 2016). Tal número faz do Brasil o país onde são registradas 10% de todas as mortes registradas ao redor do globo, a maior quantidade absoluta de mortes anuais no mundo, estabelecendo um índice maior do que 29 mortes violentas para cada 100 mil habitantes (FBSP, 2016). Desta perspectiva, a síntese da realidade social brasileira no que se refere aos "homicídios"

vapores, intenção não determinada; Envenenamento (intoxicação) por e exposição a pesticidas, intenção não determinada; Envenenamento (intoxicação) por e exposição a outros produtos químicos e substâncias nocivas e aos não especificados, intenção não determinada; Enforcamento, estrangulamento e sufocação, intenção não determinada; Afogamento e submersão, intenção não determinada; Disparo de pistola, intenção não determinada; Disparo de fuzil, carabina e arma de fogo de maior calibre, intenção não determinada; Disparo de outra arma de fogo e de arma de fogo não especificada, intenção não determinada; Contato com material explosivo, intenção não determinada; Exposição a fumaça, fogo e chamas, intenção não determinada; Exposição a vapor de água, gases ou objetos quentes, intenção não determinada; Contato com objeto cortante ou penetrante, intenção não determinada; Contato com objeto contundente, intenção não determinada; Queda, salto ou empurrado de um lugar elevado, intenção não determinada; Queda, permanência ou corrida diante de um objeto em movimento, intenção não determinada; Impacto de um veículo a motor, intenção não determinada; Outros fatos ou eventos especificados, intenção não determinada; Fatos ou eventos não especificados e intenção não determinada”

demonstra que 92% das vítimas de homicídios em 2014 eram homens, sendo que 52,3% com idade entre 15 e 29 anos de idade.

Diante deste números de proporções “populacionais”, o governo federal se viu impelido a promover uma discussão para o estabelecimento de um "Pacto Nacional pela Redução de Homicídios" proposto em 2015 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, ocupada pela Regina Miki no Ministério da Justiça quando era ministro Eduardo Cardozo. Na ocasião a secretária declarou:

Nós estamos chamando ao pacto, e chamar ao pacto não significa responsabilizar esse ou aquele. Significa todos assumirem uma responsabilidade. (...) Essas políticas serão políticas do Brasil na realidade, os entes federados serão representantes de suas competências dentro daquilo que será compactuado. (...) A atividade de polícia e as suas repercussões, acho que essas são as que mais nos chamam atenção. E a ausência do estado em determinados territórios críticos, áreas críticas. Ausência até mesmo com iluminação, com asfalto, com saneamento básico... infraestrutura. Escolas, unidades de saúde. Isso acarreta uma violência maior (...) Toda sociedade deve ter controle sobre aquilo que existe no mercado. As armas de fogo não têm outra finalidade senão matar. Então nós temos que ter qualificação e condições de controle dessas armas e na mão de quem elas estão. (...) O controle de armas será um dos focos do pacto de redução de homicídios. (MIKI, 2015)

Ao mesmo tempo em que essa linguagem inclui uma série de informações, ela também exclui e distorce um grande número de fatos e eventos como nos casos de "auto de resistência" acima mencionados. O filtro controlado pelos agentes do Estado para produzir as estatísticas funciona como uma prestação de contas do que é feito pelas instituições. Os agentes utilizam-se de categorias disponibilizadas pelo Estado para que ele diga sobre ele próprio em seus próprios termos (MIRANDA e DIRK, 2010; MIRANDA e PITA, 201; PAES, 2013).

Os policiais, agentes da ponta do sistema, estão acostumados a lidar com essa metodologia, afinal a produção dos registros que informa os dados quantitativos é parte de sua rotina de trabalho. É inclusive por esses números que eles tem suas atividades de trabalho avaliadas, sendo as estatísticas o resultado da produção do trabalho policial. Também é assim que representam parte do resultado das pesquisas acadêmicas que, como me comentou um inspetor da Polícia Civil "ou falam de desgraça, ou são só estatísticas...". Partindo de uma perspectiva antropológica, quando observado os

números em relação as categorias e ao sistema classificatório acionado pelo Estado, se identifica como os dados estatísticos forjam informações relevantes sobre a gestão dos mortos, acionando os diferentes usos possíveis e os tratamentos institucionais dedicados aos "homicídios" e as demais "mortes violentas”:

O tratamento de mortes em geral enquanto estatísticas estatais, ainda que seja predominantemente apresentado como dado inquestionável, porque formulado a partir de ciências exatas, também pode estar permeado de obscuridade. Não porque a estatística foi mal calculada, mas porque tal cálculo já é produzido de forma a ressaltar determinados números em detrimento de outros, a valorizar arranjos quantitativos que alocam num mesmo conjunto informações que deveriam aparecer separadas umas das outras" (FARIAS, 2015, p. 27)

A categoria "homicídios" pode ser acionada sob a classificação penal como um "crime doloso contra a vida", informando certos procedimentos para sua sanção penal e quais punições são devidas ao "autor" deste crime. Também se refere a diversas categorias médicas que por compor uma série de outras mortes que poderiam ser classificadas como "mortes violentas" não se permite opinar pela "intencionalidade" do "autor", apenas se dedicando a descrever os "mecanismos" pelos quais aquela "morte não-natural" foi produzida.

As diferentes formas de classificar e registrar fatos relacionados à morte demonstram como no cotidiano das instituições que lidam com os registros há um complexo sistema classificatório que é manipulado pelo agentes do Estados diante de diversas situações, interesses, moralidades e relações. Demonstrando um grande grau de codificação, nem sempre é compreendido pelos agentes como um todo, e o acesso aos dados produzidos assim como a interação com os registros é fragmentada no decorrer do processo de construção desta administração e, por conseguinte, no seu percurso nas instituições e por agentes.

Ao longo de todo o processo de gestão da morte, um "homicídio" é definido diversas vezes, em geral as fases judiciais servem para comprovar ou não a definição que fora relatada pela figura de autoridade do delegado policial. De início, o fato morte se insere comumente como um "Disparo de fuzil, carabina e arma de fogo de maior calibre, intenção não determinada" (CID X) ou "Disparo de pistola, intenção não determinada", as armas de fogo correspondem à mais de 70% dos casos de homicídio

ocorridos no Brasil. Envolvendo autoridades policiais e judiciais, agentes e familiares de vítimas de "homicídios" a classificação de um "homicídio" se caracteriza por um jogo que é inacessível aos leigos ou as pessoas estranhas ao "fazer-Estado". Os sistemas classificatórios que relacionam números e categorias no campo da segurança pública são exclusivos dos agentes públicos que dispõem de "poder da polícia" e justificam-se pelo exercício de "poder de polícia" do Estado de administrar e controlar as mortes.

Como demonstrei acima, grande parte das pesquisas se orientam pela análise de taxas quantitativas e estatísticas utilizando os dados produzidos oficialmente, a partir de registros administrativos, sejam do "Sistema Único de Saúde" (SUS) ou dos Sistemas de Segurança Pública e Justiça Criminal. Números absolutos e/ou relativos disponibilizados pelo Estado de acordo com o interesse próprio e demanda induzida. Inclusive, costuma-se considerar que os dados sobre "homicídios" refeririam ao "crime" com menor possibilidade de apresentar "subnotificação" devido a presença imediata de uma "materialidade" que é incontestável: o corpo morto (LIMA, 2012). No entanto, sabe-se que mesmo que tenham sido aprimoradas a produção, registro e sistematização e publicização dos casos, ainda é grande a "subnotificação" de fatos.

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (CERQUEIRA, 2012 e 2013), no estado do Rio de Janeiro, em média 16,2 pessoas, em cada 100 mil, são vítimas de homicídio, sem que suas mortes sejam registradas como tal pelos sistemas oficiais. A pesquisa leva em conta os dados do SIM a partir da estimativa de quantos homicídios foram registrados sob a forma de "morte violenta com causa indeterminada". Analisando o conjunto destes casos, a pesquisa demonstra que no Brasil aproximadamente 60 mil "homicídios" por ano não são registrados sem que se tenha explicitada sua causa, conformando o que o autor chama de "homicídios ocultos", correspondente a metade dos homicídios que ocorrem no país.

No que se refere à conclusão dos casos no âmbito judicial, dados do Conselho Nacional do Ministério Público (DANTAS, 2012), indicam que o estado do Rio de Janeiro apresenta o maior número absoluto de casos de homicídios não solucionados do país, de cada 100 casos que são registrados apenas 4% deles chegam a denúncia. Até 2012, a maior quantidade de homicídios que tiveram seus inquéritos arquivados no Brasil ocorreu no Rio de Janeiro. Os dados divulgados demonstram que somente nos anos 2000, mais de 60 mil casos não foram resolvidos pelo "Sistema de Justiça Criminal" do estado. Ao que tudo demonstra, o arquivamento sistemático de inquéritos relacionados a casos de "homicídios" foi uma estratégia que o estado do Rio de Janeiro,

através do Ministério Público Estadual, utilizou para cumprir a chamada “meta 2” uma meta nacional que recomendava que todos os inquéritos abertos até o ano de 2007 deveriam estar concluídos em 2011 .

Acionando parte de suas múltiplas formas de comunicar, a produção de registros estatísticos é uma produção da "linguagem do Estado” que se utiliza de referenciais próprias para organizar categorias criadas e administradas por agentes. A seguir, trago a discussão da categorias “desaparecimentos” para mostrar como no âmbito do controle e administração da morte, os agentes estatais articulam um sistema classificatório próprio e continuamente tensionado. Apesar de formalmente ser comunicado ao público de forma protocolar, as categorias que informam os números e se referem aos mortes e desaparecimentos habitam um feixe de fios movimentados politicamente na manipulação de categorias, procedimentos e moralidades constituindo um complexo jogo de classificações sobre os mortos e desaparecidos (ARAÚJO, 2014; FERREIRA, 2016).

Desaparecimentos

Os “desaparecimentos” são uma outra forma de classificação utilizada para gestar e gerir mortes provocadas intencionalmente. Manejadas pelos jogos de classificação que fazem com que mortes e mortos sejam tratados de forma diferenciada burocrática e moralmente, em alguns casos, não são nem considerados “assunto de polícia” e o trabalho de investigação responsável por conduzir tais “linhas” é tratado como um “serviço social” que cuida de “pessoas” que foram “desaparecidas” (FERREIRA, 2016). Outras vezes porém, os “desaparecimentos forçados”, são casos de polícia em sua natureza, visto que foram provocados por um ato doloso no intuito de invisibilizar uma “morte matada”. Seja por “criminosos” ou por agentes policiais no exercício ilegal de sua função, tenta-se destruir o “corpo delito” de “homicídios” utilizando-se de ferramentas das “técnicas de fazer desaparecer corpos”. (ARAÚJO, 2014). Apesar da mobilização de familiares de vítimas e movimentos de direitos humanos organizados para pressionar as instituições na investigação dos desaparecimentos, o governo do Estado do Rio de Janeiro desconsidera a relação entre desaparecimentos e homicídios. Em 2014, cerca de 45 casos foram registrados por mês (ISP, 2016), ainda sim, afirma como mobilizar essas categorias tem produzido ressonâncias e dissonâncias entre alguns pesquisadores.

Isto porque, no intuito de quantificar e qualificar os casos de morte intencional, os dados apresentados pelo estado tem recebido interpretações diferentes no que concerne à relevância das análises críticas e qualitativa dos dados. Alguns pesquisadores vêm debatido publicamente tal questão, havendo aqueles que desconsideram a relação entre “homicídios”, “autos de resistência” e “desaparecimentos”, e outros que reforçam que os dados sobre “desaparecimentos” tal como vêm sendo construídos pelo governo estariam encobrendo crimes (ARAÚJO, 2014; FERREIRA, 2016). Diante da afirmativa do sociólogo Glaucio Soares, um dos realizadores de um levantamento solicitado pelo ISP de que: “as estatísticas fluminenses não eram maiores do que a de outros países e que homicídios e desaparecimentos não eram farinha do mesmo saco!”, a antropóloga Ana Paula Mendes de Miranda, que foi presidente do ISP, informou a público que “o governo não contabilizava autos de resistência na soma final de homicídios dolosos” e que “alguns casos que são claramente homicídios estavam sendo registrados como encontro de cadáveres e ossadas” (CARPES, 2014).

O debate entre cientistas sociais demonstra como, para além de outras questões, a “Segurança Pública” se configura como um campo onde, inclusive, as análises e as categorias acionadas estão em disputa sobre definições, consensos e de certo modo, o senso comum produzido sobre esta questão. Nesse escopo, me interessa demonstrar que essas são diferentes formas de definir e institucionalizar categorias morais, fundando em diferentes valores que servem para classificar as mortes e orientar os processos de gestão e gerência dos mortos. Numa perspectiva antropológica, as categorias produzidas pelo Estado para lidar com o governo de “mortes matadas” são sim “farinha do mesmo saco!”.

Categorias

Todo “sistema classificatório” é uma organização de categorias derivada de construções sociais que visam dar forma a um universo de coisas específico, construindo “totalidades” em relação a um conjunto. De certa maneira, as categorias são a forma como grupos de pessoas se orientam ao longo das relações sociais, constituindo os fluxos em que se dão os processos sociais. Coisas estas que “são antes de tudo sagradas ou profanas, puras ou impuras, amigas ou inimigas, favoráveis ou desfavoráveis; isto significa que seus caracteres mais fundamentais limitam-se a exprimir a maneira pela qual afetam a sensibilidade social.” (DURKHEIM e MAUSS, [1903] 1999, p.454). Sendo assim, o atentar a estas “coisas”, no intuito de observá-las e

tentativa de compreendê-las, permite perceber que “as diferenças e as semelhanças que determinam a maneira pela qual se agrupam [as coisas] são mais afetivas do que intelectuais. Eis como as coisas mudam, de certa forma, de natureza de acordo com as sociedades; é que elas afetam de maneira diferente os sentimentos dos grupos (ibid.)”.

Neste sentido, as “categorias sociais” são internalizadas pelo sujeito e de modo naturalizado. Por uma "multiplicidade de elementos é formado o mecanismo em virtude do qual construímos, projetamos no exterior, localizamos no espaço nossas representações do mundo sensível" (DURKHEIM e MAUSS, [1903] 1999, p. 394). As categorias sociais como “coisas” formam “um certo agregado de fios vitais” que nos tensionam na percepção do ambiente e no processo de formação e circulação no mundo. É através da imersão nessas circulações, que as coisas são trazidas à vida, construindo este ambiente que se move através do tempo e onde as trajetórias desses diversos elementos são enfeixadas em combinações diversas. Um emaranhado de linhas nos quais circulam categorias e sistemas classificatórios e nos quais “fluxos e contrafluxos, serpenteando através ou entre, sem começo nem fim – e não enquanto entidades conectadas com limites interiores ou exteriores” evidenciam as coisas no mundo (INGOLD, 2012).

Ao tomar a categoria "homicídio" como objeto central para a análise das formas de gestão e gerência de mortos por partes das instituições estatais, particularmente pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, estou considerando esta categoria como parte de um processo, efeito de “pontas soltas” nas margens do fluxo em um sistema classificatório que organiza e controla fatos e que se pretende definidor da verdade (GUEDES, 2010; INGOLD, 2012). A morte intencional de alguém quando considerado um “crime” é submetida à "função classificadora" (DURKHEIM e MAUSS, [1903] 1999, p. 400) “de definir, de deduzir, de induzir” a morte de alguém. O efeito é "classificar coisas, é ordená-las em grupos distintos entre si, separados por linhas de demarcação nitidamente determinadas (...) não é apenas constituir grupos; é dispor estes grupos segundo relações muito especiais" (DURKHEIM e MAUSS, [1903] 1999, p. 403).

Logo, ao refletir sobre em quais categorias e arranjos se organizam as mortes e os mortos que são vítimas de um ato violento e letal de outrem, indago "sobre o que os levou a dispor suas ideias sob esta forma e onde puderam encontrar o plano desta notável disposição" (DURKHEIM e MAUSS, [1903] 1999, p.403). O uso da categoria “homicídio” parece servir para englobar mortos, diferindo da classificação de outras mortes, tais como os "autos de resistência” e “latrocínios”, apesar dos meios para essa

diferenciação variarem por critérios que só ficam explícitos quando considerados os processos pelos quais se chegou naqueles efeitos. Portanto, "com maior razão não devemos admirar-nos de que muitas destas associações nos desorientem. Não são fruto de uma lógica idêntica à nossa. Aí presidem leis de que nós não chegamos sequer a suspeitar" (id. p. 412).

Ainda mais, os "homicídios", podem tomar formas diversas, e serem enunciados de diferentes maneiras: "assassinato"; "execução"; "cachacídio"; "passional"; "guerra"; "vingança" foram categorias utilizadas pelos policiais nos processos de investigação para efetivamente organizar informações sobre os fatos investigados. Ao "reconhecer que as propriedades não são das coisas em si, nem estão nelas; são apenas diferenças, e só existem em relação" (VELHO, 2001, p. 137) visto enfatizar os percursos tomados na investigação de "homicídios", pelos quais se traçavam as "linhas de investigação" nos registros. Deste modo, "em certo sentido, as coisas são ainda ordenadas em quadros determinados, mas estes já têm alguma coisa de mais artificial e de menos consistente" (DURKHEIM e MAUSS, 1999 [1903] p. 424), fazendo coexistir diversas categorias e sistemas de classificação, organizando e classificando mortos. Ao longo dos caminhos seguidos pelas "linhas de investigação", as coisas vazavam e por vezes se misturavam e confundiam, de modo a reforçar que "as coisas não são dispostas simplesmente sob a forma de grupos isolados uns dos outros, mas tais grupos mantêm entre si relações definidas e seu conjunto forma um só e mesmo todo." (ibid,)

Quando discutia anteriormente os "números", esta "forma exterior das classes" que visa definir e consolidar um sistema classificatório em dado espaço-tempo, investia em tomá-los como referências da paisagem no qual os "homicídios" se desenrolam. Neste sentido, analisar "as próprias relações que as unem umas às outras (e que) são de origem social." (id. p. 452), considerando uma série de técnicas singulares em um processo que surge de um ponto em comum, o cadáver. A forma hierárquica à qual corresponde a classificação das mortes deriva de uma "lógica", efeito de processos de relação social fundamentados numa significação moral sobre os sujeitos mortos. Lógica esta que apresenta certas "condições de possibilidade" impostas as coisas por suas relações ao longo dos processos sociais da vida, extensões dos seres que os orientam na medida em que trilham o ambiente (INGOLD, 2012). E que podem ser identificados como expressão de valores morais, referências pois "uma espécie de coisas não é um simples objeto de conhecimento, mas corresponde antes de tudo a uma certa atitude

sentimental. Toda sorte de elementos afetivos concorrem para apresentação que se faz dela." (DURKHEIM e MAUSS, [1903] 1999, p. 453)

O "homicídio" considerado como uma categoria social no contexto por mim observado é parte do sistema classificatório reelaborado continuamente por tecnologias de governo referentes aos eventos nos quais uma pessoa agiu intencionalmente para matar outra, uma "morte matada". Como demonstrei, os conflitos relacionados com o problema social da violência na região metropolitana do Rio de Janeiro tem nos "homicídios" o epicentro para suas discussões. Estas, engajadas no campo do direito e/ou no campo da segurança pública são objeto de negociação entre as instituições responsáveis pela sua administração. A categoria "homicídio" ainda é mobilizada por familiares de vítimas, mídia, movimentos sociais, movimentos políticos e pesquisadores serve para repercutir a relevância e importância destes fatos, e também de suas vítimas, os mortos.

Por essas múltiplas formas de conduzir as mortes ao longo dos labirintos da repartição, apesar de ter em seu nome a categoria "homicídios", os "latrocínios", "suicídios", "abortos", "desaparecimentos" e "autos de resistência" eram outras categorias "oficiais" de se classificar os processos institucionalmente. O preenchimento de valores sociais, políticos e morais às mortes formava um complexo sistema classificatório, fazendo da categoria "homicídio" um nó no emaranhado de formas para se estabelecer a "totalidade" sobre os mortos. Um sentido central para expressar e englobar diferentes mortes que como me explicou o delegado titular, "o nome é homicídios, mas a gente trata é de morte matada".

A seguir, a etnografia adentra ao prédio da Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo com a finalidade de apresentar o ambiente no qual as "linhas de investigação" eram pensadas e traçadas e a paisagem pela qual os policiais circulavam na medida em que seguiam ao longo dos percursos para a investigação dos homicídios. Meu objetivo é demonstrar com nos processos de construção de uma verdade policial sobre as mortes e os mortos, os policiais percorriam diferentes espaços e tempos que davam forma ao fluxo de suas vidas.

Capítulo 2 - Entre tempos e espaços

Cheguei na DH por volta das 7h40, num quarta-feira de março. A cantina já estava aberta, passei direto e fui para o prédio principal. Três policiais do GELC estavam sentados na cadeira do hall externo. Passei, cumprimentando bom dia e perguntando se tinha alguém “lá dentro”, no dormitório. Rafael, que deixava o plantão, me respondeu que sim, “João e Hugo chegaram agorinha aí, tão lá”. Cruzei o porta de vidro, indo para o lado esquerdo até chegar na “Permanência”, onde Francisco lia o jornal “O São Gonçalo” e começamos um diálogo iniciado por mim quase como o que se segue: “Bom dia!”, “Bom dia, viu aqui? Dois ontem! Hoje vai ser um só, você vai ver.” “Três? Durante a madrugada ou ao longo do expediente?”, me falei sentando na cadeira que estava do outro lado da mesa de Francisco e pegando uma parte de um dos jornais dispostos. “Um de manhã, assim que começou o plantão. Devia até ser do anterior, a PM demorou para avisar... Depois um no começo da noite, umas seis. Tranquilo.” “É, num sei. Pelo menos deu para dormir né?! Onde foram?” “Pois é, isso aí! Catarina e Vila Ipiranga”. “Entendi.” “E vai ficar aí hoje?” “Vou tentar... Tô querendo deixar a mochila lá dentro. Sabe dizer se tem alguém?” “Quem tava aí era o Hugo. Tá chegando mais gente!”. Eram Fernando e Vicente do GELC que iniciava o plantão.

Ficamos conversando por mais uns cinco minutos, logo depois chegou Nelson, que entrava no plantão na Permanência: “Boa sorte, parceiro! Agora eu vou zunir, porque quero ir para casa.” falou Francisco, tendo explicado antes que “a menina do cartório” já tinha “adiantado tudo lá”, se referindo aos procedimentos de abertura do R.O., registro de apreensões e demais documentações que eram parte das atividades cartoriais do GELC e deveriam ser finalizadas junto com o plantão. Daí, seriam encaminhadas ao SCC e, posteriormente, aos GI’s. Eu aproveitei a ida de Fernando e Vicente, e fui até o dormitório. Escolhi um colchonete vazio na parte superior, no meio da sala e deixei a mochila. Saí com celular, caderneta e caneta, documento de identidade e em torno de R\$20 no bolso.

As primeiras horas da manhã eram repletas de cumprimentos, alternadas com relatos do plantão anterior e expectativas e apostas para o plantão que se iniciava. “Hoje vamos zerar, você vai ver. Se chegar no almoço e não tiver nenhum, não vai ter mais”, me falava Vicente, como quem demonstrava ter perícia num assunto que parece ser imprevisível: o ato de matar. “Como você sabe?” perguntei. “Dia de jogo, do Flamengo! Tem crime não...” Otávio, que foi o alvo da piada que associa os torcedores do

Flamengo a práticas criminosas e de tão usada ser quase um, clichê então previu “Vão ser três, um atrás do outro, para rodar até a tua vez de fazer o relatório! Tú vai ficar de bucha lá, e eu vou ver o jogo!”. “Fala isso não, rapaz! Nem tava torcendo contra...” se defendeu Vicente.

Cantina

Ao longo do tempo de trabalho de campo, passava pelo menos uma hora do dia na cantina, conversando com policiais e delegados e assistindo televisão enquanto bebia um café (que era servido gratuitamente), almoçava (no serviço self-service vendido à quilo) ou fazia um lanche. O espaço destinado a cantina era pequeno, mas acomodava organizadamente duas geladeiras e algumas prateleiras na parte interna do balcão que dava acesso a cozinha. No balcão, além da balança que servia para pesar os pratos do almoço e o kit do café, (garrafa térmica, copos descartáveis, açúcar e adoçante,), havia também alguns doces, como um pote cheio de bombons recheados.

Do lado externo ao balcão, um suporte para os pratos, talheres, temperos e as refeições preparadas diariamente e vendidas a quilo. Em geral, a comida servida no almoço era bastante variada. Três opções de verdes, legumes crus e cozidos diversos, saladas, três opções de carne, arroz branco e arroz integral, feijão preto e carioca, farofa, macarrão e pratos como suflê, lasanha e empadas. O favorito dos policiais do GELC eram o frango grelhado e a batata doce, dois alimentos usados para ajudar no desenvolvimento muscular, comum na dieta dos “marombeiros”. A cantina ainda servia todo tipo de refrigerante e bebida industrializada não alcoólica e sucos naturais “da fruta” variados. Na hora do almoço, muitas vezes, uma pequena fila se formava para servir, pesar e pagar a comida. Sobre o suporte para os alimentos, uma televisão de tela plana de 21 polegadas ficava o tempo todo ligada, em geral transmitindo as emissoras Globo e Record. No horário do almoço, a programação eram os jornais locais como RJTV e Balanço Geral e depois o jornal nacional Jornal Hoje. Durante o período da Copa do Mundo, era o lugar ideal para quem queria assistir os jogos.

Foi ali que, conversando com o policial Fernando durante o jogo dos EUA e Gana, ouvi umas das poucas vezes um policial reclamando da falta de trabalho: “Num tem nada, Flavinha. Tô aqui desde às 8h da manhã e num tem um localzinho para fazer, uma diligência, uma operação nada! Só me resta ficar aqui e assistir esse jogo maravilhoso.” concluiu, ironicamente, o policial quer era formado em Biologia e se considerava um “operacional”. “Disseram que ia ter local lá no Areal.” ele me disse, “É,

e aí?”, respondi, “Até agora nada. Os PM tão demorando para chegar lá, nem ligaram para cá ainda” disse. Roberto, que atuava no Grupo de Investigação em São Gonçalo, e com quem eu estava sentada na mesa, concordou dizendo, que também ouviu dizer que houve homicídio em Areal, por seu colega Jorge. Mesmo sabendo que havia um “local”, os policiais da DH dependiam do contato da PM para deixar a base e iniciar a “investigação” para começar uma “linha”. A sensação de passagem do tempo algumas vezes podia ser rápida, outras vezes era devagar e enfadonha, dependendo de como esse tempo era preenchida e onde era vivido.

Na cantina, além do almoço, no lanche da tarde, novamente um grande fluxo de policiais mas também jornalistas, familiares de vítimas, testemunhas e demais pessoas que frequentassem a DH, para se servir de mais café, sucos, e outros tipos de salgados, bolos e sanduíches que era preparados pelos funcionários. O “dono” da cantina ou algum de seus familiares com quem trabalhava estavam sempre presente, e como ele mesmo me explicou, tinha acordado com o diretor um esquema de “comodato”. Alguns policiais, sabendo desse esquema, reclamavam do preço da comida: “muito caro, a comida é boa, mesmo, mas é muito cara”, “ele tem que entender que não paga nada, não paga aluguel, luz, água, é tudo do Estado, então podia fazer um preço mais amigo...” O preço do quilo era de R\$25, eu não achava caro mas conversando com Vicente ele me explicou “caro não é, mas porque aqui não tem nada perto. Quer dizer, tem, o Extra que é uma merda. Se tivesse um boteco ali na esquina, por exemplo, ele já tava quebrado. Aqui, como só tem essa opção, no fundo, ele pode botar o preço que quiser”.

Para dar conta do grande fluxo de pessoas almoçando na cantina, o salão com portas de vidro protegidas por “insulfilm” do outro lado da passagem onde estava a cantina passou a ser utilizado. No planejamento inicial, esse seria o espaço utilizado como “sala de imprensa”, para a concessão de entrevistas coletivas e como espaço de “descanso” para os jornalistas: “se você depois quiser, vai ser bom, você pode ficar lá. Vai ter ar e a ideia é por umas poltronas.” me ofereceu um delegado numa conversa quando comentava seus planos para a adaptação do espaço. Porém o plano não se concretizou, tendo o espaço ficado ocioso, ou pelo menos sem uso cujo fluxo fosse visível a mim, exceto aquele derivado do crescimento na demanda por mesas e cadeiras durante o almoço, o que fez do salão providencial para o sucesso do almoço a quilo servido pela cantina.

Ali oito mesas quadradas de plástico branco e 36 cadeiras em conjunto eram posicionadas de acordo com os usuários. Eu mesma, que inicialmente preferia almoçar

na cantina para observar o fluxo de pessoas, ver TV e sentar em mesas aleatórias, utilizei o espaço em mesas individuais ou compartilhando apenas com um, dois, três ou um grupo de oito policiais durante o almoço. O que eu quero dizer é que as pessoas “puxavam” as mesas de acordo com o número de pessoas que iriam almoçar juntas. As mesas, algumas cobertas com toalha de mesa azul, eram complementadas com os pratos brancos e talheres prateados repletos da saborosa comida. Pimenta, pacotinhos de sal e açúcar, palitos de dente e guardanapos também adereçavam algumas das mesas e eram compartilhados quando necessário.

Naquela manhã de março, fui para a cantina com Otávio e Vicente. Eu bebi um suco de laranja e comi um pão na chapa, Otávio escolheu um açaí com granola e Vicente um suco de manga e um queijo quente. Era o café da manhã na cantina, que ainda naquele dia nos serviria o almoço e o lanche da tarde. A televisão ligada passava o jornal “Fala Brasil”, o matinal de notícias da TV Record. Depois do café, fiquei um tempo no hall externo, observado o pátio e acompanhando a chegada dos demais policiais. Por volta das nove horas, encontrei o delegado João Paulo que descia de sua sala. Nos cumprimentamos e ele me autorizou acompanhar o plantão de sua equipe.

Entorno e Arredores

Terminado o café da manhã, voltei para o pátio onde alguns jornalistas de veículos locais esperavam o delegado titular para falar sobre o “avanço” nas investigações da morte uma jovem, o ex-namorado era o principal suspeito. Na porta de vidro um novo cartaz: “ATENÇÃO, É PROIBIDO ALIMENTAR ANIMAIS NA PORTARIA DA DELEGACIA”, impresso por ordem da direção para conter, principalmente a presença de gatos de rua que estavam sendo alimentados por alguns agentes. Depois, vim a saber que o alimentadores dos gatos eram três policiais que haviam estudado Veterinária e, um certo dia, durante o plantão no final de semana, compraram um saco de ração no mercado Extra, que ficava no entorno do prédio. Os gatos certamente já moravam pelas vizinhanças da nova DH, localizada numa área com diversos prédios públicos como o arquivo público do Tribunal de Contas Estadual (TCE) e a Empresa Municipal de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP), com os quais compartilhava o quarteirão. Do outro lado da rua principal, estava a Policlínica Militar de Niterói. Do outro lado da rua lateral, estava outro terreno da EMOP que funcionava como posto de abastecimento de viaturas e um posto de atendimento do Conselho Interestadual de Trânsito (CIRETRAN).

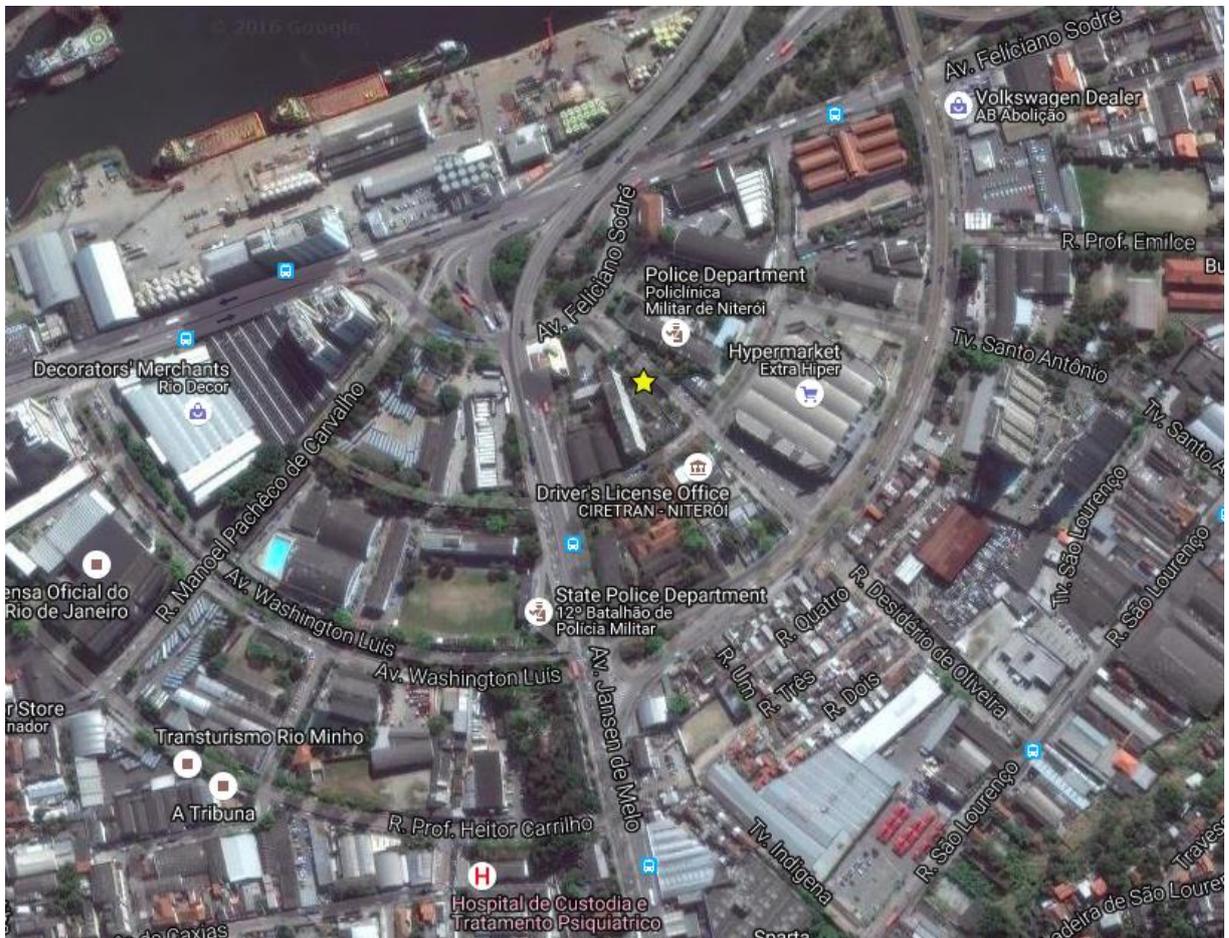


Figura 2. Visão de satélite do “entorno” da DHNISG (identificada pela estrela amarela)

Fonte: Google Maps 2016

O supermercado Extra era o ponto de comércio mais próximo. Em frente a este se encontrava a “Casa do Albergado”, um penitenciária estadual para presos em regime aberto. Toda esta área se situa entre dois acessos à Ponte Rio Niterói, um de entrada e outro de saída, e suas ruas eram vias locais de pouca utilização. Apenas os carros de autoescola, em treino ou em prova, competiam com as viaturas pois as ruas também eram utilizados como área de provas pra seleção de habilitação do Detran. Cerca de 5 minutos a pé, estavam o 12º batalhão da polícia militar do Rio de Janeiro e a favela do Sabão. Todos esses pontos de referência na vizinhança eram parte da rotina vivida pelos agentes no âmbito daquela repartição. O prédio provisório da DHNISG estava em ponto considerado “estratégico” e “confortável” por grande parte dos policiais. Especialmente, quando conversei com aqueles que em geral era atribuída a função de motorista e que destacavam que a localização da “base” facilitava muito as saídas para “local de crime” e “operações”. Os policiais também destacavam que por conta dos acessos rápidos a vias expressas, as idas aos demais municípios da região metropolitana, devido a visitas ao fórum e outras repartições, fazia da localização da DH “ideal” para os percursos que eles realizavam.

Oswaldo

O telefone da Permanência tocou às 10h 40 da manhã, era um policial militar do 7º BPM informando que “moradores” encontraram um cadáver dentro um carro no bairro Monjolos, área rural de São Gonçalo, “quase chegando em Itaboraí”. Entre informar a todos os policiais e que esses se arrumassem com roupas apropriadas, coletes a prova de balas e armamento, além de chaves e registro de saída das viaturas e documentação como formulário de local e guia de remoção de cadáver, demorou quase uma hora. Da “base”, seis viaturas saíram às 11h30 em direção a São Gonçalo, pelo caminho que passava pela Alameda São Boaventura. Eu fui na mesma que o delegado, a inspetora Letícia e o inspetor Rodrigo que no carro comentou: “Já fomos nesse lugar, não?”. Ele, que era originário da região dos Lagos e frequentador da cidade do Rio demonstrava não conhecer muito São Gonçalo. “Não, ali por perto”, respondeu João Paulo. Letícia, que era de São Gonçalo, comentou que não era tão perto mas que ela não tinha certeza onde era.

Após a Alameda, seguimos pela rodovia Amaral Peixoto (RJ-104) até o trevo de Tribobó, onde encontramos os peritos do PRPTC que em viatura própria se juntaram ao comboio. O caminho foi tranquilo, trânsito livre pois seguíamos pelo “contra-fluxo” do *rush* matinal. Desde a entrada do bairro na rodovia, cujo ponto de referência era um motel até o veículo que configurava o “local de crime” demoramos mais vinte minutos. O carro havia sido abandonado numa estrada de terra, com terrenos coberto por matos e cerca de arame em ambos os lados, “bem dentro” do bairro Monjolos como comentou o inspetor Rodrigo quase que reclamando de estar dirigindo por todo aquele percurso.

O veículo era um modelo Gol de cor amarela que provavelmente “já foi um táxi”, especulou o policial Cristian. O morto estava sentada no banco do motorista com os pés sobre o freio e a ignição estava ligada quando a PM chegou. Além dos dois policiais militares que faziam a contenção do local, já estavam no local três membros do corpo de bombeiros e jornalista e fotografo do Jornal “O Itaboraí”, além de “populares” que foram dispersados pelos agentes da DH assim que chegaram: “Criança aqui não, criança vendo morto não pode. Tinha que tá na escola, soltando pipa. Vaza!” falou Rodrigo para um grupo de meninos que pararam na estrada para assistir a “cena do crime”. O delegado logo identificou uma evidência no solo: “Aí moçada, saí de cima que tem uma frenagem aqui!”, o que talvez explicasse o forte cheiro de borracha queimada. “Ou isso, ou a embreagem...”. Segundo o que conversavam delegado e peritos, a vítima dirigia quando foi surpreendida pelo seu algoz, tentado frear de ser atingida mas morrido quase

que imediatamente. O assassino saiu do carro após realizar três disparos e, com a porta aberta, realizou mais um, o que era demonstrado pelas quatro perfurações na lateral direita do cadáver e com os estojos encontrados, três dentro e um fora do carro.

O inspetor Otávio era o responsável pelo relatório e me pediu para eu conferir a placa enquanto ele falava no telefone com Hugo, que estava na DH fazendo o levantamento do SIP. No porta luvas do carro, um dos peritos achou uma carteira com documento do carro, do motorista, título de eleitor e identidade, todos reconhecidos como da vítima: Osvaldo Silveira, 53 anos, eleitor em São Gonçalo e proprietário do Gol amarelo. Era ali o “local de crime” onde se estabelecia um primeiro ponto para a “linha de investigação”. Saímos do local às 13h, o policial Rodrigo dirigiu o veículo no qual Osvaldo foi morto que, obviamente, antes de disso foi removido pelo rabeção e levado ao PRPTC de São Gonçalo para ser necropsia. Para Rodrigo se sentar no banco do motorista que estava repleto de sangue foi forrado um saco preto e com um par de luvas e muito insatisfeito, ele dirigiu todo o caminho de volta no Gol amarelo que seguiu o comboio.

A “base”

Quando chegamos na “base”, um guindaste estacionado no pátio do prédio chamava atenção e era atração no horário do almoço. Naquela tarde seria instalada a nova caixa d’água que finalmente armazenaria água de uma forma limpa na DHNISG. Eu já imaginava que não precisaria mais comprar as garrafinhas de água na cantina para passar o dia. O papiloscopista que estava ao meu lado, porém, mesmo sem saber dos meus pensamentos comentou: “Vai ser água limpa, mas não vai ser potável.” “Pelo menos não vai ser mais água de rato pra gente tomar banho”, comentou João, do GELC. “Próximo passo vai ter que ser instalar filtro nos bebedouros”, falou novamente o papiloscopista. Ainda que a nova caixa d’água não trouxesse água potável para a repartição, era uma grande mudança e mobilizou parte dos policiais que estavam no expediente e assistiam do pátio ou pelas janelas das salas a subida da nova caixa d’água.

A DHNISG havia sido instalada num prédio em caráter provisório e quando iniciada as atividades, suas instalações não estavam “100% prontas para a polícia” como redundantemente me explicou o síndico da divisão. O prédio era uma edificação com mais de 30 anos e foi escolhida pelo diretor Marcelo Barros em novembro de 2013, diante de duas opções apresentadas em conjunto por prefeitura de Niterói e SESEG. Imediatamente após a decisão do diretor, funcionários da Prefeitura de Niterói foram

alocados para realizar a limpeza do prédio, retirando os arquivos antigos, caixas e móveis que estavam espalhados por várias salas e foram empilhados em uma sala localizada no quarto andar, que não seria utilizada pela especializada. A delegacia ocupava apenas os três primeiros andares do prédio, posteriormente o quinto andar passou a ser utilizado como espaço para treino de lutas e artes marciais.

Passada a limpeza, foram realizadas reformas estruturais, incluindo revisão de parte elétrica e hidráulica. A restauração dos ar condicionados nunca chegou a ficar pronta e posteriormente, aparelhos de ar condicionados foram sendo instalados em cada sala. Azulejos de banheiros e cozinhas também foram trocados antes da abertura. Porém ainda sim, obras e intervenções continuaram a ser feitas para “adaptar para a polícia” o prédio que já era ocupado pela polícia, apesar da fachada externa do prédio, que pode ser vista desde os acessos da ponte Rio-Niterói, ainda indicar em letras azuis sobre a parede cinza aquele prédio como sendo da Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE)⁶⁸.

Trabalho de rua

Durante o almoço na cantina encontrei o delegado Sérgio, do GISG, e combinamos uma conversa às 15 horas. Depois de almoçar, comer sobremesa, tomar café, e uma passada rápida no banheiro, voltei ao dormitório onde deitei por vinte minutos e fiz algumas anotações. Por volta das 15 horas, subi ao terceiro andar, onde ficava a sala dos delegados do GISG para a conversa com o delegado que era nascido em Niterói mas morador em São Gonçalo. “Ah é?! Você mora onde lá?” perguntei, um pouco surpresa. “No Rio do Ouro, por ali...” “Ah, sei!” respondi, enquanto presumia que ele morava em um dos condomínios fechados que existem na região. O delegado Sérgio já havia atuado como plantonista na Baixada e por estar na “Central de Flagrantes” teve a oportunidade de atuar em muitos “casos de repercussão”.

Ele me explicou que foi devido o sucesso nas suas lotações prévias que “surgiu o convite deu vir para DH, foi por indicação mesmo. De quem, não me pergunte.” falou demonstrando que era uma “autoridade policial” com relações de reciprocidade na

⁶⁸ Foi interessante participar, no decorrer do trabalho de campo, da implementação da delegacia naquele edifício que era chamado pelos policiais de “base”. Tanto observei as etapas de adaptação ao uso do prédio, o que concerne a estrutura, distribuição dos espaços e circulação quanto a construção de “condições de trabalho para os policiais”, diferentes das condições de trabalho de outros agentes estatais. Nesse sentido, após organização do mobiliário inicial e a divisão das equipes em salas, houve ainda obras para reforma e inauguração da cantina, da carceragem, do dormitório e a já mencionada troca da caixa d’água. Ainda, visitei as obras de uma sala para reconhecimento e um laboratório para papiloscopia, porém não tive a oportunidade de ver tais finalizadas.

malha policial. Ele havia se bacharelado numa faculdade particular de Niterói e foi oficial da Marinha a partir do 16 anos, por 13 anos. “Depois de lá, o caminho natural foi fazer Direito...”. Ao longo da entrevista, Sérgio demonstrou bastante interesse na formação jurídica me perguntando sobre “a especialização da UFF”. Ele me disse que tinha “bastante interesse em (se) formar lá, sabe? Todo mundo que eu sei que fez, gostou!” reconhecendo o que qualificou como “o importante trabalho do Kant, também a Ana Paula... te falando, conheço, tô interessado em fazer”, comentou explicitando que “conhecia” o curso de especialização, pois cursara o curso do Gestão oferecido anos antes. Eu comentei que estava prevista uma nova turma e que “quando sair o edital te mando. Anota aqui o email.” respondi, passando me caderno para ele.

Como “morador e agente em São Gonçalo”, ele me dizia que a cidade era muito “diversificada e complexa” e que essa multiplicidade se expressava no que ele chamou de “padrões de criminalidade” no município. “resumindo: tem de tudo em São Gonçalo!”. Por isso, me explicava que havia dois GI para São Gonçalo, contando com duas equipes que se alternavam “dia sim, dia não”. Cada equipe tinha quatro policiais que se organizavam em duplas de investigadores e eram auxiliados por uma agente policia que fazia as funções de escrivã, atuando no cartório supervisionando diretamente os inquéritos. Essa configuração se repetia em todos os GI, e cada delegado contava com um total de vinte agentes diretamente sob sua direção, sendo que apenas dez estavam em atividade no expediente de de cada dia.

Naquele momento, ele me afirmou que estava “trabalhando com 37 inquéritos”, o que redundava num número muito reduzido de procedimentos com cada dupla, (menos de 3), mas que fazia sentido no numero total de inquéritos quando considerado os delegados. Se cada delegado estivesse com uma média de 37 inquéritos, a DH teria um total de 185 casos, correspondente a média de dois homicídios por dia até aquela data. Os resultados porém, naquele momento, não agradavam o diretor que já estava “querendo abrir GI 3”.⁶⁹

Isso porque era em São Gonçalo que se concentravam a maior parte dos homicídios investigados pela DH. “Olha, tem todo o dia. Nem Niterói, nem Itaboraí são assim.” falou Sérgio. Segundo ele, “a maioria dos homicídios é tráfico mesmo” mas “lá, homicídio é multifatorial: tráfico de drogas, grupos de extermínio, passional”. Sérgio destacava a diversidade de casos complexificava um elemento fundamental na

⁶⁹ Desejo que se concretizou em agosto, como descreverei no capítulo 4.

investigação: a “motivação”. Por isso, na opinião dele, o trabalho que o GELC fazia no local era para as equipes de investigação. “Difícil um local te dar o flagrante... homicida foge! Verdade que o trabalho do local vem muito adiantado” Ele buscava enfatizar que a investigação do “local de crime” era apenas uma fase da “investigação policial” que era na verdade realizada pelo GI. “Aqui a gente só trabalha com investigação, não atende público.” O que para ele era positivo pois fazia aquela repartição ser “atrativa para o trabalho policial”, demonstrando que para ele a investigação de homicídios era mais próxima de um “trabalho policial” do que um trabalho de atendimento direto ao público. Neste tipo de trabalho também havia “muita rua” pois “o trabalho de investigação é um trabalho de rua”, isto é: ir em outras delegacias e fóruns, entregar intimação, buscar testemunhas e imagens. Circular para fora da “base” para construir as “linhas de investigação”.

Rodrigo

Depois da entrevista, desci para a recepção e passei a acompanhar o fluxo de saída dos policiais do expediente. Em uns quinze minutos chegaram na repartição dois policiais militares do 7º BPM para informar que um jovem de dezessete anos morreu no Hospital Estadual Alberto Torres (HEAT), no Colubandê, depois de ter sido baleado no bairro de Santa Catarina, São Gonçalo, ao redor das quinze horas daquela tarde e socorrido ainda com vida pelo SAMU. O jovem foi atingido por três tiros quando se dirigia do trabalho para casa no intervalo de almoço. Segundo informações dadas pela sua mãe aos policiais militares no hospital, foi o condutor de uma moto que passou pelo local e disparou os tiros contra o jovem.

Meia hora depois da chegada dos policiais militares, a equipe do GELC saiu em direção ao HEAT. Eu fui na viatura onde estava o delegado João Paulo, e os inspetores Letícia e Cristian, que novamente dirigia a viatura. Delegado e inspetora portavam um fuzil, ela por estar responsável pela “contenção” e ele porque cuidava da arma que no “local” seria utilizada pelo condutor da viatura. Durante a maior parte do trajeto, a inspetora, moradora de São Gonçalo, foi quem indicou os percursos e para cruzar pelo trânsito engarrafado no final da tarde na Alameda, o inspetor policial fez diversas manobras e ultrapassagens. O delegado manuseava os sinalizadores sonoros e luminosos da viatura para alertar os demais motoristas a abrirem o caminho. Esta viatura era a primeira do comboio.

Chegamos no HEAT no pôr do sol. O delegado e outros dois policiais saíram na frente em busca de algum funcionário que pudesse indicar onde estava o cadáver da vítima. Fiquei na parte externa do hospital, conversando com os demais policiais. Cerca de vinte minutos depois, além de ver o cadáver, os policiais conseguiram a identificação da vítima: Rodrigo Santos, 17 anos. Era também objetivo do delegado encontrar no hospital algum familiar ou conhecido da vítima para contribuir com informações para a “investigação” mas nisto ele não obteve sucesso. A família de Rodrigo já tinha deixado o hospital e ido para o PRPTC, para onde ia ser levado o corpo.

Cerca de trinta minutos depois, saímos do hospital e seguimos em comboio até o “local” onde o Rodrigo foi baleado numa via local que num trecho que dava acesso aos Morro do Mineirinho e Simão, que se encontravam em “guerra” pela disputa das facções Comando Vermelho (CV) e Amigo dos Amigos (ADA), e também próximo a Favela do Ferrô, que fica em frente ao Fórum de São Gonçalo, em área que anteriormente já foi a estação de trem Sete Pontes, da Estrada de Ferro Maricá, daí o nome da comunidade surgida após 1990.

A chegada no “local” exato se deu a partir das referências dadas pela Polícia Militar: o nome da rua transversal e altura aproximada, “atrás do posto de gasolina, perto do orelhão”. O orelhão estava na frente da rua transversal que dava acesso da rua principal do bairro à rua onde Rodrigo foi morto. Dali, logo adiante, virando à direita era a rua principal para acesso para ao Mineirinho, onde morava o jovem com sua mãe e irmã mais nova.

Um córrego aos fundos do posto de gasolina beirava parte da rua, com algumas árvores e pouca iluminação. O fluxo de carros era reduzido, apenas moradores que voltavam para seus casas e que logo diminuíam a velocidade ao verem as viaturas paradas nos em um dos extremos da rua. Alguns minutos depois, veio um carro do outro sentido e um dos agentes alertou o delegado que a rua era mão dupla. Imediatamente o delegado indicou que outros policiais fosse para o outro extremo da rua. Os quatro policiais portando fuzis ficaram responsáveis pela “contenção” controlando o acesso em ambos os sentidos, uns se “abrigavam” perto de postes ou árvores e outros controlavam a passagem dos carros solicitando que motoristas e, principalmente, motoqueiros se identificassem ao passar, acendendo a iluminação interna do carro e baixando os vidros ou levantando a viseira do capacete.

Os outros agentes se distribuíram na busca de evidências que pudessem ser coletadas como indícios para a investigação. Dois deles foram ao posto de gasolina

conversar com os frentistas. Ali souberam que a comunidade do jovem era comandada pela facção Comando Vermelho e que a favela situada do outro lado do bairro, cujo acesso se dá pela rua principal, seria comandada pelo Terceiro Comando. As duas favelas estavam em “guerra” faziam alguns meses. Na opinião dos frentistas o autor foi alguém do Terceiro Comando que passou atirando indiscriminadamente em moradores da outra favela, acertando o jovem, coincidindo com o que foi contado pela mãe do jovem e reproduzido pelos policiais militares. No posto de gasolina os policiais também identificaram a presença de câmeras de filmagem, cujas gravações foram posteriormente solicitadas.

Eu acompanhava outros dois policiais que junto com o delegado e a papiloscopista, investigavam o “local”, o trecho entre a rua e a calçada onde o jovem fora baleado. Ali encontraram três estojos deflagrados e manchas de sangue espalhadas por uma distância de quase três metros. A coleta de “evidências” começou com o registro por fotografia do “local”. Aos poucos, foram encontrados outros indícios que os ajudavam a imaginar como teria sido a “dinâmica do fato”. Estojos de projéteis caídos na calçada e “espargimentos” de sangue no asfalto. Depois de “coletar” essas “evidências”, o delegado foi em direção a rua que dá acesso a comunidade e conversou com alguns moradores que estavam no bar com o intuito de saber se eles viram ou ouviram alguma coisa sobre a morte de Rodrigo.

O trabalho de “investigação” neste “local de crime” sem corpo durou, aproximadamente, vinte minutos. Depois disso, voltamos para a “base”. No caminho, o delegado afirmou que só iria autorizar a liberação do corpo de Rodrigo do PRPTC depois que a mãe fosse a DHNISG prestar esclarecimentos. Até o final do plantão, na manhã daquele dia, a mulher não foi até a DH.

“O espaço é de todos, cuide”

Chegando de volta na “base”, a maioria dos policiais no “expediente” já tinham indo para suas casas. Na recepção, os policiais do GELC organizaram um pedido de delivery de uma lanchonete em Icaraí. Eu realizei o mesmo o pedido do lanche da maioria: um “italiano”, salgado de presunto e queijo e um mate. Enquanto esperávamos o lanche, alguns foram tomar banho. Há algumas semanas, o banheiro masculino tinha chuveiro quente e eu não ia precisar me preocupar em tomar banho num horário programado. Antes a “precariedade” dos banheiros era uma das principais reclamações dos membros do GELC que costumavam tomar banho na parte da noite. Além dos

banheiros e lavabos privativos nas salas dos delegados, havia dois banheiros em cada um dos cinco andares: um feminino e outro masculino. Inicialmente, porém, apenas no banheiro feminino do segundo andar tinha chuveiro elétrico funcionando com água quente. Os policiais homens ou tomavam banho gelado ou aguardavam todas as mulheres tomarem banho, para depois usarem o banheiro feminino. Como eram poucas as mulheres nos plantões, não havia muitas reclamações por parte destas nesse sentido e os policiais adaptavam-se ao “desconforto”. Nas vezes que eu tive que tomar banho na “base”, facilmente me ajustei a configuração de uso do chuveiro.

As copas e cozinhas também foram gradativamente adaptadas. No segundo andar, a equipe de papiloscopia tinha acesso exclusivo a uma pequena cozinha equipada e organizada por eles e que sempre era mantida fechada à chave. Neste andar, havia também uma cozinha de uso coletivo, que se reproduzia no terceiro andar exatamente na mesma localização, no lado direito do hall, logo após os banheiros. Nestas, logo que começaram as atividades, faltavam móveis ou utensílios e eletrodomésticos porém assim como nos banheiros, gradativamente, os policiais foram trazendo e comprando novos itens. Na medida em que os espaços eram ocupados, seus usos eram estabelecidos. Em alguns meses, cartazes de folha A4 impressos com letras pretas foram colados nos banheiros, copas e cozinhas a partir de um pedido da direção com inscitos como: “ECONOMIZE PAPEL” “SUJOU, LAVOU” “O ESPAÇO É DE TODOS, CUIDE!”, estabelecendo regras de uso que deveriam ser comum a todos para a manutenção coletiva do espaço.

O uso de cartazes era comum para a difusão de informações coletivas distribuídos nos corredores e escadas que davam acesso as salas. No começo de fevereiro, surgiu o cartaz: “É proibida a entrada nesta divisão em trajes que não se coadunem com a natureza do serviço policial” que, como me contou depois a delegada Roberta “foi necessário” após um policial ter ido trabalhar de bermuda e chinelos tipo Havaianas. Partidas de futebol, doações para orfanatos e outras informações sociais também eram transmitidas por cartazes colados nas escadas, assim como os corredores, transformando esses espaço de circulação e espaços de pequenos encontros e trocas de informação na DHNISG.

A limpeza e manutenção do prédio era feita por um síndico e duas serventes, mãe e filha, que trabalhavam para a mesma empresa de serviço terceirizado que contrata as atendentes e estagiárias que atuam na recepção. Diariamente elas varriam e enceravam salas e corredores, lavavam banheiros, coletavam os lixos das lixeiras e cuidavam de

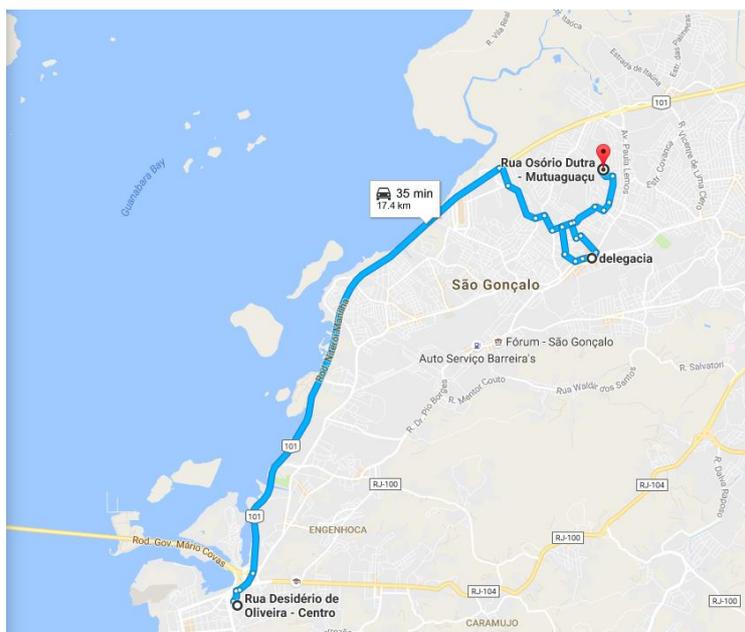
toda a limpeza do prédio. O síndico se dedicava a cuidar das lâmpadas, funcionamento do ar-condicionado, verificação de material do almoxarifado como papéis e tintas para as impressoras e pequenos consertos em todos corredores, salas e demais espaços no edifício. Naquele dia, ele foi o último funcionário do expediente a deixar o plantão, era quase dez da noite quando ele saiu da DH. E também quando chegava o entregador com o nosso lanche.

Enquanto comíamos, o telefone da Permanência tocou novamente. Eram aproximadamente dez e meia da noite quando policiais militares telefonaram para a Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo (DHNISG) para informar que um homem havia sido baleado e morto no bairro de Mutuaguaçu, em São Gonçalo. Em cerca de quarenta minutos a equipe se formou e ficou pronta para deixar a “base” e ir até o terceiro “local de crime” do plantão.

José

Saímos em quatro viaturas, eu novamente ia sentada no banco de trás do primeiro veículo do comboio, no qual iam João Paulo, Christian e Letícia, que estava sentada do meu lado e carregava um fuzil. Fizemos o caminho da BR-101 até entrarmos em direção ao Centro de São Gonçalo na entrada em frente ao Piscinão. Dali, seguimos por duas avenidas principais até passar em frente a delegacia do Mutuá, onde o delegado previamente havia combinado de encontrar a viatura do PRPTC e subimos a Avenida Dezoito do Forte, chegando no posto de gasolina na avenida Paula Lemos, ponto de encontro indicado pelos policiais militares como acesso a favela onde ocorreu o homicídio. O trajeto demorou cerca de quarenta minutos e foi todo feito por avenidas principais de grande fluxo.

No posto de gasolina, quatro policiais militares faziam um lanche quando viram as viaturas da DHNISG se aproximarem e interromperam o intervalo no trabalho, se aproximando para transmitir ao delegado algumas informações. A primeira coisa que foi dita pelos PM's foi que aquela região era “tensa” pois ali o “movimento dá pipoco”, querendo dizer que algumas vezes os traficantes que atuavam no comércio de drogas na comunidade, zona de disputa das facções Comando Vermelho e Terceiro Comando, disparavam tiros em direção a polícia.



**Figura 3. Mapa do trajeto realizado até o “local de crime”
Fonte: Google Maps 2016**

O delegado, ainda dentro do carro, perguntou aos policiais militares como eles costumavam subir e estes responderam que subiam “com tudo apagado”, se referindo as luzes das viaturas e, especialmente ao giroflex, sinalização luminosa que fica sobre as viaturas policiais e que até aquele momento, desde que saímos da “base” estava ligada. “Aqui tem que ir na contenção!” falou o outro policial militar. Devido as informações que foram dadas pelos policiais militares, o clima na viatura ficou tenso e o delegado se demonstrou preocupado: “Você num tá nem de colete...”, falou em tom de lamentação enquanto olhava para trás para falar comigo e com a policial. Como ela, eu estava sem colete à prova de balas. “E já tem alguém lá, como tá a situação lá em cima?” perguntou o delegado. “Já tem, já tem uma outra viatura lá em cima. E o rabeção já chegou também”, respondeu um dos policiais militares.

Sem deixar a sua viatura, o delegado orientou aos seus subordinados: “Apaga o giroflex que aqui o tiro come!” antes que subíssemos a favela. A viatura da PM foi na frente, seguida pela viatura onde estávamos e demais viaturas (três da DH e uma do PRPTC). Todas com as luzes apagadas. A PM subia lentamente com as portas abertas e os policiais apontando três fuzis para o lado de fora. Na viatura que eu estava, o delegado e a policial seguiram procedimento semelhante, porém mantendo as portas fechadas e se abaixando dentro do veículo, deixando só a linha dos olhos na parte de cima do vidro. Eu, copiando os meus interlocutores, fiz o mesmo e me mantive sentada apenas escorregando meu corpo pelo banco, também mantendo meus olhos na altura do

vidro da janela e observando as residências na rua do lado de fora e a dinâmica dos policiais no lado de dentro da viatura.

O delegado com uma das mãos apoiava um fuzil para o lado de fora e com a outra segurava o rádio de comunicação para falar com os policiais de sua equipe que estavam em outras viaturas: “Vambora, porra!”, “Sobe galera!” e “Segue a gente.” foram algumas das instruções que se alternavam com os comentários realizados conosco dentro da viatura: “Putá que o pariu, fudeu isso aqui!”. O inspetor policial que fazia a função de motorista da viatura, e que também se encontrava um pouco abaixado enquanto dirigia comentou: “Esse é o lugar mais tenso que a gente já fez!”. Eu me mantinha em silêncio. “Que merda, que merda”, foi a resposta da policial.

No meio da ladeira usada para subir, a viatura da Polícia Militar acelerou sendo seguido pelas viaturas da DHNISG. Após a subida, o caminho que era uma reta, passou a apresentar algumas curvas que faziam nossos corpos balançarem de um lado para o outro. No final deste trecho, viramos para direita e entramos numa rua não-asfaltada. Em seguida, viramos novamente, desta vez para a esquerda e chegamos numa rua asfaltada em declive. Em frente a calçada da penúltima casa do último quarteirão daquela rua era o “local” de “homicídio”. Apesar da tensão instalada na subida, até ali não houve nenhum “pipoco”.

O pequeno declive onde estava a vítima era o final da rua. Dali, era possível ver um pequeno vale coberto por um matagal e, mais à frente, uma outra comunidade que segundo os policiais militares tinha o tráfico de drogas controlado pela facção Terceiro Comando. Do “local”, por algum momento olhando naquela direção, foi possível ver três motocicletas passarem pela rua com homens armados com um fuzil. Cerca de quatro policiais da DHNISG na função de contenção estavam atentos ao que ocorria, se abrigavam atrás de postes localizados no extremo daquela rua.

A viatura da polícia militar estacionou próximo a outra viatura que já estava ali “preservando o local”. O cadáver estava deitado na calçada em frente à casa que depois fui saber era a casa da namorada da vítima. Os policiais militares havia usados cones de sinalização e uma fita preta para “isolar o local”. Do lado esquerdo, em frente ao portão da casa, mais de dez “populares” (namorada, mãe, cunhada e demais familiares e conhecidos) observavam o trabalho dos policiais, alguns deles chorando, sentados em cadeiras de plástico branco. Na casa do outro lado da rua, mais uma dezena de pessoas (que também era parentes ou conheciam o morto) observavam sobre o muro a movimentação ao entorno do morto.

Seguindo as orientações do delegado, acompanhei o policial responsável pela elaboração do relatório de “local de crime” e fiquei próxima dos familiares. Dali, eu podia tanto ouvir e, na medida do possível, conversar com algumas pessoas, mas principalmente pude observar o trabalho dos peritos e do delegado, os únicos que entraram no “local” imediato do crime que estava preservada: a “cena do crime”.

Os peritos tiravam fotos, faziam registros nas pranchetas e coletaram o estojo do projétil disparado examinando a “cena” e o corpo. A papiloscopista, que também estava por ali, comentou comigo: “Aqui não tem nada para mim, nunca tem digital numa cena dessas”. Com ajuda dos bombeiros, o corpo foi movimentado e virado de barriga para baixo e depois, desvirado em decúbito dorsal, com o objetivo de identificar a possível direção do tiro e as lesões de entrada e saída do disparos que atingiram o olho esquerdo da vítima. O delegado conversava com perito e agentes, e passava informações, via telefone, diretamente para o policial que ficara na delegacia e era responsável pelo levantamento de informações nos sistemas de registro. A partir das informações do documento de identidade entregue pela mãe da vítima, desde o local, os policiais já haviam confirmado a identificação do morto: José Souza e Silva, 27 anos.

O policial que conversava com os familiares perguntava se esses haviam ouvido alguma coisa, do que eles sabiam sobre o ocorrido, quem era a vítima, o que ele fazia, etc. José trabalhava como ajudante de pedreiro e há 10 meses era pai, junto com sua namorada, de uma bebê. A família evangélica morava na rua “debaixo”, uma rua à direita de onde estávamos e que também era acesso para a comunidade. No momento que foi baleado, José estava deixando a casa da namorada para voltar para casa depois do jantar. Todos os familiares estavam em casa e ouviram o disparo. Alguns, inclusive, ouviram o barulho de uma moto, mas “ninguém viu nada!”.

Apesar do homicídio ter ocorrido em frente da casa da namorada do morto, os policiais em nenhum momento entraram na residência, restringindo a investigação ao local na rua. Apenas algumas vezes o policial responsável pelo relatório olhou pelo portão para dentro da casa. Entre as pessoas que se amontoavam para olhar a rua, era possível ver uma pequena varanda e uma sala com a luz da televisão ligada.

Peritos e delegado conversavam mais um pouco, trocando impressões para que o delegado pudesse estabelecer uma “linha de investigação”. O delegado já havia autorizado que o “rabecão” recolhesse o corpo, e enquanto os bombeiros faziam a remoção perguntou aos policiais militares se era possível uma tentativa de roubo dentro da comunidade, no que ouviu como resposta o policial dizer “Doutor, em São Gonçalo é

possível de um tudo!”, quase que me repetindo a frase do delegado Sérgio naquela tarde. O delegado João Paulo abriu um leve sorriso e não perguntou mais nada. Os policiais civis voltaram para viaturas e por volta de uma e trinta da madrugada saímos pelo caminho indicado pelos familiares do morto, que ia pelo lado oposto àquele pelo qual chegamos no “local”.

Fazendo este caminho, deu para notar que aquela era uma das ruas “tranquilas” de acesso para a comunidade e a parte era mais estruturada economicamente. “Porra, bem melhor esse caminho aqui hein?” falou o delegado, “Pois é, podíamos ter vindo por aqui!” comentou o policial que dirigia. O percurso foi bem mais curto do que aquele “tenso” feito até chegar ao “local”, majoritariamente as ruas eram largas e asfaltadas, as casas eram de alvenaria, muradas, com jardins nas calçadas e havia carros estacionados na rua. João Paulo não escondeu sua indignação com os PM que o conduziram: “Esses caras tinham que ter feito essa caminho aqui, pô! Querem gastar com a gente...” reclamou o delegado, morador da zona norte do Rio de Janeiro e desconhecedor, por isso dependente da PM, dos percursos em São Gonçalo.

A policial Letícia era moradora de São Gonçalo e portanto conhecedora de uma paisagem que permeou todos os trajetos naquele dia. Foi ela quem indicou os principais caminhos, inclusive fazendo comentários e apontando referências pela janela. Ela sabia os nomes das comunidades nos entornos das rodovias e foi quem identificou o melhor percurso para se chegar a delegacia do Mutuá. Antes de passarmos por ali, na ida ao “local”, rompendo com o silêncio instalado na viatura e quebrando o gelo, quando passávamos pelo centro de São Gonçalo Letícia comentou com o seu colega Christian: “Aqui, aquele restaurante que te falei!” “É! Ali?” “Ali, de toldo azul” “Vi. Mas e o motel cadê?” “Tem um monte de motel, São Gonçalo é cheio de motel!” “Quero saber qual é o bom, Letícia.” “Ah, passando lá vou te mostrar. Não sou a especialista mas sei dos bons...” falou Letícia, rindo e tirando risos meus e de seus colegas.

Eu tinha no meu celular o GPS, mas não me arriscava a falar nada sobre percursos, exceto se algo me fosse diretamente perguntado e acompanhava com um olhar estranho, de quem sabia que do lado de fora me viam numa viatura policial, porém familiar pois tinha uma série de pontos de referências particulares com a paisagem pela qual atravessávamos. No caminho de volta para a “base”, o delegado comentou suas impressões sobre o crime dizendo que a morte de José tinha “cara de latrocínio” pois, segundo ele “o cara é limpo, trabalhava. Vagabundo deve ter tentando roubar...”.

Naquela madrugada, familiares de José prestaram depoimentos aos policiais na DH e na condição de testemunha, o irmão da vítima declarou que havia duas semanas que José comentou com ele que se desentendera com um colega no trabalho. A partir desta informação, o delegado passou a ter como “linha de investigação” para aquela morte um “homicídio”, sendo um colega de trabalho o principal suspeito de ter intencionalmente cometido um crime contra a vida de José.

“Finalmente, boa noite”

No primeiro andar, o térreo, atrás do balcão da recepção, estava a sala do síndico que também funcionava como depósito para materiais da repartição. No corredor que se prolongava, após os banheiros feminino e masculino, estava a sala do SESOP, uma sala grande, dividida ao meio, cujas mesas e prateleiras eram cheias de papéis.⁷⁰ Todo essa parte do prédio já estava completamente vazio há algumas horas naquela madrugada.

Do lado oposto ao hall de entrada no primeiro andar, havia um bebedouro e uma estatueta de Nossa Senhora de Fátima, presa na parede imediatamente em cima do bebedouro. Dali, se entrava na sala da Permanência, que por sua vez também servia de passagem para o depósito de armas e as salas do SIP de Plantão, o dormitório para o GELC, a futura sala de reconhecimento “tipo aquelas dos seriados americanos, com vidro que só a gente vê do outro lado”, me explicou o diretor e a carceragem. Ainda havia um pouco de movimentação de policiais na Permanência e no SIP quando desci, por volta as 2h da manhã, da sala do Cartório Plantão, que ficava no andar de cima. Alguns já tinham ido dormir.

Nas primeiras semanas, o dormitório ainda era inexistente e os policiais que cumpriam plantão dormiam numa sala no segundo andar que era também utilizada como sala de serviço para o GELC. Esta contava com três estações de trabalho: uma mesa, duas cadeiras e um computador, cada. Na sala também tinha um lavabo e alguns armários onde os policiais guardavam pertences pessoais e armamentos. No topo do móvel, colchonetes empilhados. E, como observei na sala do SDP, e posteriormente em demais salas, as janelas eram cobertas com cartazes de crianças desaparecidas da FIA para proteger do sol e da visibilidade externa. Era ali que a maioria dos policiais do GELC ficava grande parte do tempo quando começaram a atuar na delegacia e,

⁷⁰ O SESOP funcionava como o cartório no Programa Delegacia Legal. Na DHNISG, entretanto, o delegado destinou as funções de cartório referentes às investigações ao Setor de Controle Cartorário (SCC) ficando o SESOP apenas com funções de despacho, recebendo e enviando os procedimentos e inquéritos que circulavam na repartição.

consequentemente, na polícia. Afinal, para a maior parte dos policiais do GELC, aquela era a primeira lotação. Caso considerassem necessário, os policiais poderiam ir para outras salas e setores no prédio para ler, estudar e dormir. Alguns deles, quando estabeleciam laços de amizade e confiança com policiais de outros setores, podiam dormir em outras salas. Em geral, a decisão de não dormir na sala era justificada pelo “ar condicionado” ou “porque eu ronco demais, mesmo!”.

Em fevereiro, foi finalizada a obra do dormitório, localizado no térreo, próximo a carceragem e ao depósito de armas. Oito beliches compunham dezesseis camas, nem todas com colchão, que eram geladas pelo forte ar condicionado. Era também ali que os policiais do GELC passaram a deixar seus pertences pessoais, armas e que muitas vezes trocavam de roupa e se preparavam para as saídas à rua e onde também eu passei a deixar, enquanto acompanhando as atividades do GELC, minha mochila.

Para dormir confortavelmente na DH, era necessário levar roupa de cama, travesseiro e às vezes colchonetes extra, algo simples para os policiais do GELC, pois todos iam de carro, mas um pouco complicado para mim, que usava transporte público. Nas noites que passei no plantão da DH, não consegui dormir por muito tempo. Fosse pelo nervosismo e ansiedade de estar ali, ou pela expectativa de que pudesse haver um local durante a madrugada, ou ainda pelo desconforto provocado pela cama, pelo frio do ar condicionado ou os roncos de um ou outro policial. Duas das noites, eu nem tentei ir para o dormitório, e fiquei trabalhando em um dos computadores da Permanência, lendo, escrevendo e corrigindo trabalhos de alunos. Naquela noite, me deitei e dormi sem perceber, estava muito cansada.

“Bom dia minha gente”

Acordei e olhei no visor do celular, 6h45 da manhã. De cima do beliche vi a movimentação lenta e silenciosa de Christian e Otávio. Desci com cuidado da cama, abaixo de mim dormia ainda em sono profundo o policial Túlio. Fui até o banheiro do primeiro andar, lavar o rosto e terminar de acordar. Apenas saudei com a cabeça quando passei pelos policiais que já haviam acordado e estavam sentados na Permanência. Quando voltei, tive a oportunidade de ser mais simpática e trocamos algumas palavras. Eles comentavam entre si os planos para o dia: “Hoje vou pra praia!” disse Otávio, que morava na Região Oceânica de Niterói. “Também, tentar pegar uma onda” falou Christian que vivia na Zona Oeste.

Aos poucos, os outros policiais foram saindo do dormitório. Eu voltei para lá para guardar meus pertencentes, pegar minha mochila e me encaminhar para minha saída. Fiquei ainda um tempo sentada nas cadeiras da recepção quando com animação o policial Anderson chegou para o plantão: “Bom dia minha gente!” era por volta das 7h30. “Bom dia pra você que dormiu na cama quentinha. Quero ver amanhã de manhã como você vai tá” falou Vicente sem corresponder a animação. “Foi pesado o plantão, é querido?” “Porra, nem me fale, fiquei até três da manhã para terminar o relatório”. Conforme os policiais do GELC que iam entrar no plantão chegavam, os policiais do GELC que saía do plantão deixavam a DH. Além destes, os policiais do expediente também chegavam para iniciar o dia seguinte de trabalho, jornalistas, testemunhas e familiares de vítimas completavam o ritmo de pessoas que entravam e saíam do prédio da DH.

“Sensação de dever cumprido”

Numa manhã de agosto, eu estava na Permanência conversando com alguns policiais do GELC quando eles comentavam sobre três estagiários vindos da ACADEPOL que faziam treinamento na DH. Breno brincou dizendo: “Ah meu tempo, como era ruim” e Otávio continuou “Lá nos idos de...” dando a entender que fazia muito tempo que tinham passado por aquela fase. Ao brincar com o fato, demonstravam que apesar do pouco tempo que eram policiais, um pouco menos de 9 meses, parecia ser muito mais tempo sugerindo que a intensidade com a qual viveram essa temporalidade, a “experiência” de “ser policial” reforçava ou contribuía para essa dimensão de profundidade do tempo. O tempo cronológico era submetido ao tempo da experiência.

O serviço era alternado com momentos de lazer, como a realização de churrascos nos finais de semana e a organização de peladas de futebol nas tarde de sexta-feira. Aos poucos, a expectativa de criação de um ambiente social, como a presença do serviço de manicure⁷¹ que atendia “à gabinete” os policiais, foi deixada de lado e mesmo os eventos que eram propostos nunca chegaram a ter muita aderência. “A pelada não deu certo, tudo perna de pau, uma galera que já joga em outro lugar” comentou Francisco quando perguntei para eles como tinha sido o jogo marcado para a sexta feira anterior. Parecia-me que, apesar da tentativa inicial de promover um espaço de convivência, os policiais em geral só se encontravam no ambiente de trabalho deixando para o âmbito

⁷¹ A conheci quando foi apresentada diretamente pelo diretor da DHNISG às policiais do Cartório e me informava sobre alguns dos valores daqueles policiais

da relações pessoais apenas aqueles com os quais eles tinham relação direta, isto é, seus colegas de equipe.

Já no final do ano estava sendo organizada uma festa de final de ano num clube em Charitas, zona Sul de Niterói, do qual o delegado substituto era sócio. A festa de celebração porém foi cancelada após o anúncio de transferência do diretor Marcelo Barros para a DHBF. A despedida realizada no dia 18 de dezembro se deu formalmente no refeitório, quando com a presença do novo delegado titular, do comandante do 12º BPM, jornalistas e diversos policiais, Marcelo fez um discurso emocionado e muito positivo. O clima entre os policiais, porém, era de apreensão e certo saudosismo e entre eles os comentários eram variados. Sobre a festa, Gustavo me disse: "Não tem clima, né!?" Victor falou que "Todo mundo foi pego de surpresa, ninguém esperava." Mas para Dirceu "Ele, claro que sabia. Pessoal todo dizendo que tava fazendo um bom trabalho. Vai ver por isso mesmo que mudou, pra ir pra outro lugar que precisa mais."

"Saio com a cabeça erguida, sensação de dever cumprido e certeza de fiz o meu melhor", declarou Marcelo Barros na cerimônia, agradecendo sua equipe e afirmando que "realizamos um bom trabalho. Conseguimos desvendar muitos casos que antes não eram descobertos e efetuamos a prisão de muitos envolvidos em homicídios." Entre os casos esclarecidos sob sua direção, ele destacou o "caso Complexo B"⁷² e "caso da grávida"⁷³. "Se não fosse o empenho da minha equipe, o trabalho sério e a contribuição dos jornalistas, dificilmente a gente teria tido tanto sucesso. Acho que essa foi a nossa marca." O ano de 2014 encerrou com 59627 homicídios dolosos registrados no Brasil, 471 destes ocorreram na região da Grande Niterói. Sob a direção de Marcelo Barros, no primeiro ano de exercício da DHSNIG, cerca de 35% dos homicídios ocorridos naquele ano foram "resolvidos", isto é denunciados ao Ministério Público. No próximo capítulos, irei descrever e analisar a atuação desta repartição policial sobre a forma como "homicídios" eram investigados, especialmente focando na técnica da "linha de investigação" para demonstrar alguns processos pelos quais esta era produzida.

⁷² O "caso Complexo B" foi um triplo homicídio ocorrido no bairro Neves, em São Gonçalo em agosto 2013 no qual foram mortos três familiares de um empresário dono da marca de roupas Complexo B. A investigação, iniciada quando ainda estava em funcionamento a Delegacia de Homicídios chegou aos autores em menos de dois meses e descobriu que foi o padrasto de uma das vítimas, ex-marido de sua mãe, quem mandou matar as vítimas, tendo sido este classificado como uma "execução" por "vingança".

⁷³ Descrevo e analiso este caso no capítulo 6, considerando a relação de reciprocidade estabelecida entre policiais e mídia durante a investigação.

Capítulo 3 - Entre vivos e mortos

Passavam-se dez minutos das sete horas da manhã do dia 15 de maio quando o telefone do setor de Permanência tocou. Era um policial militar do 7º Batalhão de Polícia Militar (BPM), de São Gonçalo, informando que moradores encontraram o cadáver de um homem num terreno baldio na rua Itaocara, no bairro Trindade. A ida a este endereço para realização da perícia deste “local de crime” ia ser a primeira atividade do dia da equipe do Grupo Especial de Local de Crime (GELC) que iniciava seu plantão naquela manhã.

A equipe do GELC e eu, deixamos a “base” às oito horas e vinte minutos. Fui na mesma viatura que o delegado Evandro, o papiloscopista Gilmar e um inspetor. A perita criminal Raquel e outros oito inspetores se distribuíam em mais três viaturas. Chegamos no “local” cerca de trinta minutos depois. Dois policiais militares e dois bombeiros responsáveis pelo rabeção - estacionado em frente à casa vizinha ao terreno - aguardavam próximos ao cadáver. Jornalistas dos veículos locais como ‘O São Gonçalo’, ‘O Povo’ e ‘O Itaboraí’ também já estavam por ali. Além dos “profissionais”, contei cerca de sessenta pessoas observando a cena do crime e chegada da equipe da DH na rua. Diversos homens e mulheres a pé, de bicicleta ou de motocicleta com várias idades, inclusive crianças usando uniforme escolar e mochila, provavelmente moradores das redondezas que usavam aquela rua como trajeto matinal, se aglomeraram em função da presença de um morto. Os policiais chamavam esse conjunto de pessoas como “populares”.

Duas viaturas do GELC foram paradas separadamente, nas extremidades da rua, a cerca de cinco metros do terreno baldio cada uma. Outras duas, foram paradas transversalmente sendo que a em que eu estava ficou mais próxima do *ponto* onde se encontrava o corpo. Imediatamente, enquanto todos saímos das viaturas, os policiais solicitavam que os “populares” e jornalistas se afastassem, criando um movimento muito breve porém grandioso, e por isso talvez brusco, de pessoas se movimentando para fora dos limites daquilo que naquele momento passava a se tornar o “perímetro”⁷⁴

⁷⁴ Na geometria, o perímetro é definido como a medida do contorno, a soma dos lados, de uma figura geométrica. O conceito “perímetro” também pode ser usado na geografia e no urbanismo para definir uma certa área de acordo com a configuração e os usos que se dão no seu interior: perímetro rural ou perímetro urbano. No contexto usado pelos policiais, “perímetro” representava as “linhas” não visíveis que estariam no entorno daquilo que eles estabeleciam como o “local de crime”, evidenciando que o “local de crime” é a construção do entorno a partir de onde ocorreu um “homicídio”.

do “local de crime”. “Populares” e jornalistas eram separados por uma a “linha” imaginária demarcada pelas viaturas para definir o limite espacial do que era criado pelos policiais naquele ambiente como o “local de crime”, pois não tinham como material a fita amarela apropriada ao uso de demarcação de local de crime⁷⁵.

O cadáver estava coberto por um lençol cor de rosa, colocado pela manhã por uma moradora das casas contíguas ao terreno baldio onde estava o corpo. Sob o lençol, levantado pela perita Raquel após iniciar os registros fotográficos, estava o corpo de um jovem negro em posição fetal preso por uma corda amarrada desde os tornozelos até os punhos, que também estavam algemados para trás. Pernas, pés e braços estavam enrolados por uma fita adesiva marrom que também cobria a boca do morto. Ao examinar o cadáver, principalmente a “lateral esquerda”, Raquel identificou nove tiros, distribuídos pelo rosto, ombro e peito do corpo morto.

Delegado e papiloscopista observavam o trabalho da perita, acompanhados de um inspetor policial que tomava notas. Outro inspetor usava a câmera fotográfica para registrar imagens da rua, do “local” e do cadáver e ambos, posteriormente, redigiriam um relatório para registro no inquérito policial. O nome desta peça era “Informação de investigação”, composta pela descrição do “local de crime” produzida pelos inspetores do GELC.

Os demais inspetores se distribuía nas funções de “contenção”, isto é, a “linha de frente” no “local de crime, e de “busca” de “indícios”. Eles não usavam quaisquer fita ou divisão física e percorrendo os limites do perímetro agiam como *pontos* de uma *linha* que separava o “local do crime” dos “populares” e jornalistas. Instruídos pelo delegado, alguns dos policiais interagiam com os “populares”, questionando “se sabiam de alguma coisa” “se ouviram algo” ou “se (re)conheciam a vítima” e buscavam localizar câmeras de segurança nas casas vizinhas, fazendo parte da “investigação” do “local”.

Terminada a perícia da perita criminal, o papiloscopista e o delegado começaram a observar o cadáver mais detidamente. Ela explicou que provavelmente os tiros foram realizados naquele “local”, à curta distância. Talvez a “vítima” já estava morta, para confirmação era preciso verificar os “livores do corpo”. Tudo indicava que ele havia sido torturado por algumas horas antes de ser executado, lesões na face demonstravam que antes de ser morto, ele levava socos ou chutes. Juntos os três conversavam e

⁷⁵ Na DHNISG ainda não havia sido comprado a faixa, alguns dos locais de crime que pude ir tinham o uso dessa faixa realizado, quando era reaproveitada de outros locais prévios, por Corpo de Bombeiros.

buscavam “pistas” que pudessem compor os pontos iniciais da “linha de investigação.”

Tocando no cadáver, tentavam encontrar uma “identificação”, como carteira com documentos pessoais que identificasse o morto, pois este era considerado o principal elemento para indicar uma “linha de investigação” sobre uma morte. Auxiliados pelos bombeiros, manipularam o corpo e retiraram as cordas e fitas adesivas que o enrolavam. O papiloscopista instruiu a todos que, mesmo com luvas, manipulassem todos os objetos com cuidado, pois era provável que houvesse impressões digitais em “qualquer uma” daquelas superfícies. Uma fricção comprometeria o que ele chamava de “a qualidade da evidência”, que naquele caso seria a visibilidade das “linhas” do “datilograma”, provavelmente as “impressões digitais” de um “suspeito”.

Com uma ferramenta que carregava em sua mochila, o papiloscopista abriu as algemas. A perita criminal e o delegado, por sua vez, estavam atentos a “estojos”, “manchas de sangue”, “livores” e “equimoses” e os evidentes sinais de tortura no corpo do morto. Eles consideravam todos esses indícios importantes para determinar se aquele “local” tinha sido a “cena do crime” ou se apenas um lugar onde o cadáver foi “desovado”. Após uma hora e meia de perícia de local, delegado, perita e papiloscopista consideraram o trabalho no local de crime finalizado.

A perita coletou nove estojos de projétil de 9 milímetros, fabricados pela Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) e correspondentes ao número de disparos que ela encontrou no corpo. O papiloscopista identificou duas impressões digitais em pedaços de fitas adesivas. Os inspetores encontraram três câmeras de filmagem em uma casa, numa das esquinas do quarteirão do terreno baldio. E ainda, souberam por narrativas de moradores que estavam entre os “populares”, que por volta das dez horas da noite anterior, foram ouvidos quatro, e em seguida, mais quatro disparos. Uma das moradoras informou que após os tiros ninguém mais “teve coragem” de sair de casa, mas que ela imediatamente telefonou para o 7º BPM que ficava apenas a três quarteirões da rua.

“Linha forte”

No retorno para a base, papiloscopista, inspetor e principalmente delegado fizeram observações sobre o “local”. Comentaram sobre a qualidade das algemas encontradas no cadáver, que foi identificada pelo delegado como sendo de uma marca importada e com detalhes sofisticados como uma dobradiça: — Eu tenho uma dessa! Comprei lá fora! Pelo menos trezentos contos que custa aqui. - comentou Evandro.

Ainda, falou sobre a “informação” da moradora que telefonou para a Polícia Militar após ouvir tiros durante a noite. O delegado expressou estranheza em relação ao 7º BPM só ter informado a DH após a mudança de plantão, às sete horas da manhã. — Tem uma linha forte aí! - disse o delegado e prosseguiu: — Essa algema é de profissional, ou de tralha⁷⁶ ou dos Mike⁷⁷. E tem mais coisa estranha aí cara. Isso de esperar o plantão mudar, e matar tão perto do batalhão assim... vou mandar levantar quem tava de plantão na noite de ontem. Se bobear, foram os PM que mataram esse cara aí!.

Ao expressar suas primeiras impressões e reflexões sobre aquele “homicídio”, o delegado identificava uma possibilidade de percurso a ser feito pela “investigação” ao longo de uma “linha de investigação” que na perspectiva dele pareci ser “forte”. Para ele, haviam “indícios” de uma explicação para aquele homicídio que pudessem compor “evidências” consistentes na “linha”. Como pontos atribuídos a linha, ele narrava uma multiplicidade de referências e imagens que, de certa forma, expressavam uma forma de conhecer e exercitar o seu o conhecimento sobre os “homicídios” a partir de um “local de crime”.

Neste capítulo, irei me centrar na descrição etnográfica das investigações policiais de “homicídios” que acompanhei para explorar a categoria nativa “linha de investigação”. Ao percorrer variados traçados, construídos ao longo das investigações conduzidas no âmbito do trabalho policial realizado pelos agentes da DHNISG, identifiquei formas de elaboração de elos entre vítimas e suspeitos. Tais formas, segundo os policiais descreviam, se orientavam por uma “técnica de investigação” de “homicídios” composta por uma série de práticas realizadas nas “investigações”. Meu objetivo é demonstrar como as “linhas” funcionavam como “técnica” para a “investigação” de “homicídios” que conectava mortos a vivos.

“As primeiras 24 horas”

⁷⁶É relevante mencionar que “tralha” é umas das categorias utilizadas pelos meus interlocutores para se referir aos membros do comércio ilegal de drogas. “Vagabundo” e “marginal” também são acionadas.

⁷⁷ “Mike” é uma forma de se referir a letra “M” no alfabeto fonético da OTAN, que é utilizado por diferentes organizações internacionais e agências de segurança e defesa. A Polícia Civil do Rio de Janeiro também se utiliza deste alfabeto, em especial nos procedimentos em viaturas. Deriva-se daí que as corporações policiais se chamam através das letras deste alfabeto, estando para a Polícia Militar, PM, o apodo Mike e para a Policia Civil, PC, Charlie. Dessa forma, toda a vez que um policial se refere a Mike ou Charlie, está se referindo a um PM ou a um Policial Civil, respectivamente.

Ao voltarmos para a sede da DH, os policiais do GELC se distribuíram entre a Permanência, o alojamento e o banheiro, onde se desfaziam dos coletes a prova de balas, armamentos, papéis e se preparavam para almoçar na Cantina. Durante o almoço, o delegado solicitou que dois dos policiais do GELC voltassem ao local, vestidos à paisana, em busca de câmeras de segurança e moradores que se disponibilizassem a testemunhar. Outro policial ficou responsável por entrar em contato com o 7ºBPM para levantar quem eram os policiais plantonistas naquela noite. A divisão de tarefas ainda incluía os policiais do GELC responsáveis pelo cartório, pelo Setor de Inteligência Policial (SIP) e pela Permanência que deveriam registrar a ocorrência, ouvir possíveis testemunhas, buscar informações nos bancos de dados da polícia e apreender os objetos encontrados no “local de crime”.

Na volta da “diligência” realizada nos arredores do local do crime, a dupla de policiais que lá esteve informou que na casa localizada na esquina do terreno onde o jovem foi morto e onde foram identificadas três câmeras de segurança morava um advogado, que já atuava na área criminal. — Essa informação é importante! Vai que o morto já tinha sido cliente dele? Ou era retaliação? - especulou o delegado que, em forma de hipóteses, lançava outras “linhas de investigação”, apontando possíveis e diferentes caminhos que poderiam ser percorridos no inquérito daquele homicídio.

Uma das principais funções do GELC era consolidar o máximo de informações no menor intervalo de tempo possível, isto porque o sucesso de uma investigação, como reproduzido constantemente por policiais e delegados, era de que “as primeiras 24 horas são essenciais”. Eles explicavam que era imediatamente após o fato que havia maior quantidade e qualidade de “evidências” que “ainda estão frescas”. Os policiais me explicavam que “quanto mais próximo de quando ocorreu o crime, mais próximo de quem cometeu a gente fica”. Era como se o novelo de informações úteis para a investigação estivesse mais denso, o que permitiria uma “linha de investigação” mais consistente. Também chamavam atenção para a urgência, fatores emocionais de testemunhas, vizinhos ou familiares que “logo assim que acontece, falam sem pensar”, mas que depois “com o passar do tempo, vai esfriando e não quer falar”. Outros ainda mencionavam a possibilidade de que o “autor” da morte ainda estivesse próximo do “local”, “tem vezes até que esperando a polícia chegar”, o que daria a polícia um “flagrante”.

Em mortes que todavia não se sabia quem era a vítima, como aquela, se considerava mais difícil de conduzir a investigação. Quando isso ocorria, a realização

do “local de crime” inspirava uma variedade de apontamentos sobre aquele cadáver anônimo. Os policiais, estimulados por detalhes, eram levados a traçar “linhas” imaginadas a partir de sua experiência com outros casos investigados, o que os fazia projetar percursos algumas vezes aleatórios para a condução da “linha de investigação”, mas que expressavam um “saber policial” sobre as dinâmicas possíveis de uma morte, nas quais se tecem hipóteses sobre um “homicídio”. Um conhecimento sobre este tipo de crime que se pautava num “saber prático”.

No final do plantão, a dupla de policiais já tinha finalizado o relatório, o papiloscopista preparara o laudo para enviar ao Instituto Félix Pacheco e a perita criminal também fizera seu relatório de perícia de local. A escritã terminara de fazer os registros dos “autos de apreensão” das evidências coletadas no local: “9 componentes de munição AGUILLA (estojo) – Calibre 9 mm”; “equipamento policial/farda: 1 unidade (algema); “material p/ uso no tráfico: EPPENDORF pequeno” e entregou tais “evidências” no Setor de Suporte Operacional (SESOP) para ser encaminhado ao Instituto de Criminalística Carlos Éboli.

O delegado assinou o relatório de local de homicídio, bem como a diligência feita pelos dois inspetores, o registro de ocorrência e os depoimentos dos dois policiais militares que acionaram o Corpo de Bombeiros e a DH, e de dois moradores que ouviram os tiros. Ele também já havia recebido notícias de que a necrópsia havia sido realizada no PRPTC de São Gonçalo, e que em breve receberiam resposta sobre as impressões digitais coletadas do cadáver e enviadas ao Instituto Félix Pacheco. No cartório, todos estes registros, junto com o registro de ocorrência da morte ocorrida naquela quarta-feira de outono, foram incorporados como parte do “procedimento” 0421 cujo inquérito policial foi instaurado no dia seguinte, sob autorização do diretor da DH. Acima de sua assinatura podia se ler a seguinte mensagem: “Instauro IP. Portaria em separado. Observar as metas estabelecidas para cada Grupo de Investigação”, se referindo ao controle da produtividade dos policiais⁷⁸.

Investigação

Depois de realizada a perícia de local e passadas as primeiras “24 horas” do homicídio, os procedimentos policiais eram enviados para os SCC que, por sua vez, a partir de portaria assinada pelo delegado, montavam o inquérito policial que ia ser

⁷⁸ Descrevo e analiso o referido controle mais detidamente no capítulo 6.

enviado para investigação a uma dupla de policiais atuando num dos Grupos de Investigação (GI). Estes inicialmente eram divididos por município (GINit, GIIta e GISG) sendo que São Gonçalo, pelo tamanho, pela densidade populacional e pelo número de ocorrências contava inicialmente com dois grupos e, posteriormente, três.

Cada grupo era vinculado a um delegado, sendo que o terceiro GISG criado foi vinculado diretamente ao diretor da DH. Cada delegado organizava suas equipes de uma forma, mas em geral cada equipe contava com quatro duplas que alternavam os dias de trabalho cumprindo, de segunda a sábado, expedientes de 12 horas com intervalos de 36 horas. Nos domingos, as duplas entravam em esquema de rodízio, o que fazia com que cada dupla trabalhasse domingos alternados. No caso do GI SG, que eu tive a oportunidade de acompanhar mais de perto a atuação de quatro duplas (duas de cada de GI). Apesar de terem sua produtividade avaliada por dupla, as equipes se ajudavam mutuamente na resolução dos homicídios. Especialmente, em casos vinculados à “guerra”, o que explorarei no capítulo seguinte.

Os GI eram descritos como sendo formado pelos policiais que “conhecem os clientes”, isto é: que conheciam o município, os tipos de crime que ocorriam nos diferentes bairros e os “criminosos” que lá atuavam. Em São Gonçalo, os policiais tinham representações estáveis sobre a cidade e usavam este conhecimento como ferramenta para conduzir as “linhas de investigação”. Na medida em que trabalhavam, e tendo como suporte o trabalho de outros setores, como o “Setor de Inteligência”, “Setor de Busca Eletrônica”, “Setor de Análise Projetilística” produziam provas, em forma de documentos, a serem incluídos nos “procedimentos”. Os agentes lotados no GI também atuavam em cooperação com o “Setor de Operações” quando nas atividades deslocamento até São Gonçalo, e com o “Setor de Controle Cartorário” na elaboração e gerência dos “procedimentos”. Os agentes trabalhavam conjuntamente explicitando diferentes “técnicas” na manipulação das “ferramentas” disponíveis para manipular “linhas de investigação” de “homicídios”.

Wesley

Cerca de dez dias depois, vi que o procedimento 0421 sob responsabilidade da dupla de investigadores Roberto e Bruno, com quem passei a realizar grande parte do meu trabalho de campo. Folheando aquele “inquérito”, vi que as linhas das impressões digitais utilizadas no exame papiloscópico do cadáver determinaram sua identidade:

Wesley Ferreira da Silva. Como me explicou depois, após identificar a anexação do Laudo Papiloscópico no sistema, Gabriela, inspetora do Cartório que atuava como escritã dos procedimentos de Roberto e Bruno, realizou o aditamento do R.O. no sistema e informou para a dupla de investigadores. Bruno telefonou para o PRPTC para mais informações. O policial soube que Wesley foi reconhecido e reclamado por seu pai. A partir destas informações, foi possível entrar em contato com os declarantes de Wesley. Na semana seguinte, o pai de Wesley foi prestar depoimento na DH. Nesta ocasião, ele recebeu um “mandado de intimação” para a madrasta da vítima, que “precisava desse papel para apresentar no trabalho e ser dispensada” como me explicou o policial Bruno⁷⁹.

Aos poucos, as “linhas de investigação” faziam com que os traços sobre Wesley se tornassem mais consistentes e esse passou a ganhar personalidade no procedimento à medida em que sua biografia era escrita nos papéis e inscrita na burocracia. Wesley tinha 23 anos, cursou o Ensino Médio completo e desde então vivia com o pai e a madrasta em Maria da Graça, um bairro do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. Ele foi descrito por ambos familiares como “um rapaz tranquilo e trabalhador”, cuja única relação com as drogas era “pouco, mas já usou, maconha”.

Em forma de traços, pequenas “linhas” compunham registros que, por sua vez, contavam a história daquele jovem que foi morto. De acordo com as linhas textuais do que fora traduzido do depoimento dos familiares de Wesley para o “inquérito policial” produzido pelos policiais Roberto e Bruno, foram Ivan e Marcelo, um conhecido e primo da madrasta, que “bateram na porta de casa” e convidaram Wesley para “realizar um trabalho” em São Gonçalo.

Eles sabiam que Marcelo e Ivan atuavam no tráfico de drogas numa grande favela no Rio de Janeiro. E contaram aos policiais que contrariados viram Wesley aceitar a proposta de trabalho, pois “tava duro”. Depois de conversar com Marcelo e Ivan no portão da casa do pai e da madrasta, Wesley entrou, “tacou pouca coisa na mochila, e saiu dizendo que voltava em uma semana”. Quatro dias após Wesley “ter saído de supetão”, sua madrasta atendeu o telefonema de um policial dizendo que o jovem havia sido morto e que seu corpo se encontrava no PRPTC de São Gonçalo. Imediatamente, pai e madrasta de Wesley “tiveram a certeza” de que o primo tinha

⁷⁹ Ele ainda me disse que o “mandado de intimação” era um documento importante pois “ficar só ligando, mas a pessoa nunca vem, isso é bom que coloca lá no sistema que eu intimei mas, nesse caso aí, eu entreguei em mãos ao marido dela que veio aqui e entregou pra ela.” Três semanas depois, a madrasta de Wesley foi na DH prestar depoimento.

alguma coisa a ver com o crime. Logo depois que voltaram do IML, “ficaram sabendo” que foi Marcelo, junto com Valter (outro traficante) quem matou Wesley. Porém não sabiam explicar o porquê.

O depoimento dos familiares de Wesley Silva indicou uma nova “linha de investigação”, distinta das que foram apontadas inicialmente pelo GELC. O acesso às relações sociais da vítima, só possível após o processo de “identificação” transformando aquele corpo encontrado na rua Itaocara em um morto com nome, sobrenome, idade, filiação e endereço, redefiniram a “linha” que, como um fio para ser puxado, trouxe um novelo de informações acumuladas sobre aquele morto. Ele deixou de ser um ponto no tempo e no espaço, um cadáver num “local de crime”, e passou a ser Wesley Ferreira da Silva, a “vítima” de um “homicídio” e a ponta de uma “linha de investigação”.

“Recomeçar do zero”

Tomando o depoimento dos familiares de Wesley como referência, os policiais passaram a buscar nos bancos de dados da Polícia Civil registros de Marcelo, Valter e Ivan. Com esta “pesquisa”, conseguiram saber que três dias após a morte de Wesley, Marcelo e Valter tinham sido presos em flagrante por porte de arma ilegal de armas e tráfico de drogas numa operação policial da PMERJ realizada na Avenida Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Naquela operação, segundo as informações disponibilizadas no ROweb, duas armas foram apreendidas pela 39a DP. Ainda conseguiram acessar os registros da prisão de Marcelo e Valter.⁸⁰

Quando decidiram por confrontar o material apreendido no “local” onde Wesley fora encontrado com as armas apreendidas na prisão em flagrante de Marcelo e Valter os policiais se deram conta, ao retornarem aos “autos de apreensão” realizados no dia da morte de Wesley, que a perícia de local não registrou a apreensão de “projéteis”. Os estojos coletados pela perita no dia da perícia de local só serviam para identificar o calibre e para serem confrontados com outros estojos, mas não serviam para identificar a arma, reforçando o aspecto “cerimonial” da perícia de local (SILVA, 2013).

No procedimento, também observei que apesar do “local de crime” ter sido realizado no dia 15 de maio, ele apenas foi registrado no dia 16 de maio. Ao realizar a leitura das “peças”, identifiquei pequenos erros de digitação (“cor: parta” e “lesão

⁸⁰ O fato dos suspeitos já estarem presos, como comentou o policial Roberto, não influenciaria a meta, pois “mesmo o autor já estando preso, conta como autoria”.

conundentes”), equívocos e diferenças na forma como alguns nomes próprios estavam gravados (Wesley e Weslei, Valter e Walter). Principalmente na “Informação sobre investigação - Preliminar”, relatório produzido pelo inspetor de polícia sobre o “local de crime” e que pareciam passar despercebidos ou desimportantes pelos investigadores.

Roberto e Bruno resolveram buscar as evidências que precisavam para fortalecer a “linha de investigação” elaborada a partir dos depoimentos dos familiares de Wesley. Primeiro, telefonaram para o PRPTC onde foi feita a necrópsia para saber se havia sido encontrado algum projétil no corpo. A resposta negativa surpreendeu a dupla de policiais que então resolveu retornar ao “local de crime” na tentativa de encontrar algum projétil. “Não é possível cara, foram pelo menos nove tiros!”, insistia Bruno consternado diante da ausência dessas “evidências” no inquérito. Roberto dizia que “eles tinham que ter catado, cavado a terra” e se demonstrava muito chateado com o resultado da perícia de local.

Já se passava um mês do homicídio quando, no dia 24 de junho, os investigadores voltaram ao terreno baldio junto com dois policiais do GELC. Coletaram dois projéteis e uma faca no local onde Wesley foi morto. Como me descreveram, o terreno havia sido capinado, o que dificultou um pouco a busca por essas “evidências”. Ambos se divertiam ao me mostrar as fotos da incursão. Eles estavam claramente satisfeitos por terem encontrado algo, mas aproveitaram para mais uma vez criticar “o trabalho mal feito pelo GELC” .

Enquanto conversávamos, os policiais agilizavam os procedimentos para imediatamente encaminharem aquelas evidências para o Instituto de Criminalística, onde seria feito o confronto entre projéteis deflagrados e coletados por eles no “local” de crime e as armas apreendidas com os prováveis autores da morte de Wesley. Para tanto, primeiro deveriam aditar o RO com as apreensões, depois preenchiam no sistema o “auto de apreensão” e o “auto de encaminhamento” para o perito criminal Humberto, responsável pela “análise e comparação projetilística”⁸¹ e que foi até a sala dos investigadores para avaliar o material apreendido. Humberto explicava-nos que o que ia

⁸¹ O perito Humberto se apresentava como um “cientista”, e atuava como perito criminal na DHC. Na DHNISG, ele cumpria RAS, como “complemento do honorário”, fazendo hora extra duas vezes na semana (quartas e sextas), onde era responsável pelo “Serviço de Perícias Criminais”, no qual conduzia um projeto de rastreamento” de munição. O objetivo deste projeto era registrar e classificar as características do projétil e a marca das armas utilizando-se das marcas do cano, as linhas, nos projéteis. O trabalho realizado por Humberto era definido como “comparação projetilística e não confronto balístico, como ele gostava de destacar, explicando que quando feito “o confronto é estojístico”, permitindo descobrir o “lote” daqueles projéteis e conseqüentemente, saber “para quem [a empresa] vendeu o lote”, visto que devido ao estatuto do desarmamento, a empresa precisa ter este controle.

ser feito era “confrontar os padrões” da arma com os dos projéteis e esperava ajudá-los na condução da investigação. Ainda, deveriam encaminhar para o ICCE um “auto de solicitação de exame” para a arma. Após seguirem as instruções do perito criminal, os inspetores aguardaram, aparentemente cheios de esperanças, pelo resultado da perícia.

Cerca de dois meses depois, quando perguntei sobre o resultado da perícia das armas em confronto com os projéteis, Bruno me contou que o resultado “não bateu com a arma, vamos recomeçar do zero.” Com todos os registros acumulados no procedimento 00421/2014, eu na hora pensei que os policiais não iriam “recomeçar do zero”. E quando perguntei para Bruno se eles iriam escutar os suspeitos de autoria da morte de Wesley, ele me disse que provavelmente não, “só se o doutor quiser” e continuou dizendo que “em Bangu, os policiais são mal tratados e que aquilo lá é horrível”, expressando certa falta de vontade de seguir este passo. No entanto, duas semanas depois, por pedido do delegado Sérgio, Roberto e Bruno foram até o Complexo Prisional Bangu realizar a tomada de depoimento de Marcelo e Valter.

Lá, Marcelo confirmou as declarações dos familiares de Wesley, de que foi com Ivan até Wesley chamá-lo para uma “atividade”. Wesley, porém nunca teria aparecido. Ivan, por sua vez, sumiu. Marcelo “insinuou”, segundo me contou Bruno, que foi Ivan quem matou Wesley. Valter, segundo me disseram, se recusou a falar com os policiais e disse não saber de nada. Para os policiais, “essa versão não cola”, e eles insistiam na declaração das testemunhas, familiares da vítima, mas diziam que foram os três, juntos, os “autores” do “homicídio” de Wesley. Com determinação do delegado, os policiais finalizaram o inquérito no dia 3 de julho, e a relatoria concluía que Marcelo, Valter e Ivan eram os autores da morte de Wesley. “Primeiro dia de expediente do mês, e eu já consegui uma autoria” celebrou Bruno no dia 2 de outubro.

As investigações dos “homicídios” mobilizavam procedimentos distintos. Mesmo que não tivessem “evidências materiais” de quem matou Wesley, as declarações das testemunhas vinculadas a ele pareciam ser suficientes para que os policiais definissem a “linha de investigação” até a autoria de sua morte. A condição de “ser bandido” e “estar preso” dos suspeitos apontados pelos familiares da vítima foram usadas para construir as classificações daquele homicídio, corroborando com a “linha de investigação” que vinculou o morto a seus algozes. Elementos usados para torturar e matar Wesley, eram considerados como instrumentos que se encaixavam nesta composição dos procedimentos investigativos e testemunhais, delineando uma “linha” sobre aquele homicídio.

Manipuladas na burocracia pelos agentes para a produção e validação, as provas periciais eram pouco usadas. Não sei se os culpados pela morte de Wesley foram julgados. Apesar da investigação sobre sua morte ter se encerrado, inicialmente a “linha forte” identificada pelo delegado no “local de crime” foi deixada de lado. De certa maneira, por um elo aparentemente frágil, a declaração de testemunhas e a ausência de provas periciais, os policiais conectavam o morto Wesley aos autores de sua morte.

Na continuidade, descrevo um homicídio cuja “linha de investigação” o classificava como um crime “passional”. A partir da descrição da “tomada de depoimento” de quatro testemunhas, demonstro como os policiais buscaram traçar uma “linha” que explorava a indagação de fatos e emoções relacionados aos envolvidos no caso. Manipulando perguntas, falas e registros, construía e confirmavam uma suspeita, a ex-namorada da vítima, que traçava uma autoria no inquérito policial.

Valdir

Era por volta das 19 horas e trinta minutos do dia 20 de maio de 2014 quando o segurança Valdir, de 57 anos, deixou sua casa na companhia de Luzia, 45 anos, para ir trabalhar. Ainda no quarteirão de sua casa, no bairro Coelho, região do Alcântara em São Gonçalo, Valdir foi abordado por um homem que disparou contra ele três tiros. No começo da noite em que Valdir foi morto, ele e Luzia já tinham encontrado Cecília, 53 anos, ex-namorada de Valdir há pelo menos 25 anos, “entre idas e vindas”, como Cecília descreveu em seu depoimento.

No dia 16 de junho, Luzia foi até a DHNISG prestar depoimento aos policiais Bruno e Roberto, responsáveis pela investigação do “homicídio” de Valdir. Ao entrar na sala do GI para prestar seu depoimento, se sentou na cadeira do outro lado da mesa usada pelo policial Bruno, onde havia o computador. Eu estava sentada numa cadeira encostada na parede do lado oposto a Bruno, onde podia ver de frente a depoente bem como ler, a certa distância, o que o policial redigia na tela do computador.

Luzia era evangélica, de aparência modesta, vestia uma camiseta azul, saia preta até joelho, cabelos longos presos em coque e nenhuma maquiagem no rosto que era bastante marcado por manchas e verrugas. Na boca, lhe faltavam alguns dentes, o que afetava a sua dicção. Diante do policial Bruno, que explicou, me incluindo, “estamos aqui para escutar e descobrir o que de verdade aconteceu com Valdir”. A mulher disse que estava “disposta a falar tudo que sabia” e queria saber: “o que vocês já sabem?”

Bruno disse que “populares” relataram que Cecília havia ameaçado Luzia,

dizendo “de hoje você não passa” e perguntou “É verdade, isso?” Luzia respondeu que sim e começou a contar, lembrando o dia da morte de Valdir, quando juntos passaram por Cecília na rua e que esta, “enciumada”, virou-se para Luzia: — Ela falou assim para mim, ela me ameaçou: “Se eu não ficar com ele, ninguém fica. Eu vou te partir no meio, eu vou te matar!” - disse Luzia.

Bruno imediatamente digitou na caixa de texto onde inseria o “Termo de Declaração” sua versão da declaração da mulher e continuou “conversando com ela”. Luzia, por sua vez, contou que se relacionava com Valdir havia três meses, mas que eles se conheciam há dois anos. “Para mim, ele foi um homem maravilhoso. O que ele fez para trás eu não posso te dizer”. Por diversas vezes, ao longo de seu depoimento, ela repetiu a cerca da “bondade” da “vítima”: “dele não posso falar nada, para mim ele foi bom até o último suspiro dele.” Mas reforçava seu desconhecimento sobre o passado da vítima “Ah, o que ele faz lá atrás? Não sei...”.

Comentou ainda que seus familiares e amigos não queriam que ela prestasse depoimento, “Ninguém queria deixar eu vir aqui hoje, queriam papel da polícia. Mas eu não podia fugir. Eu podia ter morrido, queima de arquivo. Mas eu vim aqui, depois eu vou ter que ir na justiça, falar a mesma coisa”. O policial Bruno explicou que ela poderia ficar tranquila pois estava depondo na “condição de testemunha”. “Aqui você não é suspeita, você quase foi vítima. Além do mais, a gente já tem linhas de investigação. A esposa dele, trabalho dele...”, disse, se referindo a Cecília e ao emprego como segurança particular em um posto de gasolina de propriedade de um vereador em São Gonçalo. O seu medo, porém, não era da polícia: “Ela foi lá na esquina do meu trabalho. Será que é coincidência ou ela veio me vigiar? Tá todo mundo apavorado nesse sentido. Eu queria ver né?! Se saio do meu trabalho, se viajo...” disse Luzia, dando a entender que estava com medo de Cecília. Bruno, sem parecer dar muita importância respondeu “Eu não sei, não posso dizer. Não costuma acontecer, matarem uma pessoa e depois outra... não posso afirmar.”

A conversa entre Luzia e Bruno durou cerca de meia hora, período no qual a testemunha contou fragmentos da história, alternando-os com informações solicitadas pelo policial, como identidade, endereço, telefone. Segundo Luzia, na segunda-feira anterior ao crime ela dormiu na casa de Valdir. No dia seguinte, ela estava no intervalo do almoço quando recebeu uma ligação dele perguntando: “Quer vir aqui não?”. Ela aceitou o convite e combinaram de se encontrar na casa dele no final da tarde. Luzia chegou lá por volta das 18 horas e logo saíram para comprar uma descarga nova para o

banheiro do apartamento alugado em que ele vivia. Aos poucos, ela recuperava os “passos” realizados junto a vítima nos momentos que antecederam o “homicídio” e rememorou que além da descarga, “nesse dia, eu andei, fui na farmácia com ele, ele comprou duas caixinhas de Rivotril. Tomava calmante.” “Devia ter muitos problemas.” comentou o policial Bruno. “Os problemas eu não sei...” respondeu Luzia.

No caminho de volta para a casa de Valdir, cruzaram por Cecília que se aproximou deles na rua e falou: “Valdir, quero falar com você.” Segundo Luzia, ele respondeu de forma direta: “Não quero falar com você” e seguiu andando, sendo acompanhado por Luzia. No seu depoimento ela dizia que Valdir deixou claro a Cecília que não queria conversar: “‘Não quero assunto’ foi o que ele disse pra ela”. Foi nesse momento, segundo Luzia “que começou. Ela me xingando, ele me defendendo. Eu dizia ‘Valdir, faz isso não’ e ele respondia ‘Tem que fazer, ela tá te ofendendo’”. O policial Bruno interrompeu a narrativa da mulher e perguntou: “Ofendendo como?”. “Me chamando de nome feio, vagabunda, coisas assim...” respondeu Luzia. A testemunha seguiu comentando sobre Cecília e enfatizando que “Eu fui no enterro. Ela não foi. Ela mandou a amiga. A amiga bateu no ombro da mãe dele e falou assim: ‘Você vai descobrir quem foi que matou ele!’”.

Segundo Luzia, depois de passarem por Cecília na rua e chegarem na casa de Valdir, a mulher “chegou, socando a porta e dizendo ‘Abre isso aqui.... Eu sei que você tá com a vagabunda’”, se referindo a Luzia. Cecília conseguiu entrar na casa porque o dono da casa, que morava no andar de cima do imóvel alugado por Valdir, a conhecia de longa data e abriu o portão. Logo depois que Cecília “começou o barraco na porta da casa de Valdir”, segundo Luzia, ele ligou para a polícia por volta das 18h20, dizendo: “Ela tá te ameaçando, o BO está aberto”. Depois disso, Valdir abriu a porta de casa para conversar com Cecília “O que você quer?” E ela respondia “Eu quero você, porque você tá fazendo isso com a gente?” “Depois a gente conversa, vai para casa.” havia respondido Valdir. Segundo Luzia “Ela saiu, ficou no portão, xingou mais meia dúzia de palavrão e saiu. Ficou silêncio.” Ela rememorou que enquanto a briga do casal acontecia, refletiu “Sua cabeça é seu guia. Se você quiser terminar com ele hoje, você termina. Mas não vou resolver nada de cabeça quente. Vou para casa, vou meditar...” E esperou Valdir tomar banho, enquanto preparava o lanche para ele levar para o trabalho. Por volta das 19 horas e 15 minutos eles deixaram a casa. “E aconteceu. Não deu tempo de nada. Foi tudo muito rápido. Ele matou o Valdir.”

Tracejando o fato

Durante o depoimento de Luzia, estávamos apenas a mulher, Bruno e eu na sala. Quando Bruno parecia se encaminhar para encerrar o depoimento da testemunha, o policial Roberto, parceiro de Bruno, chegou: “Boa tarde, boa tarde! E aí, como estamos indo?”. “Tá aqui parceiro, ela viu tudo. A Cecília ameaçou mesmo, vou conferir aqui se tem B.O. e dá uma olhada aí...” falou Bruno. Roberto “deu uma olhada” na tela do computador onde Bruno estava montando o “termo de declaração” de Luzia e, a partir daí, se seguiu o diálogo entre Luzia e o policial Roberto:

— Olá Dona Luzia, me diz aqui, como foi aquela noite para a senhora?

— Olha, - pausou Luzia para suspirar - eu senti uma coisa estranha naquela rua.

— Estranha como o quê?

— Eu não sei descrever, mas sei que minha intuição tava certa...

— Me diz aqui, qual foi o intervalo de tempo entre a ligação de polícia, até saírem de casa, considerado o silêncio na rua?

— Uns 40 minutos.

— E depois disso, o que aconteceu?

— Valdir virou pra mim e falou: Amanhã, vou te pegar às seis horas da manhã para ir te levar para fazer o RO porque ela te ameaçou.

— O que você acha que foi? Por que mataram ele? - perguntou o policial Bruno.

— Não sei. Não sei porque mata um ao outro né?! - respondeu Luzia.

—E como foi? - perguntou o policial Roberto, insistindo - Como foi que mataram o Valdir? Você viu tudo mesmo?

— Vi

— Não se escondeu? Não fugiu?

— Não. Fiquei paralisada. Fiquei travada ali.

— E como foi?

— Ele veio, deu o primeiro tiro de longe. - inspirou profundamente - Ele veio mais próximo, deu o segundo tiro e eu ali parada. Aí ele veio ver se ele tava morto e deu o terceiro tiro na cabeça e me disse: corre mulher.

— Põe isso aí no papel, Bruno! E as pessoas na rua? - Virando-se para Luzia.

— Algumas, andando. Nisso passou um carro e eu não vi mais nada. (...) Eu presenciei uma morte de uma pessoa que tava comigo há 3 meses. Não sei mais o que fazer.

— É difícil, eu entendo... A gente está aqui para ajudar a senhora. Como está no trabalho, a senhora faz o quê?

— Sou caixa.

— Mercado? Pede uma licençazinha. - sugeriu o policial Roberto.

— O neuro [médico neurologista] já me deu 10 dias. Já cumpri os 10 dias, já retornei.

— Entendo, hoje a senhora vai sair aqui com outro papel, tenta ir lá de novo. A senhora passou por um trauma.

— Obrigada. - respondeu Luzia.

Como se o novelo estivesse se desenrolando aos poucos, cada vez que narrava a história da morte de Valdir aos policiais, Luzia descrevia novos fatos e eventos que adensavam a “linha de investigação” que indicava a ex-namorada de Valdir como mandante do seu homicídio.

Reforçando o traço

Após essa breve conversa com Luzia, o policial Roberto trocou de lugar com o seu “parceiro” e passou a “trabalhar no termo da testemunha”. Isto é, revisar as informações que já haviam sido incluídas por Bruno e enfatizar no “termo” aquelas que ele entendia os levariam a consolidar a “linha de investigação” que estavam conduzindo: de que Cecília foi a mandante do crime. Traduzindo para a linguagem do “inquérito policial, as respostas de Luzia, reforçava o traço que estava sendo delineado para explicar quem e como matou Valdir.

Quando digitava no computador, Roberto virou-se para Luzia e enfatizou: - Fala tudo, aqui é polícia. E foi seguido por seu parceiro dizendo: - É, o juiz vai ler, tem que falar tudo!⁸² Prosseguindo, Luzia voltou a falar dos xingamentos dos quais foi alvo por Cecília para Roberto: — Ela falou coisas assim: Domingo ele tava na minha cama, me

⁸² A “parceria” entre Roberto e Bruno evidenciava um pouco das habilidades de cada um dos policiais. Roberto tinha mais experiência como “investigador”. Entrou na Polícia Civil logo após terminar o curso de Direito, fazia 7 anos e sempre atuou em investigação em delegacias de Niterói, durante o período que atuava na 77a DP. Bruno também se formou em Direito, e anteriormente foi membro do Corpo de Bombeiros e atuou como advogado. Ele considerava que tinha mais experiência “e vocação mesmo”, costumava dizer, como “operacional”, tendo trabalhado no DEGASE e na 77a DP, onde conheceu Roberto. Muitas das vezes cumpria o R.A.S. na CORE e chegou na DH porque “pediram nomes e se colocou a disposição”. Em relação a “parceria”, sempre reconhecia que estava “aprendendo a malícia com meu parceiro, ele saca mais de investigação mesmo” e que uma das “técnicas policiais” que eles usavam era a do “policial bom e o policial mau”.

comendo e comendo da minha comida - tentou reproduzir a mulher, visivelmente constrangida. Enquanto Roberto “trabalhava para extrair” mais informações de Luzia, Bruno foi até a sala do Cartório pegar os dois aparelhos celulares de Valdir (1 nokia branco e 1 samsung preto). Quando voltou, ficou olhando os contatos e as fotos no celular de Valdir por algum tempo e depois virou-se para Luzia e perguntou: — Será que foi alguma coisa que aconteceu no posto? — Não sei... respondeu a mulher.

Roberto passou a perguntar características do “autor”, perguntas essas que não haviam sido feitas por seu “parceiro” e que eu me indagara mentalmente o porquê, visto que até então ela era a única testemunha ocular do homicídio. Luiza lembrou-se de características como cor de pele e cabelo e tatuagens, a roupa (camisa amarela, short azul, tênis) e exclamou:

— Ele tava de cara limpa, achei o fim do mundo aquilo ali! - enfatizando sua indignação. — Você acha que você seria capaz de reconhecer ele? - perguntou Roberto.

— Não sei, só vendo pra saber. - respondeu.

— Você acha que Cecília matou ele? - perguntou Roberto, mudando o foco da pergunta. — Eu, na minha opinião, por pouco que eu conhecia ela, eu não acho que ela não faria isso não. - respondeu Luzia.

E Roberto perguntou, então, mais incisivamente: — Você acredita que ela tenha mandado matar ele?

— Eu acredito. - respondeu.

— Você sentiu muita raiva dela? - perguntou Roberto.

— Senti.

— Parceiro, olha aí o avanço, num avançou? - falou Roberto para o Bruno, expressando sua satisfação em considerar que o depoimento da testemunha estava os ajudado a avançar na linha de investigação.

— O que surgiu lá foi assalto. - a testemunha continuou a falar.

— Você sabe que não foi... - Roberto falou.

— Não! - imediatamente respondeu Luzia.

— Foi uma execução é?

— Com certeza! - Afirmou Luzia.

Roberto então inseriu no termo de declaração de que aquela testemunha tinha certeza de não fora um roubo, mas sim uma execução. Ainda, enfatizou as ameaças e

xingamentos de Cecília e inclui a descrição do autor dos disparos. Também se ocupou em registrar o lapso temporal de quarenta minutos de silêncio, entre o final da discussão entre Valdir e Cecília e o momento da execução da vítima.

Tais inserções, como me ficou mais compreensível dias depois, diante do depoimento de outras testemunhas, tinha como objetivo contradizer a versão do crime que estava nos depoimentos de testemunhas que já constavam no inquérito, especialmente aqueles coletados pela equipe do GELC nas primeiras 24 horas, declarados por Cecília e sua filha, Elisa. Ao estabelecer uma outra “linha de investigação”, a que fora um “homicídio” caracterizado como execução, os policiais visavam enfraquecer aquela que indicava um possível “latrocínio”. E mais, ao vincular a “linha” da “execução” enfatizavam a “motivação” para o homicídio: Cecília estava com “raiva” de Valdir e mandou matá-lo, hipótese que era reforçada pela forma como o “autor” da morte de Valdir foi descrito por Luzia, “de cara limpa”.

Após a inserção destes elementos no termo de declaração de Luzia, fundamentais para encaminhar a “linha de investigação” a partir de uma nova classificação da morte de Valdir, Roberto perguntou a Luzia à respeito do “meio e/ou instrumento” para matar Valdir, a “arma do crime”, — Foi de revólver ou pistola?. — Não sei dizer. - respondeu Luzia, explicitando um desconhecimento sobre diferenças entre tipos armas. Na tentativa de tentar esclarecer a vítima, Roberto apresentou uma distinção que eu já havia ouvido (e aprendido) com outros policiais: — O revólver tem um tambor. A pistola é essa aqui. - falou, enquanto mostrava sua arma que até então estava “guardada” no coldre do lado direito da sua cintura. Luzia olhou a pistola de Roberto e falou: — Ah, então foi revólver. - concluiu lembrando que a vítima tinha dois revólveres.

Apesar de eu ter achado relevante essa informação, nenhum dos dois policiais esboçou interesse nas armas de Valdir. Tampouco, identifiquei no inquérito policial algum registro desta informação apresentada pela testemunha. O depoimento de Luzia foi encerrando às 13 horas e 30 minutos. Logo após, o policial Roberto passou a telefonar para outras testemunhas do caso: o irmão da vítima, a filha de Cecília e a própria Cecília com quem combinou uma tomada de depoimento em dois dias.

(Des)enrolando a suspeita

Às 14 horas do dia 18 de junho foi a vez do depoimento de Cecília, que chegou na DH acompanhada de um advogado. Ela vestia calça branca, tamanco, camisa social

azul, brincos grandes, alguns anéis e pulseiras e uma grande bolsa de couro vegetal vermelha, genuinamente ornada para provocar uma boa impressão. O seu advogado vestia um uniforme desgastado desses profissionais, um terno cujo corte não se ajustava no seu grande corpo e o tecido já demonstrava sinais de longo uso. Ademais a má apresentação estética do advogado, comentada comigo pelos dois policiais depois que ele deixou a sala e que eu observei logo que ele entrou, a companhia de uma testemunha por um advogado era algo visto com “maus olhos” e os policiais se explicavam-se dizendo “se vem com advogado, indicativo de quem tem culpa no cartório”, reforçando a presunção da culpa por parte daqueles que eles identificavam como suspeitos (KANT de LIMA, 1995a; EILBAUM, 2005) .

Antes de iniciar a “tomada de depoimento” de Cecília, o policial Roberto releu, a partir da tela do computador, o “termo de declaração” registrado no inquérito a partir do primeiro depoimento concedido por ela na noite do homicídio de Valdir. Bruno, que estava com o procedimento em mãos perguntou por Márcia, amiga de Cecília que foi até o velório de Valdir e que ainda não havia prestado depoimento: — Ela tá bem, muito minha amiga. - respondeu Cecília.

Roberto virou-se para Cecília e falou: — A senhora tá aqui na condição de testemunha. Imediatamente ela deu um suspiro profundo e com lágrimas nos olhos, levou as mãos ao rosto e exclamou: — Graças a Deus!. O policial explicou as condições para aquele depoimento, sempre se dirigido a depoente e praticamente ignorando a presença do advogado — A senhora não está sendo acusada de nada, fala o que quiser, para contribuir com a investigação. Mas é claro, que quanto mais a senhora falar, mais a gente vai poder avançar para descobrir quem matou o Seu Valdir. — Graças a Deus!. ela repetiu, e seguiu —Desculpe o transtorno, estou aqui para colaborar. Desculpe o desabafo.

A partir daí, o policial Roberto conduziu todas as perguntas, enquanto Bruno de pé “agilizava outros procedimentos” e eu tomava notas no meu caderno:

— Quanto tempo de relacionamento?

— 25 anos, em agosto, idas e vindas. Eu era uma namorada, moramos um tempo junto mas ele preferiu morar sozinho.

— Desde quando a senhora não mora mais com ele?

— Meu neto tem 8 anos, aproximadamente 10 anos.

— Você sabia que ele tava se relacionando com outras mulheres.

— Não. Mas, desculpe, eu posso fazer uma pergunta: Durante meu relacionamento com ele ou antes?

— 25 anos para cá.

— Uma pessoa, ele tinha comentado comigo que tinha alguém bem antes.

— Nesses 25 anos de relacionamento, a senhora soube de algum relacionamento amoroso dele? - reformulou Roberto.

— Não, no final a gente sempre ficava nessa. Sem se ver 15, 20 dias.

— Brigas?

— Ciúmes, brigas, normal. Nunca fui agredida por ele. Nunca. Nem física, nem verbal. Que eu me lembre não.

— A senhora não ia esquecer se tivesse levado um tapa ou um dedo na cara.

— Não, discussões normais.

— Quanto tempo de residência tem Valdir naquele endereço, lembra?

— Eu não tô bem certa, aproximadamente dois anos ou mais. É que o tempo passa tão rápido que a gente não se dá conta.

— A senhora costuma frequentar a residência dele?

— Frequentava, respondeu, balançando a cabeça afirmativamente.

— Com qual assiduidade? - perguntou Roberto. Cecília explicou que não muita, pois era responsável pelos cuidados de sua mãe idosa que não podia ser deixada só em casa.

— Mas com que frequência então? - insistiu o policial

— Domingo. - respondeu a mulher, e prosseguiu - Te explicar, eu moro, morava, duas ruas antes de Valdir, bem perto. Ele na rua 10 e eu na rua 8.

— E com que frequência ele ia na sua residência?

— Nas folgas.

— No que ele trabalhava?

— Ele era segurança. É o que ele passava para mim. Bastante tempo isso já...

— O que é bastante?

— Seis meses mais ou menos.

— E antes?

— De segurança... lugar este que eu não sei.

— A senhora tem filhos?

— Tenho sim. respondeu, explicando que tinha dois filhos, Elisa , de 24 anos costureira, que tinha um filho de 8 anos chamado Manoel. E Maurício, de 28 que trabalhava como eletricitista no estaleiro Mauá.

— Eles conheciam Valdir? - perguntou Roberto.

— Sim, claro, desde pequenos. Se davam muito bem. O pai dos meus filhos faleceu quando Maurício tinha 11anos. Mas eu já tinha relação com Valdir, de idas e vindas, mas já tinha. Quando o meu marido morreu, Valdir eu nem sabia onde tava. Depois, Manoel era como neto de Valdir, chamava de meu amigozão, Porque Valdir era grande, forte.

— Elisa foi ao enterro?

— Foi.

— E o Maurício?

— Ficou comigo, em casa, que eu estava dopada.

— Quando foi a última vez que a senhora dormiu na casa de Valdir ou ele na da senhora?

— Você quer as duas respostas?

— Ótimo! Vamos conversando...

— No dias das mães, 11 de maio, domingo, eu dormi na casa dele. E ele dormiu na minha casa de domingo para segunda. Antevéspera do ocorrido. Mas eu não me lembro exatamente o dia, 20 ou 21. Ele saiu às 14h, tudo normal, tranquilo. Saiu dizendo para mim que ia ao dentista. Não sei se foi, não deu tempo... Posso falar?

— Eu preciso que a senhora use os termos que julgar apropriados. A senhora está numa delegacia. Nada que a senhora falar aqui será novidade.

— Nós tivemos relações sexuais normais. Ele botou a mão em mim como se nunca tivesse botado a mão em mulher nenhuma antes.

— A senhora sabia que Valdir estava se relacionando com outra pessoa.

— Não. Não tinha vestígios. Tanto é que eu colocava na casa coisas íntimas, tipo assim, sabonete, sabonete íntimo, roupa. Ele não tirava, deixava ali.

— E ele comentou algum problema no trabalho?

— Não, ele não comentou nada comigo.

— Ele devia dinheiro a alguém?

— Que seja do meu conhecimento não.

— Quando foi a última vez que a senhora viu o seu Valdir

— A última vez que vi Valdir foi no dia que aconteceu a tragédia.

— Como foi? Conta para mim.

— Meu caminho foi o açougue na Rua Francisco Campos. - começou a narrar - Só que eu não cheguei até o açougue. Eu abordei ele com uma mulher. "Oh Valdir, que negócio é esse? O que é isso aí? O que está acontecendo?" - reproduziu, mudando o tom de voz. "Cecília, depois eu falo com você, que eu tenho um problema muito sério para resolver" - disse, imitando Valdir, e continuou - e a mulher que tava com ele cochichou alguma coisa que não deu para entender porque eu tava do outro lado da rua. Eu percebi que ela era uma pessoa que tava com ele, desconfiei ali, uma coisa diferente... - falou balançando o corpo - fui atrás dos dois, fui seguindo eles. Tinha alguns carros parados, eu fiquei atrás dos carros para ele não me ver. Me abaixei. É, eu me abaixei sim! Não tinha ninguém na rua. Fui até o portão mas tava fechado. Comecei a bater no portão, chamei palavrão...

— Qual? - interrompeu Roberto.

— Piranha, alguma coisa assim. Bati mesmo no portão. - e continuou, mudando o tom de voz - Quero saber! Quem é essa mulher que tá aí com você? Eu xinguei sim, claro! Xinguei. Xinguei de piranha, vagabunda...O dono da casa veio por causa do meu escândalo.

— Você já conhecia ele?

— Já, de muito tempo, Seu Bessa. Ele me falou assim: a senhora espera um minutinho só. Ele foi e abriu o portão e eu entrei.

— E o que a senhora viu?

— O que eu vi? Me deparei com os dois em pé. Ela em pé, com as mãos para trás, assim, na esquina do quarto, que eu conheço bem a casa. E ele sem camisa. Comecei a perguntar 'Quem é você? Você é de onde? Você trabalha onde? O que tá acontecendo aqui?' Falei olhando para ela. Eu olhei para ela sim. Porque onde eu ver ela, eu a reconheço. Ela respondeu assim: Eu trabalho no mercado. Porque tudo deu para mim ver que tinha alguma coisa ali. Valdir me disse: 'Vai embora, vai embora, que depois eu converso com você'. Eu fiz exatamente o que ele mandou, eu fui embora.

— O que você sentiu, raiva, ciúme? - perguntou Bruno.

— Não - disse choramingando e abaixando a cabeça - Fiquei triste, muito triste. De perder ele, medo de nunca mais ver ele, de meu neto não ter ele. No domingo que ele tava lá em casa, ele não deixou a desejar em nada. Nadinha! Nem com o carinho com o meu neto. Ele só disse para mim, vai embora, não me xingou, só disse, vai

embora, vai embora. Ele veio até o portão dizendo vai embora.... Que depois eu conversei com você.

— Quem abriu o portão para você? perguntou de novo Bruno.

— Foi o dono da casa.

— E ela - perguntou Roberto, se referindo a Luzia, mas de quem Cecília não sabia o nome.

— Ela também não disse nada.

— A senhora disse para alguém, em outros momentos, que queria vê-lo morto? indagou Roberto.

— Nunca! Nunca na minha vida de ninguém. Nunca, nunca mesmo. Porque muitas vezes o Valdir ficou desempregado e foi pra minha casa dá comida, dormir. Não tem lógica.

— Ele tinha armas né? - Bruno perguntou.

— Não, eu não sei dizer quantas ele tinha. Eu só vi uma vez ele com arma, tirar debaixo do travesseiro quando tava indo trabalhar na casa dele.

— O que a senhora acha que aconteceu com ele?

— Pela violência ali, eu acho que foi um assalto, eu acho.

— A senhora não acha estranho terem matado ele e não terem matado ela.

— Eu não acho, acho nada porque não vi o que aconteceu. Depois da casa dele eu fui para o mercado comprar fígado e voltei para casa.

— Ligou para alguém.

— Eu fiz uma ligação para Elisa.

— Ligou para mais alguém.

— Para Elisa, perguntando a senha do cartão.

— Em que momento?

— De dentro do açougue.

— De novo? - perguntou Roberto

— De novo. Perguntei na praça e dentro do açougue.

— Foram quantas ligações, então?

— Olha, eu vou te responder, eu não lembro, pode ser até que eu tenha feito mais, falou Cecília demonstrando não se lembrar se fez ou se recebeu as ligações da filha, nem quantas vezes.

Além da narrativa sobre o seu relacionamento com Valdir e a narrativa de sua morte, enquanto iam “conversando” com Cecília, os policiais descobriram que o

namorado de Elisa , Michel, era mecânico no Jardim Catarina. Além de saquear Michel, os policiais já haviam sarqueado Cecília e fizeram o mesmo com o seu advogado e seus dois filhos. Por essa “investigação” dos envolvidos no registros dos bancos de dados, os policiais tentavam identificar quem eram os familiares de Cecília e se eles poderiam ser qualificados pelos policiais como suspeitos da execução de Valdir.

Enquanto esperava os policiais registrarem o seu depoimento no termo de declaração e levantarem outras informações a partir do banco de dados, tempo no qual também pensavam sobre outras perguntas que poderiam fazer a testemunha, Cecília reclamou, se dirigindo a seu advogado, do frio do ar condicionado. Quando consideraram finalizado o depoimento, mas antes de finalizar o termo, isto é o documento que ficaria no inquérito policial, Roberto foi até a sala do delegado falar sobre o caso. Para mim, tinha ficado clara sua empolgação com a “linha” que seguiam para o caso, o que se confirmou posteriormente quando comentou comigo e com seu parceiro que tinha certeza que Cecília era mandante do crime.

Bruno mandou imprimir as vias com o termo de declaração de Cecília e eu fui até a impressora localizada no começo do corredor para buscar os documentos. Quando voltei, Cecília estava comentando sobre um dos períodos de “idas e vindas” que tinha o relacionamento — O Valdir sumiu da minha vida durante 5 anos. Mas depois voltou... foi um vazio, parecia que ele não ia voltar. Quando faltavam cinco minutos para às cinco da tarde Cecília deixou a sala com o seu advogado, que recebeu uma cópia do termo dado por sua cliente e assinou, como ela, os documentos que iam compor o inquérito.

“Lá no bairro, o povo comenta.”

No dia 24 de junho foi a vez de Elisa e Márcia prestarem seus depoimentos agendados para às 11 e 14h. respectivamente. Naquela manhã, eu já tinha “dando um rolé”⁸³ com Roberto e Bruno até o Rio e pela Zona Sul de Niterói, voltamos para a DH ao meio dia. Quando cheguei no hall com os policiais, Elisa estava na recepção acompanhada do mesmo advogado que sua mãe e de Márcia. Ela usava um óculos de sol grande, que logo chamou minha atenção, principalmente porque ela não retirou o objeto do rosto em nenhum momento. Roberto reconheceu o advogado e virou-se para a jovem e perguntou: — Você que é a Elisa , correto? — Correto! - respondeu, se

⁸³ Descrito no capítulo 5, a seguir.

levantando. Roberto a convidou para subir até a sala e pediu a Márcia que esperasse no hall.

Na sala do GI, a configuração foi semelhante à usada no depoimento de Cecília. Roberto conduziu as perguntas e iniciou com uma questão geral a “conversa” com Elisa :

— Me diz, o que você sabe da morte de Valdir, como foi? O que o pessoal tá dizendo? - perguntou.

— Primeiro, disseram que era assalto. Depois mudaram os boatos, disseram que foram pegar ele. - respondeu.

— Quem disseram?

— Lá no bairro, o povo comenta. Sempre que vamos na rua, assim, vão perguntar como a gente tá. A gente nem tem saído muito, mas mesmo assim perguntam.

— Vocês tem evitado de sair de casa por que?

— Porque perguntam, ficam enchendo o saco com isso, ficam perguntando. E a gente não tem mais nada ver com isso, agora é com vocês. - falou e continuou, num tom de reclamação. Eu não posso ir a lugar nenhum, tenho que ficar ligando. Ela [sua mãe] esquece das coisas.... Ela tá sofrendo muito. Tenho que ficar em casa, não posso ir a lugar nenhum. - e continuou, descrevendo a situação da sua mãe - no segundo tempo do jogo [do Brasil na Copa do Mundo], ela tomou um comprimido de Rivotril, o mais forte que tem. Ela não come direito, ela não dorme, ela não bebe. A saudade bate... - suspirou.

— Você tem medo da sua mãe se matar, é isso? - indagou o policial.

— Não, eu fico preocupada com ela, não tá se alimentado direito...

— Toma banho?

— Toma. Ela falou pra mim ontem: Filha, esse telefone ainda vai tocar com a polícia dizendo quem matou ele.

— Claro que vai.

— A gente não esperava que isso fosse acontecer. Ele era segurança, a gente não sabia o que ele fazia lá.

— O que aconteceu no dia?

— Fui trabalhar.

— Neste dia, enquanto você estava trabalhando, você falou com a sua mãe?

— Não.

— Ela te ligou?

— Duas vezes, para o nome da senha, número da senha... e depois ligou para saber se eu queria 1 kg ou quinhentas gramas de carne moída para fazer no jantar. Quando ela chegou, falou que tava com dor nos músculos. Falei para ela tomar remédio. Ela pegou um cigarro, chorando, me disse: “Elisa, peguei o Valdir com uma mulher”. Eu disse que não ia me meter, porque eles sempre brigavam, coisa normal, já aconteceu outras vezes, briguinha de casal. Aí ela foi a casa da Tânia para tomar uma injeção por causa da dor.

— Você acha que sua mãe é explosiva?

— Não, - respondeu pensativa e perguntou em seguida - A mulher já veio a delegacia? - se referindo a Luzia.

— Vai vir... - falou Roberto, “despistando”.

— Ele era como um avó pro meu filho. - lamentou.

Roberto passou a perguntar sobre quem era o ex-namorado de Elisa , pai de seu filho. Ela respondeu onde ele trabalhava, que não usava droga ou armas e também fez sua descrição física. Porém, ela não soube, ou não quis, responder qual era o seu nome completo.

— Não sabe o nome completo do pai do teu filho? - exclamou Roberto.

— Me fugiu agora. - respondeu.

— Ele tem tatuagem, cicatriz, apelido?

— Não.

Roberto também perguntou sobre Jean, primo de Elisa que morreu dois anos antes, baleado no bairro Raul Veiga, vizinho de onde moravam.

— Foi triste, mas passou. Nunca descobriram nada, que eu saiba. - disse Elisa .

Depois de indagar sobre seu o pai de seu filho e seu falecido primo Roberto voltou a perguntar sobre o homicídio de Valdir:

— Você acha que sua mãe não tem nada a ver com o fato.

— Claro que não! ... Vocês vão se surpreender com isso muito ainda. Todo dia vai surgir uma novidade.

— Como você sabe?

— Ué gente, eu vejo televisão! Você já foram no trabalho dele?

— E que novidade?

— Aconteceu. A gente tá no meio disso logo no dia que ela brigou com ele. Eu nunca pensei que ia tá dentro de uma delegacia, depondo numa morte que eu nem sei como foi. - falou enfática.

— Tá bom, Elisa . Muito obrigado. Você ajudou muito a investigação.

— De nada. Que bom! Tomara que você peguem quem foi. Ah, preciso de um documento pro trabalho. - solicitou e conseguiu uma “ressalva” que registrava seu compartimento na delegacia após ser intimada, com o fito de colaborar com a investigação em andamento”.

Além da divergência em relação as ligações e ao conteúdo destas “uma fala fígado, outra fala carne moída. Nunca vi comer fígado moído!” - comentou Roberto, os policiais se preocupavam em identificar, reconhecer e vincular outras pessoas que pudessem ser suspeitos de terem atirado em Valdir a mando de Cecília. Era por isso que perguntavam sobre homens vinculados a Elisa, e incluíam nos registros de investigação daquele homicídio todos os dados possíveis sobre os mesmos, explicitando como orientavam a “linha” para construir o inquérito e conectar uma autoria naquele “homicídio”.

“Não ponho minha mão no fogo”

Logo em seguida foi a vez do depoimento de Márcia.

— Elisa , você já pode mandar a Marcinha subir. Mas oh, sem conversa entre vocês hein?! - alertou Roberto.

— Tá bom, só mandar subir?

— É, só mandar subir.

— Eu levo ela lá, te acompanho até o hall. - disse Bruno, se levantando e saindo da sala com Elisa e o advogado que nada falou e não retornou mais.

O depoimento de Márcia foi conduzido por Bruno, que começou perguntando:

— Márcia você é amiga de Elisa, de Cecília. Você é amiga de quem?

— Sou amiga de Cecília. - respondeu.

— Há quanto tempo que você é amiga de Cecília.

— Há uns 12 anos que eu sou amiga de Cecília.

— Você sabe porque você tá aqui hoje?

— Acho que por conta de que mataram Valdir...

— E o que você sabe da morte de Valdir.

— O que eu ouvi falar que foi assalto, meu filho.

— Só isso.

— Só.

— Você foi no enterro?

— Fui.

— E o que aconteceu lá?

— As pessoas dizendo que iam descobrir, “vamos descobrir quem foi”, só se ouvia isso no enterro.

— Como é o temperamento dela? - perguntou Roberto, que até então estava em silêncio, sobre Cecília.

— Mais ou menos, Às vezes tá bem, às vezes mal. Temperamento explosivo, sempre nervosa.

— Porquê você foi no enterro - perguntou novamente Roberto.

— A Cecília mandou essa para mim.

— Entendo. Você pode me falar mais do relacionamento deles. O que você sabe, como era? - voltou a perguntar Bruno.

— Não sei, normal.

— Ela era ciumenta.

— Ela é. Normal. Não sei dizer.

— Sabe sim, pode falar.

— Não posso.

— Nada disso, você está em uma de nossas linhas de investigação. Você tem que falar. - insistiu.

— Ela tinha ciúme sim, mas acho que normal de muita mulher.

— E as brigas, eles brigavam muito?

— Não sei.

— Você já viu alguma briga ou agressão entre eles.

— Agressão não. Briga sim. Por telefone, já escutei sim.

— Como era?

— Briga, discussão. Xingamentos entre os dois.

— E Valdir, você conhecia ele?

— Conhecia, ué. Namorado da minha amiga.

— Como ele era?

— Ele era trabalhador, não bebia, não fumava.

— Você acredita que Cecília possa ter matado ele, ficado com muito ciúme.

— Olha, num ponho minha mão no fogo por Cecília não... - falou, balançando a cabeça negativamente. Depois ela perguntou: — Já tem um mês que Valdir faleceu meu filho?

— Eu acho que já tem. respondeu Bruno.

— Eu achava até ele um pouco carente, foi parte da família, vivia sozinho. - lamentou Márcia.

“O passional é mais fácil de resolver.”

Após finalizado o depoimento de Márcia, Bruno e Roberto consideraram estar muito próximos de “conseguir uma autoria” para aquele caso. Para a dupla de policiais, a “linha de investigação” os levava a definir Cecília como mandante do crime. “Essa sempre foi aposta do Roberto.” reconheceu Bruno, explicando que tinha ficado “interessado” na “linha de investigação” de Valdir ter sido morto por motivos profissionais. Esta “linha” conectava o “homicídio” de Valdir com o “homicídio” de Osvaldo, encontrado morto em seu carro⁸⁴. Isto porque ambos as vítimas trabalhavam como segurança particulares em comércios de um vereador em São Gonçalo. Valdir num posto de gasolina e Osvaldo numa loja.

Ambas as linhas estavam sendo levadas em consideração por ambos policiais, mas eles concordaram que seria mais fácil “explorar” a “linha” do “crime passional”, pelo acesso às vítimas e pelo fato de o vínculo emocional da vítima com as testemunhas “estimular mais a falar”. Como declarou Elisa “o povo comenta”, e os policiais usavam aquilo que o “bairro fala” (EILBAUM, 2013) e que os interessava para adensar aquela linha de investigação a partir dos depoimentos das testemunhas. Dessa maneira, eles reproduziam uma idéia comum na DH de que homicídios passionais eram mais fáceis de se resolver. Pela “facilidade” de pelas falas se conduzir ao longo dessa “linha”, os policiais deixavam de lado indícios sobre uma “linha” que envolvia uma figura política e considerada mais complicada de se percorrer, pois demandaria uma carga de trabalho que eles consideravam maior.

Num caderno usado por Bruno, ele anotava na contracapa em canetas azul e vermelha uma pequena lista dos casos investigados por ele e seu parceiro. Ao lado do nome de Valdir em azul uma seta vermelha indicava o nome de Cecília, também em azul. Ao lado, de vermelho, o nome do vereador em parênteses. “Isso aqui é só rascunho, guardo para me ajudar a pensar...” - me explicou enquanto mostrava suas “linhas de investigação”. Na parede atrás da porta da sala, uma tabela com todos os inquéritos investigados organizados pela data do “homicídio” sistematizava mais

⁸⁴ Descrito no capítulo anterior, Entre tempos e espaços.

informações, como bairro ou localidade onde aconteceu o crime, nome da vítima, qual GELC fez a perícia de local, alguns tinha ainda a arma e o nome de um autor ou suspeito. Ao lado dos nomes de Valdir e Osvaldo não havia nome do suspeito, mas o calibre das armas com que ambos foram mortos era exatamente o mesmo.

Na “linha de investigação” que definia Cecília como autora, ela teria tido auxílio de sua filha Elisa. Ainda naquela tarde, o delegado Sérgio foi até a sala do GI quando recebeu de Roberto a seguinte explicação que o permitia tracejar essa “linha”: “Doutor, é o seguinte, tem um lapso de quarenta minutos entre ela ameaçar a Luzia e o Valdir ser morto. Nesse meio tempo, ela diz que ligou para a filha, mas entram em contradição. Primeiro era uma ligação, depois viraram duas. Acho que a gente tem como entrar com um mandado [judicial de registro das ligações telefônicas] aí!”.

Depois de explicitar a “dinâmica” continuou explicando ao delegado o porque achava que Cecília “seria capaz de mandar matar Valdir” e a possível “motivação” da mulher para cometer tal ato: — A amiga dela diz que ela era explosiva, isso ajuda, perdeu a cabeça quando viu o namorado com outra e mandou matar. - falou Roberto, se referindo ao depoimento de Márcia. Em relação ao executor do “homicídio”, afirmou que “o assassino, pelo visto, é profissional.” “Como você sabe?” - perguntou o delegado. “Matou no meio da rua, sem balaclava⁸⁵, sem nada. De cara limpa.”. Tal descrição interessou ao delegado que em seguida perguntou: “A testemunha fez retrato falado?” Foi a vez de Bruno então responder ao delegado: “Disse que ia reconhecer, mas não quis nem tentar...”

Para definir este tracejado na investigação do homicídio de Valdir, os policiais precisavam de mais evidências. “Câmera, estojo, mais alguma coisa material?” - perguntou o delegado. Roberto já tinha pensando em qual era atalho possível a se seguir, insistiu: “Não, doutor. A gente precisa das ligações da Cecília e da filha dela. Tenho certeza que a gente vai pegar alguma coisa.” Seguindo o investigador no passo seguinte para investigação daquele inquérito, o delegado disse animadamente: “Beleza, pode pedir! Eu assino! Mandar isso hoje logo...”.

“Tá parado”

Cerca de dois meses depois dos depoimentos das testemunhas na investigação do homicídio de Valdir, perguntei a Bruno como ia o inquérito daquele caso. O policial

⁸⁵ Máscara de proteção usada por policiais e “criminosos” para esconder a cabeça e o rosto, só deixando exposto os olhos.

constrangidamente me respondeu que “não fizemos nada”. Naquele período, os policiais do GI São Gonçalo estavam se dedicando aos (muitos) casos relacionados ao tráfico de drogas, especialmente nas regiões da Rua da Feira e do Jardim Catarina. Com descreverei adiante⁸⁶, os policiais consideravam que em áreas na quais havia uma “guerra” em curso, havia mais facilidade na investigação dos homicídios e na definição de autorias. Bruno me explicava que “são muitos procedimento, a gente tem que escolher onde investigar” e que por isso aquele que conduzia a “linha de investigação” da morte de Valdir, até onde eu pude saber, “tá parado”.

A seguir, descrevo brevemente um “homicídio” classificado como “cachacídio” para destacar como o contexto e vítima eram qualificados pelos investigadores na elaboração de uma “linha de investigação”. Pelo “local do crime” ter sido um bar, habitualmente frequentado pela vítima que era dependendo química do consumo de álcool, fizeram com que os policiais construíssem essa classificação que já em seu enunciado apresentavam a “coisa” que eles acreditavam que era a “motivação” daquele “homicídio”: a “cachaça”.

“Cachacídio”

Na manhã do dia dois de julho, eu estava acompanhando o plantão do GELC quando a equipe saiu para um local de crime em Itaboraí. Fique na “base” com os policiais do SIP e do Cartório Plantão aguardando a chegada das testemunhas para o depoimento. A vítima era Gerson Freitas, de 49 anos, morador do bairro Aldeia da Prata, área residencial às margens da BR-101, em Itaboraí. De acordo com a perícia de local, Gerson foi morto com oito tiros durante aquela madrugada. Por volta das 13 horas, alguns familiares da vítima chegaram a DH. A primeira das testemunhas a ser ouvida foi a esposa da vítima:

— Ele saiu de casa faltando quatro minutos para as quatro horas. Sei porque olhei no celular para ele.

— E como foi que ele saiu? - perguntou a policial do cartório.

— Ele saiu para trabalhar normalmente, com o uniforme dele. Ele tava sem celular.

— Quanto tempo vocês tem de relacionamento?

⁸⁶ No capítulo seguinte, Entre a “guerra” e o “cartório”.

— Conheci ele quando meu filho, que hoje tem 25 anos, tinha três. Então, faz 22 anos.

— Ele usava drogas?

— Infelizmente sim, ele bebia e cheirava. Mas parava e voltava. Parava e voltava.

— Alguma coisa estranha aconteceu nos últimos dias?

— Desconfiei quando ele chegou e falou que perdeu a aliança. Minha irmã que me disse: “Loirinha, você não acha que ele cheirou essa aliança não?”. Fiquei com uma pulga atrás da orelha...

— Além disso, algum outro comportamento estranho dele?

— Ele não quis sair no sábado, nem mesmo para comprar cigarros para mim. Coisa que ele nunca faz, nunca fez.

— Entendo. E qual era a profissão do Gérson?

— Ele era mecânico de ônibus.

— Algum problema no trabalho que ele tenha comentando com a senhora?

— Não, nada. Mas mesmo assim, não precisavam ter feito essa covardia.

— A gente vai investigar.

— Que bom que vocês vão descobrir.

Em seguida, foi a vez do cunhado, irmão da viúva depor:

— Qual foi a última vez que viu a vítima?

— Faz uns três dias, num churrasco na casa do nosso primo.

— Quanto tempo que você conhece a vítima? Quanto conhece?

— Olha, há bastante tempo. Desde que ele começou a namorar minha irmã.

— Você conhece os hábitos dele?

— Alguns.

— Sabia que ele usava drogas?

— Sabia sim.

— Você já usou drogas com ele?

— Algumas vezes.

— Você ainda usa drogas?

— Não.

— E você sabe se eles tinham muitas brigas?

— Eles quem?

— O casal.

— Não.

— A vítima tinha alguma dívida ou inimigo?

— Não, ele era uma pessoa tranquila, só sorria para as pessoas. Foi uma surpresa enorme a morte dele.

— Você ouviu algum boato, algum comentário sobre a morte?

— Nada, infelizmente nada que possa ajudar.

— Tá bom, obrigada.

O investimento do GELC nas primeiras 24 horas levaram os policiais e o delegado a entenderem que aquele havia sido um “homicídio” decorrente de dívida de drogas, seguindo inclusive a “pista” apresentada pela viúva da vítima em seu depoimento. Mas o GI Itaboraí, que iria assumir as investigações posteriormente, nem esperou as primeiras 24 horas e já começava a investigar, tendo inclusive ido ao local junto ao GELC. Em sua investigação, a dupla de policiais descobriu que antes de pegar o transporte, Gerson estava com alguns colegas num bar, onde eles costumavam tomar café antes de ir para o trabalho.

Ainda naquela tarde, a dupla de policiais, com apoio de outros dois policiais do GELC, foi até a garagem de ônibus onde Gerson trabalhava e conversou com alguns de seus colegas. Lá, descobriram que Gerson “sempre chegava bêbado” no trabalho, o que já tinha ocasionado alguns problemas com outros colegas. A partir desta informação, a vítima passou a ser considerada um “alcoólatra” e a “linha de investigação” de dívida de drogas começou a ser repensada. Os policiais cogitavam a possibilidade de que a morte de Gerson foi resultado de uma briga de bar, e portanto um caso de “cachacídio”, pois consideravam o uso de bebida alcoólica como motivador do crime. A partir daí, a “linha de investigação” se direcionou para descobrir quem eram os “colegas de bar” de Gerson e que estariam com ele “tomando café” antes daquele dia de trabalho. A condução da “linha de investigação” se seguiu na busca pela investigação do morto e suas relações sociais na prática de beber.

“O morto é culpado pela morte dele”

A forma como estes policiais investigavam o homicídio, e como tentei demonstrar a partir da descrição de processos em três investigações distintas, apresentava-se como fruto de um tipo de conhecimento específico, exercido através de

um poder de construção da verdade acumulado na prática e transmitido pela experiência compartilhada entre os policiais. Este conhecimento informava os agentes no exercício de sua função de policial e era definido como uma “técnica de investigação” de “homicídios”. Nesta técnica, o conceito “linha” era pensado como forma de se orientar as investigações, construindo uma coerência a ser materializada por escrito nos registros que iriam compor o inquérito policial.

A partir do que me foi possível acompanhar das investigações das mortes de Wesley, Valdir e Gerson, observei como os policiais, investigadores de homicídios, conduziam o processo de construção de uma “linha de investigação” a partir de formas de se comunicar que por vezes indicavam horizontes, transversalidade e limites acionados para expor uma opinião, hipótese, ideia ou análise sobre uma morte e um morto. Algumas vezes, eles tinham dificuldade de construir tais formas e diziam que certo homicídio “não tem linha” porque, de fato, “não tem ideia do que aconteceu”. “Assim [sem linha] não dá nem para fazer investigação. É raro, mas acontece.” me explicou um dos delegados. Para que a investigação pudesse acontecer, eles ainda explicavam que era preciso “existir uma linha” mas que também “não adianta existir muitas”. Mais do que duas linhas já era considerado “muitas”, por isso os policiais diziam perseguir apenas uma, aquela que os levasse mais rapidamente a definir uma “autoria”. “Quanto tem autoria é o melhor dos mundos. Às vezes a linha tem o nome de um suspeito, tem uma direção.”

“Tortura”, “execução”, “acertos de contas”, “crime passional”, “cachacídio” eram formas de classificar as mortes e expressavam o conhecimento dos agentes sobre certos “homicídios” em suas diferentes formas e de orientar e mobilizar as “linhas de investigação”. E eram por essas “linhas” que os fluxos de vida que levaram morte de alguém deveriam ser reconstruídos e, na medida do possível, consolidados nos procedimentos sob a forma de investigação policial. As “linhas de investigação” como “técnica”, considerando as “ferramentas” mobilizadas pelos policiais nos processos de construção de verdade de casos de “homicídio”, demonstram que os percursos pelos quais os policiais construía uma “linha” redundavam de como os casos eram classificados por eles. Algumas vezes de acordo com “provas”, também construídas por eles inseridas como “elementos” testemunhais ou evidenciais, a “linha de investigação” materializava uma versão que expressava a “verdade policial” sobre as mortes e os mortos.

Capítulo 4 - Entre a “guerra” e o “cartório”

Neste capítulo irei continuar a descrição e análise das “linhas de investigação” de “homicídios”, restringindo-me aos vinculados ao conflito bélico estabelecido na administração do mercado varejista de substâncias psicoativas ilícitas, o “tráfico de drogas”. Nestes casos, nos quais os policiais definiam as vítimas como vinculadas ao “tráfico”, os “homicídios” eram classificados como da “guerra”, o que decorria em uma série de peculiaridades na forma como traçavam e alinhavam as investigações destas mortes. Nos “homicídios” vinculados à “guerra”, a “linha de investigação” vinculava um “morto” a um contexto que se concentrava em um território cujas dinâmicas de circulação de bens e pessoas eram reconhecidas e tratadas como ilícitas pelos policiais.

A partir da atenção a esses casos, que em São Gonçalo eram mais do que a metade das investigações conduzidas, foi possível identificar dinâmicas subjacentes à organização das atividades entre os policiais que trabalhavam no “Grupo de Investigação” (GI) responsável pelas mortes ocorridas neste município, da distribuição dos inquéritos entre eles e das prioridades ou não que eram dadas aos procedimentos. Ainda, nestes casos se evidencia como para a construção e condução dessas “linhas”, os investigadores se apoiavam nos trabalhos desenvolvidos pelo “Setor de Controle Cartório” (SCC), “Setor de Operações” (SOP) e “Setor de Inteligência Policial” (SIP), que participavam com “ferramentas” manipuladas na técnica de investigação dos “homicídios” da “guerra”.

Jonatas

Jonatas tinha 19 anos, morava e trabalhava no bairro Jardim Catarina, atuando no comércio varejista de drogas controlado pela facção “Comando Vermelho” (CV). Ao redor das dez horas da noite do dia quinze de julho de 2014, ele voltava do curso supletivo para qual havia retornado há alguns meses, quando foi atingido por dois tiros disparados pelo carona de uma moto ao virar a esquina de sua casa. Os tiros puderam ser ouvidos por sua mãe Márcia e sua namorada Luana, que logo saíram pelo portão e encontraram o corpo de Jonatas caído na calçada. Com o apoio de vizinhos, Luana telefonou para o Corpo de Bombeiros em busca de socorro. Porém, quando a ambulância chegou no local, Jonatas já estava morto. Antes de realizar a remoção, os bombeiros informaram à Polícia Militar sobre o óbito do jovem, que, por sua vez, repassou à Divisão de Homicídios a ocorrência daquele “homicídio”.

Cerca de 40 minutos depois, policiais do GELC da DH chegaram ao local para realização da “perícia de local” com o objetivo de identificar e coletar as “evidências” daquele homicídio para posteriormente compor o inquérito policial da investigação que ali se iniciava. No “local”, além do trabalho de perícia, os policiais procuraram por testemunhas que pudessem colaborar com informações que indicassem “linhas” para a investigação. As evidências coletadas pelos policiais da DH no “local de crime” incluíram fotografias da “cena” e da “vítima”, impressões digitais, imagens de espargimentos de sangue, narrativas de “populares” sobre a “dinâmica do fato” e informações sobre “vítima”, como os comentários sobre sua vinculação com “tráfico de drogas”. Após “concluído o local”, o corpo de Jonatas foi removido para PRPTC de São Gonçalo. Márcia e Luana foram levadas pelos policiais à DH para prestarem depoimento.

Lá, as familiares da vítima confirmaram que Jonatas trabalhava no CV como “olheiro do tráfico”, como foi declarado por vizinhos. A partir do número de RG de Jonatas levado por sua mãe, o policial do SIP, o “sipeiro”, encontrou registros no sistema da Polícia que informavam que, quando menor de idade, o jovem havia sido internado em uma unidade para menores infratores. Tal registro criminal prévio, somado aos comentários dos vizinhos e o depoimento de sua mãe e namorada foram suficientes para confirmar aos policiais a relação de Jonatas com o tráfico e a sua classificação como um traficante. Esta condição da vítima, por sua vez, levava os policiais a conduzirem uma “linha de investigação” que indicava que sua morte era decorrente da disputa pelo comércio de drogas no Jardim Catarina e, portanto, que aquele “homicídio” era uma morte da “guerra”.

A categoria “guerra” para se referir ao contexto da “violência” e da “segurança pública” na região metropolitana do Rio de Janeiro era recorrentemente utilizada pelos policiais. Para aqueles que atuavam na DHNISG, a “guerra” em Niterói e São Gonçalo se dava devido à presença do mercado varejista de drogas ilícitas, o “tráfico de drogas”. No caso da morte de Jonatas, a “guerra” estava diretamente relacionada com a disputa por pontos de venda de drogas em Jardim Catarina.

“O Catarina”

O bairro Jardim Catarina era uma região rural, conhecido como Laranjal até 1949, onde existia uma fazenda de nome Júlio Lima, que cultivava frutas cítricas. A partir dos anos 1950 e 1960, o Jardim Catarina passou a ser dividido em lotes que

mediam 12x30m² e que de forma clandestina e precarizada, isto é, sem infraestrutura como redes de água e esgoto, energia elétrica ou pavimentação de ruas e calçadas, foram em sua maioria vendidos à prestação a trabalhadores e pensionistas para construção de moradias. Os primeiros lotes vendidos eram próximos ao Rio Alcântara, na parte que passou a ser conhecida como “Jardim Catarina velho”. Em seguida, após 1975, houve um novo impulso na ocupação do espaço que intensificou o loteamento de outras partes no bairro, se expandindo até as margens da RJ-104 na direção do bairro Santa Luzia. Esta área ficou conhecida como “Jardim Catarina novo”. Além disso, a região passou a receber moradores removidos de favelas na cidade de Niterói alocados em novos conjuntos habitacionais, que também foram instalados precariamente.

Moradores e policiais antigos me relataram que o mercado varejista de drogas ilícitas em São Gonçalo iniciou-se no processo de urbanização do município, após a inauguração da Ponte Rio-Niterói, em 1974. Antes, o “mercado de drogas” em São Gonçalo era organizado em pontos independentes e dispersos no município, a maioria destes controlados por “famílias” que viviam nas regiões centrais e próximas a Niterói, atendendo moradores e consumidores locais. Já nos anos 1980, ambas partes do bairro que ficou conhecido como “o Catarina” formavam “o maior loteamento da América Latina”, com mais de 25 mil lotes. Os domicílios do bairro, majoritariamente casas de alvenaria, eram habitados por famílias da classe trabalhadora que passaram a constituir-se como moradores da “periferia” da região metropolitana que tinha como centro a cidade do Rio de Janeiro. Junto com o processo de intensificação de habitação, criaram-se também formas de habitar e de se relacionar, incluindo aí diversas informalidades e mercadorias como “gatos de energia”, “canos furados” e a circulação de objetos diversos, inclusive as drogas.

No Jardim Catarina e no Salgueiro, outro bairro residencial contíguo no noroeste do território de São Gonçalo às margens da BR-101, há relatos que desde os anos 1980 o Comando Vermelho (CV) organizava o comércio de drogas, principalmente maconha e cocaína, compondo a maior área sobre controle desta facção fora da cidade do Rio de Janeiro. Por mais de vinte anos, o CV teve sob seu controle o monopólio do comércio de drogas na região. Apesar de recorrentes operações repressivas da polícia, que mataram e prenderam diversos “traficantes”, os efeitos de ação policial só foram suficientes para dismantelar os pontos de venda de “famílias”, o que acabou fortalecendo o “mercado” controlado pelo CV. Nos anos 2000, diferentes bairros da cidade, particularmente morros desocupados e terrenos baldios às margens da linha de

trem desativada e abandonada, passaram a ser habitados, intensificando o crescimento urbano no

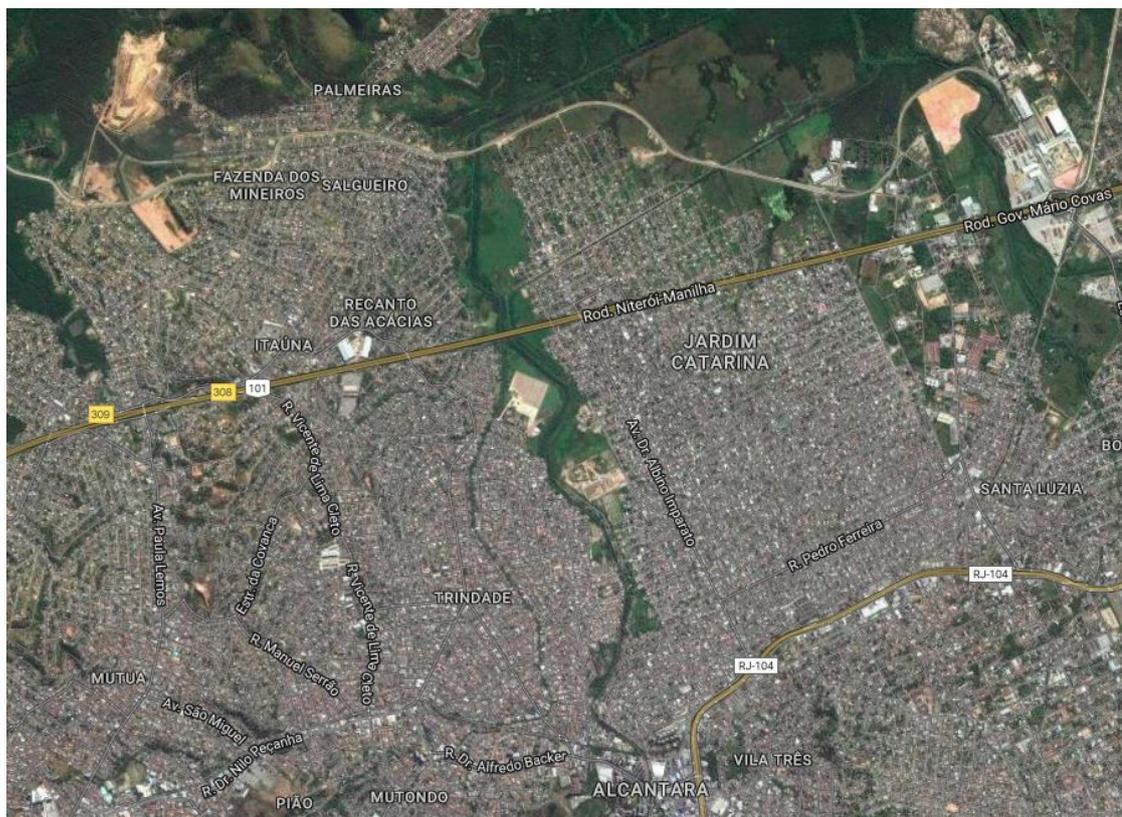


Figura 4. Visão de satélite da região dos bairros Jardim Catarina e Salgueiro
Fonte: Google Maps, 2016

município. A urbanização de São Gonçalo se expandiu junto com a “favelização” de áreas que antes eram residenciais mas que passaram a ser controladas por membros afastados das facções CV ou Amigos dos Amigos (ADA). Segundo os policiais, que continuamente expressavam seu conhecimento sobre os “criminosos” e as facções, parte desses “traficantes” eram São Gonçalenses ou teriam parentes e conhecidos vivendo na cidade que após cumprirem “tempo de cadeia”, regressaram às suas residências, e de certa forma reinauguraram o comércio de drogas local, porém desta vez como membros de uma organização criminosa.

Segundo descreveram alguns interlocutores, quando membros da ADA passaram a ampliar suas atividades de comércio, inclusive introduzindo este mercado em bairros da cidade que nunca contaram com comércio varejista de drogas, a disputa armada pelo controle dos territórios se iniciou. Além da ADA, membros do Terceiro Comando Puro (TCP), facção dissidente do CV, eventualmente realizavam tentativas de inserção neste mercado através de incursões armadas em favelas e comunidades de São Gonçalo que resultavam em “confrontos” e mortes. Ao me recapitularem a presença do tráfico de

drogas no Jardim Catarina, policiais, jornalistas e demais interlocutores locais afirmavam: “a guerra do Catarina está apenas começando”.

Reconhecendo o “autor”

Durante o mês seguinte da morte de Jonatas, a dupla de policiais do Grupo de Investigação (GI) Dirceu e Rodrigo ficou responsável pela continuidade do procedimento. Neste período, eles realizaram algumas ligações telefônicas para Márcia, Luana e Mariana, irmã de Jonatas. Ao telefone, os investigadores algumas vezes estimulavam e até mesmo as pressionavam a procurar informações sobre as circunstâncias da morte de Jonatas com vizinhos: “as interessadas são vocês, vocês que tem que correr atrás da informação para gente, senão fica difícil pra gente de conseguir resolver o caso”, argumentava o policial Rodrigo enquanto conversava com a irmã de Jonatas pelo telefone. Depois que desligou, Rodrigo me explicou “se a família não ajudar, não tem como a gente investigar. Não tem como eu fazer diligência dentro da favela, entende?”.

Os investigadores acreditavam que em casos nos quais a vítima está envolvida com atividades criminosas, passadas as “primeiras 24 horas”, geralmente as testemunhas oculares que inclusive já haviam conversado informalmente com os policiais no dia do crime, se recusavam a declarar por medo de algum tipo de retaliação. Por isso, explicavam-me, investiam nas testemunhas “diretamente interessadas”, isto é: aquelas que tinham algum tipo de vínculo pessoal com a vítima. Os policiais alegavam que mesmo que não tivessem visto o crime, familiares das vítimas tinham condições de conseguir informações relevantes para a investigação pois “alguém sempre sabe de alguma coisa” e “alguém sempre fala demais”.

Márcia, sua filha Mariana e Luana, seguiram as recomendações dos policiais e conversaram com vizinhos e conhecidos para adquirir alguma informação que ajudasse os investigadores na definição da autoria do crime. Quarenta dias depois do homicídio de Jonatas, Márcia e Luana compareceram pela segunda vez ao prédio da Divisão de Homicídios para conceder novas informações aos investigadores, desta vez sobre o “autor” da morte de Jonatas:

TERMO DE DECLARAÇÃO DE TESTEMUNHA

O Inquirido, DISSE:

Que na data de hoje 27AGO2014, comparece nesta ESPECIALIZADA, oficialmente intimada, para prestar esclarecimentos a cerca dos fatos. Que após o fato, soube de populares que o autor dos disparos que matou JONATAS PEREIRA, teria sido PHEBO, QUE; a declarante tem o autor dos disparos como amigo em sua rede social FACEBOOK. QUE; após ver a lista de contatos na rede social. QUE; mostrada a fotografia de LEONARDO FERREIRA RG. 11111111-4 que tem certeza de se tratar do nacional de vulgo "PHEBO". QUE este também atende pelo vulgo de "LÉO CANALHA". Que; também soube por sua cunhada MARIANA e a sua prima CAROL, QUE; todos dizem após os fatos que foi "PHEBO" que efetuou os disparos de arma de fogo que vitimaram JONATAS PEREIRA. QUE; "PHEBO" tem um "salão de cabeleireiro" que faz corte com desenhos, e este salão também fica na região. QUE; sabe que a vítima JONATAS seu companheiro era envolvido com o tráfico de drogas na região. QUE; sabe que JONATAS pertencia a facção criminosa denominada COMANDO VERMELHO, QUE; sabe que PHEBO também tem envolvimento com o tráfico de drogas, QUE; PHEBO pertence a facção rival denominada "AMIGOS DOS AMIGOS". QUE; sabe que a morte de JONATAS PEREIRA seu companheiro teve motivação na guerra de facções de tráfico de drogas. QUE; sabe que antes do envolvimento com o tráfico de drogas os dois eram colegas, QUE; a vítima e "PHEBO" conversavam e sempre que ocorriam festas na rua se divertiam no mesmo ambiente. QUE; nada mais disse nem lhe foi perguntada.

Nada mais havendo, mandou autoridade policial encerrar o presente termo que, lido e achado conforme, assina com o (a) testemunha.

Segundo as informações que conseguiram com vizinhos, foi Léo Canalha quem estava na carona da moto e quem naquela noite matou Jonatas. As informações que Márcia e Luana "ouviram falar" de vizinhos foram declaradas aos policiais que por sua

vez as consolidaram na burocracia, registrando-as sob a forma de “termo de declaração”. Ao mesmo tempo, a inclusão das declarações no inquérito policial faziam com que a partir dessas informações compartilhadas aos policiais, familiares da vítima se tornassem informantes da polícia e que, após terem formalizadas suas informações as constituíram, oficialmente, como as principais testemunhas do homicídio de Jonatas.

O conjunto de elementos que compunham a consolidação das informações prestadas pelas familiares da vítima em forma de termo de declaração demonstrava a orientação do tipo de leitura característica da forma como a “linha de investigação” deveria ser conduzida na burocracia. A técnica de investigação praticada no âmbito da DH exigia dos investigadores certa manipulação de registros burocráticos. O conteúdo, bastante similar ao que encontrei no termo de declaração de Márcia exceto o trecho que se refere ao facebook, confirmava a “linha de investigação” previamente elaborada pela polícia e a concretizava nos documentos que compunham o inquérito policial: que Jonatas era membro do tráfico e que sua morte era vinculada à “guerra” que se sucedia pelo domínio do mercado no Jardim Catarina.

A “linha de investigação” que os policiais seguiam era coerente com o depoimento das familiares da vítima e as informações prestadas por essas testemunhas eram fundamentais para a identificação do “autor” do homicídio de Jonatas. A partir das informações trazidas sobre nome, apodo e perfil do Facebook, os policiais passaram a trabalhar na burocracia para ligar a vítima ao autor. Para tanto, inicialmente utilizaram-se do denso sistema de banco de dados que a polícia tem acesso direto, para reconhecer oficialmente quem era o autor da morte de Jonatas.

A relevância dessas declarações não se dava quando as familiares da vítima confirmavam aquilo que os policiais já sabiam: que Jonatas era um traficante e que sua morte era resultado da guerra do tráfico. O que tornava as declarações dessas testemunhas relevantes era, sobretudo, a informação sobre quem era o “autor” do “homicídio” de Jonatas. Elas não apenas apresentavam indícios para a “linha de investigação” como resolviam o crime descrevendo quem matou e por quais motivações. Nos papéis impressos incluídos ao inquérito dos termos de declaração, um policial anotara a lápis “namorada da vítima” e “mãe da vítima” e quando perguntei o porquê de tal identificação, explicou-me que assim “ênfatizava o vínculo e a importância” daquele documento.

Após suas declarações, as familiares da vítima contribuíram com os policiais para encontrar o perfil do suspeito no “Facebook”. Ainda, o “reconheceram” através de

fotografias oficiais registradas no banco de dados da Polícia Civil e encontradas após busca pelo nome do suspeito do homicídio de Jonatas. Como demonstra o trecho abaixo, transcrito do meu caderno de campo, o “auto de reconhecimento de pessoa” era o documento que confirmava a vinculação de um rosto com um nome, registrados por números e constituintes da identidade de um sujeito para e na burocracia estatal. E, portanto, era essa a confirmação que construía no âmbito da administração policial do homicídio uma testemunha de um crime, vinculando um morto ao vivo, tendo uma versão do documento atestado e assinado por Márcia e outra por Luana.

AUTO DE RECONHECIMENTO DE PESSOA

MÁRCIA – nos termos do que dispõe o artigo 226, inciso I, do Código de Processo Penal, e na presença das testemunhas passa a descrever as características físicas da pessoa a ser reconhecida:

Após a observância do que dispõe o artigo 226, inciso I, do Código do Processo Penal, em razão da impossibilidade de cumprir as formalidades previstas no inciso II do mencionado artigo, ATRAVÉS DE FOTOGRAFIA reconhece a pessoa abaixo qualificada de forma individual.

LEONARDO PEREIRA DA SILVA, vulgo PHEBO, R.G.: 1111111-4 SSP/Detran.

Nada mais havendo, mandou a autoridade encerrar este Auto que, lido e achado conforme, vai por todos assinado.

A elaboração de documentos, tais como os preparados com as declarações de Luana e Márcia, era parte da rotina burocrática de trabalho dos policiais. A manipulação de registros construía e legitimava verdades sobre a investigação das mortes pelas quais os policiais civis eram responsáveis. Os registros eram também necessários para a continuidade dessas investigações e, organizados em forma de “procedimento policial”, sistematizavam a linha de investigação, gradativamente compondo a narrativa oficial. A “linha” tinha como finalidade orientar uma trajetória plausível sobre determinada morte

para estabelecer uma verdade factível do ponto de vista dos policiais para ser apresentado à justiça como a elucidação de um homicídio. A “guerra” mencionada nos depoimentos e inserida na investigação parecia funcionar com um atalho fazendo com que a “linha de investigação” chegasse mais rápido do morto ao vivo.

Metáforas da “guerra”

“Não adianta, nós vivemos numa guerra!” me falou o perito criminal Humberto. Era cerca de uma semana depois que Márcia e Luana haviam comparecido a DH para prestar depoimento. Nós, perito e eu, estávamos na entrada do prédio conversando com a recepcionista enquanto líamos os jornais do dia que eram sempre deixados pelos repórteres ou outros policiais, no balcão. Nos jornais “O São Gonçalo” e “Meia Hora” estava destacada a “guerra” na Vila Três, na região do Alcântara. Num deles, a manchete dizia: “GUERRA DO TRÁFICO” LEVA PÂNICO AS RUAS DE ALCÂNTARA E ACABA COM MAIS UM MORTO”

Eu, para continuar a conversa, respondi: “Eu não vivo. Eu sei do que você está falando, mas eu não vivo numa guerra.” “Você que pensa, que acha que não vive. Sorte sua! Porque eu vivo, todos os dias. Eu não ando tranquilo na rua.” disse Humberto em tom de lamentação. E continuou, falando do “risco” que os policiais viviam no Rio de Janeiro e de que a “guerra” tenderia a aumentar. “Antes, era só no Rio. Agora está em tudo quanto é lugar. A Baixada já virou Gaza!” afirmou, se referindo ao alto número de homicídios relacionados ao conflito armado pelo controle de circulação de bens e pessoas em territórios. “Você acha que aumentou?” perguntou a recepcionista. “Sim!!! Tá cada dia mais perigoso. E em tudo quanto é lugar”, falou o perito enfático.

O uso por parte dos agentes de categorias e práticas que remetessem a uma “guerra” explicitava a crença numa ideia norteadora das políticas públicas de segurança aplicadas pelos governos do estado do Rio de Janeiro nas últimas décadas: que certos territórios na cidade eram “espaços de exceção” devido a presença do tráfico de drogas. Nessa perspectiva, “a favela é representada como território da não cidadania, submetida a uma força concorrente à do Estado” (LEITE, 2012, p.380). Consequência desta representação é que aqueles que viviam em favelas não poderiam ser protegidos pelas ações da polícia nas comunidades onde viviam. Ao contrário, eram alvos destas. E, ainda, que os “favelados” poderiam ser responsabilizados e vitimados em consequência de coabitarem aquele território que estava em “guerra”. Dessa forma, o processo de construção social das favelas como o “território da violência” se fortaleceu e, “a

metáfora da guerra fez, assim, transitar parte da discussão da violência do campo da segurança pública para um terreno moral, em que os favelados foram tomados como cúmplices dos bandidos pela via das relações de vizinhança, parentesco, econômicas e da política local”. (ibid).

A partir de 2008, o governo apresentou um novo projeto para a gestão da segurança pública que se baseava menos na “guerra” e mais na “pacificação”, com o objetivo de retomar o controle armado em favelas. A partir da implementação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em algumas favelas da cidade do Rio de Janeiro, iria-se “pacificar” os “territórios” e “civilizar” seus moradores, “integrando” aquelas áreas na cidade (MACHADO, 2010; MELLO e CUNHA, 2011; LEITE, 2012; MENEZES, 2015). Uma das consequências da reorganização das dinâmicas das favelas na cidade do Rio foi o desmonte do controle armado sobre o mercado de drogas. No entanto, fora dos limites da cidade, ou mais especificamente fora das “comunidades pacificadas”, como nas favelas de Niterói e São Gonçalo, o principal efeito identificado e descrito por policiais, mídia e políticos foi um processo de “migração da bandidagem”. Eles se referiam a possíveis “traficantes” que se deslocaram da cidade do Rio para outras áreas da região metropolitana e seriam “responsáveis” tanto pelo “aumento da violência” nestes municípios quanto em outros municípios na Região do Lagos e na Costa Verde.

Desta forma, ademais da dinâmica local de presença, expansão e controle do comércio de drogas em São Gonçalo que descrevi acima, a “guerra” descrita pelos policiais era vinculada com a criação e ampliação das UPP na cidade do Rio de Janeiro e com a forma usual do governo estadual de atuação em certos territórios. Portanto, a reconfiguração do comércio interno por antigos moradores, os novos vínculos com as facções criminosas e a “migração” de traficantes de drogas “experientes” provenientes do Rio eram representados como os fatores da “guerra” em São Gonçalo.

Todavia, independente das estratégias lançadas pelos governos para a segurança pública, ao se referir ao contexto de trabalho afirmando que havia uma “guerra”, os policiais descreviam como se sentiam em relação àquela experiência de ser policial, produzindo um sentido que justificasse a sua percepção sobre o mundo. Ao reconhecer a “guerra”, reforçavam tanto a sensação de “risco” e “medo” contínuo em que se sentiam, demonstrando estarem cientes do limite entre a vida e a morte; quanto também da responsabilidade e obrigação em se posicionar, atuando em um dos lados do conflito. Ainda, a “guerra” identificada pelos policiais ganhava visibilidade na mídia que

realizava a cobertura da “segurança pública” na região e circulava em memes, fotos, áudios e vídeos em redes sociais e chats.

Apesar de não se limitar as disputas de traficantes em favelas de São Gonçalo, sendo também parte de uma “guerra” mais ampla engajada pelos Estados no combate “às drogas”, os policiais identificavam a territorialidade da “guerra” na região metropolitana do Rio de Janeiro e sua localização num espaço urbano específico: “as favelas são o front, não tem jeito, a verdade é essa aí! Favela com tráfico é zona de guerra mesmo!”, definiu um policial do GELC quando se preparava para uma perícia de local no bairro Salgueiro, em São Gonçalo.

Participando da “guerra”, tanto os traficantes quanto os policiais, a intensificação das disputa bélica pelo controle do tráfico de drogas em São Gonçalo não estava apartada das ações de agentes do Estado. Ao contrário, considerando o processo histórico e social de “acumulação social da violência” (MISSE, 1999) na região metropolitana do Rio de Janeiro, observa-se que a “guerra” desenrolada nas favelas, divulgada nas capas dos jornais e registrada nas páginas de alguns inquéritos policiais era parte da forma como agentes policiais atuavam na repressão seletiva e incriminação de certos sujeitos e práticas. Em São Gonçalo, como em grande parte da região metropolitana do Rio de Janeiro, a atuação policial reproduzia-se pela ação ostensiva, repressiva, violenta e letal, a “guerra”.

A classificação de “guerra” não pareceria ser uma figura de linguagem articulada para comparar e ajudar na compreensão do discurso sobre o conteúdo a que se refere, tal como metáforas fazem. Naquele contexto, as “metáforas de guerra” utilizadas para se referir a contextos não bélicos nos quais há um profundo e intenso conflito de interesses, ideais e opiniões não se assemelhavam ao que era descrito pelos policiais em relação ao conflito armado relacionado ao comércio varejista de drogas e no qual classificavam uma série de homicídios que eles deveriam registrar e investigar. Quando mencionavam “guerra”, compartilhavam a opinião sobre uma disputa bélica que estava em curso e da qual eles faziam parte, tendo algumas vezes que se proteger, outras vezes atacar e, por razão de sua atividade enquanto policiais civis lotados na Divisão de Homicídios, administrar institucionalmente, investigando mortes resultados deste conflito. Os policiais civis como parte de um dos lados da “guerra”, a aderiam e a ajudavam a persistir. Talvez, para ficar no âmbito das figuras de linguagem, a “guerra” fosse uma “metonímia”, condensando em uma só palavra um conjunto de ideais a respeito deste contexto que era vivido, experimentado e explicado por aqueles sujeitos.

Metonímia da “guerra”

Na manhã de uma quinta-feira de outubro, membros da equipe do GI de São Gonçalo discutiam sobre a possibilidade de uma nova organização do trabalho no que se referia a distribuição dos “procedimentos”. A discussão foi provocada após eu perguntar sobre a recente criação de um terceiro Grupo de Investigação de São Gonçalo, o GISG 3. Este estaria vinculado diretamente ao diretor da DHNISG e ficaria exclusivamente a cargo da investigação dos homicídios ocorridos na área dos bairros de Jardim Catarina e Salgueiro, região onde Jonatas foi morto e onde a maior parte das “linhas de investigação” dos “homicídios” eram vinculados à “guerra”.

Como me explicaram o diretor Marcelo e alguns policiais membros deste novo GISG, a decisão de criar um Grupo de Investigação para investigar exclusivamente os “homicídios” naquela região tinha como objetivo combater tanto as mortes provocadas na “guerra do tráfico” como aquelas consequentes da disputa entre traficantes e policiais militares, provavelmente “milicianos” e “grupos de extermínio”. Isto porque, casos de execuções de policiais militares, bem como de “autos de resistência” na região, ambos geralmente com inquéritos dirigidos pelo diretor da divisão, estavam aumentando de quantidade, e por isso, me disseram que “a guerra do Jardim Catarina estava apenas aumentando”. Diante da complexidade em definir as “linhas de investigação” da “guerra”, o diretor “sentiu” a necessidade de ter um grupo de investigadores restrito àquele “território”.

Do bairro de Jardim Catarina, naquele período, já se sabia da divisão do controle territorial entre diferentes grupos criminosos organizados que atuavam na região. “Na área do Jardim Catarina, das ruas 1 a 32, milícia, da 39 até a 60 é tráfico”, contou o delegado Marcelo. Um policial, ao reproduzir semelhante descrição constatou: “É surreal!”. Soluções para combater o domínio desses territórios e, principalmente, os efeitos letais do conflito produzido por esses grupos eram vez ou outra comentadas: “Temos que investigar mais!” me disse o delegado explicando que a prisão de “peixes grandes”, isto é dos principais líderes do tráfico de drogas, viria quando tivessem mais informações sobre o “funcionamento do crime organizado”, demonstrando que seu foco não era apenas investigar “homicídios”.



Figura 5. Apresentação dos “bandidos” mais procurados pela DHNISG
Fonte: Jornal Extra

Como me afirmou Marcelo, “meu objetivo é a prevenção de mortes, também. Faz parte do meu trabalho. Um criminoso que eu prendo hoje, é um homicídio que eu tô evitando amanhã.”. Reproduzindo que em alguns casos a morte é a forma utilizada para a resolução de conflitos, os policiais assumiam que muitas vezes atuavam para combater delitos que não eram diretamente de sua responsabilidade com o argumento de que desse modo evitariam outros homicídios.

Um policial do Setor de Operações, explicitando a sua preferência pelo conflito armado e pelas “técnicas” de “guerra”, me disse que tanto no Salgueiro quanto no Jardim Catarina haveria de ter “medidas mais enfáticas” para “redução dos homicídios”: “Eu, entrava lá e saía atirando para tudo quanto é lado. Tem rua ali que só caveirão agora! Tudo dominado.” falou. Para o diretor Marcelo, a solução parecia ser outra, mas de certa forma se dava como continuidade do processo de ocupação militarizada que foi descrito objetivamente pelo agente: “Se eu pudesse escolher um lugar para montar UPP, seria no Jardim Catarina”. Além de considerar a necessidade de uma intervenção policial de cunho militar num determinado bairro, Marcelo explicitava seu alinhamento com as iniciativas na segurança pública que estavam sendo desenvolvidas pelo governo estadual e reproduzia a capital como modelo para aquilo que ele considerava ser o ideal para a DH.

Os policiais do GISG argumentavam que por conta deste novo GI, a atuação de todos deveria ser organizada da mesma forma, “por territórios”. Diante do mapa de São Gonçalo, o policial Torres traçou cinco áreas que poderiam ser compartilhadas entre as equipes. Os demais colegas concordavam que a responsabilidade pelas investigações em uma área específica do município os levaria a desenvolver um trabalho mais aprofundado nas investigações dos homicídios, especialmente naqueles vinculados ao “tráfico de drogas” e ao “crime organizado”. Isto porque as “linhas de investigação” destes casos eram traçadas pelos agentes na cartografia dos bairros e regiões considerando as relações estabelecidas entre aqueles que eles reconheciam como os “tralhas”.

Na continuidade da conversa, outros chamavam atenção para uma possível redução da demanda de trabalho, devido áreas nas quais ocorrem mais homicídios do que outras, “Vai ser bom, vai aliviar pra gente! Essa área [Jardim Catarina e Salgueiro] tem muito homicídio” comentou Dirceu que foi seguido pelo comentário de Jorge que disse: “É, mas a gente devia dividir isso direito, senão com certeza vai ter equipe com mais casos do que outras. Não tem jeito, tem lugar que mata mais!” expressando sua crítica a esta nova organização da distribuição dos casos e, de certa maneira, seu conhecimento sobre a correlação entre os bairros de São Gonçalo e a dinâmica dos homicídios nestes lugares.

Apesar de reconhecerem a relevância das especialidades devido a conexão existente entre os homicídios relacionados ao tráfico de droga, a maioria dos policiais do GISG achava que a nova divisão dos procedimentos em relação a uma região ou bairros específicos deveria ser para todos os policiais e não apenas para o novo GI. Já que um grupo de policiais começaria a se organizar a partir da distribuição dos novos inquéritos vinculados a uma região específica, os policiais questionavam que todos tivessem a distribuição dos procedimentos e, portanto, suas demandas de trabalho, organizadas pelo mesmo critério. Parecia desigual aos policiais que estavam em outros GISG que parte deles se dedicassem exclusivamente a um território e a investigações cujas “linhas” já estariam traçadas previamente. Além disso, a “guerra” não era restrita aos bairros de Jardim Catarina e Salgueiro em São Gonçalo e, portanto, não deveria promover diferenciações entre os critérios dos procedimentos que eram distribuídos entre inspetores.

A “guerra” vivida e descrita pelos policiais também se fazia presente na dinâmica do trabalho interno da DH, não sendo apenas uma representação ou uma ideia

sobre o contexto de conflitos e disputa no mercado de drogas, mas uma forma de organizar sua atuação. Ainda, ao afirmarem a “guerra”, os policiais classificavam os “homicídios” que investigavam e demonstravam uma forma particular de habitar e compreender o mundo em que viviam. Como me apresentavam, a “guerra” era usada como uma “metonímia”, que por semelhança fazia com que os policiais civis também relatassem como eram participantes desta. Para além das narrativas apresentadas a mim, a “guerra” fazia parte do cotidiano de trabalho, sobre a qual discutiam formas de atuação, estratégias, valores e técnicas e ferramentas que seriam acionadas quando atuavam na condução de “linhas de investigação” em determinados territórios. Conformando a relação de poder e exercício de autoridade no registro, controle e verdade de casos de morte, os investigadores mobilizavam as “linhas” enquanto partícipes da “guerra”.

“O muro tá baixo”

Após o almoço daquele mesmo dia, a equipe se reuniu novamente na sala principal. Por volta das 15 horas, Dirceu, policial da dupla responsável pela investigação da morte de Jonatas, recebeu a informação de um X-9 de que Léo Canalha estava em seu salão de cabeleireiro. O policial Jorge que trabalhava no computador ouviu animado a informação, não sendo esta a mesma reação de Torres, que foi acordado de um cochilo que tirava no sofá, e Mauro que estava no telefone conversando com a irmã da vítima de outro inquérito. Logo depois, chegaram outros três policiais do GI que, informados pelo Whatsapp já sabiam da operação que deveria ser realizada para buscar Leonardo. Mauro buscou no Google Maps a localização e com auxílio do recurso Google Street View identificou o endereço e o melhor trajeto para se chegar ao endereço. O lugar foi descrito como “pobre”, que tinha “tráfego” e na frente do salão onde trabalhava Leonardo uma quadra de esportes era o ponto de referência para os policiais .

“Vai fantasiado?” perguntou Bruno “Vou só de colete, só...” respondeu Jorge “Tenho peito de aço, vou de nada não... tá muito calor pra colocar colete.” respondeu Torres. A “fantasia” consistia em coletes à prova de balas, coldres, cintos operacionais, pistolas, fuzis e cartuchos e era complementada com óculos de sol e bonés. Vestidos da cabeça aos pés de preto, em aproximadamente dez minutos os seis policiais se arrumaram, retiraram mais armamentos (fuzis) na Permanência e saíram.

Os informantes haviam afirmado que Leonardo estava desarmado e que seus “comparsas”, eventualmente armados, estariam a pelo menos cinco minutos de distância do local. Uma potencial troca de tiros, um risco esperado pelos policiais nesses tipo de operação, foi apresentado como impedimento para minha ida. Em geral, quando os policiais saíam em operações para a “busca e apreensão” de suspeitos, eu ficava na “base”, lendo inquéritos, fazendo anotações, recebendo recados ou conversando com policiais de outros setores. Dirceu levou consigo uma das cópias do mandado de prisão de Leonardo e deixou comigo o inquérito do caso. “Você fica aqui, se alguém chegar fala que a gente saiu em operação. Se alguém ligar atende e diz: “GI São Gonçalo, combatendo o crime!”, me falou o policial antes de sair. Três viaturas descaracterizadas e quatro caracterizadas, nas quais foram um total de dez policiais do GELC para dar suporte à operação saíram da DH em direção ao Jardim Catarina.

Três horas depois que os policiais deixaram a “base”, eu relia pela segunda vez os registros que compunham o procedimento policial da investigação da morte de Jonatas quando ouvi sirenes se aproximando. Pela janela, vi Dirceu conduzindo um jovem algemado, vestindo bermuda, chinelos, uma camiseta regata e cabelos raspados. Também pude ouvir palmas e saudações de alguns policiais que estavam na cantina e cumprimentavam a equipe por ter executado a prisão.

Poucos minutos se passaram quando os policiais chegaram com Leonardo na sala do GI. Logo em seguida, chegaram também os dois delegados responsáveis pelo GISG, Sérgio e Felipe, e os demais policiais que participaram da operação. Leonardo sentou-se numa cadeira oferecida por Dirceu. Foi quando o policial Bruno falou: “Estão dizendo que foi você...” o delegado Felipe virou-se para Leonardo e expressando a tradição inquisitorial característica da Polícia Civil (KANT de LIMA, 2009a) perguntou: “Sabe por que você tá aqui?”. “Não senhor, não sei não”, respondeu o jovem.

Rodrigo estava com o celular de Leonardo em mãos, procurava por conversas de whatsapp, imagens e qualquer tipo de informação que ele considerasse que fossem evidências de ações criminosas do jovem. Enquanto vasculhava o celular de Leonardo, encontrou na pasta “Imagens” fotos de planta de maconha que geraram grande excitação: “Que boldo é esse aqui, hein? Olha aqui doutor!” O delegado Sérgio olhou e comentou: “Nunca vi gente do bem ter foto de planta de maconha no celular!”. O aparelho celular circulou rapidamente pelos presentes na sala onde podia se ver uma foto com quatro plantas de maconha. Em seguida, Rodrigo passou a buscar conversas

no whatsapp, especialmente as gravações de áudio. Em algumas conversas, uma voz dizia: “Temo que quebrar esses filhos da puta!”. Imediatamente, os policiais interpretaram que aquela era a voz de Leonardo, pois ele quem havia enviado a mensagem, e que se referia às execuções de policiais militares que estavam atuando no bairro do Jardim Catarina, extorquindo os traficantes.

Os policiais falavam quase todos ao mesmo tempo. Estavam excitados com aquilo que consideravam ser o “sucesso da operação”. Rodrigo e Bruno perguntavam para Leonardo: “Por que o pessoal matou ele [Jonatas]?”, “O que que foi que aconteceu?”, enquanto Roberto, fazendo referência a uma gravação de ligação divulgada nos jornais e em vídeos na internet na qual um traficante dizia “Pode vir, vem que o muro tá baixo. Tá baixinho”, provocava risos nos colegas e até mesmo em Leonardo. Um dos delegados, incisivamente afirmava: “Você sabe porque! Eu sei que você sabe. Todo mundo aqui sabe que você sabe.” Leonardo estava algemado e sentado no canto da sala quase que silenciosamente respondia: “não sei de nada!”. Do outro lado da mesa, Dirceu estava na frente do computador e tentava iniciar a “tomada de depoimento”.

As diversas perguntas sem resposta de Leonardo aparentemente irritaram o delegado Felipe que segurou Leonardo firmemente pelo braço e puxou o rapaz em direção a porta da sala. Junto com outro delegado e os demais policiais foram para a sala ao lado, um pouco menor, e onde funcionava a chefia do GI. Apenas Dirceu, Oliveira e eu ficamos na sala principal. Dali podíamos escutar o delegado Felipe e o policial Rodrigo exclamando: “Porra, você acha que a gente aqui é otário? Como você acha que a gente chegou até você?”, “Fala logo que foi você porra! A gente já sabe de tudo!”. Enquanto ouvíamos o “interrogatório”, Oliveira comentou: “Num gosto disso não, essa coisa de bonzinho e mauzinho. Num gosto disso não! O cara já tá aqui.”. Dirceu, por sua vez, se demonstrou irritado com os colegas, destacando a atividade burocrática que deveria ser realizada para formalizar no Estado aquele procedimento: “Os caras acham que eu não sei fazer isso... levam ele pra lá. Depois eu que me fodo. Fico aqui sozinho fazendo a porra do procedimento e todo mundo vai embora.”

Na outra sala, desta vez era principalmente Roberto que aos gritos dizia: “Fala logo, porra, que eu não tenho o dia inteiro!” O policial deu um murro num móvel que provocou um grande estrondo e continuou “Fala, cara! A gente sabe que foi você. Porra! Você acha que eu sou babaca? Aqui o teu celular!” Rodrigo, que desde que chegaram na delegacia, há cerca de uma hora, tinha se concentrado em vasculhar o celular gritou:

“Aqui oh, você falando que vai matar polícia! Matar polícia!!!” Era difícil ouvir a voz de Leonardo, do pouco que consegui ouvir, ele dizia que aquela voz não era dele, e que não era responsável por nada. E só repetia que tinha saído do crime: “Agora eu sou cortador de cabelo, faço desenho!” Dez minutos depois, ele foi reconduzido para a sala principal.

Nessa sala, Leonardo começou a ser perguntado sobre sua atual atividade profissional pelos delegados, aparentemente mais calmo: “Quanto tú cobra pra cortar cabelo?” e “Quantos cabelos tu corta mais ou menos por semana?” foram perguntas feitas pelo delegado Felipe. Oliveira, que conversava comigo em paralelo ao interrogatório, relatou que quando os policiais chegavam, o jovem não estava no salão, mas sim nos fundos, em sua casa e que foi sua irmã que o chamou para a frente da casa após ver a chegada dos policiais. Para Oliveira, o fato de Leonardo não ter tentado fugir e ter se apresentado a polícia, demonstrava que o rapaz tinha a intenção de colaborar e que, talvez, não tivesse “nenhuma culpa no cartório”. Dirceu discordou do colega, dizendo que isso só aconteceu porque as primeiras viaturas que chegaram eram as descaracterizadas e os policiais foram identificados como milicianos.

Aproximadamente uma hora depois, eu desci para ir à Faculdade de Direito, onde eu daria aula naquela noite. No hall, mãe e avó de Leonardo, que após a sua prisão foram junto com os policiais, em viatura diferente da que estava o jovem, aguardavam por informações sobre o jovem. A policial Priscila, que atuava no novo GISG e a única mulher que participou da operação que resultou na prisão de Leonardo, conversava com as duas mulheres e tentava acalmá-las. Ela explicou que o nome dele fora mencionado durante as investigações e que por isso ele foi conduzido: “para prestar esclarecimentos e registrar tudo!”. A mãe de Leonardo estava particularmente preocupada porque o filho tinha acabado de completar 18 anos. Ela dizia que “essa não é a primeira vez que ele se envolvia com a polícia”, pois quando tinha 16 anos, Leonardo já havia sido apreendido por participação no tráfico de drogas.

Quando o policial Roberto chegou, também deixando o expediente daquele dia, ele informou que provavelmente o jovem passaria a noite na delegacia, “Me desculpe senhora, sinto muito mesmo por isso, mas parece que teu filho não aprendeu a lição não. A gente encontrou umas coisas no celular dele, e ele vai ter que dar explicações de como que aquilo foi parar lá”. No final daquela tarde, Leonardo foi informado que estava sendo preso temporariamente como suspeito da morte de Jonatas. Dali, foi transferido para Bangu onde se encontra preso preventivamente após ter sido indiciado

por homicídio qualificado. Atualmente, ele está aguardando pelo julgamento no Tribunal do Júri e teve o pedido de habeas corpus negado.

“O coração da DH”

As atividades investigativas conduzidas pelos agentes eram materializadas por escrito e impressas, na forma de “procedimentos” organizados pelo Setor de Controle Cartorário (SCC). O SCC estava compartilhado em pelos menos três partes, a chefia, o “cartório” plantão e o “cartório” da investigação. A sala principal deste setor ficava no terceiro andar, do lado esquerdo do hall, onde a policial Joana, chefe do setor, coordenava uma equipe de catorze policiais, majoritariamente, mulheres: duas policiais trabalhando diretamente com a chefe no “Cartório”, quatro policiais no plantão do GELC e oito policiais nos GI, uma dupla em cada.

No “cartório”, o “inquérito policial” era iniciado a partir de uma portaria assinada pelo diretor da DH. O “inquérito” era continuamente montado e organizado na medida que novas peças eram produzidas a partir do SPTweb, principalmente pelos policiais que atuavam nos GI e tinham responsabilidade direta pela condução das “linhas de investigação”. Estas “peças” eram elaboradas digitalmente mas sempre deveriam ser impressas, assinadas e incorporadas nos procedimentos físicos e era responsabilidade das “escrivãs” lotadas nos “cartórios” do GI a fiscalização e manutenção dos “inquéritos”.

Tanto Joana quanto o diretor Marcelo, me descreveram o “cartório” como “o coração da DH”, revelando a centralidade das atividades realizadas neste setor para o trabalho principal da repartição. As “linhas” construídas pelos investigadores eram consolidadas no “cartório”, que seguia a forma que a polícia se utiliza para contar a versão produzida por estes sobre os “homicídios” e contabilizar o trabalho dos agentes de acordo com o programa de metas⁸⁷. Entre a “guerra” e o “cartório”, a investigação policial construía “linhas” unindo mortos a “autores” e entremeiam a “guerra” na “burocracia”.

A “burocracia” utilizada na DH, no entanto, difere da “racionalidade burocrática”, identificada a partir da teoria do direito e do estado moderno (WEBER, [1922], 1978). Nesta, a “burocracia” seria uma ferramenta para exercício de “dominação legítima” dos governos sobre a sociedade, num sistema de administração realizada por

⁸⁷ O Programa de Metas será descrito e analisado no capítulo 6.

profissionais treinados de acordo com regras fixas que teriam um lugar primordial para a promoção de uma “eficiência racional” e controle pela administração pública das atividades da vida cotidiana. Através da divisão e distribuição legítima de atividades e funções se exerceria o controle social e a previsibilidade de práticas, de modo a reproduzir tipos ideais para a administração pública.

No âmbito da DH de modo particular e na Polícia Civil do Rio de Janeiro de maneira geral, a burocracia não servia para controle e previsibilidade de práticas, outrossim para registro e definição de fatos de forma cartorial e inquisitorial, pois reduzidos a escrito, feitos sob sigilo e submetidos a uma autenticação para que tenham validade legal (KANT de LIMA, 2009a; PAES, 2006). Essa autenticação do “inquérito policial” dada pelo delegado, que “abre o inquérito” quanto por todo e qualquer agente que incluía uma nova “peça” naquele procedimento se valia da “fé pública”, autoridade de elaboração de documentos públicos por agentes estatais.

Muitas vezes, ao se referirem ao trabalho de manipular a burocracia, os policiais utilizavam-se de forma irônica a categoria “burrocracia”. Neologismo que parecia questionar a eficiência da burocracia e, como descreve Miranda (2016), não é original. “Questionar a eficiência da burocracia no Brasil já se tornou um lugar comum: todos criticam o seu desempenho, inclusive os burocratas” (p. 4). Ao mencionar a “burrocracia” reproduziam uma visão, parte do senso comum daqueles que têm “fé pública” e que visava desqualificar parte do trabalho pelo qual eram responsáveis. Particularmente entre os policiais investigadores ou operacionais, as atividades correlatas à manipulação dos inquéritos era pouco valorizada, como explicitou a reclamação de Dirceu sobre a “porra do procedimento”.

Parecia que para estes policiais, a burocracia traria características que eram consideradas “burras” pois seriam impedimentos que limitavam práticas no curso das investigações. Porém, considerando a finalidade desta burocracia por eles manipuladas, pareciam querer indicar a sua estupidez, elucidando a falta de certa inteligência intrínseca nesse tipo de estrutura administrativa. De certa maneira, a racionalidade própria da burocracia era considerada “burra” não por ser um impedimento impondo parâmetros à ação dos policiais, mas por ser flexível o suficiente para que pudesse ser manipulada de acordo com os interesses e objetivos dos policiais nas investigações em curso. Eles não se referiam à autoridade racional-legal da burocracia como algo inapropriado ao trabalho, mas ao aspecto cartorial que a burocracia praticada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro reproduz.

Para a realização do trabalho investigativo, como tenho demonstrado, era necessário a administração de uma série de documentos organizados sobre forma de procedimento que compunham o “inquérito policial”. Como diversos outros atos de governo que lidam com eventos vinculados à violência, as “linhas de investigação” dos “homicídios” deveriam ser representadas na burocracia. Pois, “histórias contemporâneas que são explicitamente sobre violência tem a tendência de também se tornarem histórias sobre burocracia, já que, afinal de contas, a maioria dos atos de violência extrema ou tomam lugar em ambientes burocráticos (exércitos, prisões...) ou então, eles são quase que imediatamente cercado por procedimentos burocráticos (crime) (GRABER, 2015, p. 53).

A manipulação dos registros como a descrita a partir do caso de Jonatas elucidada como documentos burocráticos eram utilizados como ferramentas nas investigações para incluir na linha de investigação versões de fatos que pudessem compor os inquéritos policiais de modo a se legitimar na e pela prática como verdade policial. Se procedimentos burocráticos são “invariavelmente formas de gerir situações sociais que já são estúpidas porque são fundadas na violência estrutural” (GRAEBER, 2015, p.57), a burocracia cartorial fazia com que a “guerra”, se tornasse o “motivo” da morte de Jonatas e a inseria de certa forma naturalizando a violência estrutural.

Sujeitos tal como Jonatas e Leonardo, “morto” e “autor”, jovens negros moradores de comunidades vinculados ao mercado varejista de drogas controlado por facções criminosas eram os principais atingidos por essa violência estrutural. Do ponto de vista do Estado, do qual os policiais eram agentes, a supressão da vida de certos sujeitos se dava como a forma habitual de administrar conflitos consequentes de uma política que investe no proibicionismo em relação às drogas. Aqueles sujeitos que, por condições materiais, sociais e morais, subvertiam a proibição das drogas eram criminalizadas e moralmente mal vistos pelos policiais, classificados como “tralhas”, “marginais” e “bandidos” e tratados como sujeitos indesejáveis. Quando os corpos de tais sujeitos, negros e/ou pardos, ocupavam espaços territorializados pela disputa entre facções criminosas nas favelas, e nos confrontos dessas com a polícia, estas vidas eram mais uma vez consideradas indignas de vida e tidas como matáveis. Era pela “burocracia” do “cartório” que os policiais conseguiam incluir a “guerra” como parte das ferramentas que eles utilizavam para administrar e agenciar as “linhas de investigação” dos homicídios.

Gleice

Em novembro de 2014, um vídeo de cerca de 30 segundos de uma jovem recebendo cerca de 30 pauladas nas costas e pernas foi divulgado por um usuário não identificado no facebook e compartilhado por mais de um milhão de pessoas tendo “viralizado” nas redes sociais e mídia. No vídeo, a jovem está de cabelos raspados e aparece de joelhos acuada de costas no canto de um cômodo com paredes de tijolo e chão de cimento ensanguentado. Enquanto era agredida, ela protegia o seu rosto, gemia e gritava “Meu Deus! Ai Meu Deus”. Seu agressor, um homem vestindo bermuda, sem camisa e com uma pistola presa na cintura, parecia não se abalar pelo sofrimento da jovem e continuava a fortemente bater nela. Além do som da madeira batendo no corpo da jovem, ao fundo é possível ouvir latidos de cachorro e o choro de um bebê. Após cerca de 30 segundos de gravação, o homem para de bater na mulher, e se ouve a voz de um homem e uma mulher, que provavelmente assistiam a sessão de tortura com o bebê no colo dizerem: “Chega”, “Chega João!” E o agressor responde: “Tá bom vou parar”.

Dias antes da “viralização” do vídeo, policiais militares do 7º BPM haviam apreendido um adolescente de 15 anos na Favela da Linha, na região do bairro Rio de Ouro. O “menor” foi encaminhado para a 74ª delegacia policial, no bairro Alcântara, por ser pego com cerca de 25 gramas de maconha após uma “dura” nas ruas de acesso da comunidade onde morava. Além da “droga”, apreenderam também seu aparelho celular, onde os policiais encontraram o referido vídeo com cerca de dois minutos de duração, e que se iniciava com aquele “menor” raspando o cabelo da jovem que estava sentada num banco. Quando a jovem já estava completamente careca, o menor se afastou e a partir desta parte do vídeo, foi editado o trecho que viralizou nas redes sociais.

A jovem agredida no vídeo, tinha 21 anos e morava com a mãe e três irmãos menores no Morro do Dita, em São Gonçalo quando em no dia 31 de janeiro de 2014 foi sequestrada, torturada e morta por traficantes na Favela da Linha, em São Gonçalo. Durante dois dias, Gleice foi mantida em cárcere privado, onde teve seu cabelo raspado, foi estuprada e continuamente agredida até quase morrer. No dia 3 de fevereiro, Gleice foi deixada no Hospital Geral Alberto Torres, no Colubandê, em São Gonçalo, onde ficou internada por dois dias até ter sua morte declarada por traumatismo craniano no dia 5. Na ocasião, policiais da DH foram informados do óbito e foram até o hospital conseguir informações sobre a vítima e seu “homicídio”, passando a conduzir a “linha de investigação” daquela morte ainda em fevereiro. Quando os policiais militares

levaram o menor até a delegacia policial e o vídeo foi viralizado, a DH já estava há nove meses realizando aquela investigação. Um “Relatório de Inteligência” com informações levantadas e sistematizadas pelo Setor de Inteligência Policial para o Grupo de Investigação de São Gonçalo finalizado no dia vinte e cinco de maio, apresentou a seguinte descrição:

a. Vítima - GLEICE NASCIMENTO DA SILVA (ÓBITO) .
AUTOR DESTE FATO: Diego Cardoso dos Santos “MARADONA”,
Luis Fraga “RATINHO”, Paulo Caliu de Souza “NOVATO” e
“JUBÃO TALIBÃ” (este último, reconhecido no procedimento
951-00269/2014) .

- Não possui anotação criminal .

- Rg. 224444422/ 02/11/1193

- Filiação: a) Walter da Silva .

b) Rute Nascimento da Silva (Rg. 122222222/
CPF. 7777777776) .

- Não possui PF

- Endereço: Rua Ao Leme 0, Qd0, casa 2, Jockey
Club - SG.

- Telefone (21) 37106160/ (21) 37081068

- Procedimento nº074-01901/2014 - Em 05FEV2014 .

- No dia 03FEV2014, por volta das 21h30min, deu entrada no Hospital Alberto Torres GLEICE NASCIMENTO DA SILVA, vítima de um traumatismo craniano encefálico, decorrente de agressão física, o óbito foi constatado pela médica ANA M. PINHO, CRM5355356-9. De acordo com testemunhas a vítima, GLEICE, teria sido espancada por “SER X-9”, O QUE TERIA OCASIONADO A ORDEM DE MARADONA PARA MATÁ-LA.

Quando o vídeo foi divulgado, a identidade de Gleice era conhecida pelos policiais civis da DH, especialmente pelos investigadores Roberto e Bruno e o delegado Sérgio, que estavam responsáveis por alguns procedimentos investigados no “inquérito-mãe” contra Maradona. Neste, o delegado titular Marcelo Barros, tinha como objetivo consolidar o máximo de informações possíveis sobre crimes cometidos por este

“traficante”. Para tanto, ela adensava o novelo reunindo as diferentes “linhas de investigação” que levavam diversos mortos na direção de um mesmo “autor”.

Roberto e Bruno foram responsáveis pela declaração de testemunhas vinculadas à Gleice, por quem souberam que ela namorava um traficante vinculado ao Comando Vermelho, morador de outra favela no bairro Rio do Ouro. Para familiares e amigos de Gleice, ela foi morta como punição por ser “X-9”, o que explicitava outra forma pela qual Gleice era reconhecida em sua comunidade. Tal “motivação” foi confirmada por outras testemunha, inclusive por um dos presos acusados por sua morte, como demonstrado no relatório do SIP:

3. DILIGÊNCIAS:

Diante dos enumerados fatos acima, restou constatada para esta equipe a importância de identificar, primeiramente, o Chefe do Tráfico de Drogas em questão, que, até o momento, era conhecido unicamente pelo vulgo “MARADONA” e é neste criminoso que se desenvolveu este trabalho.

3.1. Dia 26MAR2014

No dia 26MAR2014, o de cujus GABRIEL FERREIRA VIANA foi vítima de PAF quando chegava à casa de sua avó na Rua Pedro I, 69, Jardim República - SG. Localidade conhecida como “cavalo doido”. Há época testemunhas deste caso já ventilavam o nome de Maradona, pois os autores do homicídio, vulgo “NOVATO E RATINHO”, de GABRIEL seriam do mesmo “Bonde do Maradona”. Vale mencionar que testemunhas já indicavam neste procedimento que uma mulher de nome GLIECE teria sido brutalmente espancada a pauladas até a morte por MARADONA, RATINHO, NOVATO E SEU GRUPO. Também teria sido alvo, segundo informações neste procedimento, um homem de nome LEANDRO, BORRACHEIRO, o qual teria sido morto também por RATINHO, NOVATO e JUBÃO. Maradona nesse momento permanecia como um fantasma, nada se sabia sobre este indivíduo, porém um passo largo foi dado, diligenciando este fato delituoso foi desvendada a qualificação de LUIS FRAGA “O RATINHO OU BOIZINHO DA DITA”, o qual de acordo com testemunhas seria “GERENTE DO TRÁFICO DO MORRO DA DITA”. Assim esta equipe permanecia

atenta às movimentações desta organização criminosa liderada por MARADONA na estimativa de chegar a sua qualificação.

O homicídio de Gleice ganhou repercussão após o vídeo ser compartilhado na internet, tendo sido inclusive solicitado pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República agilidade na apuração do caso e identificação da vítima. Porém, quando o caso foi divulgado na mídia, nove meses depois de ocorrido, os investigadores da DH já estavam finalizando o inquérito e, inclusive, entrelaçaram o “homicídio” daquela jovem, a outros que eram também por eles identificados como “mortes” da “guerra” imposta pelo traficante Maradona. A investigação se deu, principalmente na identificação de Maradona que requereu investimento da “inteligência”, como descrito no Relatório do SIP, para poder ser definida.

3.3 Dia 02MAI2014

No dia 02mai2013, esta equipe teceu a informação que LUIS FRAGA, vulgo “RATINHO OU BOIZINHO DA DITA”, estaria sob cuidados médicos, após uma investida criminosa desastrosa, no Hospital Estadual Alberto torres, SG. Era a peça que nos faltava, esta equipe se dirigiu ao referido Hospital e acautelou RATINHO, após a liberação médica. Legalmente interrogado, uma vez que já era procurado por ser autor de pelo menos dois homicídios[sic], RATINHO acabou por dar informações preciosas, como o primeiro nome da companheira de MARADONA, a localização do baile FUNK no Morro da Dita, bem como o trunfo maior que foi de que MARADONA, já nos revelado que seu primeiro nome seria DIEGO e suas características físicas, possuiria uma filha de aproximadamente 04 anos com sua companheiro no Morro do Dita, KATIA. E continuou, pois ainda nos revelou que MARADONA não mora na Comunidade da Dita, mas que aos domingos, por volta das 00h dirige-se à comunidade para recolher o dinheiro do tráfico de drogas, que estaciona seus carros na “Escola Municipal Pastor Ricardo Parise”, ora um “POLO BRANCO”, ora um “LINEA PRETO”. Ressalta-se que o traficante LUIS FRAGA, fez o reconhecimento de todos

os envolvidos. Foi levantando também que o outro Gerente e braço direito de Maradona, seria MAURO REIS (a confirmar sua identidade civil) .

3.4. Oitiva de LUIS BOIZINHO (2º na Hierarquia na Venda de Drogas na Comunidade da Dita) :

Através do depoimento de LUIS FRAGA "RATINHO OU BOIZINHO DA DITA", esta equipe reuniu todas as informações colhidas durante meses e desenvolveu este trabalho, pesquisas incessantes nos levaram a toda qualificação da companheira de DEGO "MARADONA"[sic], além da identificação da mulher que teria sido morta a pauladas no Morro da Dita por MARADONA e seu grupo, KATIA e seus parentes, inclusive a filha dos dois, LUCIELLE PEREIRA DOS SANTOS , o próximo passo era identificar DIEGO "MARADONA" através de sua filha, mas esbarrávamos no fato de A FILHA DE MARADONA e KATIA ser muito nova, logo não havia identidade civil e , DIEGO "MARADONA" permanecia um fantasma. Porém LUCIELLE, filha de MARADONA, uma vez que somente expedindo o CPF da criança se faz adesão ao "PLANO DE SAÚDE", esta equipe ingressou em diligências em bancos de dados públicos e finalmente foi constatada a filiação de LUCIELLE e a identificação de DIEGO "MARADONA". Foi juntado também fotos de "MAURO REIS" (apontado como um dos gerentes de MARADONA) E "JUBÃO TALIBÃ (autor de pelo menos dois homicídios investigados nesta especializada)" ao procedimento.

Como descrito acima, foi a partir da "investigação" dos familiares de Maradona, especialmente sua mulher e sua filha menor de idade, "muito nova" que os policiais do SIP conseguiram chegar até a identificação do acusado de autoria de pelo menos dez "homicídios", entre eles o de Gleice.



Figura 6. Equipe do GISG da DHSNIG em “operação” no Morro do Dita

Fonte: Facebook

Naquele período, o “Complexo do Dita”, como era chamada por policiais e jornalistas a região entre os bairros de Anaia, Coelho e Amendoeira, região central de São Gonçalo, passava por uma “guerra” pela disputa do território entre facções. Desde que o antigo chefe do tráfico na região, Levi da Alma, foi preso em outubro de 2013, traficantes do Comando Vermelho estavam realizando constantes ameaças pois ambicionavam controlar ao menos parte do tráfico da região. Entre policiais e jornalistas, dizia-se que o Morro do Dita era considerado o QG da ADA , que ainda incluía cerca de dez comunidades como Morros da Alma; do Tronco; da Uva; 590; Torre; a Favela da Linha e a Vila Candosa. Além daquela região, membros da ADA em São Gonçalo controlavam o tráfico de drogas nas comunidades da Chumbada, na “Rua da Feira” e na Favela da Cerâmica. Todas áreas consideradas de “risco” pelos policiais.

A investigação realizada na DH concluiu que o homicídio de Gleice foi de autoria de Maradona, “chefe do Complexo”, sucessor de Levi da Alma. De acordo com a “linha de investigação” seguida pelos policiais da DH a partir da identificação da vítima, elucidou que a tortura de Gleice foi ordenada por um traficante de nome Alex, preso em Bangu, em negociação com Maradona, após saberem da “fofoca” de Gleice. Posteriormente, as declarações do menor de

15 anos que fora apreendido coincidiram com a tais informações conseguidas a partir do depoimento de duas testemunhas. Depois dele, o agressor de Gleice que aparece no vídeo foi preso junto a outros dois traficantes, também vinculados à facção ADA. No

relatório produzido pelo “Setor de Inteligência Policial”, o SIP, parte dele transcrito, foram apresentados os motivos para denúncia contra Maradona e formas efetivas de realizar sua prisão, como informações sobre sua rotina e de seus familiares (mãe, filha e mãe da filha), registradas no relatório como “parentes próximos” e os carros por ele eram utilizados.

OBS: GABRIEL substituto de LEVI DA CRUZ REBELO, O LEVI DA ALMA, exerce a função de Chefe do Tráfico e recolhe o dinheiro do tráfico de drogas no início das madrugadas de domingo, segundo informações, Gabriel chega à comunidade por volta das 00h, alternando entre os veículos: LÍNEA PRETO, POLO SEDAN BRANCO E UM COROLA PRATA. Estaciona na Escola Municipal Pastor Ricardo Parise. Sempre de bermuda, chinelo havaiana [sic], cabelo com luzes e estilo militar. Aparentemente tem 1,75 de altura, branco, com porte normal, nem franzino, nem forte.

Maradona foi preso no dia 25 de novembro, quando saía de um almoço com sua mãe em São Gonçalo. Os policiais militares que realizaram a prisão, o levaram do diretamente para DH, onde havia dez mandados de prisão contra ele, referentes às mortes de vítimas em favelas do “Complexo da Alma”. Após a sua prisão, os policiais da DH encerraram o inquérito do homicídio de Gleice e o encaminharam no dia seguinte para o Ministério Público. Os outros dois homens presos também foram indiciados no inquérito, assim como o menor.

“Burrocracia”

Quando tratei da “guerra” ao longo deste capítulo, não fazia referência direta à “guerra às drogas” e suas políticas repressivas, violentas e proibicionistas contra as drogas. Estive levando à sério a categoria nativa “guerra” acionada pelos meus interlocutores para descrever como eles representavam um confronto estabelecido entre distintos grupos, entre eles traficantes de drogas, policiais militares e policiais civis. Os casos de morte classificados como de “guerra” cotidianamente adentravam a DH, fosse através dos autos e das “linhas de investigação” ou das formas como os policiais expressavam-se sobre “violência” e “segurança pública”. Elegi aqui descrever as mortes de Jonatas e de Gleice para demonstrar como os agentes conduziam as “linhas de

investigação” dos “homicídios” identificando e classificando aquelas mortes. Era a partir da categorização de uma morte como da “guerra” que eles traziam explicações sobre a “violência” que produziu aquela morte, bem como encontravam motivos para se empreender na investigação dos casos.

Inclusive nestes casos, como demonstrei, a elaboração da “linha de investigação” se dava pela burocracia, reforçando a função principal da polícia civil em suas formas de exercício dos poderes “de polícia” e “da polícia”. Ao olhar as “linhas de investigação” nos casos de “tráfico de drogas”, era possível inferir como os agentes daquela instituição vivem na/a guerra que eles mesmo contribuíam para produzir e reproduzir. Fica evidenciado que a “guerra” dos traficantes (seja em São Gonçalo ou em qualquer outro território no qual há a disputa armada pelo controle do mercado de drogas) e a “guerra às drogas” (imposta por governos via intervenção militar de Estados baseados numa política internacional de repressão promovida pelos Estados Unidos) são duas faces de uma mesma moeda. E meus interlocutores, mesmo que identificassem ou se referissem a somente uma delas, aquela que colocava suas vidas em “risco”, atuavam em ambas. Pela aderência e reprodução de valores e práticas, técnicas e ferramentas, eles eram agentes investidos do poder do Estado na e para administração das mortes que são parte da “guerra na guerra” (RODRIGUES, 2012a, 2012b). Era dessa forma que a “guerra às drogas”, maneira pela qual governos têm encontrando justificativa para exercer um viés necropolítico, atuava como parte ativamente interessada na “guerra” contra os traficantes de drogas produzidas pelos interesses da “Segurança Pública”.

Do mesmo modo, busquei observar e descrever o trabalho cotidiano daqueles que administram burocraticamente a morte, analisando uma forma específica de exercício de poder que se expressava no contexto particular da Divisão de Homicídios pela construção de verdades sobre “homicídios”. Utilizando-se de uma burocracia cartorial que naturalizava, formalizava e autenticava a “guerra”, se enfatizava a importância do “cartório” utilizado na gestão e gerência de mortes que eram tratadas como rotineiras. A burocracia acionada pelos policiais se exercia como uma tecnologia que, enfatizava o poder de seus agentes na definição e controle dos “homicídios” pelas “linhas de investigação”.

Ainda, descrevi como a “burocracia” era uma categoria usada pelos agentes da DH quando se referiam ao complexo de papéis e procedimentos que deveriam manejar em suas atividades de investigação e administração policial de homicídios. Era pelo “Setor de Inteligência” que eles construíam informações utilizando ferramentas

armazenadas no banco de dados da Polícia Civil e cujas informações coletadas, sistematizadas e produzidas eram sempre classificadas como sigilosas. De certa maneira, o controle institucional encontrava nas situações sociais formas variáveis utilizadas para orientar como se faz o Estado. E daí que se apresenta outra compreensão possível para a “burocracia”, pela qual os procedimentos padronizados são vistos como uma técnica passível de manipulação frente à ignorância intrínseca do próprio sistema de controle. Ademais, investigando esses casos eles demonstravam como entendiam a burocracia, como desprovida de uma inteligência intrínseca, sendo por eles chamada de “burocracia”.

A burocratização na investigação dos “homicídios” relacionados com o tráfico de drogas, passava pela política pacificadora e pela exorbitante ocorrência dos auto de resistência bem como de mortes de policiais. Observando o contexto de produção burocrática e cartorial destas mortes, identifiquei como a polícia as mobilizava como ferramentas que participavam de um governo que promovia “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos e das populações humanas”(MBEMBE, 2003, p. 14) como projeto central do poder, e não a autonomia dos sujeitos.

A soberania do Estado que se faz presente de maneira militar, repressiva, burocrática e violenta em certos territórios da região metropolitana constitui-se como relevante era apresentada como necessária, legítima e regularizada pela gestão técnica e moral da burocracia cartorial. “O espaço é compartimentado, os limites e as fronteiras são criados e representados pelos quartéis e delegacias militares e regulados pela linguagem da força, presença e ação freqüente. (...) Soberania é então a capacidade de definir quem importa e quem não, quem é descartável e quem não. Este é o reino do necropolítico”. (MBEMBE, 2003, p.26).

Nos casos de “homicídios” da “guerra”, os mortos e autores de morte tinham suas vidas consideradas como “descartáveis socialmente” (GYROUX, 2006), “matáveis” (AGAMBEN, [1995], 2002) e “precárias” (BUTLER, [2004], 2006). Assim, as “linha de investigação” seguiam certos propósitos de tecnologias de governo que visavam o controle e instrumentalização generalizada da existência de certa humanidade em relação à eliminação de certos corpos humanos ou grupos específicos, moralmente classificados e inferiorizados como “vidas nuas” (AGAMBEN, [1995], 2002), “constantemente tornada em sua precariedade, uma vida que é sempre potencialmente atacada e, portanto, sempre uma vida excepcional” (THACKER, 2011, p. 158). De certa

maneira vidas que não deveriam ser vividas, representadas como socialmente mortos e indesejados e que poderiam ser objeto da "concatenação de múltiplos poderes: disciplinares, biopolíticos e necropolíticos" (MBEMBE, 2003, p. 29). Classificando as mortes do tráfico de drogas como de "guerra", meus interlocutores expressavam sua compreensão sobre esta forma específica de subjugação da vida ao poder da morte. "Em um regime de necrópoles, as linhas entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, martírio e liberdade são borradas". (MBEMBE, 2003, p. 40).

A eficiência técnica do cartório policial e sua centralidade expressa como um "coração" se davam porque este mantinha, através de um intrincado sistema de registros e formalidades, classificações e hierarquizações entre às mortes, que davam legitimidade à "guerra". E, na medida em que eram criados e manipulados, davam materialidade às técnicas de governo de necropoder que apareciam na investigação de certos homicídios. Criando testemunhas e provas, manipulando papéis, prendendo traficantes e alcançando as metas de produtividade os policiais atuavam na "guerra", e, "burrocraticamente" participando a "guerra às drogas" e interferindo na "guerra do tráfico", gerenciando o governo que mata e deixa matar. Em última instância, a burocracia cartorial parecia tão eficaz para combater a "guerra do tráfico", quanto a "guerra às drogas" é eficaz para manter a produtividade da burocracia na necropolítica.

Como demonstrei os inquéritos policiais vez ou outra apresentavam erros de digitação nas redação das peças, não era por esse motivo entretanto que a burocracia era desqualificada . O conteúdo de cada uma destas peças visava a elaboração de um fio condutor preenchido pela linguagem policial para estabelecer uma lógica ao menos em uma parte daquilo redigido e apensado nos inquéritos por diferentes agentes ao longo do tempo de duração de uma "investigação". Cada um deles, traçava uma parte da narrativa que produziria a "verdade policial" sobre um "homicídio". Explorei a categoria nativa de "burrocracia" acionada de variadas formas para se referir ao trabalho burocrático, mas não como uma categoria de autocrítica ou usada de forma auto referente. Ao contrário, quando acionada se apresentava como uma categoria de acusação para descrever uma parte fundamental das atividades dos policiais civis no conduzir das "linhas de investigação": o cartório.

De certa maneira, a acusação era direcionada não aos policiais, mas a própria forma de administrar os "inquéritos". Meu objetivo neste capítulo foi demonstrar como, mais do que uma forma de desqualificar a burocracia, esta categoria era usada para indicar a expertise dos próprios policiais no lidar com o cartório e os registros

necessários a investigação, realizados a posteriori, e “em lugar de especular a possibilidade de que as aberrações do poder estatal sejam resultado de um excesso de racionalismo ou de um excesso de irracionalismo, acho que seria mais adequado identificar o tipo específico de racionalidade política produzido pelo Estado.” (FOUCAULT, [1979]. 1990, p.89). Identificando que para os policiais a burocracia não tinha uma inteligência intrínseca, demonstrei que era no manipular das linhas de investigação que eles conduziam os fios de produção da verdade cartorial e os traçavam no inquérito policial. Portanto, “A relação entre racionalização e os excessos do poder político é evidente. Não seria preciso esperar pela burocracia ou pelos campos de concentração para reconhecer a existência dessas ligações. Mas o problema é: que fazer com um fato tão evidente?” (FOUCAULT, [1979] 1990, p. 78)

Capítulo 5 - Entre símbolos e interesses

Era uma quinta-feira, 12 de junho, abertura da Copa do Mundo FIFA. Apesar da Chefia de Polícia ter emitido no Boletim de Informação (B.I.) dois dias antes que o expediente funcionaria em horário normal em todos os jogos da Copa, o evento de repercussão mundial ocorrido no Brasil, com jogos há alguns quilômetros da DHNISG⁸⁸, mudou completamente a rotina da repartição. Ao redor das 15 horas, o diretor deixou a repartição em direção a sua casa, na região Serrana. A expectativa entre os policiais era de um final de semana prolongado. Logo após o delegado titular sair do prédio, foi seguido pelos outros delegados, o chefe do Setor de Operações e pela maioria dos policiais que aguardavam ansiosamente a “liberação do doutor”. Ficaram na delegacia apenas umas poucas pessoas, entre eles, o delegado plantonista, dez policiais do GELC, a papiloscopista, dois policiais do expediente e eu.

Naquela tarde, os preparativos eram para assistir a cerimônia de abertura e, principalmente, o jogo do Brasil contra a Croácia que aconteceria em São Paulo⁸⁹. Logo depois do almoço, a cantina já havia fechado. Para vermos o jogo, os policiais levaram dois televisores. Enquanto instalavam um aparelho no balcão da recepção, o outro ia ser instalado na sala do GELC no segundo anda, eu fui com três policiais ao supermercado Extra comprar pipoca de microondas, batata Ruffles e refrigerante para petiscarmos durante a partida. Ainda não havia começado o jogo quando o telefone da Permanência tocou. Os policiais reunidos para assistir o jogo manifestaram apreensão: “Já pensou, local agora? Era só o que faltava”. Por sorte deles, era apenas um outro policial do GI Niterói que já havia deixado a repartição e esquecido seus óculos. Ele ligou pedindo para alguém guardá-los.

O jogo começou, o Brasil levou um gol contra e a pressão da Croácia era vista com surpresa. Outro telefonema. Desta vez, os policiais deveriam ir até a 78a DP (Fonseca), buscar um “menor de idade” que havia sido identificado a partir de uma filmagem de um caso de bala perdida em São Gonçalo. Três policiais do GELC foram em uma viatura buscá-lo e não viram o primeiro gol de Neymar para o Brasil. Quando voltaram, cerca de 30 minutos depois, os policiais ainda tiveram tempo de ver o outro gol do Brasil, um pênalti convertido por Neymar. Acompanhando-os, o “menor” e de

⁸⁸ No Estádio do Maracanã, onde foram realizados alguns jogos e o encerramento. O Estádio fica há menos de 20km da DHNISG. Além do Rio de Janeiro, outros 13 cidades no Brasil também sediaram jogos.

⁸⁹ No estádio Itaquerão, Arena Corinthians, na cidade de São Paulo.

sua mãe foram levados diretamente para a sala do SIP-plantão, onde estava o delegado e o policial responsável pelo setor, o “sipeiro”. Eles ficaram ali por cerca de três horas, sendo sempre vigiados por um policial e sem poder assistir ao jogo.

Desde o intervalo do jogo, um delegado que trabalhava no prédio da Corregedoria Regional, anexo a DH, esteve no pátio colando adesivos da Ouvidoria de Polícia nas viaturas que estavam estacionadas. Um pouco depois do começo do segundo tempo, ele entrou na recepção e começou a falar sobre a paralisação que estava sendo mobilizada para ocorrer no dia seguinte, sexta-feira, 13 de junho. O corregedor explicitava um discurso compreensivo em relação ao governo, que “se estava fazendo o que podia ser feito”, que “o governador em breve vai apresentar uma proposta na ALERJ” e que “é um momento, delicado, cês tão vendo aí” e apontou para a televisão, provavelmente se referindo à Copa do Mundo. Por esses motivos, os policiais não deveriam participar da paralisação.

Os policiais o ouviam, sem dar muita atenção. O corregedor continuou, dizendo que os policiais não deviam divulgar essas informações para fora da polícia, “porque essas negociações políticas estão sendo feitas fora dos holofotes” e que todos fossem para a ALERJ identificados, “tendo cuidado com as armas, porque não pode entrar...” Nisso, a papiloscopista Rita o interrompeu e falou: “Mas muita gente já sabe! Tá nas redes sociais. E ela, [apontado para mim] por exemplo, não é da polícia!” “E ela é o que?”, perguntou o corregedor. “Pesquisadora”, respondeu o policial Túlio, “mas está com a gente, pode deixar”. Era final do jogo e o gol de Oscar que concretizou a vitória do Brasil por 3 a 1, encerrou também a visita do corregedor.

Depois que o jogo acabou, os policiais desligaram a televisão e retornaram as cadeiras para os lugares de origem. Alguns foram na sala do Setor de Inteligência Policial, onde ainda estavam o “menor” e sua mãe. Outros ficaram na parte externa, onde Túlio organizava um esquema de segurança privada durante a Copa do Mundo. O contato era via o perito Getúlio que, por telefone, havia dito a Túlio que os contratantes preferiam policiais, por estes terem sua “própria arma” e particularmente policiais civis, por serem de “melhor aparência” que os policiais militares⁹⁰.

O “esquema” era fazer segurança na porta de um hotel cinco estrelas em frente a praia de Copacabana, na Avenida Atlântica. Cada policial deveria ficar 12 horas e

⁹⁰ Suponho que essa preferência pela “melhor aparência” tenha a ver com a cor dos policiais. Como discutirei nos apontamentos finais, os policiais civis são maioritariamente brancos. Na PM, por outro lado, a maioria dos agentes são negros.

ganharia R\$400 por expediente trabalhado, sendo pago mais 10%, isto é R\$40, por cada hora extra. Os policiais interessados deveriam passar nome e telefone para Túlio, que num pedaço de papel anotava o nome dos colegas, telefone e disponibilidades de horário. Ele explicou que deveriam usar tênis preto ou coturno, “calça tática” e uma camisa preta como uniforme para este trabalho, não muito diferente do que os policiais civis usavam cotidianamente. Ele ainda recomendava: “melhor comprar a camisa pólo preta, vale o investimento” mas que, em geral, a empresa que organizava dava uma camisa, explicando que já estava acostumando a trabalhar nesse “esquema” e que por isso estava levando esse serviço para a DH. Antes de organizar o esquema com seus companheiro do GELC, Túlio inclusive já havia entrado em contato com policiais de outros setores que ele conhecia de lotações anteriores. Dentre as perguntas dos colegas, eles respondia que o público atendido seriam turistas, “lá eles tão com os argentinos e tem uns chineses também”. Todos hospedados naquele hotel, patrocinado pela cervejaria Budweiser. Ele combinou com os colegas que iria organizar os horários de cada um e, posteriormente, repassá-los a Getulio. O pagamento, porém, só depois da Copa.

Apesar dos petiscos durante o jogo, um dos primeiros assuntos surgidos depois de combinado o “esquema” do “bico” foi o jantar. Era por volta das 18h30 e estávamos todos com fome. Alguns, em acordo com o delegado e os colegas, foram para casa “jantar rapidinho”. Do grupo que ficou na delegacia, apenas três deles levaram “marmita”. Com outros seis policiais e o delegado Evandro, combinamos de ir jantar no Steak House, um bar e restaurante em Icaraí. Eu fui na viatura com os três primeiros e outra viatura, com os outros quatro, foi depois. O trânsito estava pesado devido ao grande volume de pessoas se deslocando após o jogo do Brasil e por conta dos semáforos ao longo da avenida, mas isso não foi muito problema. Mesmo que não impondo o mesmo ritmo de quando ia para um local, usando o giroflex e a sirene para abrir caminho e recortar o trânsito, Fernando, que dirigia a viatura onde eu estava, não evitava de “apertar” os carros da frente de modo que, aos poucos, os outros motoristas abrissem passagem para a viatura.

No caminho, antes de chegarmos à passagem subterrânea que ficou conhecida como “Mergulhinho”, na cabeceira da avenida Amaral Peixoto no Centro de Niterói, encontramos um engarrafamento. “Lei Seca, claro!”, concluiu o policial⁹¹. Sem muito o

⁹¹ ⁹¹A “Lei Seca” é o nome pelo qual ficou conhecida a lei 11.705/2008, que alterou regras do Código de Trânsito Brasileiro, no ano de 2008. A partir dessa lei, o consumo de qualquer quantidade de bebida

que fazer a não ser esperar o engarrafamento, nos distraíamos conversando desde a saída da DH. Naquele momento, inspirados pela repressão promovida pela Lei Seca, a conversa se virou para um assunto específico: drogas. Um deles comentou que já havia cogitado começar a usar “ritalina⁹²” para estudar, mas que não gostava de tomar medicamentos, diferente de outros colegas e comentou: — É, o Otávio fala que usa muito, praticamente dando uma de X9 do colega que não estava na viatura. Alguns policiais comentavam que usavam medicamentos com prescrição controlada, especialmente para ajudar a dormir e para se concentrar. Entre aqueles que estavam na viatura, diziam que preferiam drogas “mais leves mesmo, ficar na cervejinha, um vinhozinho...”.

Enquanto presos no engarrafamento, o policial Júlio viu o motorista do carro ao lado trocando de lugar com a pessoa que estava no carona e falou com os colegas: “Olha ali! Tentando trocar...” “[risos] Nego é muito babaca, num tá vendo a gente aqui!” comentou Fernando. Os três policiais pararam a conversa e começaram a olhar para todos os carros que estavam ao nosso redor, observando os motoristas. Logo, João viu, em outro carro, movimento semelhante: “Mais um ali, Corsa Branco”. “[Mais risos] Tá começando a ficar divertido”, falou Fernando. Quando subimos da passagem subterrânea e passamos pela Operação Lei Seca em frente ao Mercado Hortifruti, Júlio chamou um dos Policiais Militares que estavam fazendo policiamento e indicou “Aquele Corolla prata e o Corsa branco do lado direito trocaram o motorista ali atrás...só aperta!” “Pô, valeu, braço!” “Valeu, a gente tava ali e ficou de olho!”, cagoetou Júlio para a minha surpresa.

Depois dessa pequena interação de delação por parte dos policiais civis, seguimos para Icaraí, virando na rua Miguel de Frias e depois na Rua Gavião Peixoto, onde fica o restaurante Steak House. Duas vagas em frente ao Banco Itaú foram imediatamente ocupadas pelas viaturas, Três mesas foram colocadas na calçada mesmo, o que não me deixava dúvidas que, assim como eu, ali os policiais se sentiam “seguros” e “em casa”.

alcoólica por condutores de veículos foi criminalizado. No Rio de Janeiro, o governo do Estado, implantou uma intensa campanha à *Operação Lei Seca*, que inclui planfetagem e as denominadas “*Blitz da Operação Lei Seca*” – BOLS, nas vias. De acordo com o governo e diversos agentes, como os policiais do IML, essa ação educativa mas também repressiva, diminuiu drasticamente o consumo de bebidas alcoólicas por parte de motoristas, e como consequência, também diminui o número de acidentes no trânsito. (c.f. JERMANN, 2010)

⁹² A “ritalina” é um medicamento psicoativo indicado para pessoas portadoras de “transtorno do déficit de atenção com hiperatividade” (TDAH). Seus efeitos promovem o equilíbrio dos neurotransmissores como dopamina e noradrenalina. Esta substância ficou conhecida como “a droga dos concurseiros” que faziam o seu consumo para se manterem noites acordados estudando e melhorarem o seu desempenho acadêmico e o “aprimoramento cognitivo” (c.f. ORTEGA et al, 2010).

Sentamos e logo os policiais organizaram os pedidos: três combinações de churrasco misto com batata frita, farofa, feijão, arroz de brócolis e molho à campanha, jarra de suco de laranja, três chopes (um deles para mim), uma água, três refrigerantes. Porém, antes de finalizar com o garçom, o telefone celular do delegado tocou. Era Otávio, que havia ficado com Lourenço na “base”, informando que havia um “local”.

O jantar foi cancelado, ou pelo menos suspenso, para o meu descontentamento que com fome pensei “local logo agora?!”. Imediatamente deixamos as mesas e fomos nas viaturas de volta para a “base”. Dali, saímos em cerca de vinte minutos para “local”. A vítima era uma mulher de aproximadamente 60 anos que havia se jogado da janela do sétimo andar de um prédio residencial na rua Moreira César, em Icaraí, apenas 3 quarteirões de onde íamos jantar. Após acompanhar a realização do “local”, que durou cerca de uma hora, eu fui até a Praia de Icaraí para pegar um ônibus de volta para casa. Os policiais ainda voltaram para a repartição para encaminhar os procedimentos da investigação daquele “suicídio” e só depois saíam para jantar.

Bens, em forma de objetos ou informação, e o estabelecimento de trocas por interesses eram parte do contexto de relações estabelecida entre os policiais que eu acompanhava. Neste capítulo irei demonstrar como relações organizadas dentro de uma hierarquia administrativa os mantinha vinculados, e por vezes eram discutidas e disputadas naquilo que chamavam de “política da polícia”. Ao descrever como os policiais entendiam e punham em prática o funcionamento da estrutura da corporação da qual eles eram parte, apresento diversos bens e interesses que mobilizavam suas ações dentro e fora da rotina. Em relações que constituíam uma *malha* entre pessoas e objetos, os policiais expressavam, elaborando e reproduzindo, os interesses corporativos da polícia que passavam ao longo, se sobrepunham ou entremeavam-se nas “linhas” das investigações de “homicídios” por eles conduzidas.

Inauguração

No dia sete de janeiro de 2014, o governo do Estado do Rio de Janeiro havia inaugurado a “Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo” (DHNISG). No evento estavam presentes diversas figuras públicas, que iniciavam suas aparições políticas em ano de eleições⁹³ e de “Copa do Mundo FIFA”⁹⁴. O governador Sérgio

⁹³ Em 2014 ocorreram eleições gerais no Brasil para candidatos a Presidente da República; a totalidade Deputados Federais; um terço dos Senadores Federais; e os 27 Governadores de Estado, além de todos os Deputados Estaduais.

Cabral⁹⁵, acompanhado de seu sucessor e então vice-governador Luiz Fernando Pezão⁹⁶; e com a presença do secretário estadual de Segurança Pública, Luís Mariano Beltrame⁹⁷; da chefe da Polícia Civil, Martha Rocha⁹⁸; do prefeito de Niterói, Rodrigo Neves⁹⁹ e outros políticos locais, entregou ao delegado Marcelo Barros e seu substituto, o antigo prédio da Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE), no bairro São Lourenço, em Niterói. Com a presença de diversos agentes da divisão, todos celebravam a inauguração da sede provisória desta repartição policial que teve ampla cobertura por diversos veículos da mídia e que, segundo o governador viria “combater o que há de pior no ponto de vista civilizatório: a morte” (BRITO, 2014).

No evento, o governador prometera que ainda em 2014 seria construída e finalizada a nova sede da DHNISG, cujo terreno no bairro Barreto, município de Niterói, já havia sido selecionado. A futura sede seguiria o modelo “Delegacia Legal” tendo prometido o governador que “depois de completada a obra no Barreto esse prédio [em São Lourenço] vai se transformar em uma escola estadual”, promessa que nunca foi cumprida. Ali, na sede provisória, imediatamente após a cerimônia de inauguração, a DHSNIG passou a funcionar 24 horas por dia durante sete dias da semana na investigação de todos os casos de *homicídio* que ocorressem nos territórios daqueles três municípios da Região Metropolitana Leste. A DHNISG seguia o modelo da “Divisão de Homicídios da Capital” (DHC), inaugurar em janeiro de 2010 com sede em funcionamento na Barra da Tijuca. A “*DH da Barra*”, como ficou conhecida, deve investigar todas mortes intencionais e suspeitas ocorridas nos limites do município do Rio de Janeiro. Seu objetivo é “promover a promoção e a repressão aos crimes dolosos contra a vida, em especial os homicídios e latrocínios na forma consumada” (RIO DE

⁹⁴ Torneio Internacional de futebol masculino organizado pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), que em 2014 teve sua 20a edição sediada no Brasil entre os dias 12 de junho a 13 de julho e com a participação de seleções de futebol de 31 países.

⁹⁵ Sérgio Cabral esteve como governador do estado do Rio de Janeiro de janeiro de 2007 a 03 de abril de 2014, quando renunciou o cargo e foi sucedido por Luiz Fernando Pezão.

⁹⁶ Nas eleições de 2014, o candidato do PMBD, Pezão, foi reeleito governador do estado do Rio de Janeiro.

⁹⁷ Delegado da Polícia Federal desde 2004, depois de trabalhar como agente dessa mesma instituição por 23 anos, José Mariano Beltrame foi transferido para o Rio de Janeiro e em 2007 assumiu a pasta de Segurança Pública pela qual é responsável até hoje. Entre seus projetos, se destacam as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e

⁹⁸ A delegada Martha Rocha foi chefe da Polícia Civil de 2011 a 2014, quando deixou o cargo para concorrer as eleições como deputado estadual no Rio de Janeiro. Diferentemente de 2006, quando concorreu pela primeira vez ao cargo, em 2014 Rocha foi eleita pelo PSD com mais de 52 mil votos.

⁹⁹ Eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), iniciou seu mandato como Prefeito de Niterói em 2012. Recentemente (2016), Neves anunciou sua filiação ao Partido Verde, pelo qual tentará ser reeleito.

JANEIRO, 2010).

Contando com um número muito maior de agentes e com mais recursos materiais para a realização das investigações, a DH da Barra se destacava pela presença de um grupo de agentes da Polícia Técnico-Científica em seu plantão. Sua função era a realização de “perícias de local de crime”. A presença desses agentes destacada pois as DH funcionariam “nos moldes do Programa Delegacia Legal, sendo que um setor a diferencia das demais delegacias especializadas na investigação dos eventos criminosos como homicídio doloso: o Grupo Especial de Local do Crime (GELC)” (SILVA, 2013, p. 174).

Até 2014, a DHC também investigava alguns crimes, considerados “casos de repercussão”, que ocorressem nos demais municípios da Região Metropolitana. Esses poderiam ser avocados pela chefia da Polícia Civil por solicitação das delegacias distritais, da própria DHC ou por demanda de familiares, movimentos sociais e políticos. Entre os casos ocorridos fora dos limites territoriais da capital mas investigados pela DHC estão dois casos cometidos por policiais militares e que repercutiram na Região Metropolitana: o desaparecimento e morte do menino Juan, em Nova Iguaçu, em julho de 2011; e a já mencionada execução da Juíza Patrícia Acioli, ocorrida em Niterói em agosto de 2012. (EILBAUM e MEDEIROS, 2015 e 2016).

Antes da implementação da DHNISG, a região contava com a “Delegacia de Homicídios de Niterói e São Gonçalo (DHNSG), uma “delegacia especializada” que funcionara de julho de 2005 a dezembro de 2014 no mesmo prédio que a 76ª Delegacia Policial, e que tinha como área de atuação os municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Maricá. Em oposição às “delegacias comuns”, cuja área de atuação determinada se dava apenas pelo limite geográfico, as “delegacias especializadas” tinham sua competência limitada principalmente pelo tipo de fato que poderia ser registrado e investigado por seus agentes.

Na antiga DHNSG, casos de “homicídio” eram encaminhados pelas delegacias distritais quinze dias após a abertura do inquérito. Os restritos recursos para investigação e poucos funcionários, apenas um delegado e 30 agentes, eram vistos como impeditivos para a condução de investigações. Porém, diferentemente das “divisões”, que deveriam investigar todos os casos, na delegacia especializada “eles priorizariam então, os casos onde há um “clamor público” maior para que sejam solucionados, ou aqueles em que há mais indícios de autoria.” (NASCIMENTO, 2008, p. 51).

A inauguração da DHNISG, foi sucedida semanas depois pela inauguração da

DHBF. Ambas eram descritas como parte dos esforços da administração do Estado para o aumento no número de relatórios de inquéritos ao Ministério Público, bem como para uma consequente diminuição do número de “homicídios”. Ambos pontos eram parte dos “indicadores” avaliados pelo “Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados”, programa de metas da Secretaria de Segurança Pública¹⁰⁰. Do ponto de vista dos gestores, sendo compartilhado e reproduzido pelos agentes, a especialização seria fundamental para estabelecer e fazer circular um conhecimento específico sobre a modalidade de crime a ser investigada, se distanciada de uma perspectiva de que essas seriam delegacias “especializada(s) sem especialistas” (NASCIMENTO, 2008).

A concentração da investigação de todas as mortes provocadas intencionalmente em uma mesma unidade policial era apresentada com grande expectativa pois facilitaria o desenvolvimento das investigações, ao mesmo tempo em que promoveria o “desafogamento” das delegacias distritais que deixariam de ter responsabilidade sobre esses tipos de crime. Ainda que as mudanças implementadas pelas novas Divisões de Homicídio fossem recentes, ao se observar a prática da investigação no cotidiano ficava evidente uma maior regulamentação, controle e protocolização das atividades policiais em contraste com as práticas tradicionais conduzidas pela Polícia Civil na investigação de crimes comuns. O que, em decorrência, “parece estar influenciando no aumento da taxa de elucidação para esses eventos criminosos como homicídios” (SILVA, 2013, pg. 212). O efetivo de um delegado e trinta policiais em regime de expediente, de segunda a sexta, de 8h às 18h horas foi ampliado para um grupo de ao redor de 150 agentes policiais, seis papiloscopistas e dez delegados trabalhando 24 horas por dia, durante todos os dias da semana em regimes de expediente ou de plantão. Se anteriormente, eles tinham a uma média de cinco novos casos por mês, apenas em janeiro de 2014, seu primeiro mês de atuação a nova DHSNIG investigou mais de 70 casos de homicídio.

“Desde o ano passado”¹⁰¹

A Copa do Mundo de Futebol da FIFA caracterizou, junto com as eleições nacionais, os “grandes eventos” de 2014. Ao redor destes uma grande expectativa,

¹⁰⁰ Descrito a seguir, no capítulo 6.

¹⁰¹ Para descrever o contexto daquele ano, articularei categorias do que me foi apresentado ou lembrado em conversas com os policiais e com aquilo que vivi durante aquele ano, antes de começar a fazer trabalho de campo na DH.

desde que em 2013 uma série de “protestos”¹⁰² organizados por grupos de “jovens” “urbanos” daquilo que se costuma chamar “de esquerda” ganharam visibilidade e repercussão em diversas capitais e cidades do país, um momento particular e original para a democracia contemporânea brasileira¹⁰³. No âmbito da DHNISG, opiniões e descrições sobre certos eventos de 2014 eram compartilhados tendo como referências as memórias recentes daquele “ano passado”.

“Eram os estudantes, igual a você...” identificou um dos delegados me dizendo sobre quem ele acreditava serem a maioria dos participantes dos atos. Para alguns policiais, os manifestantes “jovens” eram “anarquistas”, “comunistas” ou “socialistas”. Como rotineiramente acontece, as manifestações foram severamente reprimidas pelas polícias militares estaduais, obviamente com ordens dos chefes do executivo estadual e, dizem alguns, anuência da Presidência. A “violência policial” contra os manifestantes trouxe uma nova dimensão para as demandas apresentadas nas ruas¹⁰⁴.

No dia 17 de junho no Rio de Janeiro¹⁰⁵, um grupo de manifestantes tentou ocupar o prédio da ALERJ, onde um grupamento de aproximadamente 80 policiais militares, provavelmente desavisados dos ânimos na manifestação, haviam se “refugiado”. Naquela segunda-feira passei por ali quando voltava de uma reunião do NEPEAC em Niterói via barca. Registros audiovisuais e da minha memória dão conta de uma Praça XV e seus arredores numa “cena de guerra”, com grupos de pessoas vestidos de preto correndo e cantando palavras de ordem, fogueiras com lixeiras, bandeiras do Brasil e placas espalhadas pelo centro da cidade, vidraças de banco quebradas, policias militares

¹⁰² A manifestações iniciadas contra o aumento do valor da passagem nos transportes públicos foram organizadas pelo movimento conhecido como “Passe Livre” e ocorreram nas capitais mais importantes do país: São Paulo; Rio de Janeiro; Belo Horizonte; Brasília; Porto Alegre; Natal e Recife. A partir de junho de 2013, tais atos começaram a adensar um público maior de manifestantes, que trouxeram outras pautas a partir da afirmação: “Não são só pelos 0,20 centavos”.

¹⁰³ Não que a prática do “povo ir às ruas” fosse algo novo no Brasil, porém a dinâmica que se deu na ocupação de ruas em forma de manifestações e as construções midiáticas decorrentes daí formam uma trama de narrativas e paisagens do que foram as próprias manifestações e de certa maneira, de como se deu a “política” Pensando em Bourdieu e o “campo político”.

¹⁰⁴ Naquele contexto, com larga cobertura da mídia tradicional e, pela primeira vez no Brasil com uma quantidade e qualidade significativa de jornalistas da mídia alternativa, diferentes narrativas sobre as manifestações gradativamente foram sendo elaboradas e repercutidas nos espaços físicos e virtuais. Uma das categorias manipulada e ressignificada foi a de “violência”, que passou a ser usada como categoria de acusação contra os manifestantes, especialmente os black blocks, caracterizados como vândalos. Em resposta, o uso da categoria “violência policial” também passou a ser articulado para se referir as repressões policiais aos manifestantes (EILBAUM e MEDEIROS, 2015).

¹⁰⁵ Quando houve a manifestação que ficou conhecida como “dos 100 mil”, iniciada na Avenida Rio Branco, centro da cidade, onde flores foram distribuídas aos policiais e pessoas vestidas de branco pediam por “paz” e “paz nas manifestações”. Alguns traziam demandas diversas como “vem para rua”; “saímos do facebook”; “queremos hospitais padrão FIFA” e “pelo fim da corrupção”, que se acumulavam na proporção do número de pessoas que passaram a adensar as manifestações. Ainda que nesse “clima pacífico”, na continuidade das manifestações nesta noite houve “confronto com a polícia”.

fortemente armados agrupados prontos a atacar e helicópteros sobrevoando o céu da cidade. No dia seguinte, nas mídias e redes sociais, ações de “vandalismo” e “baderna” eram enfaticamente associadas aos “black blocks¹⁰⁶”, como já havia ocorrido anteriormente.

Três dias depois, as manifestações pelo país levaram algo em torno de 1 milhão de pessoas as ruas. No Rio de Janeiro, calcula-se que 300 mil pessoas ocuparam a Avenida Presidente Vargas, a maior do centro da cidade. Mais uma vez, me recorro de correr pelas ruas do centro após policiais militares lançarem bombas de gás lacrimogênio na direção de onde estavam os manifestantes, entre eles eu e muitos de meus colegas¹⁰⁷. Foi também naquela noite que no Rio de Janeiro se viu a adesão de manifestantes que em outras cidades como São Paulo e Belo Horizonte já estavam sendo jocosamente apelidados de “coxinhas”. Estes manifestavam demandas aleatórias e certas vezes contraditórias¹⁰⁸ com as pautadas inicialmente.

“Desde o ano passado, as pessoas ficaram protestando só por protestar... num ia dar certo.” avaliou um dos policiais que considerava as ações dos “black block” “um

¹⁰⁶ Ainda em 2013, a Polícia Civil do Rio de Janeiro passou a investigar os “black block” e abriu um “inquérito-mãe” que ficou conhecido entre os policiais como o “inquérito Black Block”, assim como em São Paulo. Nestes inquéritos, diferentes manifestantes eram “fichados” e tinham suas redes sociais e informações públicas sistematizadas, reforçando a suspeição destes manifestantes. Em julho de 2014, 23 “ativistas” foram presos numa operação desencadeada pela Polícia Civil que os considerava como “sujeitos perigosos”, “vândalos” e “terroristas”. Tal operação ficou sobretudo conhecida pois no inquérito os policiais listavam o filósofo russo Mikhail Bakunin, considerando um dos principais teóricos do movimento anarquista, na lista de suspeitos das ações consideradas por eles criminosas.

¹⁰⁷ Nesta noite foi preso Rafael Braga, 25 anos, morador de rua e catador de lixo, e única pessoa presa durante as manifestações de junho de 2013 que foi condenada. Na ocasião, Rafael foi preso “em flagrante” por policiais, ao portar uma garrafa de desinfetante e outra de água sanitária. Os policiais declararam que ele usaria esses materiais de limpeza para a produção de um “coquetel molotov”. O jovem, no entanto, declarou que seria para limpar a calçada onde dormiria na rua. Em dezembro de 2014, foi condenado a cinco anos e dez dias por porte indevido de “artefato explosivo ou incendiário”, Rafael foi levado para Bangu onde passou a cumprir pena. O caso de Rafael chamou atenção de diferentes organismos de direitos humanos que passaram a assisti-lo. Ainda em fevereiro de 2014 foi criado o movimento “Pela Liberdade de Rafael Braga”. Em outubro de 2014, ainda preso em Bangu, ele conseguiu progressão do regime indo para o semi-aberto com uso de tornozeleira. Cerca de um mês depois, no dia 20 de novembro, Rafael foi punido por uma fotografia postada nas redes sociais pelo seu advogado na qual Rafael aparecia ao lado de uma pixação com os dizeres: “Você só olha da esquerda p/ direita, o Estado te esmaga de cima p/ baixo” (*sic*) e ficou dez dias na “solitária”. Cerca de um ano depois, em setembro de 2015, Rafael conseguiu ser novamente progredido para o regime semi-aberto, com uso de tornozeleira eletrônica. No entanto, em janeiro deste ano, 2016, Rafael foi preso novamente num flagrante forjado por policiais militares lotados na UPP da Vila Cruzeiro, onde o jovem morava com sua mãe. Em depoimento, os policiais declararam que ele portava um saco plástico com material assemelhado a entorpecentes e um morteiro de fogos de artifício e Rafael aguarda o seu novo julgamento. (CAMPANHA INTERNACIONAL PELA LIBERDADE DE RAFAEL BRAGA, 2016)

¹⁰⁸ Essa aleatoriedade das demandas se deu possivelmente como resultado de uma indignação coletiva mas que de tão plural deixou de ter uma pauta definida e comum.

mal necessário”¹⁰⁹. Muitos policiais me diziam que não participavam de manifestações por “segurança”, “a gente fica vulnerável, não pode levar arma, tem que ficar tranquilo”. Alguns, apesar de apoiarem população nas ruas, eram enfáticos aos disser que não toleravam “vandalismo”, “quebra quebra” e “baderna”, se referindo criticamente às repercussões dos protestos ocorridos em junho de 2013. Apesar de não participarem das manifestações, conformavam sua opinião sobre estas a partir de outras fontes como a mídia hegemônica, as informações da polícia e as redes sociais e *whatsapp*, compartilhando memes, vídeos e conversas com familiares e amigos que os alinhavam a certas demandas, construindo suas próprias narrativas sobre os protestos.

Naquele período, uma nova turma de inspetores que em 2014 veio a compor metade dos policiais lotados na DHNISG, estava cursando o “Curso de Formação Profissional” realizado pela Academia Estadual de Polícia Silvío Terra (ACADEPOL) após aprovados e classificados no concurso público. Muitos deles me contaram sobre a experiência na “Academia”. Entre reclamações dos horários e o regime rígido que se sentiram submetidos, comentários saudosistas sobre “meu tempo na academia” e piadas recordando fatos que compartilharam, muitos deles refletiam como “desde o ano passado” estavam se tornando policiais.

Em 2014, as manifestações voltaram a ocorrer, sob uma nova forma de demanda. Direcionados por movimentos sociais organizados, os protestos nas regiões centrais da cidade traziam pautas vinculadas à grupos de professores de escolas públicas, estudantes secundaristas e universitários, vítimas da violência policial, trabalhadores contrários as políticas econômicas de cunho neoliberal¹¹⁰ e aos “grandes eventos” como a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos olímpicos em 2016. As manifestações enquanto paisagem social não ficaram inertes diante de certos aspectos da antiga e estruturante desigualdade social à brasileira. Aos poucos, as demandas por direitos sociais, contra a repressão e por políticas públicas, iniciadas em 2013 e consolidadas em 2014, passaram

¹⁰⁹ Após as “jornadas de junho”, os protestos de 2013 se tornaram mais específicos com ações da tática “black block” diminuindo significativamente de tamanho, mas que não se desfizeram completamente.

¹¹⁰ Aquilo que se culminou em agosto de 2016 como a “ruptura democrática da nova república” no Brasil pode ser visto de certa maneira como uma tentativa de imposição através de um golpe palaciano, parlamentar e midiático de uma política econômica neoliberal. Sendo assim, não se reduz aqui a polarização política crescente desde 2013 entre, simplesmente, a “esquerda” e a “direita” como universos polarizados e totalizantes. O que se identifica, outrossim, é que as demandas, seja de um lado ou de outro, dizem tanto respeito - seguindo o argumento político e econômico, as formas de distribuição de riqueza, isto é de como recursos materiais são, ou não, gerenciados pelo Estado e quem tem as condições de usufruir ou acumular estes, quanto também aos comportamentos, tendo no discurso moral sobre identidades e escolhas pessoais e sua aceitação pública outra face de sua flexão.

a virar espaço para demandas conservadoras¹¹¹ e críticas desqualificadoras. Estas eram produzidas por uma parte de grupos pertencentes a classe média e alta que eram “contra o governo” e organizaram protestos “contra o PT e o Lulupetismo” em diversas cidades do Brasil¹¹².

O crescimento dessa divisão da expressão pública moral e política teve no ano de 2014 um momento de alta tensão e expectativa quando ocorreram eleições em outubro. A acirrada sensação de divisão no país ganhou forma nos candidatos que chegaram a disputa das eleições presidenciais no 2º turno: Dilma Roussef e Aécio Neves. A distância entre “progressistas” e “conservadores”, “esquerda” e “direita” ou “o Brasil vermelho e o Brasil que era verde amarelo, mas ficou azul”, como ironicamente me falou um policial eleitor de Aécio Neves, se consolidou e esses grupos “saíram das ruas e foram para as urnas”.

“Política da polícia”

Em 2014, além da política nacional, pude também acessar um pouco da política local e daquela que acontecia dentro da polícia. No final de janeiro, após a inauguração das DH de Niterói e da Baixada, a chefe da Polícia Civil, delegada Marta Rocha anunciou que deixaria o cargo para concorrer nas eleições como deputada estadual, cargo para o qual ela foi eleita em outubro. Sua saída gerou uma mobilização por parte dos delegados para a eleição do novo chefe da Polícia Civil. Para tal decisão, me foi explicado pelos delegados na DHNISG, seria feita uma eleição direta que envolvia apenas os delegados, organizada pelo Sindicato dos Delegados da Polícia Civil do Rio de Janeiro (SINDEPOL). As “autoridades policiais” votariam na sede do sindicato, na Lapa, cidade do Rio, em urna para indicar cinco nomes a compor uma lista nominal. A lista quántupla dos delegados seria entregue ao Secretário de Segurança que poderia acolher a sugestão. No entanto, durante este processo, os cinco nomes mais votados não agradaram o Secretário Beltrame que, com anuência do governador, se decidiu pelo

¹¹¹ Muitos manifestantes vestidos de verde e amarelo ou com camisetas da CBF expressavam-se “pelo fim da corrupção” e contra o governo federal, especialmente as figuras da presidenta e do ex-presidente. Os “coxinhas” formavam parte de um grupo conservador com grande suporte da mídia tradicional e apresentava demandas que facilmente poderiam ser identificadas como “fundamentalistas” e “fascistas” ao expressarem forte apelo nacionalista, homofóbico e racista e pedirem, entre outras coisas, pela intervenção militar e ajuda dos EUA para conter o comunismo no Brasil. Muitos destes reivindicavam o resgate dos valores morais de “família” e “hierarquia”, assim como explicitamente eram contra direitos de gays, negros, e mulheres.

¹¹² Particularmente em áreas que apesar da diversidade de pessoas que a frequentam são endereços cobiçados da elite. como a Praia de Copacabana no Rio de Janeiro e a Avenida Paulista em São Paulo.

delegado Fernando Veloso, que já atuava como sub-chefe operacional da Polícia Civil, “braço-direito” de Marta Rocha. Veloso assumiu o cargo em 31 de janeiro de 2014.

A nomeação de Fernando Veloso como chefe expressou continuidade na política de gestão que vinha sendo realizada e na DHNISG sua progressão foi vista como “natural, ele já estava na chefia, era o segundo na hierarquia.” - como me explicou um delegado. Tal “naturalidade” da organização dos cargos de comando na Polícia Civil, no entanto, não era constante. Por muitas vezes, policiais expressavam preocupação quanto transferências de surpresa para outras lotações, e reconheciam que essa possibilidade era parte da “política da polícia”. Outros, se demonstraram satisfeitos pela continuidade pois mudanças na gestão poderiam interferir diretamente no trabalho deles. A decisão pelo novo chefe que assumia estava diretamente ligada com as eleições nacionais que, desde janeiro influenciavam na dinâmica da DH e com a “luta trabalhista” em curso.



Figura 7. Autoridades e políticos na inauguração da DHNISG
Fonte: SESEG

Em março, agentes vinculados aos sindicatos começaram a discutir sobre uma “greve” da Polícia durante a Copa do Mundo, caso o governador não aumentasse os salários. O governador Sérgio Cabral renunciou ao cargo ainda naquele mês e a decisão foi estendida para abril, quando o “novo” governador, que se tornou candidato a

reeleição, “começou a dialogar” com o sindicato. Em maio, após uma série de reuniões com o governador Luiz Fernando Pezão as promessas de aumento salarial vinculadas à Copa do Mundo ainda não haviam sido cumpridas, o que ampliou a mobilização dos policiais. No final de maio, uma assembléia lotou o pátio da Cidade da Polícia¹¹³, com cerca de 1500 policiais. Em 12 de junho, dia da abertura da Copa do Mundo, o governador prometeu que logo que acabassem os jogos iria encaminhar um projeto de lei para a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

A inauguração da Divisão foi usada como um palanque político, fosse para aqueles que estavam saindo da cena política, como o governador Sérgio Cabral, ou para aqueles que buscavam a eleição ou reeleição. Como eleitores, os policiais expressavam dissenso sobre quais eram suas preferências para os cargos do executivo e legislativo estadual e federal. Alguns, recorrentemente, defendiam o candidato Jair Bolsonaro. Que posteriormente aos resultados, demonstrou-se popular entre os eleitores do estado do Rio de Janeiro, posto que este candidato foi o deputado federal mais votado¹¹⁴ em 2014. Poucos, expressavam seu voto no deputado estadual Marcelo Freixo, também popular, sendo o deputado estadual mais votado¹¹⁵ nas mesmas eleições.

Tal contradição aparece quando refletida as biografias e propostas políticas apresentadas e praticadas por cada um dos políticos. Bolsonaro era um militar reformado que defendia uma agenda conservadora, muito vinculada a interesses nacionalistas e repressivos. Ele era um dos nomes acionados tanto por conservadores e saudosistas do regime militar quanto por classes populares, admiradores de seu “estilo direto” e “defensor da moral”. Freixo era um professor de História e ativista do Direitos Humanos que passou a atuar como deputado estadual no combate a violência de Estado e defesa das minorias, sendo considerando um dos representantes da “esquerda”. De certa maneira, como a presidenta reeleita e o candidato derrotado nas eleições, Bolsonaro e Freixo representavam no Rio de Janeiro cada um dos “lados” no qual se fragmentou a opinião pública desde os “movimentos de rua” eclodidos em 2013.

Entre os delegados, era consenso que a presidenta Dilma Rousseff e o governador Luiz Fernando Pezão deveriam ser reeleitos. Tal opinião era compartilhada por muitos dos policiais que identificavam na gestão desses governos uma melhora significativa

¹¹³ Em novembro de 2014, tive a oportunidade de visitar a Cidade da Polícia com um grupo de alunos do bacharelado de Segurança Pública, a partir de contato mediado por um dos delegados da DHNISG.

¹¹⁴ Com 464.572 votos registrados.

¹¹⁵ Com 350.408 votos registrados

nas condições de trabalho na Polícia Civil. “Desde o (governo do ex-presidente) Lula a gente vem sentindo maior valorização, sabe? Mais investimento mesmo...” comentou um dos delegados. “O (ex-governador) Sérgio Cabral pegou uma época muito boa, muito recurso, e ele soube investir na Polícia. Fez UPP, fez as DH. Foi bom pra gente. Acho que o (governador) Pezão tem que ficar pra dar continuidade”, me dizia outro delegado. “Faço campanha mesmo! É minha vida que tá em risco!” dizia o investigador Mariano, que durante o período de campanha eleitoral, distribuiu adesivos e panfletos do candidato a reeleição no governo do estado. A quem comentasse seu engajamento político, ele fazia referência às ameaças de morte que sofria¹¹⁶, lembrando que se mudasse o “governo”, ele provavelmente perderia a proteção policial “tem muita gente que quer me ver morto!”. Através da reeleição dos ocupantes dos cargos executivos, os policiais demonstravam que tinham interesse pela “continuidade” na política eleitoral. E, de certa forma, se expressava a manutenção da “política da polícia” em curso, do qual eles eram parte.

Outros policiais, como Bruno e Roberto, expressavam opinião oposta. Certa tarde de setembro, estávamos conversando na sala do GISG sobre as eleições quando chegou o delegado Sérgio. Bruno e Roberto já haviam me dito que votariam no candidato presidencial da oposição Aécio Neves, senador e ex-governador de Minas Gerais que representava uma proposta de agenda econômica neoliberal. No estado “devo votar no Pezão mesmo, já tá aí.” disse Bruno. O delegado, que uma vez me descreveu ser um “petista desiludido”, comentou “Cara, faz isso não! Voto em qualquer um, menos no Aécio!” e argumentou “Eu tenho amigo que é delegado em Minas Gerais, esse cara acabou com a Polícia Civil lá. Eles num tem nada! Viatura, equipamento, autonomia... nada!”

Eu, em concordância com o delegado, já havia expressado minha preferência pela reeleição da presidenta mas não tinha preferência em relação aos candidatos para o governo estadual. “É, com esses aí (os candidatos) não tem como melhorar. Mas num pode piorar né?!”, me disse Sérgio. “Como poderia piorar?” perguntei, “Deixa o (Marcelo) Crivella ganhar para tú ver. Ele vai destruir esse estado. Pastor é pastor, cuida de rebanho...” explicou Sérgio, expressando-se veementemente contra o candidato que era vinculado à Igreja Universal do Reino de Deus e defendendo mais de uma vez seu voto no governador, que fora reeleito, Pezão. Roberto e Bruno nada falaram.

¹¹⁶ Como já descrito no Capítulo 1.

A conversa mudou de curso e brevemente se encerrou. Depois que o delegado deixou a sala, a conversa sobre as eleições foi retomada por Roberto “É mole defender o governo ganhando R\$ 15 mil. Quero ver ficar que nem a gente, sem um aumento há quase 10 anos. Eu vou votar no Marcelo Crivella mesmo. Pior que tá, não fica!” afirmou. Bruno balançava a cabeça afirmativamente. Ambos os policiais reclamavam bastante do “baixo salário” e da “falta de estrutura” para trabalhar e demonstravam interesse numa gestão que “valorizasse mais os policiais” e investisse mais em “reprimir vagabundo”, como comentaram comigo diversas vezes.

Nos meses que antecederam as eleições, eles sempre tentavam me provocar dizendo que eu era “comunista” e mostrando vídeos do candidato Jair Bolsonaro que na minha opinião, falava absurdos. “Você fala tanto do Freixo, cadê ele defendendo a Polícia? Ele só fala de direitos humanos pra bandido, cadê os direitos humanos da polícia?” me perguntou Bruno. “Não é verdade isso, ele defende a Polícia honesta, que não é corrupta nem homicida. Ele apoia os policiais e já falou em defesa da Polícia Civil na ALERJ...” falei. E ele logo falou: “Cadê? Cadê? Me mostra aí pra eu ver...” E eu peguei o celular para procurar no youtube um vídeo do Freixo numa sessão da ALERJ ocorrida em abril na qual ele apoiava as solicitações do SINDPOL em relação ao reajuste salarial dos agentes. “Populista!” acusou Roberto, no que eu rindo respondi “Difícil de aceitar né?! Mas você tá vendo... ele é honesto! Num é anti-polícia.” Tais tipos de conversa sempre terminavam em risos, mas me ajudavam a compreender que se para aqueles policiais as nossas diferenças não eram em relação a ideologias mas como compreendíamos as funções da política partidária e eleitoral e os interesses que tínhamos nesse âmbito.

Algumas semanas antes, eu já tinha participado de outra conversa sobre política com os policiais Dirceu, do GISG, e Breno, do SBE e membro atuante no Sindicato dos Policiais Civis (SINDPOL). Estávamos almoçando no salão e tínhamos acabado de assistir a agenda de campanha dos candidatos a governo do estado veiculada pelo jornal local RJTV. Nisso, Dirceu comentou: "Esse ano tá difícil votar, hein!?". "Tá mesmo, ou tá com medo de se comprometer?", provocou Breno. Dirceu respondeu: “Rapaz, vou ter dizer uma coisa, eu sempre votei no PT, sou de esquerda. Mas o PT acabou!”, falou, fazendo alusão aos casos de corrupção que ficaram conhecidos como o “Escândalo do mensalão”. "Pois é, triste", comentei. Breno então falou "É, mais ou menos, agora mesmo, tem que votar na Dilma". "É, tem que votar. Mataram o outro... ela que nos

resta" disse Dirceu comentando sobre o 'acidente' de helicóptero que havia vitimado fatalmente o candidato presidencial Eduardo Campos.

"E no estado?", perguntei. Dirceu e Breno se olharam e o primeiro respondeu: "Te falar, para mim, tanto faz!" E Breno, que parecia estar relativizando tudo falou: "Tanto faz, mais ou menos, também. Esses caras são ruins de negociar..." "É, tem que votar na ALERJ", continuou Dirceu, lembrando que a negociação política é feita entre executivo e legislativo. "Pois é, vocês tem candidato pro legislativo?", perguntei. Breno falou: "Baixinho..." "É, Baixinho é unanimidade" completou Dirceu, se referindo ao apelido do candidato Romário, ex-jogador de futebol e candidato eleito ao Senado Federal pelo Rio de Janeiro. "E Freixo né?", falou Breno, se referindo ao candidato a deputado estadual. "E Chico né?" falou Dirceu, se referindo a Chico Alencar, candidato a reeleição como deputado federal e do mesmo partido de Marcelo Freixo. "É verdade, tem esse cara aí...vou pensar." Falou Breno e Dirceu respondeu: "Pensa sim cara, o PSOL é o novo PT.". A posições destes policiais sobras eleições demonstravam que independentemente das ideologias políticas ou agendas apresentadas pelo candidatos, o que para eles era valorizado ao decidir sobre quem eleger eram quem iria atender suas demandas enquanto funcionários públicos, membros da Polícia Civil. De certa maneira, a proteção e manutenção dos bens e interesses dos policiais demonstrava como a "política da polícia" era corporativa e dedicada a coesão e adensamento da *malha* policial.

“A polícia é o bico”

A conversa com Dirceu e Breno ainda prosseguiu, deslocando o assunto da política eleitoral para a política interna da polícia, mais precisamente a questão salarial dos policiais que vinha sendo discutida ao longo do ano. Conversávamos sobre os direitos trabalhistas dos policiais civis e eles me contavam que “não têm plano de saúde, não têm licença maternidade, num têm nem licença doença, quer dizer, se eu levo um tiro e tenho que me afastar do emprego, eu fico sem receber, entende?” dizia Breno e continuava: “Uma policial grávida tem que ter um marido com condição, não pode trabalhar, tem que se afastar e fica sem receber.” Dirceu me explicou que os policiais ganhavam R\$12 por dia, para 5 dias da semana como auxílio alimentação, o que gerava um acréscimo de R\$240 no salário deles: “Não paga nem meu almoço de hoje. Nem de dia nenhum. Mas se tirar, faz falta!”

Nem tudo porém eram reclamações. Ambos me explicaram que as gratificações Delegacia Legal (GDL) e Programa de Qualificação para Exercício em Delegacia Legal (PQDL) pagavam R\$850 mensais cada e passariam a ser incorporados ao salário depois das mobilizações. Antes, o salário líquido¹¹⁷ ficava ao redor de R\$2800 e se somava o auxílio transporte de R\$100 e os pagamentos do RAS (Regime Adicional de Serviço) “que é R\$200, mas com o desconto fica R\$140” disse Breno, “e que sempre vem atrasado, diga-se de passagem.” falou Dirceu. No final, disseram que entre benefícios, gratificações e descontos, chegava-se a mais de R\$4 mil de salário. “Depois te mostro meu contra-cheque”, prometeu Breno. “Aí eu falo com o colega que tá reclamando, quatro mil reais é pouco? Trabalhando dois, três dias por semana? O quanto que tú quer? Acho que não né? Que emprego você consegue isso? Só na polícia.” argumentava Dirceu.

Ele passou então a me explicar que o problema não era o pouco salário policial, para ele era compensador vide, aparentemente, o tempo que era gasto no trabalho apesar do RAS, pelo qual eles teriam que “trabalhar” mais horas do que apenas os “dois, três dias por semana”. Talvez porque os quase R\$150 que eram pagos atrasados eram considerados um “dinheiro extra” no orçamento daquele policial. O que mais o incomodava porém era a distribuição desigual do dinheiro em forma de salário pela Polícia Civil que configurava-se para ele como a “desigualdade estrutural da polícia”.

Aproveitando os pacotinhos de sal que estavam sobre a mesa como metáfora de quanto ganhavam os policiais em relação aos delegados, Dirceu passou a me explicar tal “desigualdade estrutural”. Ele abriu um dos pacotes e despejou alguns grãos de sal sobre a mesa “isso aqui [disse apontando para o pequeno cesto com mais de 10 pacotinho de sal] é a polícia e isso aqui [disse apontado para os grãos de sal que despejou sobre a mesa] é o que a policia ganha: migalhas”. Em sua explicação, Dirceu usava a disposição de dois elementos, no qual não apenas o sal¹¹⁸ mas inclusive os pacotinhos de papel e a cesta o ajudavam a representar agentes, delegados e sua composição em um conjunto: a corporação policial. A cesta acomodava, organizava e protegia não apenas os delegados, mas inclusive os agentes que estavam ali dentro, apesar destes ganharem “as migalhas”.

¹¹⁷ O salário bruto de um oficial de cartório, inspetor ou investigador policial em início de carreira era aproximadamente R\$3.300. De um delegado R\$15.715.

¹¹⁸ O sal, radical da palavra “salário”, foi a primeira forma de pagamento de de serviços durante o Império Romano e como mencionarei mais adiante, parece guardar certa inspiração na Polícia Civil com seus símbolos.

Diante do pequeno punhado de grãos amontoados na superfície da mesa, Dirceu perguntou; “Quanto vale a polícia?” e continuou: “Tem que fazer dossiê, pressionar. A grana do delegado, eles pressionaram.” explicando como os delegados do Rio de Janeiro garantiram os aumentos pela equiparação salarial com defensores públicos e promotores do Ministério Público. Desde então, as “autoridades” recebem o segundo maior pagamento para este tipo de função no país¹¹⁹. “E agora o que os delegados fazem? Eles chicoteiam os tiras” falou Dirceu, destacando que o problema não era o salário “no limite”¹²⁰ dos policiais que o incomodava, mas a diferença salarial de quase dez mil reais entre os agentes e os delegados. A divisão do trabalho fazia os policiais se sentiam pressionados e era fator de grande reclamação: “Dinheiro tem, mas está tudo concentrado. Isso é o que mais me indigna!”, falou Dirceu.

Bernardo, sindicalizado no SINDPOL, passou a explicar como foi a organização da classe para mobilização cujo principal objetivo era “incorporar as gratificações no salário e fazer os ajustes, com aumento”. Na Polícia Civil, ele me explicou, havia pelo menos três grupos organizados que ele chamou de “sindicatos” além do mencionado SINDEPOL, que era o sindicato dos delegados: a “Coligação”, o “SINDPOL” e o “SINPOL”.

A organização de Policiais Civis mais antiga era o COLPOL, a “Coligação”. Uma Associação de Policiais fundada em novembro 1979, após a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, o que promoveu uma reestruturação nos quadros da Polícia Civil. Era descrita pelos policiais como uma “entidade da classe policial” mas com origem de um “espaço de resistência” dentro da Polícia durante o período da ditadura militar. No website da associação relatam que “Os três primeiros anos da Coligação foram de clandestinidade. E, por razões políticas, não foi possível o seu registro definitivo. A instituição já nasceu forte, com cerca de 300 associados.”(COLIGAÇÃO, 2015). Essa ainda é a maior organização, com mais de dois mil associados em 2014 e considerada o ponto de partida para a criação dos dois sindicatos: o Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro (SINDPOL) e o Sindicato dos funcionários Policiais Civis (SINPOL).

¹¹⁹ Em primeiro lugar está Mato Grosso, que paga R\$16 mil. O menor salário para delegados no Brasil é em Minas Gerais, menos de R\$8mil.

¹²⁰ O salário no limite muitas vezes era complementado com empréstimos. Na DH, conheci rapidamente o agiota Evandro que distribuía cartões de visita aos policiais na recepção. Seus serviços ofereciam “Refinanciamento todos os Bancos; Empréstimos novos com o Banco que tiver a menor taxa” e empréstimo de R\$10.000 a serem pagos em 60 parcelas de R\$255.

O SINDPOL foi fundado em outubro de 1988, logo depois da promulgação da Constituição Federal. Suas atividades ficaram paralisadas por mais de 15 anos, entre 1991 e 2007, quando assumiu uma nova direção. Desde então o SINDPOL promove reuniões com objetivo de mobilizar policiais na carreira para pressionar o governo do Estado por melhorias salariais. O SINDPOL também apoiava os movimentos de concursados aprovados que não eram convocados, apontando para a “sobrecarga” do trabalho dos policiais e alguns de seus membros discutiam a formação de uma carreira única, na qual agentes da Polícia Civil pudessem ascender por promoção interna a cargos de delegado. Em 2014, a SINDPOL protagonizou a organização pela demanda dos direitos trabalhistas, contando com apoio explícito da Coligação.

O SINPOL também era chamado como “o sindicato do Bandeira” criado em março de 1993 e presidido pelo policial Bandeira. Este sindicato reunia aqueles que não eram originalmente da carreira policial, mas que no processo de fusão do estado tiveram os órgãos nos quais estavam seus cargos extintos e foram absorvidos pela Polícia Civil. Na polícia, foram realocados para a realização de “atividades secundárias”. Isto é, aquelas que não eram consideradas propriamente “policiais” e que não davam direito ao “porte de arma”. Gradativamente, esses funcionários policiais conseguiram fazer “acesso aos cargos policiais” e se tornaram detetives, escreventes ou motoristas. Em 2014 a maioria deles já havia se aposentado ou falecido.

Apesar das três diferentes organizações profissionais, para Breno, a falta de participação dos “membros da classe era um problema crítico”. Ele seguia o mesmo pensamento de Dirceu afirmando que “a polícia só vai conseguir alguma coisa se se reunir, fazer um dossiê, todo mundo junto. Os delegados inclusive”. Para Dirceu, que não era sindicalizado, mas se demonstrava interessado, “a polícia não tem jeito não, cara. Não adianta a polícia é o bico!” fazendo referência direta à prioridade que outras atividades ocupavam na rotina dos policiais em relação aos dias da semana ou no orçamento. No tempo ou no bolso, assim como o esquema de segurança privada organizado na época da Copa no qual tanto Dirceu quanto Breno participaram, era na atividades ilegais de prestação de serviço profissional que aqueles agentes eram policiais. Reconheciam também aí o lugar dos agentes, em contraste com o lugar dos delegados, corroborando com seu pertencimento localizado, que desde a perspectiva de uma malha corporativa ainda que expressasse tensões, mantinha por ajustes internos sua coesão .

Operação “Cumpra-se a Lei”

A mobilização por defesa do ajuste nos salários, tanto de agentes quanto de delegados teve seu resultado em 30 de junho de 2014, quando o governador promulgou uma lei que incorporava, aos salários, as gratificações e aprovava o plano salarial progressivo. Até conquistarem tais benefícios, Breno me explicou posteriormente, houve uma “grande luta” que ele considerava iniciada em 2011, quando policiais organizados nos sindicatos começaram a pressionar o governo do Estado, “teve todo aquele lance dos royalties, a gente achou por bem apoiar”, se referindo aos repasses do governo federal aos estados oriundos da exploração de petróleo pela Petrobras. Desde então, foram manifestadas demandas por reajuste do salário e contra a “sobrecarga” de trabalho devido à defasagem no efetivo dos policiais.

Naquele ano, mobilizada pelo SINDPOL, iniciou-se a “Operação cumpra-se a lei¹²¹”, que inclusive teve apoio do deputado estadual Flavio Bolsonaro, filho do deputado federal Jair Bolsonaro, e seguidor da mesma linha política de seu pai. A “Cumpra-se a lei” foi desde então a principal ferramenta usada pelos agentes para pressionar o governo e foi acionada novamente em 2014 quando conseguiram que o “governo” cedesse a algumas demandas do sindicato.

A “Operação cumpra-se a lei” consistia em, simplesmente, o cumprimento formal das leis que regem as atividades policiais. A maioria delas vinculadas à supervisão de suas atividades pelo delegado tais como: só realizar diligências obrigatórias com a presença da autoridade policial; ter todas as “peças” de um inquérito presididas pelo delegado; que as delegacias só funcionassem na presença de uma autoridade policial; apenas realizar operações com armamento adequado; não usar equipamento pessoal para trabalhar tais como arma, computador, máquina fotográfica, papel ou veículo e tampouco suprir as unidades policiais com materiais de higiene. O que demonstra que caso os policiais comessem a cumprir a legislação que os rege, a polícia não funciona.

A ironia dessa ferramenta de pressão é contrastada com as práticas de “greve” ou “paralisação”, consideradas subversivas sendo inclusive os policiais proibidos de fazê-lo, o que se justifica pela natureza de suas atividades. No caso da DHNISG todos esses fatores com “força de lei” que eram descumpridos rotineiramente em delegacias distritais, eram parte da rotina de atuação dos policiais, reforçando o caráter de esta ser uma repartição “modelo”. O que não fazia com que os agentes lotados ali não

¹²¹ “Também queremos mostrar para a população carioca que trabalhamos muitas vezes fora daquilo que determina a lei para a própria segurança do policial e da sociedade” (CHAO, 2014).

apoiassem a operação em outras unidades. Na DHNISG, os policiais demonstravam interesse na “mobilização”, perguntando uns aos outros sobre as assembleias e audiências. A maior parte das comunicações sobre este tema se davam num espaço que ficou inacessível diretamente a mim: os grupos organizados no whatsapp¹²².

Na ocasião das mobilizações no primeiro semestre de 2014, os “Mega eventos esportivos” eram destacados como marcos para a demanda de direitos dos policiais. “Não podemos admitir sermos a Polícia da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 com o pior salário do Brasil!” falou o presidente do SINDPOL em um vídeo que me foi mostrado posteriormente pelo policial Ademar, também sindicalizado. Naquele período, o futuro grandioso que se descortinava era usado para demandar mais dinheiro, através do ajuste do pagamento de salários. “Essa é a nossa luta desde sempre...” me explicou o policial Oliveira, que era vinculado ao SINDPOL, “...salário, concurso, reajuste”. Mais uma vez, as mobilizações se davam para movimentar a “política da polícia” e seus interesses corporativos, cujos vínculos foram criados pelo próprio Estado, a partir dos concursos públicos de seleção de policiais¹²³.

“Concurseiros”

Os agentes da DH eram servidores públicos estaduais, ingressantes na carreira policial através de concurso público. Os cargos eram organizados no “quadro permanente da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro”, composto por “grupos de classes”: “autoridade policial”; “agentes de policia estadual de apoio técnico-científico” e “agentes de policia estadual de investigação e prevenção criminais”. Para cada um desses grupos, havia uma série de categorias de classe que organizavam a progressão de carreira dos agentes

¹²² Nas primeiras semanas de trabalho de campo, consegui trocar meu aparelho de celular para um mais moderno. A aquisição deste novo *smartphone* foi fundamental e muito útil na realização da pesquisa, tanto para poder usar o aplicativo whatsapp para manter contato com os policiais, como para tirar fotos, tomar notas e me manter conectada na internet durante a maior parte do tempo em que realizava o trabalho de campo. Também era onde registrava minha agenda de contatos estabelecida na DH: números de celular e emails de policia e jornalistas. Ainda sim, tinha acesso limitado aos grupos utilizados pelos policiais. Ainda, vale mencionar que como parte dos projetos de inovação desenvolvidos na DH, eles mesmo tinham um número de celular exclusivo para a recepção de denúncias via WhatsApp

¹²³ No ano de 2014, o “campo da Segurança Pública” no estado do Rio de Janeiro foi beneficiado por um incremento de seus recursos, e que já era crescente ao longo de 12 anos, graças a políticas públicas direcionadas a esta agenda e promovidas pelo governo federal. No Rio de Janeiro, particularmente, foram cerca de 7,7 bilhões de reais gastos por repasses ao governo estadual, apenas com assuntos referentes a essa pasta e investidos em armamentos, viaturas, novas unidades, cursos, entre outros. Sobremaneira incentivados em virtude dos “grandes eventos”, como já mencionei. O governo do estado, como que em contrapartida e mediante grande pressão dos sindicatos realizou concursos, aumentando o número de policiais e unidades especializadas.

Para acessar o quadro de cargos da Polícia Civil, concursos públicos e específicos são realizados, com exceção do cargo de “Comissário de Polícia”. Este é acessível apenas pela promoção aos ocupantes dos cargos de “Inspetor de Polícia” e “Oficial de Cartório Policial” quando atingem o grau máximo em sua carreira de “agentes de polícia estadual de investigação e prevenções criminais”. Para alcançar o auge como servidor público, um agente tem que ter sido reconhecido por sua função e prezando por “critérios de antigüidade e merecimento” bem como “princípios da hierarquia e da disciplina” (RIO DE JANEIRO, 2011). Como reconhecimento de seu trabalho “contra o crime organizado” o inspetor Mariano foi agraciado com o reconhecimento por “bravura” e “heroísmo” e aguardava pela promoção ao cargo de Comissário. Após anúncio da promoção ele me disse que “até penso em me aposentar... mas não aposento porque perco a escolta”.

Os componentes organizados por classes somavam uma quantidade máxima de agentes prevista por lei para a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro de 22.040 membros. Para o efetivo total de cargos para delegados, estariam disponíveis 871 cargos. Apesar da previsão legal, o efetivo total da Polícia Civil somava algo em torno de 15.608 agentes e 1.109 delegados, indicando um número excedente no efetivo de delegados e defasado no efetivo de agentes. Trata-se aí de mais uma expressão da “desigualdade estrutural da polícia” que, apesar da realização de novos concursos públicos e do grande número de aprovados e classificados em concursos anteriores, ainda se mantinha a concentração nas autoridades policiais sobre um pequeno efetivo de policias: cerca de um delegado para cada 15 agentes. Uma forma muito ajustada de se manter os conjuntos de policiais que atuavam nas condução dos inquéritos e mantinham a “continuidade” da malha policial.

Como resultado das mobilizações organizadas em 2014, os agentes conseguiram um aumento de 63% nos salários com o pagamento gradual em cinco parcelas anuais a partir de janeiro de 2015, um dos maiores aumentos salariais para servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro. Todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas passaram a ser contemplados pelas gratificações “Delegacia Legal” e PQDL, e os delegados pela “Encargos Operacionais”¹²⁴ que foram criadas entre os anos de 2009 e

¹²⁴ Como disposto no Art. 2º da Lei decretada pela Alerj e sancionada pelo governador Pezão. A partir da majoração a que se refere o artigo 1º, ficam absorvidas e extintas: I - A gratificação concedida aos servidores públicos civis integrantes do Quadro Permanente da PCERJ lotados nas Delegacias Legais, criada pelo Decreto 25.847, de 20 de dezembro de 1999, com a redação alterada pelo Decreto 42.254 de 18 de janeiro de 2010. II - A Gratificação Temporária por Participação no PQDL (Programa de

2010 pagando R\$ 850 cada uma, apenas para aqueles lotados em unidades do PDL e que foram extintas em 30 de junho de 2014, quando incorporadas ao salarial em cinco parcelas anuais. Isto é, o aumento de 63% seria na verdade distribuído ao longo de cinco anos¹²⁵. Um inspetor policial no mais alto estágio de sua carreira estaria recebendo, em 2019, em torno de R\$8500 brutos. Um delegado, sob as mesmas condições, R\$20.400. Mesmo com a “luta” pela melhoria salarial, a “desigualdade estrutural da polícia” persistia.

Mais da metade dos policiais que trabalhavam na DHNISG haviam sido aprovados após prestar o último concurso realizado pela Polícia Civil do Rio de Janeiro para 600 vagas no cargo de Inspetor de Polícia - 6a classe, a classe inicial na carreira de agente policial. Com o salário base de R\$ 2.087,70, os “candidatos investidos nos cargos” deveriam ser cidadãos brasileiros ou portugueses, acima de 18 anos, quites com obrigações eleitorais e militares, não cumpridores de quaisquer sanção em qualquer esfera do poder público e tampouco ter sido demitido por disciplina ou justa causa, não tendo registro de antecedentes criminais e nem “ter sofrido execução judicial, bem como não ter sido condenado em ações cíveis desabonadoras, observada a contumácia e as razões do inadimplemento da dívida” (RIO DE JANEIRO, 2013).

Ainda, eram requisitos básicos ter graduado em curso de nível superior, sem nenhuma restrição de formação, e ser portador de Carteira Nacional de Habitação. No edital, seguindo a lei estadual 6067 (RIO DE JANEIRO, 2011), foram previstas cotas de 20% das vagas reservadas a negros e 5% das vagas a portadores de deficiência. Após aprovados em todas as etapas, tendo “aptidão física e mental” para as “atribuições do cargo”, e sido inclusive aprovado pela “Banca de Investigação Social”, formada apenas por delegados (1 presidente e 5 membros, auxiliados por dois inspetores de polícia), os candidatos aprovados e classificados se inscreveram no “Curso de Formação Profissional” (CFP), recorrentemente referido como “a Academia” (RIO DE JANEIRO, 2013).

Era no GELC que a maioria dos novos policiais estavam lotados. Entre os policiais “novos” era destacante o número de formados em cursos de Direito mas a

Qualificação para Exercício em Delegacia Legal) concedida aos servidores públicos civis integrantes do Quadro Permanente da PCERJ instituída pelo Decreto 42.046, de 24 de setembro de 2009. III – a Gratificação de Encargos Operacionais – GEOP percebida pelos Delegados de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, instituída pelo Decreto nº 42.046, de 24 de setembro de 2009.

¹²⁵ A esta forma de pagamento de aumento pelos governos, os servidores públicos costuma chamar de “majoração”, oriundo do verbo majorar, um sinônimo para aumentar ou elevar preços, salários, taxas ou demais formas de pagamento.

diversidade dos demais títulos também me chamou atenção: Jornalismo, História, Ciências Sociais, Biologia, Veterinária, Odontologia, Letras, Engenharia, Cenografia, Serviço Social. A maioria dos formados em Direito se autodenominavam ou eram representados por seus colegas como “concurseiros” quando prestaram o concurso “para polícia” com o intuito de se iniciar numa carreira pública na “área do Direito”. Alguns deles porém, depois de alguns meses trabalhando na Polícia “mudaram de ideia”.

Conversando sobre “concurseiros” com os policiais Renato e Juan, ambos formados em Direito e atuando em um dos GELC, Renato comentou “eu acho que não tenho mais saco pra estudar, um concurso desse tem que se dedicar muito. É pica!” Juan continuou dizendo: “a vida na polícia acaba sendo mais fácil. Não trabalho todos os dias. Um analista do MP [Ministério Público], ou até mesmo delegado, tem que trabalhar muito mais”. Renato avaliava o quanto de tempo que seria gasto em relação ao investimento de estudar para “se preparar” para o concurso, já Juan considerava o tempo que teria obrigatoriedade de trabalhar. Ele mensurava seu tempo de trabalho em horas, em contraste com o tempo semanal que era gasto por agentes em outras funções. “No GELC, é 24x72, [ele trabalhava 24 horas e folgava 72 horas, continuamente.] num tem essa de ficar mais um pouquinho. Só em caso de operação, regime especial, mas ninguém é obrigado!” Renato interrompeu: “É, mas tem que vir!”. E Juan continuou: “É, tem que vir tem, mas não é o-bri-ga-do! Se não tiver condições não vem.” observando Renato balançar a cabeça afirmativamente.

Outro fator que fazia agentes recém aprovados em concurso desistirem de serem “concurseiros” era a comodidade de estarem alocados na DH em Niterói. Muitos deles se sentiam seguros trabalhando e vivendo na cidade. Ainda conversando com Juan ele comentou: “Eu sou daqui, gosto daqui. Se eu fosse fazer concurso, o mais longe vai ser no Rio, não quero sair de Niterói.” Apesar de sempre apontarem um constante risco em relação a uma transferência devido a “política da polícia”: “Polícia, sabe como é, muita política” o que fazia com que policiais “não envolvidos” fossem transferidos.

Alguns, mesmo sendo do Rio de Janeiro, destacavam que era melhor trabalhar em Niterói “a gente pega o contra-fluxo”, me explicou Oliveira que morava na Zona Oeste do Rio de Janeiro e usava uma motocicleta para os seus deslocamentos. “Se eu trabalhasse no Centro [da cidade do Rio de Janeiro] ia gastar mais tempo pra chegar no trabalho do que eu gasto até aqui. Pego a Linha Amarela, Vermelha, direto tô na ponte, pronto! Desci aqui, cheguei”, descreveu o policial relacionando o tempo gasto com o espaço para demonstrar pela velocidade como o trajeto do trabalho para casa era

confortável para ele de maneira que compensava trabalhar em Niterói. Ele que sempre me dizia “adoro trabalhar na *homicídios*” destacava, “mesmo que eu trabalhasse na DH da Barra, não ia ser tão bom assim” e continuava “lá eu ia pegar trânsito para ir e para voltar, prefiro aqui mesmo”. Demonstrando que apesar da distância física ser menor, a DH da Barra fica na Zona Oeste do Rio de Janeiro, quando refletia o trajeto casa-trabalho, era a distância temporal que se priorizava.

O principal motivador para a realização de outros concursos que os tirariam do “conforto” de trabalhar na DH era dinheiro, formatado em forma de salário mensal. Agente da Polícia Federal, Delegado e membro do Ministério Público eram os mais valorizados entre os concurseiros formados em Direito. Apesar de tanto na Polícia Federal como ao cargo de Analista do Ministério Público os conteúdos relacionados ao Direito são de conhecimentos básicos, estes concursos não tinham o título de bacharel em Direito como requisito. No caso do cargo de Analista, a necessidade de ter que trabalhar “8 horas por dia, 5 dias por semana” era visto como algo negativo por alguns, pois restringia a “liberdade” que eles estavam se acostumando desde que se tornaram policiais. Rodrigo, que uma vez comentou ter sido um dos últimos a ser aprovado no concurso para inspetor de Polícia de 2013, me explicou: “Depois que você pega a liberdade da polícia, você não quer mais trabalhar em escritório todo dia a vida toda. Aqui, se eu tô de folga, pego uma praia durante a semana, tranquilo”.

Apesar das constantes reclamações sobre os salários, muitos dos policiais se representavam como membros da “classe média”. A maioria tinha casa própria, carro ou moto. Certa vez, conversando com os policiais do GISG me surpreendi com suas histórias sobre viagem de férias. Eram três deles e todos haviam recentemente viajado para lugares considerados caros e no exterior: Bariloche na Argentina, Paris na França e São Francisco nos Estados Unidos foram seus destinos de férias. Além das viagens, sempre feita na companhia de esposas, namoradas, amigos e familiares, os policiais valorizavam os produtos que poderiam comprar no exterior e no “free shop” e ostentavam relógios, perfumes, tênis e camisetas. O que demonstrava, como já me havia dito Dirceu, que os policiais não ganhavam tão mal assim.

O cargo de agente da Polícia Federal era um dos mais bem avaliados e para Damião era um dos possíveis objetivos: “Eu quero ser agente da PF, paga melhor, tem equipamento melhor, o trabalho é mais sério, tem um status!”. Damião e João eram os mais dedicados “concurseiros” que conheci na DH. Eles atuavam no GELC e eram ocasionalmente encontrados em uma das salas estudando para os possíveis editais. João

também se preparava para os concursos da Polícia Federal, mas se inscreveu em concursos para delegado em outros estados e não se preocupava muito com a sua possível futura alocação. Para ele o pagamento era o principal fator para continuar como “concurseiro”: “Vou pra qualquer lugar, ganhando bem, eu vou. Sou novo, solteiro, já saí de casa mesmo, quero qualidade de vida.” Alguns meses depois de estar como agente na DH e continuar se dedicar aos estudos, João foi aprovado na primeira fase do concurso para delegado no Espírito Santo “Vou lá ver, tem outras duas fases, tô fazendo”.

Para o cargo de delegado no Rio de Janeiro o último concurso foi realizado no final de 2012 até agosto de 2013, quando ampliado de 100 para 150 vagas. Os candidatos aprovados e classificados se inscreveram na Acadepol para cumprir 840 horas de curso. Após a formatura, 4 delegados foram alocados na DH para atuar no GELC. Para este cargo o título de bacharel em Direito era exigência básica. Ocupar o cargo de delegado se tornava o objetivo de poucos que ingressava no cargo de inspetor. Apesar de continuar atuando na PCERJ tal transição era visto como “muito complicada”, como me explicou o diretor da DH Marcelo Barros, que antes de delegado era detetive policial. Do mesmo modo, o delegado Diego, que antes de ser aprovado no concurso de 2013, atuou por 12 anos como inspetor da polícia civil. Os outros três delegados do GELC também já haviam atuando em algum emprego na “Segurança Pública”: um deles como agente da Polícia Federal “na fronteira, lá no Mato Grosso”, outro era militar do exército nacional e outro delegado da Polícia Civil do Amapá.

Os perfis, trajetórias profissionais e estilos dos delegados se refletiam no estilo de trabalho de cada um deles com sua equipe. Todos eram formados em universidades públicas do Rio de Janeiro (UERJ, UFF e UFRJ), e suas trajetórias profissionais prévias recorrentemente eram assunto entre os policiais. Eles acionavam suas representações e interpretações dos seus estilos de trabalho caracterizando cada um dos delegados. O “delegado militar” era considerado “muito hierárquico e disciplinado”, “ele exige cabelo cortado, roupa limpa e passada e coturno brilhando”, me explicou um dos inspetores do GELC que havia passado por três diferentes equipes do plantão. Já o delegado Diego, que fora inspetor, era considerado “o mais boa praça, ele sabe o que é ser tira, ele entende, é mais próximo da polícia de verdade”. Conhecer a realidade do agentes era também um atributo reconhecido no delegado Evandro, que fora agente da Polícia Federal e era considerado “o mais operacional”. Alguns policiais comentavam que “o doutor Evandro tem essa experiência de fronteira que é um diferencial, é uma

experiência que ninguém aqui tem.”. Ele também havia completado mestrado em Direito Penal na UERJ e era sempre bastante elogiado pelo diretor por suas “aulas de direito penal”, fosse nas conversas ou nos relatórios “sempre muito bem fundamentados”. O delegado Lucas era o único que já havia atuado na função em outro estado e por isso a ele era atribuído o conhecimento técnico da função de uma autoridade policial. “A diferença é que lá [no Amapá] eu lidava com pistoleiro, crime por questão de terra, indígena, outra onda. Aqui eu poderia dizer que é até mais tranquilo” dizia, comparando as modalidades de crime em quais já atuara.

Dentre os policiais “antigos”, aprovados em concursos anteriores ao de 2013, já não se considerava fazer o concurso para delegado. Muitos deles se consideravam “estabilizados” na polícia. Internamente as discordâncias salariais criavam ressonância nas críticas em relação a separação das carreiras de agentes e delegados, criando grupos que demandavam o “ciclo completo” e relatavam que a separação de carreiras entre delegados e “tiragem” era um “câncer na polícia, mas a gente não pode falar sobre isso”. “Tiras” e “canas” também apresentavam posições políticas divergentes, apesar de também estarem interessados na manutenção da corporação. Problemas e divergências em relação ao incômodo da autoridade policial coexistiam com a convivência profissional e pessoal muito próxima e uma relação de hierarquia direta que se pautava pelo, respeito, subordinação e confiança mútua. Em diversas situações, como descrevei a seguir, agentes e autoridades expressavam formas pelas quais eles se mantinham entrelaçados ou desemaranhavam suas discordâncias no cotidiano de convivência profissional e pessoal.

“Um rolé na viatura”

“Vamo dá um rolé?” me perguntou o policial Bruno com a chave de uma das viaturas na mão. “Pra onde?” “Vou levar o dr. Sérgio lá no Tribunal, depois a gente volta pra Niterói” respondeu. “Tenho que ir lá em Icarai trocar um presente pra minha família, bora?” falou Roberto. “Tá legal, eu vou com vocês” respondi. Era umas 9h30 da manhã e às 12h a dupla de investigadores do GI tinha um depoimento com uma testemunha agendado. O delegado estava na hall do segundo andar, quando saímos da sala do GISG e descemos para sair do prédio e ir até a viatura. Sérgio ia se apresentar para prestar depoimento em uma audiência no Fórum de Justiça do Rio e depois passar na ALERJ para acompanhar uma sessão de discussão sobre o projeto de lei que havia sido enviado pelo governador para atender as demandas de reajuste salarial e

incorporação das gratificações. Na proposta, o governador propunha sete anos para completar o reajuste. Agentes e delegados pediam três, mas acabou-se decidindo por cinco anos.

“Dia de burocrata hoje, tô indo até sem pistola”, comentou na viatura. “Ah é, deixou onde?”, perguntei. “Na repartição mesmo. Se não arrumar carona, volto de barca e depois pego um táxi pra base. Tranquilo!” explicou o delegado. Diferentemente dele, os policiais Roberto e Bruno carregavam uma pistola .40 cada um, fabricada pela empresa Taurus, e recebida por eles na formatura da ACADEPOL. Era recomendando que as armas estivessem com eles sempre que em atividade funcional, e eram de propriedade individual dos policiais estando 24 horas por dia sob sua cautela, mesmo que não estivessem trabalhando. A arma de um agente era um bem de propriedade inalienável cuja concessão pelo estado se dava devido ao seu status como agente submetido a um rito de seleção, o concurso público; um rito de passagem, o curso de formação - onde cumpriam o nível básico de tiro; e um ritual de iniciação, a formatura. Armas não podiam ser emprestadas, vendidas ou deixadas com outras pessoas e, como fez o delegado, a “base” era considerado um lugar seguro para deixá-la, preferencialmente descarregada e dentro dos armários trancados. Ainda, sempre que portassem armas, os policiais deveriam estar devidamente identificados por suas “carteiras funcionais” e distintivos.

Sérgio foi sentado no banco do carona. Roberto e eu íamos no banco de trás. No caminho, enquanto subíamos a ponte Rio Niterói, após um breve silêncio, os policiais começaram uma conversa sobre a ordem de distribuição dos inquéritos entre as duplas de investigadores depois da criação do GISG3. Um pouco depois, quando o assunto pareceu saturado, o delegado Sérgio me perguntou o que eu estava achando da polícia. Respondi da melhor maneira evasiva que encontrei, que estava aprendendo muito, mas ainda tentando entender as coisas. “A polícia é complicada mesmo, veja você. Esse ano de eleições e mais uma vez a polícia toda enrolada na política de novo. Parece que a gente não aprende, ou que a gente gosta!”. “Como assim?” perguntei. “Olha, você lembra do Álvaro Lins?”, “Lembro. Quer dizer, já ouvi falar dele...” respondi. Sérgio se referia ao ex-delegado e ex-político que foi chefe da Polícia Civil durante os governos estaduais de Anthony Garotinho e de sua esposa, e sucessora, Rosinha Garotinho, no começo dos anos 2000. Álvaro Lins foi preso em 2008 pela Polícia Federal por liderar um esquema que envolvia a exploração de máquinas de caça - níqueis no Rio de Janeiro. Entre as acusações, estavam os crimes de corrupção passiva,

formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. O delegado Álvaro Lins foi condenado a 28 anos de prisão.

“Pois é, você acredita que ele tá querendo voltar? Outro dia recebi no whatsapp mensagem dizendo que ele tá fazendo campanha nas eleições. Nada contra o cara não, mas ele usou a Polícia para corromper as pessoas e encher o bolso, e isso eu não perdoo.” Para o delegado Sérgio, o problema não eram os crimes cometidos por Álvaro Lins, mas o fato dele ter cometido esses crimes a partir do seus cargos na polícia. “O cara chegou a chefe (da Polícia Civil), quer dizer, em dado momento a Polícia inteira tava trabalhando para ele e pro grupo dele. Para eles ganharem mais dinheiro”. comentou. Havíamos terminado de cruzar a Ponte Rio-Niterói e chegávamos na região da Leopoldina, a conversa em torno das práticas criminosas de Álvaro Lins continuava “Vocês acreditam que dizem que tinha dia, dia, que ele tirava R\$100 mil? O camarada ganhar R\$100 mil por dia, é porque o esquema é muito grande!” “Muita ambição né doutor?” comentou Roberto. “Ambição, canalhice e oportunidade. No final, ele tinha que dividir com tudo mundo, porque já tava todo mundo envolvido mesmo”, sem definir no entanto quem era esse “todo mundo”.

“Quanto mais se ganha, mais se tem que dividir”, disse Bruno. “É, assim que funciona a corrupção, por rabo preso. Delegado não pode ter rabo preso, não consegue trabalhar” falou Sérgio e depois virou-se para trás olhando para mim: “Olha, ainda bem que a polícia mudou. Hoje, o pessoal novo que entrou é muito mais consciente, mais ligado com a democracia” e prosseguiu: “Não vou mentir, dizer que todo mundo é assim, mas agora a porcentagem dos honestos é bem maior. Nós somos a maioria! Tem um ou outro com esqueminha aí, mas dechavado, e não vai durar” explicou o delegado mencionando o “jogo do bicho”, que “já é tradicional, pra mim tinha que ser legalizado”. Para ele, a relação de tolerância com a corrupção tinha a ver com a aceitação pública das práticas, mas que os delegados não teriam a “necessidade” de se envolver com crimes desta natureza. Ainda, explicava sua tolerância pelos “bicos” e “esquemas de extra”: “nos tiras eu entendo, mas delegado não precisa, sabe? Eu ganho um salário bom! Eu e minha mulher ganhamos muito bem, vivemos com conforto. Não tem porque me corromper”, demonstrando que para ele “não valia a pena”, mas que ele aceitava que os policiais se valessem do cargo para realizar serviços externos ao seu trabalho.

Quando já chegávamos na esquina das Avenidas Presidente Vargas e Rio Branco, Bruno ironizou: “A boa de estar em viatura, poder dirigir em qualquer lugar”,

comentando o fato de recentemente, devido a obras de modificação na região central da cidade do Rio, a Avenida Rio Branco estar fechada ao trânsito de carros particulares e táxis. Ali, de dentro da viatura, eu observava através dos meus óculos escuros, os olhares de pedestres para o interior do carro e imaginava as pessoas pensando que eu era uma policial¹²⁶. A “viatura” como veículo, não apenas havia feito nosso deslocamento de Niterói ao Rio como também transmitia aos que de fora olhavam uma informação sobre quem eram aquelas pessoas que estavam ali.

Seguimos pela Avenida Ari Barroso e quando olhei no relógio vi que fazia menos de vinte minutos, desde que saímos da DH. Chegamos nos arredores do Fórum na Avenida Presidente Antonio Carlos quando Sérgio falou: “Me larga aqui mesmo, tá bom!” “Tá tranquilo mesmo, doutor?” perguntou Bruno. “Tá sim!”, “Peraí que eu vou pra frente primeiro”, falou Roberto e saiu do carro pela porta esquerda traseira, deu a volta na parte de trás e parou na porta ao meu lado enquanto Sérgio saía da viatura, que estava parada no lado direito da rua com o giroflex e o pisca alerta ligados.

Seguimos pela Rua Primeiro de Março e depois fizemos o caminho de volta até chegarmos em Niterói. Bruno e Roberto conversavam sobre uma obra que o primeiro estava fazendo no quintal da sua casa “Instalar um deck, uma churrasqueira. Pensando em mais pra frente fazer uma piscina maneira, sabe?” comentava. Ele havia acabado de se casar, um pouco antes de sua esposa parir a primeira filha do casal. Por conta destes eventos particulares, Roberto esteve de licença por um mês “juntei tudo, lua de mel, licença paternidade e férias. Ficar com minha mulher né, acabei de ter uma filha, preciso né?” Acumulando todos estes benefícios, o investigador conseguiu ficar 40 dias afastado, entretanto, encontrei com ele por umas três vezes na DH durante esse período. “Pessoal precisava da minha assinatura”, me explicou.

Naquela manhã, depois de cruzarmos a ponte, não fomos em direção a “base”. Bruno pegou o acesso que nos levava a Icaraí, mais precisamente na rua Moreira César,

¹²⁶ Me ocorreu também pensar que algumas pessoas achassem que eu poderia ser uma “criminosa”, mas depois de um outro “rolê”, desta vez com Bruno e Dirceu, identifiquei a diferença. Naquela situação, eles estavam indo até a 77a DP, em Icaraí, e peguei com eles uma carona até o Campo de São Bento, uma praça no meio do bairro. Eu estava indo para a casa da minha mãe que vivia à 10 minutos dali. Para o trajeto, os policiais usaram uma viatura cuja partes da frente e de trás eram separadas por uma grade preta. Além disso, as portas de trás não poderiam ser abertas por dentro, tampouco a janela ser abaixada. Um exaustor para circular o ar na parte de trás fazia quase inaudível qualquer conversa na/com a parte da frente do carro. Era uma viatura para “transporte de presos”. Naquele dia, me cruzei com olhares diferentes que pareciam demonstrar um quê de repúdio a quem os “populares” imaginaram que eu era. Para sair da viatura, Bruno parou do lado esquerdo da rua, na esquina das ruas e abriu a porta para mim. De dentro da viatura, Dirceu fez uma “piada” dizendo: “Oh, não vai mais aprontar nada não, hein?!” e eu respondi: “Sempre! Nem comecei a aprontar ainda...” Todos rimos. Cumprimentei Dirceu com um aperto de mãos pela janela e com um abraço me despedi de Bruno.

entre as ruas Mariz e Barros e Belisário Augusto. Gustavo parou a viatura no lado direito da rua e comentou, rindo: “Vamos rapidinho, acho que ninguém vai nos rebocar né!?” , mais uma vez expressando o lugar privilegiado que aquela “viatura” policial representava no trânsito. Atravessamos a rua e entramos no pequeno Shopping, indo direto para as escadas rolantes para subir para o segundo andar. Roberto estava com uma sacola de papel de uma loja de roupas para bebê. Eu, que além de ter sido frequentadora quando morava com minha família em Icaraí também já havia trabalhado numa das lojas do shopping, fiquei olhando as vitrines em busca de algum rosto conhecido. Bruno entrou numa loja de roupas esportivas dizendo estar “precisando de uma sunga” mas saiu de mãos vazias. Em cerca de cinco minutos, Roberto escolheu um vestido para sua filha na troca e depois de dez minutos, deixamos o shopping e voltamos do nosso “rolê” para a DH.

Armas

Túlio me foi apresentado pelo delegado adjunto como o policial mais experiente do GELC 1. Naquela tarde, ele e seus colegas estavam na sala provisória do grupo sentados em cadeira e bancos improvisados distribuídos pela sala, ou deitados em colchões espalhados pelo chão. Túlio estava sentado numa cadeira próxima a mesa com um dos dois computadores utilizados pelos policiais do GELC. Como chefe da equipe, se dedicou a conduzir aquela primeira conversa entre mim e os policiais.

Quando entrei na sala, ele acabara de mostrar um vídeo gravado por ele para alguns de seus colegas. No vídeo, que me mostrou posteriormente, seu filho de seis anos de idade usava óculos e proteção auricular, apontando uma pistola para um alvo de papel contra o qual realizou dois disparos. “É bom ele aprender desde cedo. Esse puxou a mim: nasceu para ser polícia!”. O pequeno Mateus começara a treinar há algumas semanas, logo depois que completou seis anos. Perguntado, o policial me contou que esse não era seu único filho. Sua filha, naquele momento com 19 anos de idade e fruto do seu primeiro casamento, não sabia atirar e nem nunca tinha ido com o pai no *stand* de tiros. Ao contrário, para o policial, ela não precisaria aprender a atirar pois não tinha “a vocação”. Desde aquele primeiro encontro, passei a observar como o policial Túlio passava bastante de seu tempo cuidando ou falando de um objeto específico: as armas de fogo. Sua experiência como policial reforçava-se na sua experiência pessoal: “eu também aprendi a atirar com meu pai” me contou.

Túlio dedicava atenção especial as armas e tinha essas não apenas como uma ferramenta para o trabalho policial mas também como fonte de lazer e prazer. “Se você atirar um dia, você vai entender o que eu estou falando” me desafiou em uma de nossas conversas quando descrevia suas idas ao stand de tiros¹²⁷. Eu duvidava dessa fonte de prazer mas aceitei o desafio. Apesar de algumas tentativas frustradas de irmos ao stand de tiros, Túlio não desistiu de me passar algumas lições lá mesmo na DHNISG. Com uma pistola descarregada, ele me explicou as partes de uma arma, como desmontar, limpar, lubrificar e montar novamente. Alguns dias depois, no plantão seguinte, considerou que eu sabia o suficiente sobre a estrutura de uma arma e passou a me ensinar como mirar: “Primeiro, junta suas mãos formando um triângulo, depois aproxima devagar do rosto sem pensar, só mirando...” A direção que as mãos tomassem era indicativo da mira. No meu caso, o olho direito. Ao olhar para a “alça de mira”, eu deveria usar o olho direito para focar na “maça” e perpendicularmente alinhar meu alvo. “É por isso que a arma tem que tá limpa e calibrada. Se não tá alinhando na mira, você perde o alvo, perde o tiro.”

Após me instruir como olhar, Túlio passou a indicar qual o posicionamento correto do corpo. Os pés deveriam estar afastados à uma distância de um passo. O joelho da frente deveria ser o oposto da mão de dominante e ficar semi-flexionado, “como se você fosse começar a dar outro passo”. Aos destros, a mão direita seguraria a arma, envolvendo a empunhadura com os dedos médio e anelar e polegar. O dedo indicador da mão direita ficaria no gatilho. Para atirar, os braços ficavam praticamente 100% estendidos na direção dos olhos e os ombros relaxados formando uma linha perpendicular ao chão pois “assim é a maneira mais segura de se atirar”. A mão esquerda seria a “mão operacional”, servindo para apoiar a mão direita e absorver o impacto do tiro, mas também poderia ser usada para realizar outros movimentos pequenos como limpar suor ou fundamentais numa situação de troca de tiros como a troca do carregador de cartuchos. O corpo ainda deveria estar alinhado e reto, com uma leve curvatura para frente, o quadril encaixado, abdômen contraído e o peito aberto. Eis a posição perfeita para acionar o gatilho: “É assim que a gente faz no stand de tiro, é o ideal. (...) Na rua é outro esquema, depende. Se tá na operação, tem o parceiro ali pra proteger; se tá na correria é outra coisa.”

¹²⁷ No clube do tiro, os policiais pagavam R\$130 para poder praticar 50 tiros. Na ACADEPOL, segundo me contaram, durante o treinamento, eles dava de 150 a 200 tiros.

Além de atirar, ele se preocupava em cuidar das armas e era ele quem instruía e auxiliava alguns dos outros policiais na manutenção e limpeza de suas pistolas. Bruno, companheiro de investigação de Roberto e que trabalhara com Túlio na 71a DP em Icaraí antes de ambos serem transferidos para a DHNISG, deixou sua arma, uma pistola Taurus 24/7, cair no chão durante uma “operação” para a captura de um suspeito. Túlio se disponibilizou a consertar a arma. Na queda, o “cão” da pistola tinha amassado ficando preso no “percursor”, ambas partes devem ficar travadas na pistola quando em descanso e são responsáveis pela deflagração da munição quando destravadas. O mau funcionamento desta parte da arma compromete seu uso e, inclusive, a segurança do próprio policial. Túlio descarregou a arma de Bruno e enquanto desmontava a pistola, observou a quantidade de pólvora que ficava no cano. “Quer ver como ele nunca limpou essa arma?” me falou. Para conferir sua hipótese, mandou uma mensagem por whatsapp para o colega que logo depois enviou uma gravação de áudio como resposta: “Cara, nunca limpei mesmo não. Se eu atirei cinco vezes com essa daí foi muito! Tú limpa pra mim?” Como resposta, Túlio gravou: “Vou te quebrar essa hoje, mas depois cê tem que aprender a limpar. Vem aqui que eu te mostro como faz”. Como Túlio não tinha na repartição os instrumentos necessários para consertar a arma, ele a levou para sua casa onde poderia consertá-la. E para que Bruno não ficasse desarmado, emprestou uma de suas armas pessoais por alguns dias.

Na “operação”, a possibilidade de erro era vista como possível porém restrita. Quando deixou sua arma cair, Bruno estava descendo de uma laje que subira para atirar contra o suspeito que, finalmente, conseguiu fugir. “eu podia ter levado um tiro ali, eu sabia, eu sabia. Mas eu tava de colete. Eu podia ter acertado um tiro... Tava difícil pra mim, mas tava difícil pra ele também!” me contou depois que pegou sua arma com Túlio de volta.

O porte de uma arma muitas vezes poderia ser visto como uma vantagem, mas também como um risco constante e que trazia consigo preocupações como mudanças no estilo de vida, o uso roupas e acessórios específicos que passavam a fazer parte do rol de conhecimentos compartilhados por aqueles que em exercício de sua função devem estar sempre armados, porém não podem ou devem parecer estarem armados. O porte de uma arma de fogo como me disse o policial Naldo, deve ser “escondido, quase dissimulado”. Túlio também mencionara o quão importante era o “vestir” da arma. “Se a arma não está com você ali, é como se você tivesse pelado”.

Onde as pistolas eram guardadas era uma questão importante e que preenchia as rotinas da vida cotidiana dos policiais. Uma policial que trabalha no GELC, foi transferida para um setor administrativo após o diretor da DH ser informada que ela, que morava numa cidade na região do Lagos, ia e voltava de ônibus para o trabalho carregando sua arma dentro da mochila que levava para o plantão. “Como uma policial vai ficar carregando a sua pistola na mochila dentro do ônibus? Essa não serve pra polícia...” disse o delegado. Se os motoqueiros se sentiam vulneráveis pelo uso das pistolas junto ao corpo, os policiais que andavam de carro, o que era a grande maioria deles, deixavam as armas o mais acessível possível: na cintura, entra as pernas, no banco do carona ou “no máximo, eu deixo uma no porta-luvas, só de garantia”.

A arma com parte da vestimenta é parte da expressão de medo descrita pelos policiais como um “risco constante”, alguns deles preferiam andar desarmados para não por em risco outras pessoas “com minha família, eu ando sem arma” me contou Túlio. “Eu não ando mais” comentou Luís, “mas uma vez eu com minha família e dois vagabundos armados consegui sair. Depois dessa... nunca mais!”. Se para alguns a família era o fator relevante para a decisão de vestir ou não uma arma, para outros era o território e a relação que eles tinham com a “bandagem” que determinava o porte. “Aqui em Niterói eu não ando desarmado. Os vagabundos todos daqui me conhecem!” me disse Roberto uma vez.

É por isso que quando falavam da “correria”, os policiais enfatizavam que as condições para quem vestia uma arma eram outras. “Quando você tem uma arma ali, você não vai esperar (o bandido), você vai atirar”. “Tem vezes que o bicho pega”, como foi a troca de tiros que acidentou o policial Normando, do Setor de Operação. Ele realizava um bico de segurança de banco em 1991 e me descreveu “aquela foi a primeira vez que tomei um tiro. Ali eu achei que eu ia morrer. O vagabundo acertou meu abdômen, pegou baço e fígado. Fiquei em coma dois dias, 45 (dias) no hospital”. Depois de recuperado, Normando voltou a atuar na polícia “ali eu aprendi o que era ser policial”. Acidentes também acontecem, como quando Júlio estava sentando numa viatura quando um dos colegas disparou acidentalmente atingindo sua perna esquerda. “Depois disso eu entendi, ser policial é estar sempre na linha de fogo” me disse.

No cotidiano da DH, nem tanto as pistolas, mas sim as armas de cano longo usadas em operações que reforçavam a participação na “guerra”, pelo uso de instrumentos e vocabulários que pareciam reforçar uma estética da hostilidade do

conflito. E quando utilizavam fuzis, as pistolas em geral eram colocadas em coldres na lateral da coxa direita.

Um investigador lotado num Grupo de Investigação, me explicando: “O meu problema é que se vagabundo tentar me matar, eu vou matar ele primeiro. Eu num quero matar ninguém não, mas se precisar, pra me defender e pra defender a minha família, eu atiro primeiro, com certeza!” Outro policial, do SIP, descrevendo como a “guerra” influenciava a sua rotina me disse: “Ou eu saio sem identificação ou eu saio de arma, eu tenho medo o tempo todo, eu tenho medo de morrer.”. Muitas vezes, estive com policiais enquanto eles compartilhavam se saíam ou não armados quando estavam com seus familiares: “Se estou só com minha mulher, eu uso sim. Mas se a gente tá com nosso filho eu nem uso, a gente acha melhor assim” expressando uma ambiguidade daqueles que trabalhavam em uma situação explicitada por eles como de “guerra” mas na qual o campo de batalha era a própria cidade em que viviam com suas famílias.



Figura 8. Policiais da DHNISG realizando uma “operação” em São Gonçalo
Fonte: Jornal Extra

As diferentes condições para se usar a arma e as limitações e precauções explicitavam tal ambiguidade. Quando, por exemplo andavam de moto, se preocupavam em não carregar armas presas na cintura pois “Em geral não dá, vagabundo vem te abordar, você tá com a arma ali na cintura. Ele nem sabe que você é polícia, quer pegar sua moto. Ali não dá tempo de empunhar a arma, no que você puxou a mão para traz,

ele já se ligou e te deu um tiro” me explicou um policial enquanto reproduzia com os braços os movimentos que descrevia.

“Coisas de polícia”

O dia a dia dos policiais era repleto de mediações por objetos, muitos deles que se configuravam como indicadores materiais de sua condição social por serem bens de propriedade exclusiva de um policial civil. A aquisição destes bens, bem como sua manipulação, dependia de regras e sua agência acabava por representar as escolhas dos policiais diante da diversidade de situações nas quais se encontravam. As armas eram o mais emblemático objeto nesta construção, visto sua finalidade: exercer poder pela violência contra o outro. Como sabiam e repetiam os policiais: “ter uma arma é ter nas mãos a possibilidade de matar” e manipular uma arma era escolher usar um instrumento cujo objetivo vem junto com um risco. O porte de armas era autorizados pela “carteira funcional”, documento de identificação que comprovava o status social de policial. Aos novos profissionais formados, além da carteira, era também entregue pela Polícia Civil o distintivo, um brasão de metal com fundo vermelho para delegados e azul para agentes. Carteira funcional, distintivo e arma, conjugados, funcionavam como a materialidade da legitimidade concedida pelo Estado àqueles agentes.

Outro objeto cuja importância era discutida e registrada pelos policiais, eram os coletes de proteção, disponibilizados individualmente a eles pelo Estado. Ao usarem os coletes cedidos a eles¹²⁸, os policiais reclamavam dos desajustes: “o colete já pesa, então tem que ser justo no corpo”; da insegurança que sentiam quando usavam um colete maior do que o seu tamanho: “no suvaco, fica abertão aqui, o colete tem que ser certinho, proteger o peito e as costelas” e do desconforto provocado por um colete desajustado: “[o colete] é ruim porque perde a agilidade. Eu tô com uma arma, uma pistola no coldre, um fuzil pendurado... atrapalha mais que ajuda”.

¹²⁸ Até meados de abril de 2014, quando realizei a última ida a “local de crime” com a equipe do GELC, a repartição ainda não havia recebido coletes à prova de balas tamanhos P ou M, adequados para o tamanho de meu corpo, assim como de todas as mulheres que lá trabalhavam. Os únicos coletes disponíveis eram tamanho G, o que impedia às policiais e a alguns de seus colegas homens de usarem este tipo de proteção. “Os homens médios usam o G, mas fica desconfortável e inseguro” me explicou certa vez um policial que não gostava de usar o colete maior do que o seu tamanho, mas que era obrigado por sua lotação no GELC. Algumas semanas depois, no começo de abril, novos coletes chegaram e aqueles que ainda não o tinham feito, foram até a Cidade da Polícia para retirar o seu. Nunca me foi oferecido um colete que não estivesse sendo usado por algum policial e nunca soube da chegada de coletes excedentes para eventuais usos por testemunhas em reconstituição, policiais em treinamento ou visitantes como consultores, jornalistas ou pesquisadores. (SILVA, 2013)



Figura 9. Colete de proteção personalizado usado por um policial do GISG/DHNISG
Fonte: Acervo Pessoal

Alguns policiais compravam coletes personalizados, considerados por eles mais seguros e um dos objetos mais caros disponível no mercado de objetos policiais. Bonés, cintos operacionais camisetas, bottons, decalques de tecido para ser grudado a velcro nos coletes e calças operacionais, coturnos eram outros dos diversos produtos destinados aos policiais. Como consumidores, eles muitas vezes combinavam de ir juntos à Cidade da Polícia ou a “Loja do Militar”, onde poderiam adquirir tais objetos. Ainda, na DHNISG várias produtos chegavam pelo contato de policiais mais antigos, como o do inspetor Cardoso, que revendia produtos diferenciados a este público, a grande maioria deles com logotipos da Polícia Civil. Objetos identificados com o brasão e as inscrições oficial da Polícia Civil não devem “ser simplisticamente interpretados como uma reprodução fiel da ideologia policial” mas como uma “iconografia, orgulhosamente disposta nas roupas dos oficiais, apresenta algumas pistas de como eles veem suas vidas em relação ao seu público” (FASSIN, 2013, p. 8).

Não apenas nas roupas, estes signos carregados sobre o corpo, nos uniformes e acessórios do policiais, também estavam ao redor do prédio desde a placa na entrada, adesivado no hall e nas viaturas, em todos os documentos oficiais. Um dos maiores deles se encontrava na placa de entrada, informando aos que passavam na rua e aos que

cruzassem o portão qual repartição da burocracia estava funcionando no interior dos limites daquele portão. No topo da placa estava descrito em branco e azul as inscrições: POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO / DEPARTAMENTO GERAL DE POLÍCIA ESPECIALIZADA / DIVISÃO DE HOMICÍDIOS / NITERÓI - ITABORAÍ - SÃO GONÇALO. Outros dois grandes adesivos estavam colados nas partes externa e interna do hall de entrada para serem a primeira coisa a ser notada por aqueles que entrassem no prédio da repartição.

Bandeira e brasão da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro foram criados por um delegado de polícia e em 1987 foram oficialmente aprovados pelo então Governador Moreira Franco. A bandeira serve apenas como suporte para o brasão, colocado centralmente sobre um fundo é em cor azul-celeste sobreposto por uma faixa diagonal branca. É no brasão que se encontram os elementos chaves selecionados pelo delegado e reproduzidos pelos policiais para estabelecer uma identidade visual para a Polícia Civil. Constituído de um escudo de fundo também azul, em primeiro plano se vê duas tábuas brancas com inscrições de números romanos do I a XII, representando a “Lei das Doze Tábuas” que seriam a origem da lei no antigo Direito Romano considerado o marco inaugural de valores republicanos ocidentais como o “direito civil” e protocolos judiciais. A utilização de tal símbolo demonstra o interesse em associar a PCERJ às origens do direito ocidental.

Entre as duas tábuas, se centraliza um *fascis lictoris* de ouro, forma de se referir em latim a uma espécie de machado que tem sua origem remetida aos “etruscos” que viveram durante o período do Império Romano. Esta ferramenta simbolizada no brasão da PCERJ seria usada pelos *lictors*, cidadãos ligados ao poder e à autoridade que se utilizavam-de *fasces*, um feixe de varas amarradas ao preceder a passagem de figuras públicas, como magistrados, em cerimônias militares ou jurídicas oficiais. Os *fasces lictoris* vinham acoplados pelo machado, sendo esta a forma simbolizada no brasão, e passou a ser usado como símbolo de justiça e demonstração do poder sobre a vida e a morte.

A Polícia Civil do Rio de Janeiro não é a única instituição a utilizar tal símbolo, que tem sua versão aplicada em diversas representações em instituições dos Estados Unidos quanto na França, em ambos países simbolizando o poder da justiça. O *fascis lictoris*, ou em italiano *fascio littorio*, também serviu de inspiração principal para Benito Mussolini e seus companheiros em Milão, que se inspiraram neste símbolo para em 1919 inaugurar o movimento “Fascio de Combate” que deu origem ao regime

fascista¹²⁹. Uma das principais estratégias estéticas e políticas do fascismo era o uso da “romanidade” como mito de origem, remetendo a Itália do começo do século XX ao Império da Antiguidade Romana. Tal mitologia fascista representa na “disciplina” sua principal virtude, e esta era pressuposto do “poder”, principal valor da nação que pelo regime ditatorial buscou implementar um “imperialismo fascista” (GIARDINA, 2008)¹³⁰.

O brasão ainda conta com uma faixa branca ao redor do escudo de fundo azul onde estão sobrepostas tábuas e fasces lictores. Na faixa branca em letras pretas na parte superior se lê, “POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO” e na parte inferior o número “1808”, referindo-se ao ano de 1808 quando foi criada a Intendência Geral de Polícia, após a chegada da família real e que é considerada o ano de criação da Polícia Civil (HOLLOWAY, 1993, p. 46). O escudo está centralizado sobre uma estrela de ouro de cinco pontas, representando a autoridade policial, ao remeter-se as estrelas utilizadas por xerifes e delegados. A estrela se apoia numa coroa de louros verdes e serve com forma de Polícia Civil de se laurear reconhecendo-se a si própria como merecedora de tal triunfo. Atualmente, a Polícia Civil representa este brasão como a “Identidade Organizacional” trazendo pelas cores branco, verde e amarelo quais são seus valores, sua visão e sua missão representadas.

¹²⁹ Sobre o debate sobre a influência da estética romana e do fascismo e sua simbologia na cidade do Rio de Janeiro ver BERTOLUCCI, 2015.

¹³⁰ Em relação a essa representação, um grupo de policiais civis tem se organizado, especialmente virtualmente, com outros segmentos, num grupo autodenominado “Policiais Antifascismo” que assim se descreve na rede social facebook: “Na contramão do pensamento hegemônico de uma polícia a serviço do Estado brasileiro, policiais civis, militares e guardas municipais se reúnem para construir uma polícia mais próxima do povo. A serviço do povo! Numa relação dialógica que compreenda suas ações na garantia dos direitos. Policiais num caminho contrário ao pensamento e ação que teima em desumanizar e tratar o povo como inimigo. Policiais na contra ordem do fazer, historicamente, segurança pública nesse país!”

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Figura 10. Brasão da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
Fonte: Site da Polícia Civil do Rio de Janeiro

Os símbolos oficiais não eram os únicos usados pelos policiais para representar-se enquanto tais. Além do brasão da PCERJ, outros símbolos também apareciam em uniformes e acessórios ou decoravam as salas, viaturas, os fundos de tela de computadores e celulares, etc. Um dos símbolos mais comuns era a “águia”, que na PCERJ se refere primordialmente as “Operações Aéreas” mas que, representadas com um raio no bico ou nas patas simbolizava “coragem”, “força” e o “poder”. Outro, igualmente comum, era a “caveira”, utilizada principalmente pela CORE, que é cruzada por fuzis e atravessada de baixo para cima por um punhal, denotam o “poder sobre a morte” e semelhante ao símbolo que ficou consagrado pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da PMERJ. Além dos símbolos gráficos, a Polícia Civil também conta com um hino, no qual se vangloria como a “gloriosa”¹³¹ e que vez ou outra era

¹³¹ “Gloriosa Polícia Civil/ Em defesa de quem precisar/Gloriosa Polícia Civil/Nossa Lei sabes honrar/Pelos céus deste Estado formoso/Teu estandarte tremula altaneiro/Baluarto da Lei e da Ordem/Salvadora do Rio de Janeiro/Gloriosa Polícia Civil/Em defesa de quem precisar/Gloriosa Polícia Civil/Nossa Lei sabes honrar/Pelos céus deste Estado formoso/Teu estandarte tremula

lembrando pelos agentes, especialmente os da “turma nova” que tiveram que repetidas vezes cantar o hino durante curso de formação an Acadepol.

Além destes objetos materiais inscritos com símbolos físicos que correspondia ao status social que aderiam, os policiais passavam a ter acesso a uma série de bens simbólicos. O mais destacado e exclusivo destes era o acesso à “informação” disponibilizada a eles pelo sistema “inraweb” cujo acesso era dado por matrícula e senha. Através do “inraweb” eles acessavam o “B.I.” (Boletim de Informação da Polícia Civil), publicado diariamente pela Chefia de Polícia e cuja leitura era tida como obrigatória. “Se a gente não lê o B.I. a gente tá fudido, porque ali que saí tudo, na verdade já tive colega que foi transferido e não leu, chegou no outro dia pra trabalhar e tinha que ir pra outra delegacia” comentou comigo o inspetor Francisco. Era no B.I. que também era divulgada a agenda de depoimentos na justiça, operações policiais, regulações e quaisquer informação pública relativa às atividades daqueles profissionais.

Na DHNISG, uma funcionária do Setor Administrativo responsável pelo “Departamento Pessoal” se dedicava a verificar diariamente se algum policial lotado ali tinha alguma audiência a comparecer. Entre suas atividades, ela era responsável por enviar uma listagem tanto para todos os delegados quanto para as chefias de setor diariamente sobre os depoimentos. Ela era também quem organizava o mural que ficava no primeiro andar, na parte interna do balcão da recepção. Neste eram afixadas as “informações oficiais” da DHNISG como o quadro funcional, lista com a composição de toda a equipe da DHNISG mensalmente atualizada. Organizada pelos setores, informações como nome completo do “servidor”, “matrícula” e “função” compunham o quadro geral da *staff* do diretor da DH e demonstrava a organização e hierarquia dos policiais lotados naquela repartição.

Era de acordo com a atividade funcional para a qual eles estavam lotados que acessos a outros sistemas a partir do inraweb poderiam ser autorizados, como o “ROweb”, um banco de dados dos registros de ocorrência realizados pela PCERJ. Para ter acesso a outros logins e senhas, os policiais deveriam ser autorizados por um delegado, o que os daria acesso a diversos bancos de dados usados por diferentes agências de segurança pública. Os policiais que atuavam no Setor de Inteligência Policial eram os que acumulavam o maior número de logins e senhas, pois estes agentes

tinham acesso aos mais diversos bancos de dados disponíveis para a polícia. Os “sipeiros”, como eram conhecidos, trabalhavam controlando um dos principais bens da Polícia Civil, o acesso à informação que, por sua vez, era sempre apresentada como um objeto de “segredo”. A possibilidade de ter os códigos que acionavam tais “informações sigilosas” funcionava como um fortalecedor do status destes agentes na polícia.

Depois de aprovados e investidos do cargo, os policiais passavam a ter uma nova condição social e serem responsáveis por diversos atributos que constantemente os lembravam que eles eram “diferentes demais”. Tal distinção se dava devido a sua função como agente da polícia e como membros desta corporação. Para os policiais, a diferença entre eles e os outros não se limitava ao horário de serviço, mas se estendia durante o dia a dia nos mais diversos aspectos da vida. Desde que se tornaram policiais, coisas rotineiras como deslocamentos, idas a bancos ou restaurantes e outras atividades especialmente em locais públicos, foram modificadas. Os policiais consideravam que para eles era “perigoso viver uma vida comum” e que muitos lugares e situações eram para eles “arriscados” e “inseguros” e representavam que só estavam protegidos “ou em casa, ou na base”.

A constante sensação de “risco” que tinha relação com a sua condição social enquanto policiais indicava também sua “representação do público como hostil”. Para os policiais, “a sociedade” tinha que “conhecer a polícia” e aprender que “o policial civil trabalha para a sociedade”, demarcando continuamente a separação deles do resto da população. Além disso, o aparente temor que expressavam se referia àqueles que denominavam de “clientes”: “os bandidos daqui da área me conhecem todos!” me disse uma vez o policial Roberto, que sempre atuara na cidade de Niterói, até iniciar seu trabalho no GI São Gonçalo. Morador e policial em Niterói, Roberto me relatava que ainda estava conhecendo os “criminosos” de São Gonçalo, mas que mesmo assim, em Niterói, deveria andar atento, “não dando mole por aí”.

As diferentes formas de expressão do “medo de ser morto” ainda se completava com a concepção da “imprevisibilidade” da polícia, vista como consequência da adesão naquela corporação, quanto mais porém, um agente aderiu a malha corporativa menos imprevisível se tornava para ele a “política da polícia”. Me parece que como a mobilização continua de medos e incerteza na/da Polícia exercia “uma tripla função para os agentes policiais: isto reforça a solidariedade grupal; protege o segredo profissional; e justifica reciprocidade” (FASSIN, 2013, p.8).

No decorrer deste capítulo busquei descrever como os policiais civis que atuavam na “investigação dos homicídios” expressavam seus interesses se vinculavam com/por objetos, conformando um denso entremeado de relações sociais e materiais que eram mantidas pela construção contínua de mútuos interesses e adesão a certas regras. Pela “solidariedade” expressavam empatia aos interesses da corporação e, apesar das tensões e conflitos “políticos” internos, demonstravam forte coesão interna. A manutenção e reprodução dos segredos se mantinha no controle ao acesso de informações e a limitação da circulação faziam da informação um segredo, bem próprio e particular da Polícia Civil demonstrando as relações de reciprocidade estabelecidas por estes agentes que conformavam numa forma de vida específica, relacionado-se numa malha corporativa pela qual se dava a “política da polícia”.

Os membros da Polícia Civil eram agentes investidos de poder do e de Estado para controlar uma estrutura burocrática controlada pela figura do delegado, a “autoridade policial”. Eram esses sujeitos que de forma oficial dominavam a tecnologia que definia e concentrava o poder da Polícia Civil, sendo o “inquérito” sua principal ferramenta. Apesar de serem detentores da autoridade, não significa dizer que, necessariamente, os delegados fiscalizassem diretamente tudo que os policiais faziam sob sua “direção”. Ao contrário, a relação estabelecida entre agentes e delegados se dava na construção de laços mútuos de vínculo por confiança e reciprocidade. Na DHNISG, “autoridade”, “tiras” e “escrivãs” compartilhavam certas visões comuns que os faziam concordar sobre opiniões e práticas, apesar de certas também divergências.

A seguir, irei apresentar como essas relações de reciprocidade se estendiam para além da “base” e se vinculavam às “linhas de investigação” ao integrar conhecimentos e reconhecimentos externos ao cotidiano da repartição. O “Prêmio Inovação” e o “Programa de Metas” influíam na realização do trabalho dos policiais e expressavam diferentes forma de retribuição na investigação. A relação com os “informantes”, interessados ou não em conceder “informações” apresenta como os policiais construíam interlocutores que com eles “trocam” estes “bens”, de modo que participassem na condução das linhas de investigação, ainda que não constassem nos inquéritos.

Por fim, descreverei três casos que envolveram mulheres e, coincidentemente, estavam grávidas, uma delas foi vítima de um “homicídio passional”, outra foi morta após se submeter um aborto numa “casa aborteira” e a terceira foi acusada de “aborto” por ingestão de medicamentos proibidos para provocar um aborto. Através destes três casos, demonstro a forte vinculação entre mídia e polícia, caracterizada por uma relação

de reciprocidade que não apenas fazia circular “informações” sobre os homicídio e suas “linhas de investigação” como também “repercutia” estas linhas dentro e fora dos limites da repartição.

Capítulo 6 - Entre inquéritos e jornais



Figura 11. Equipe da DHNISG
Foto: Alessandro Costa / Agência O Dia

“A mídia nos ajuda 10%”, me afirmou o delegado Marcelo na primeira entrevista que realizei com ele, quando fui pedir autorização para fazer a pesquisa na DH. Naquela situação, ele comentou com ares de reclamação a respeito de uma “mudança legal” que impediria aos agentes públicos divulgarem informações e registros fotográficos de “suspeitos” nos jornais. Segundo o titular da DH, a divulgação das imagens de “criminosos” pela polícia só poderia ser feita em casos de autorização judicial através do mandado de prisão¹³². O que, de acordo com o ele, atrapalharia em muito as investigações pois os policiais não poderiam contar com a ajuda da “repercussão” na “população”: “Muitas vezes, quando tá na capa de jornal, alguém vai lá, vê e reconhece de um vagabundo que passou por ali. Se a pessoa tem uma relação com a polícia, ela já ajuda, entende?”

¹³² Ele se referia a decisão judicial promulgada no dia 09 de janeiro de 2014 por um Juiz do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que decidiu favorável a liminar apresentada pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro que solicitava a proibição da divulgação de fotos de pessoas presas em flagrante. Tal restrição tinha como exceção o uso de imagens que fossem devidamente justificadas para ser usada com fins de investigação, como em casos de crime organizado ou de acusados procurados pela justiça. A proibição, por sua vez, se dava em virtude do sensacionalismo de programas de televisão “que manipulam a presunção de inocência e tratam o crime como produto”. (BARBOSA, 2014).

Eu entendia alguma coisa. Que a mídia poderia “contribuir” mais com a polícia se pudesse divulgar as imagens de sujeitos suspeitos, dispersando publicamente, entre os “populares”, esta informação. Ao mesmo tempo, eu não identificava efeitos desta proibição legal quando jornais impressos e televisivos exibiam imagens de “bandidos” que inclusive, recebiam “escrachos” como no programa diário “Balanço Geral”, apresentado no começo da tarde e frequentemente transmitido na televisão da cantina da DH. “Na televisão é diferente” falou Marcelo, “eles exageram porque passa ali na hora e depois só alguém estiver gravando que pega. Aí fazem graça! No jornal não, é impresso, tá físico, documentado. A gente só manda foto quando tem muita certeza, disque-denúncia, flagrante, coisas assim.”

Apesar de assinalar as restrições de ordem formal na divulgação de “informações” com os jornalistas, o delegado Marcelo tinha uma relação intensa e extensa com os representantes da imprensa. Ele reconhecia que, mesmo que pouco, a “mídia” contribuía para o sucesso das investigações e, portanto, como “polícia” ele deveria retribuir. E apesar de serem relações estabelecidas pessoalmente, elas se apresentavam como vínculos institucionais pois “Não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais (...). Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bem móveis e imóveis, coisas úteis economicamente.” (MAUSS, [1925], 2003 p.190-191). Entre polícia e mídia, o que se trocava antes de tudo, eram as “informações” sobre os “homicídios”. Informações que adquiriam um status de bem cujo valor as conferia “um capital potencial de mercadorias políticas” (MISSE, 1999, p.243).

Mesmo antes de assumir como diretor da DHNISG, Marcelo já havia participado de uma série de reportagens, uma delas em particular, assinalando as condições precárias da antiga Delegacia de Homicídios de Niterói em contraste com as instalações da Divisão de Homicídios da Barra. Na ocasião, através de reportagem do jornal “O Dia”, ele buscava pressionar o governo para agilizar o processo de implementação daquela divisão que, segundo ele, demorou quase 2 anos para ocorrer. “Se não fosse a pressão, não saía. Eu que tive que ir lá, procurar a prefeitura encontrar o prédio. Do jeito que a gente tava, não dava mais para trabalhar!”

Na “nova DH”, a cobertura jornalística das atividades era quase constante¹³³.

¹³³ Até mesmo eu fui objeto de uma reportagem realizada pelo jornal o Fluminense, da cidade de Niterói, no mês de março, quando concedi uma entrevista sobre a pesquisa realizada ali mesmo na DH. A

Em junho, uma outra reportagem também pelo jornal “o Dia” sob a manchete “Delegado de Homicídios orgulha-se do alto índice de crimes solucionados” ilustrada com a fotografia do delegado Marcelo e parte de sua equipe acima disposta (MAGALHÃES, 2014). O texto da reportagem versa sobre a biografia do diretor e, em entrevista, ele contrastava o trabalho na antiga delegacia e se mostrava animado com os resultados naquela época alcançados pela divisão: “Mostramos à população que, se alguém matar, tem chance de ser preso”.

Ao menos cinco jornais locais tinham presença cotidiana na sede da repartição e nos “locais de crime”: O Fluminense, O São Gonçalo, O Itaboraí, O Extra e O Dia, os dois últimos jornais com cobertura estadual e com divisões exclusivas destacadas para aquela região do estado. Os três primeiros por sua vez, como indicado em seus nomes, atuavam nos respectivos municípios, porém não exclusivamente. O veículo “Ponte S/A”, site da internet controlado pela empresa que exercia a concessão da Ponte Rio-Niterói, se dirigia a DH sempre que houvesse um caso cujo “local” era em uma das rodovias da região. Cada um desses jornais era “representado” por uma dupla de pessoas, formada por “repórter” e “fotógrafo” que cuidavam da publicação impressa e digital. Sempre com celular na mão, blocos, canetas, máquinas fotográficas, gravadores de áudio e um veículo eram as “ferramentas” de trabalho desses profissionais.

Além destes, os veículos “Band Rio”, “Band News”, “Globo Rio”, “Globo News”, “SBT”, “Record”, “Rádio CBN”, “Rádio Tupi”, entre outros, também realizavam a cobertura dos casos investigados na DH. Sua presença era vista como um “indicativo da relevância de um homicídio”, como me explicou um delegado plantonista. O interesse pela cobertura de um “caso” por veículos de comunicação de abrangência nacional variava, como no “caso da grávida” que descrevo a seguir, que repercutiu em diversos jornais, canais televisivos, rádios e internet.

A presença maior e mais intensa, ou não, de veículos da mídia servia para os policiais como uma forma de mensurar a repercussão de um caso e também a relevância do trabalho que estava sendo desenvolvido por eles. Quando a vinda dos profissionais da imprensa já era esperada, em virtude de um caso que os policiais já sabiam que iria “repercutir”, a presença da mídia era comentada pelos agentes: “a mídia chegou”. Muitos deles trocavam contatos telefônicos entre si, especialmente para comunicação via o whatsapp, mas a divulgação de informações oficiais sobre os casos, as que podiam

reportagem saiu no jornal de domingo publicada sob a manchete “Delegacia de Homicídio de Niterói vira tema de pesquisa na UFF” (ALMEIDA, 2014).

constar nas páginas dos jornais, eram controladas pelos delegados que diziam “buscar transmitir as informações principais”, pois “uma frase certa no jornal, é uma informação que a gente ganha”.

A divulgação dos casos na mídia, destacadamente dos “casos de repercussão”, permitem demonstrar como se dava a “circulação” de “informações” entre policiais, familiares e jornalistas, estabelecendo uma relação de reciprocidade que ainda contava com a participação do público, a “população”. Os “casos de repercussão” se apresentam como referência, um caso extremo da relação de reciprocidade entre jornalistas e mídia, que reforçava as relações entre essas instituições. Entre polícia e mídia, nos casos de repercussão, a “linha de investigação” se dava de modo a compor “uma trama inextricável” nos quais as “informações” eram construídas e compartilhadas por familiares, policiais e jornalistas, todos interessados na definição sobre quem matou o morto e como. Porém nesse sistema de trocas de informações, em certos casos era tanto pelo “prestígio” e “honra”, quanto pela “obrigação absoluta de retribuir” (MAUSS [1925], 2003, p. 195) que o valor da “informação” como “mercadoria política” era mensurado. Na medida em que este era trocado com a polícia, este era considerado ou não um “bem” para as “linhas de investigação”.

Simone

Passavam das sete horas da manhã do dia sete de abril, segunda-feira, quando a jovem de 26 anos Simone foi encontrada morta por sua sogra, Laura, na casa onde vivia com o marido Rodolfo de 33 anos. O casal vivia no bairro Trindade, em São Gonçalo, e esperava o primeiro filho. Simone estava grávida de aproximadamente 35 semanas. Naquele dia, ficou dormindo quando seu marido saiu de casa para trabalhar por volta das seis e trinta da manhã. Quando encontrou sua nora, Laura viu as facadas na garganta, peito e abdômen além de um fio de computador enrolado no pescoço que a sufocou. Na tentativa em vão de salvar o bebê que ainda estava na barriga, o Corpo de Bombeiros foi prontamente chamado. Rodolfo soube da morte de sua esposa ainda no deslocamento para o trabalho, quando sua mãe o telefonou às 8h 21 minutos.

Menos de uma hora depois, a equipe plantonista do GELC se dirigiu ao “local” acompanhado de peritos criminais do PRPTC. Encontraram a casa revirada, com móveis e objetos fora do lugar. Durante a investigação de local, ouviram testemunhas que viram dois homens saírem da casa com sacolas cheias. Os objetos da casa foram classificados como evidências e levantados, no intuito de saber se algo fora “roubado”.

Além disso, imagens de câmeras de segurança de casas vizinhas foram solicitadas. Ainda naquela manhã, Rodolfo chegou acompanhado de seus pais e dos pais da vítima à DHNISG, onde todos prestaram depoimento aos policiais que investigavam o caso.

Diante da evidente excepcionalidade do caso devido à violência do crime e às qualidades atribuídas à vítima (uma “mulher jovem”, “de família”, “trabalhadora” e grávida), o delegado Marcelo, diretor da DH, assumiu as investigações. Com o auxílio dos policiais de seu círculo mais próximo de confiança no âmbito da DH, tomou o depoimento do marido. Este confirmou que estava a caminho do trabalho quando o crime aconteceu. Em entrevista concedida aos jornalistas logo após o depoimento, o titular afirmou que o depoente declarou que tinha um “casamento tumultuado”. O delegado declarou ainda que “É possível que tenham levado algo de valor de dentro da casa” mas que outra “linha de investigação” possível era crime de vingança “algo relacionado à vítima devido a importância das lesões”, evitando dar detalhes da descrição do cadáver. Além do marido e outros parentes, os policiais iriam interrogar vizinhos e amigos da família “para tentar descobrir o que houve”.

Simone foi enterrada no dia seguinte. Durante seu enterro, no cemitério Parque da Paz, bairro Pacheco, São Gonçalo, familiares demonstraram consternação pelo crime. Naquele dia, os indícios levantados nas primeiras 24 horas indicavam duas “linhas para a investigação” daquele homicídio: roubo seguido de morte e crime premeditado. Ainda nas primeiras 24 horas após o crime, os investigadores descobriram que havia oito meses que Rodolfo se relacionava com uma garota de programa chamada Bárbara, de 35 anos. Na parte da tarde do dia seguinte ao homicídio de Simone, Bárbara compareceu à DH acompanhada de seu advogado e de sua irmã Poliana com o intuito de prestar “esclarecimentos” sobre o crime. Segundo Poliana, Bárbara “nem sequer tinha conhecimento do assassinato”, conforme declarou aos muitos jornalistas que estavam no hall da DH, enquanto Bárbara prestava depoimento aos investigadores.

Ainda no dia oito, Rodolfo também prestou novo depoimento e “confessou” que tinha um relacionamento extraconjugal. Rodolfo ainda afirmou que ele e Bárbara se relacionavam há alguns meses, mas que estariam se afastando. Após o depoimento, que durou mais de quatro horas, Bárbara teve um mandado de prisão temporária expedido contra ela. A declaração de testemunhas de que ela teria ameaçado a vítima, mas que fora desmentido pela mesma, foram as principais evidências para que ela se tornasse a principal suspeita de autoria do homicídio de Simone. “Nós entendemos que a prisão dela nos ajudará no processo de investigação” explicou o delegado Marcelo à imprensa.

Apesar de sua prisão, Bárbara negava todas as acusações. Rodolfo e sua família, por sua vez, comentavam satisfeitos o célere trabalho realizado pela DH e clamavam por justiça: “ela tem que pagar!”. Aos jornalistas, Rodolfo declarou que estava se afastando da amante há um mês e que fora “vítima desse relacionamento, dessa pessoa que assassinou minha esposa e meu bebê por inveja, não tenho absolutamente nada a ver com isso”, e disse ainda que a “amante” mentira a respeito de uma falsa-gravidez para provocar um novo encontro: "Eu tive uma relação com ela, estava me afastando dessa relação. Só mantinha contato telefônico e ela me pediu para levá-la numa clínica de aborto. Ela disse que o filho era meu, mas eu não acredito, ela é mentirosa e já teve envolvimento com vários homens", afirmou aos jornalistas em entrevista coletiva no hall da DH.

Três dias após o homicídio, o Setor de Busca Eletrônica divulgou mensagens encontradas no celular da vítima. Numa delas, Simone respondia a Bárbara “Sou tão pequena, mas porque tem medo de me encarar, se sou tudo isso porque te incomoda tanto, inveja né, quer me destruir mas sou mais forte do q pensa. Covardeeee” [sic]. Familiares da vítima continuavam a acompanhar de perto as investigações, comparecendo diariamente à DH no intento de colaborar o máximo possível. A revelação pública de um caso extraconjugal por Rodolfo, no entanto, gerou constrangimentos por parte dos parentes que tentavam compreender como um “erro” por parte do marido se sucedera em uma “tragédia”, como declarou o pai da vítima, também aos jornalistas em entrevista coletiva concedida no hall da DH:

Tinha ele como um filho. Ele cometeu um erro a qual todo mundo está sujeito, que é um caso extraconjugal. Não imaginava que poderia acontecer essa tragédia. Considero ele meu genro, uma pessoa do bem. Ele não mediu as consequências do ato dele. A verdade vai prevalecer. Ela [Simone] recebeu um anjo do demônio que foi enviado por essa mulher para sondar e revelar o dia e a hora de ela ser executada.

Comentários de primos da vítima sobre as ameaças que ela sofria da amante e uma breve separação do casal no ano anterior fortaleciam a “linha” de que Bárbara era a mandante do crime e que Rodolfo, de certa forma, também era uma vítima como afirmou sua mãe, Laura: “Eles tinham muito amor e se tratavam com muita consideração. Eles chegaram a morar comigo e nunca presenciei uma briga entre os dois. Acredito na inocência do meu filho e descarto a possibilidade da participação dele

nesse crime.”

Em nova incursão para investigar o “local do crime”, isto é a casa do casal, policiais da DH encontraram dinheiro e algumas jóias, evidências que excluía qualquer possibilidade de um “latrocínio” e reforçavam a “linha de investigação” de que aquele “homicídio” fora uma execução premeditada. As investigações continuavam com declarações de testemunhas de que dias antes do crime, uma amiga de Bárbara foi até a residência de Simone e Rodolfo e ameaçou a vítima. Nas imagens de câmeras de segurança coletadas pela DH, que foram repercutidas inclusive na televisão pelo jornal local da Rede Globo, o RJTV, se via uma mulher andando rapidamente e arrastando um carrinho de feira próximo a onde moravam Simone e Rodolfo. A gravação averiguada pelo Setor de Busca Eletrônica (SBE) registrava o horário de 6h48 da manhã. Ainda pelo vídeo é possível ver uma outra mulher vestida de branco passando em frente à câmera cinco minutos depois. A qualidade da gravação não permitia reconhecer o rosto de nenhuma das duas mulheres. Porém, os agentes da DH já haviam levantando que, de acordo com testemunhas, naquela segunda feira, Bárbara estaria vestida de branco.

Com esse acúmulo de provas reunidas sob a forma de “evidências” no “inquérito policial”, o delegado Marcelo afirmou para a imprensa que “A polícia e o Judiciário têm vários indícios sobre o envolvimento dela no crime. Ela disse que era apaixonada pelo Rodolfo [marido da vítima] e testemunhas dizem que ela tinha obsessão por ele”. Mais provas foram incorporadas a um novo pedido de prisão contra Bárbara, desta vez, preventivo. Se antes, a prisão provisória a deixaria 30 dias detida, desta vez a suspeita ficaria presa até o dia de seu julgamento tendo sido definida burocraticamente a “linha” que traçava Bárbara como a “autora” do homicídio de Simone.

Após o decreto de sua prisão preventiva, Bárbara confessou o crime. A partir daí, as investigações focaram-se nas versões da suspeita e dos familiares da vítima por conta de contradições entre as versões de Rodolfo e Bárbara, já que, em sua confissão, ela acusou Rodolfo de ser seu partícipe. Isso levou ao delegado Marcelo a solicitar uma acareação entre ambos para confirmar, ou não, a versão do viúvo.

Durante todos os dias da investigação, no hall da DH estavam sempre presentes os jornalistas. Quando não estavam prestando depoimento, os familiares da vítima, Rodolfo inclusive, também podiam ser vistos circulando pelos espaços comuns do prédio com pátio, hall e cantina. No dia da acareação, Rodolfo esperava sentado no banco oposto a mim no hall. O viúvo estava sozinho e checava constantemente o celular em silêncio. Até o momento em que a policial Camila do Cartório foi até ele e o chamou

para subir até a sala onde seria realizado o confronto de sua versão com a versão de Bárbara.

Por mais de seis horas, Rodolfo e Bárbara foram acareados na presença do delegado Marcelo e de outros policiais que participavam na investigação do “homicídio” de Simone. Para os investigadores, o confronto entre os depoimentos esclareceu o que me definiram ser “pontos cruciais”, mas que não me foram revelados. Após Rodolfo e seus familiares deixaram a “base”, o delegado titular declarou aos jornalistas:

Hoje o dia foi muito esclarecedor. Rodolfo ainda continua como testemunha do caso. Também vou chamar Ana Cristina [amiga de Bárbara, que teria feito ameaças à vítima] para um depoimento. (...) Ela [Bárbara] é indiciada como possível mandante de um homicídio qualificado. Tem pontos intrínsecos que não posso falar.

Familiares do casal que estavam na DH e conversaram com a imprensa enquanto acontecia a “acareação” se recusavam a aceitar a versão de Bárbara. Com um cartaz com uma foto de Simone e os escritos de “justiça” nas mãos, reagiram quando ela cruzou o hall, de volta à cela antes de ser reconduzida ao presídio, aos gritos de ‘assassina’. Demonstravam uma “expressão obrigatória dos sentimentos” contra aquela que, para eles, era a “autora” da morte de Simone. A versão da acusada era refutada inclusive pelos familiares da “grávida assassinada”, como estava sendo noticiado pela mídia. Aos jornalistas, seu pai afirmou:

Conheço o Rodolfo desde criança. Conhecia o pai dele, que já faleceu, o avô. Ele amava minha filha e ela amava ele. Ele cometeu um erro. Ele não prestou atenção nas consequências. Vi que estão crucificando ele. Com toda certeza, o Rodolfo não está envolvido nisso. Ele cometeu um erro fatal. Todos nós estamos sujeitos ao erro.

O pai da vítima disse ainda que era muito próximo de sua filha e que ela nunca comentara sobre as ameaças recebidas: “Ela não falava que recebia ameaças, ou para me poupar ou por acreditar que ia superar isso. Se alguém souber de alguma coisa, nos ajude”, implorou, fazendo um apelo a um público mais amplo se valendo do alcance da mídia.

Nas salas e corredores da delegacia, no entanto, os policiais já comentavam que

Rodolfo era o principal suspeito e que a versão de Bárbara era a principal “linha de investigação” naquele momento: “Isso é uma estratégia, deixar ele solto é melhor pra gente agora” me explicou um dos policiais. Alguns familiares que estavam numa sala ao lado de onde foi a acareação declararam a jornalistas que ouviram gritos de que o viúvo teria participado do crime. Algumas contradições, como horários divergentes e outros detalhes passaram a ser apresentados como indícios de suspeição por parte de alguns familiares da vítima: “Ela diz que ele [Rodolfo] está envolvido e ele nega, mas há detalhes reveladores. Coisa que ninguém sabia, que tinha um caso amoroso inclusive homossexual. Minha prima não merecia isso”, disse o primo de Simone que ainda afirmou à imprensa que no celular da vítima que estava acautelado no SBE sob a condição de “evidência material”, haveria vídeos “comprometedores” do viúvo.

Alguns dias se passaram, e os familiares da vítima continuaram a “bater ponto” na DH. Duas semanas depois do crime, já eram raras as aparições de familiares ou de jornalistas interessados apenas neste caso de repercussão. Foi quando, no dia 23 de maio, mais de um mês depois do crime, uma operação da DH foi até a casa dos pais de Rodolfo e às 5h30 da manhã realizou a prisão do viúvo. As informações dadas por Bárbara em um novo depoimento realizado no dia anterior foram essenciais para a solicitação pela DH do mandado de prisão provisória contra Rodolfo, expedido pela justiça. “Ele falou que ia matar ela, que ia resolver essa situação e que era para mim (sic) ficar com ele”, disse Bárbara à polícia. Os investigadores tomaram a confissão de Bárbara e a riqueza de detalhes verossímeis de sua versão como a prova necessária para resolver o caso e, como declarou o delegado Marcelo:

A principal prova é a confissão da Bárbara e os detalhes que ela contou do crime, que são condizentes com as provas que a polícia arrecadou no local do crime. A versão dela pareceu verossímil e, por isso, o Rodolfo está aqui, agora para ser interrogado na condição de indiciado.

Ainda faltava confirmar detalhes do crime, que finalmente foi classificado pelos policiais como um “crime passionnal”. A participação de Rodolfo não estava totalmente clara, pois os agentes seguiam procurando os dois homens que foram vistos pelas testemunhas deixando a casa e que, no plano descrito no depoimento de Bárbara, haviam sido pagos por Rodolfo, pelo valor de R\$ 15 mil para matar Simone. De acordo com esse plano, os homens, que seriam conhecidos de Rodolfo, iriam encontrar Simone

amarrada e amordaçada em casa. Durante o depoimento, um policial perguntou: “Você sabe como ele fez isso?” “Sei. Ele amarrou, ele disse que ia amarrar. Ele falou: 'eu não... eu não vou ter coragem, Bárbara, de pegar e fazer, mas eu amarro, deixo tudo preparado e saio de dentro de casa'.”, declarou a acusada de ser coautora confessa do homicídio, por ter planejado com Rodolfo o crime.

Após a prisão de Rodolfo, os familiares não prestaram mais declarações à mídia. O acusado continua preso. Em setembro de 2015, um ano depois, teve seu pedido de recurso para um “Habeas Corpus” recusado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. No dia seis de maio, Bárbara foi julgada e condenada a 24 anos de prisão no Tribunal do Júri em São Gonçalo por “homicídio triplamente qualificado”. Pelo crime de “aborto provocado por terceiro sem consentimento da vítima”, do qual também era acusada, foi absolvida. Na leitura da sentença a juíza definiu: “O crime contra a vítima Simone além de ter sido praticado por meio cruel com desferimento de diversos golpes de faca contra esta, foi praticado mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, na medida em que esta foi amordaçada e teve o seu pescoço e mãos amarrados por um fio elétrico antes de ser golpeada. As consequências do crime também são graves, visto que foi ceifada a vida de uma jovem de 26 anos de idade e que estava entrando no quinto mês de gestação”, como divulgado nos jornais, demonstrando que o caso continuou a repercutir mesmo depois da “linha de investigação” ser definida.

Casos de repercussão

Como tenho demonstrado, os “homicídios” investigados eram classificados por critérios que informavam quais técnicas e ferramentas seriam utilizados pelos policiais na condução das “linhas de investigação”. As prioridades variavam em quantidade de tempo e recursos investidos na condução de uma investigação e o tratamento diferenciado dado aos casos era tratado com naturalidade e até mesmo com certa legitimidade: “Óbvio que a gente não dá a mesma atenção a todos”, me falou o delegado Felipe, “ a gente trabalha com casos de repercussão”. Para os meus interlocutores, os “casos de repercussão” eram casos eventuais, e desta forma deveriam ser tratados. Isto é, de forma excepcional, fugindo da rotina e dos procedimentos habituais. Os “casos de repercussão” explicitavam forma não rotineiras de conduzir as investigações (MEDEIROS, EILBAUM, KANT de LIMA, no prelo).

Como os “mortos evento” (MEDEIROS, 2014, 2016)¹³⁴, o perfil das vítimas destes casos variava, mas em geral as investigações costumavam ter intensa participação dos familiares da vítima. Como já mencionei, a participação da família do morto era fundamental para dar continuidade a investigação, fazendo com que “dar, receber e retribuir” “informação” para a polícia fosse uma expressão do seu interesse na investigação. Caso contrário, “abster-se de dar, como se abster de receber, é faltar a um dever - assim como se abster de retribuir” (MAUSS,[1925], 2003, p.249).

A polícia considerava que deveria transmitir “o mais importante”, e que eles consideravam “mais importante” variava na medida em que investigavam os casos. Algumas vezes, como no caso de Simone, os policiais blefavam para a mídia que por sua vez, publicava nos jornais as informações recebidas e que eles considerassem que fosse de “interesse público” seguindo a “pauta” que eles deveriam cumprir na “cobertura policial” e que, afinal de contas, correspondia muito mais aos interesses do próprio jornal do que do público. “De forma recorrente, o destaque jornalístico conferido a esta ou aquela ocorrência diz respeito não tanto fato noticiado em si, mas a quem se sente, direta ou indiretamente, afetado por ele” (SILVA, 2010, p.159).

Ao mesmo tempo, os jornalistas, com sua presença direta na delegacia, abriam espaço para os familiares e outros envolvidos se expressarem sobre o caso e sobre o andamento do mesmo na polícia. Dessa maneira, também conseguiam um meio para pressionar a polícia na investigação. Nos casos de repercussão, observei então que se estabelecia um sistema de reciprocidade que “não implica somente a obrigação de retribuir os presentes recebidos, mas supõe duas outras igualmente importantes: obrigação de dar, de um lado, obrigação de receber, de outro” (MAUSS, [1925] 2003, p. 201). As informações que circulavam entre policiais, familiares e mídia se constituíam como bens, “mercadorias políticas” que, como bens públicos e políticos produzidos pelos policiais no âmbito de uma investigação realizado pelo “inquérito policial”, eram usados pelos policiais para traçar reciprocidades e estabelecer parcerias particularizadas com os jornalistas, negociando com essas informações na medida em que se dispunha delas.No entanto, o que diferiria nos “casos de repercussão” em relação aos outros casos próprios da rotina, não era apenas a “colaboração com a investigação” por parte dos

¹³⁴ “Dessa forma, um ‘evento’ não é apenas um “acontecimento” característico do fenômeno, mesmo que, como fenômeno, tenha forças e razões próprias, independentes de qualquer sistema simbólico. Um “evento” transforma-se naquilo que é lhe dado como interpretação (SAHLINS, [1985]1990, p.15). E, no caso do “acontecimento” morte, tal interpretação se refere a quem foram aqueles que morreram e como morreram. Assim, a “pessoa” do morto, a forma como foi classificado como tal e a definição de como foi a sua morte, são alguns dos fatores que identifiquei definirem a morte como um “evento”.

familiares, mas uma consideração moral da demonstração de interesse destes pelo morto, que estimulava a polícia a investigar. Para os policiais, o reconhecimento do valor era atribuído a uma vítima se expressava ao reconhecer que cedendo informações sobre uma morte, aquele morto era importante para alguém.

A “repercussão” também se dava pelo interesse da mídia, mobilizada pelo impacto sensacional que uma determinada morte, sua vítima, dinâmica e motivação, poderiam provocar no interesse público e “ajudar a vender jornal”, como me diziam os policiais. Nestes casos, como o de Simone, também chamados “emblemáticos”¹³⁵, a relação com a mídia era considerada como parte da estratégia para traçar as “linhas de investigação”, tensionando uma relação de reciprocidade dos policiais, especialmente delegados, com jornalistas, família e “populares” (MEDEIROS e EILBAUM, no prelo).

As “linhas de investigações” eram construídas também na troca de “informações” entre polícia, moradores, informantes e sujeitos que não participavam das investigações como procedimento e, portanto, cujos “bens” não adentravam os inquéritos. Muitas vezes, os policiais lidavam com certos sujeitos a partir da suspeição, como descrevo a seguir, categoria central do trabalho policial. Na relação com esses sujeitos, os policiais, não apenas exerciam um controle sobre eles, mas faziam produzir e circular informações fundamentais para a investigação de determinadas mortes. Talvez aí, na limitação legal em se tornar parte da “burrocracia” é que estava o “valor” destas “informações”, que, como “mercadorias políticas” circulavam pela polícia, repercutindo nas e fazendo repercutir as “linhas de investigação” por elas mobilizadas.

“Trabalhar o preso”

Eu tinha sido introduzida à categoria de “trabalhar o preso” pelo chefe do SIP logo quando realizei com ele a primeira entrevista. Ele enfatizara o “valor do X-9” como um “herói” que “contribuía com a polícia”. No entanto, muitas vezes por medo estes não iam até a polícia para dizer “o que sabiam”. Cabia aos policiais construir estratégias e relações de confiança para que as “informações” do X-9 pudessem ser usadas como “bens” nas investigações. O trabalho do SIP como um “serviço secreto” e que não pode ter suas atividades divulgadas fazia com que tivesse que ficar longe

¹³⁵ Nos EUA, existe a expressão “high profile cases”, que se referem aos casos no qual os envolvidos são pessoas famosas ou que envolvem sérios crimes. Estes casos são previamente classificados pelos agentes que identificam nestes casos o “interesse público” e que, explicitamente os tratam de maneira diferenciada, inclusive evitando a divulgação de informações para a mídia.

daquele setor. Entretanto, a convivência intensa no âmbito da DHNISG me permitiu acessar o trabalho dos agentes que ali trabalhavam e pude acessar o que se tratava o “trabalhar o preso”.

Era noite de uma quinta-feira em maio enquanto a equipe do GELC saiu para uma perícia de local no bairro Gradim, em São Gonçalo. Eu ainda estava acompanhando os plantões do GELC, no entanto tinha sido limitadas minhas idas a “locais de crime” pelo delegado, e fiquei na “base” conversando com os policiais Henrique e Baltazar, ambos do SIP. Naquela noite, o “sipero” do plantão, Henrique, estava trabalhando na sala principal no 2o andar.

Cerca de uma hora e meia depois que o GELC deixou a “base”, Henrique recebeu a ligação de um colega que estava no “local” para iniciar buscas no “sistema”. Primeiro, ele buscou a placa de um carro no sistema “PRODERJ”¹³⁶ que indicou que o veículo abandonado próximo ao “local do crime” havia sido roubado três dias antes. Ele passou essas informações aos colegas que estavam no “local” e ligou para o telefone de contato registrado no BO. Henrique depois foi solicitado a sarquear a vítima de nome Cléber no sistema, mas não encontrou nenhum registro. Seu colega Baltazar tinha mais experiência como policial e antes de atuar na DHNISG havia sido “sipero” por um ano na 5a DP (Lapa). Diante da dificuldade do colega, resolveu ajudá-lo e perguntou “qual é a busca?”. Cerca de cinco minutos depois, desde a outra sala, que era dividida por um vidro, gritou “Achei um BO na 74! Vou te mandar.” Neste BO, a vítima havia sido testemunha em um furto que ocorrera no bairro do Alcântara.

Cerca de duas horas depois, o GELC chegou na base. Com eles, vieram dois jovens, Alex e Josué, que estavam no local, viram os tiros e conseguiram fugir. Alex foi encaminhando para a sala do SIP, enquanto Josué foi para o Cartório. Chegando ali, Alex, que vestia bermuda, camiseta e chinelo, se sentou e aguardou as perguntas do

¹³⁶ Entre os bancos de dados utilizados pelos sipeiros, estavam: “Portal de Segurança do Estado do Rio de Janeiro”; “Sistema de Identificação Civil”; “Sistema de Identificação Criminal”; “Sistema de Pesquisas Latentes” (Laudos periciais); “Sistema de Geração de Atestado de Antecedentes”; “Sistema de Identificação Penitenciária”; “Sistema de Cadastramento de óbitos registrados em cartório”; “Sistema de óbitos registrados em IML”; “Sistema de Cadastramento de Ocorrências Policiais” (SCO/ROweb); “Sistema de cadastramento de mandados de prisão” (POLINTER); “Bando de dados de desaparecidos”; “Sistema de Pessoal da PCERJ” (Medusa); “Sistema de Pessoal da PMERJ” (SISPES); “Sistema de Pessoal da SEAP” (Agentes); “Banco de dados de endereços”; “Procedimento Policial Idêntico”; “Registro Nacional de Carteira de Habilitação” (RENACH/Detran); “Registro Nacional de Veículo Automotor” (RENAVAM/Detran); “Agendamento DETRAN- veículos”; “Agendamento DETRAN - condutor”; “Ocorrências policiais de roubo e furto de veículos”; “Individuos/Criminal - INFOSEG”; “Banco de Dados de digitais e assinaturas” e “Galeria de fotos na Busca Nacional de mandados/CNJ”. Ainda, periodicamente o “Disque-Denúncia” enviava relatórios com informações consideradas relevantes à DHNISG.

policial Henrique. Ele contou que estava sentado na rua, junto com Josué, quando uma moto passou atirando em direção ao portão de uma casa onde Cléber, a vítima do homicídio, estava de pé. Alex e Josué correram em direção a um beco na rua onde tentaram se esconder “Até me machuquei aqui...” falou, mostrando a perna machucada. Quando ele mostrou a perna, eu pude notar que lhe faltava um dos dedos do pé direito. Henrique também notou e questionou logo “Como você perdeu esse dedo aí?”. “Foi um acidente quando eu era criança.”

Depois de respondeu as perguntas padrão dos interrogatórios: se conhecia a vítima, se sabia de algum envolvimento da vítima com drogas, jogo, dívidas ou brigas. Como tinha visto o atirador, Henrique perguntou se seria capaz de reconhecer. “Não, ele tava de capacete, não tinha como saber”. Baltazar voltou a sala principal e após encontrar o jovem virou-se para o colega e perguntou: “Já inspecionou a peça?” “Não, o GELC que trouxe ele aqui.” respondeu Henrique. “Levanta!” ordenou Baltazar a Alex. O rapaz se levantou e Baltazar começou a apalpar o corpo. Depois, pediu “Tira a camisa”. Eu, naquele instante, me virei de costas para os dois e fiquei olhando para a estante de pastas que estava na parede dos fundos da sala. Enquanto olhava naquela direção, Baltazar ainda pediu que Alex tirasse a bermuda e ficasse só de cueca. No bolso da bermuda do rapaz, ele achou cerca de R\$20 em notas de 2 e 5. “Dinheiro trocadinho, hein?!” comentou e colocou o dinheiro sobre a mesa. “Pode virar Flavia, ele já está vestido já”, me falou Henrique.

Baltazar passou a perguntar Alex sobre a vítima. “Como vocês se conheciam?” “A gente não se conhecia”, respondeu o jovem. “Não conhecia? Nunca viu a fuça dele?” “Ah, de vista sim. A gente se conhecia de vista.” “Então conhecia ou não conhecia?” “A gente não era amigo, foi o que eu quis dizer...” “E eu por acaso perguntei se vocês eram amigos?” “Não senhor.” “Olha aqui, vê se você reconhecesse essa figura aqui”, falou o policial Henrique virando a tela do computador e mostrando a foto de um “criminoso” do Gradim. “Conheci sim, é o Tico.” “Tico? Quem é Tico?” “Tico é esse aí, que mataram hoje lá” “Tico é o vulgo?” perguntou Baltazar. “Tico é como o pessoal chamava ele lá na rua”. “Qual o nome dele?” perguntou Henrique. “Não sei não senhor.” Com essa informação, Baltazar voltou para a outra sala e passou a buscar no sistema pelo apodo “Tico”. Encontrou dois BO de furto e três procedimentos, dois de tráfico e um de um homicídio de um policial militar.

“Olha, Alex, o teu amigo aqui matou um policial. Você sabia disso?” falou Baltazar ao voltar para a sala. “Eu não sei do que você tá falando...” “O Tico, você

sabia que ele já matou um policial?” “Não senhor, eu não conhecia ele direito.” “Então me explica, como você veio parar aqui?” “Eu tava na rua com meus amigos, quando passou a moto e atirou. Eu saí correndo. Mas depois que os tiros pararam, eu voltei. Aí a gente tava lá quando vocês chegaram. O pessoal me trouxe para cá porque eu tava lá e vi o que aconteceu.”

Por mais de uma hora, Alex respondeu a diversas vezes perguntas dos policiais sobre sua vida pessoal, sobre sua família, seus estudos e o bairro. A sala estava bastante gelada devido ao ar condicionado e o rapaz sentado na cadeira se encolhia para tentar se proteger do frio. O policial Diogo, também do GELC, entrou na sala e chamou Henrique até o corredor para, como me contaram depois, explicar como estava sendo o interrogatório de Josué, o outro jovem conduzido após a perícia de local, deixando Alex e eu sozinhos na sala. Depois disso, Diogo entrou na sala e pedi que ele desligasse o ar-condicionado. Ele ainda perguntou a Alex se ele tinha sede ou fome. O rapaz respondeu que estava tudo bem, mas que precisava ir no banheiro. Diogo me pediu para chamar um dos seus colegas para acompanhar Alex até o banheiro.

Enquanto estes saíram, ele me explicou que “o outro rapaz” tinha um mandado de prisão por furto contra ele e que, depois de investigarem, viram que Alex não “estava envolvido” e que ele logo seria liberado. No entanto, ele ia ficar ali ainda por algumas horas, enquanto eles “trabalhavam” o outro “preso”, buscando “pressionar” alguém que estava detido, sob tutela da polícia, para produzir “informações” que lhes fossem úteis às investigações. “Mercadoria política é toda mercadoria cuja produção ou reprodução depende fundamentalmente da combinação de custos e recursos políticos, para produzir um valor-de-troca político ou econômico. O emprego de uso da força (ou a sua ameaça) para a realização de fins econômicos privados é a sua modalidade historicamente mais abrangente (MISSE, 1999, p. 299).

Já passava da meia-noite quando Alex foi liberado. Ele não assinou nenhum termo de declaração ou reconhecimento, mas foi muito agradecido pelas “informações” que concedeu sobre Cléber e Tico. “Aqui, esse é o meu número aqui. Me liga se souber de alguma coisa. E fica ligado!” falou o policial Diogo, ao entregar um pedaço de papel onde estava escrito o número do telefone da DH. Como se sua ida até a delegacia tivesse sido voluntária e ao ceder informações aceitou em participar de uma relação de troca com a polícia. “Dádiva implica necessariamente a noção de crédito” (MAUSS, [1925], 2003 p. 237). E Alex passava a receber por parte daqueles policiais uma confiabilidade conferida por estes depois que ficou constatado que ele não era um

“criminoso”, diferentemente da vítima Cléber e de Josué que após ser “trabalhado”, a dizer: pressionado com perguntas numa situação de desconforto, frio, fome e desqualificação pela suspeição, foi indiciado e detido por uma acusação por furto pretérita. Depois disto, Cléber foi levado numa viatura descaracterizada de volta ao bairro do Gradim. Josué, por sua vez, foi preso e na tarde seguinte encaminhado ao presídio. Para o homicídio de Cléber, o Tico, a “linha de investigação” indicava que sua morte havia sido por vingança devido ao assassinato de um poli“Prêmio Inovação”

14 de março de 2014

Senhores e senhoras,

a DIVISÃO DE HOMICÍDIOS DE NITERÓI é candidata ao prêmio inovação que é pago periodicamente pelo Governo do Estado.

Sendo assim, todos os senhores estão convocados a contribuir com ideias que possam alavancar nossa candidatura e agraciar a todos os policiais com uma boa quantia em dinheiro, nada mais que merecido se formos escolhidos pelos trabalhos desenvolvidos ao longo do período de escolha.

Estão em aperfeiçoamento algumas hipóteses, algumas delas já em prática nesta Divisão.

Podemos elencar o (a):

- 1 - BANCO DE INDIGENTES que pretende facilitar a busca por pessoas desaparecidas;
- 2 - PLANO DE DEFESA DA DELEGACIA que pretende proporcionar maior segurança aos usuários do prédio da DHNISG
- 3 - Setor de Estudos Comportamentais/COPOL
- 4 - A nossa CANTINA que já serve de espaço de convivência, sobretudo nos horários de café da manhã e almoço.
- 5 - A tão esperada Academia Ginástica que contará com aparelhos de musculação, lutas e etc., servindo também como espaço de relaxamento e convivência.
- 6 - A SALA DE INTERROGATÓRIO que está em fase de acabamento e servirá para dar maior dignidade ao interrogado e proporcionar aos policiais o atingimento de resultados mais eficazes nas investigações, inclusive com a possibilidade de gravar depoimentos/confissões para servir de prova eficiente no Tribunal do Júri.
- 7 - A Sala de Imprensa que é um espaço a ser dedicado a estes profissionais, evitando o acesso a outras áreas da Divisão.
- 8 - O sistema de acompanhamento de homicídios por georreferenciamento que já possibilita a adoção de estratégias para um trabalho preventivo do crime de homicídio.
- 9 - A META DE CUMPRIMENTO DE MANDADOS DE PRISÃO expedidos pelas Varas Criminais do Tribunal do Júri (homicídios) em nossa área de atuação, in casu, 3a Vara Criminal de Niterói, 4a Vara Criminal de São Gonçalo e Vara Criminal de Itaboraí que está sendo executado pelo SETOR DE OPERAÇÕES da DHNISG com bons resultados, o que proporciona maior interação com o Poder Judiciário, sobretudo com juízes que atuam no Júri.
- 10 - A iniciativa “conheça sua área” que pretende mapear todas as favelas de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, com anotações sobre a existência de tráfico de drogas, milícias, os respectivos chefes e envolvidos, oferecendo futuramente as Delegacias Distritais maior conhecimento sobre sua circunscrição

Desta forma, vamos arregaçar as mangas. Todas as Autoridades Policiais estão coletando e filtrando ideias para fazer parte de um processo administrativo a ser encaminhando para a Chefia de Polícia quando nos colocaremos oficialmente como “candidatos” ao prêmio.

Mais do que os valores, melhor será contribuir para o aperfeiçoamento da Polícia Civil.
Marcelo Barros (Diretor da DHNISG)

Em 2009 a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro (SESEG) implementou um “Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados” (SIM) direcionado às unidades de Polícia Militar (PMERJ) e Civil (PCERJ) distribuídas por todo o estado do Rio de Janeiro. Tais unidades foram organizadas pela SESEG de acordo com uma “compatibilização territorial” em sete Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs), que por sua vez eram divididas em 39 Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs), correspondentes aos Batalhões de Polícia Militar. 35a AISP¹³⁷. Esta “divisão geográfica e gerencial do Estado” servia como uma plataforma para implementação do modelo de gestão que o governo passou a aplicar e foi utilizada pelo SIM, como um programa de ações integradas entre as polícias para a redução dos “indicadores estratégicos de criminalidade”. Tais indicadores foram propostos pelo governo a partir da sistematização e análise de dados construídos pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro, considerando fatos criminosos que teriam “maior impacto na sensação de insegurança da população” como os crimes de homicídio, lesão corporal seguida de morte, latrocínio e auto de resistência; roubo de veículos roubo a transeuntes.

¹³⁷ “Ainda, cada AISP é dividida em Circunscrições Integradas de Segurança Pública (CISPs), que são divisões geográficas dentro de uma Área Integrada de Segurança Pública.” (SESEG, 2014)



Figura 12. Folder do WhatsApp para denúncias distribuído na entrada da DHNISG
Fonte: Acervo Pessoal

A criação e implementação das Divisões de Homicídios visava objetivamente incidir no “índice de letalidade violenta”. Em 2014, ano de inauguração das DH de Niterói e Baixada, a meta conjunta era reduzir em cerca de 6% o número de eventos neste índice¹³⁸. Tal meta era compartilhada entre PCERJ e PMERJ, com o apoio da SESEG e desdobrada em metas individuais nas RISPs, AISPs e CISPs, estabelecendo e estimulando resultados específicos para cada unidade das polícias. Além da “Premiação Produtividade”¹³⁹ por RISP e AISP e por celeridade, as unidades especializadas da PCERJ ou especiais da PMERJ, como a DHNISG, também poderiam ser premiadas por

¹³⁸ “Ela é constituída por três partes: objetivo a ser atingido, valor e prazo. E são definidas periodicamente, mediante análises criteriosas de resultados históricos para identificação de oportunidades reais de melhoria para o ciclo seguinte. Essas metas são calculadas com base no percentual de redução de cada um dos indicadores monitorados pelo sistema, aplicado sobre o desempenho do Estado, RISP e AISP, em igual período do ano anterior.” (SESEG, 2014)

¹³⁹ Os “Prêmios de Produtividade” eram quatro: 1) Prêmio Produtividade – RISP, Premiar a RISP que se colocar em primeiro lugar na classificação final; 2) Prêmio Produtividade – AISP, Premiar as AISP’s que se colocarem nos três primeiros lugares na classificação final 3) Prêmio Produtividade – RISP e AISP que atingirem as Metas, Premiar as AISP’s e RISP’s que atingirem todas as metas semestrais fixadas. 4) Prêmio Inovação - Unidades Especializadas PCERJ ou Especiais PMERJ; Premiar as melhores iniciativas e resultados no controle da criminalidade. Far-se-á: Pela constituição de Comissão para apreciação das iniciativas, com emissão de parecer técnico, a ser homologado pela Chefia de Polícia Civil e pelo Comando Geral da PMERJ, que definirão 3 (três) indicados, por corporação policial, com posterior remessa a SSPIO/SESEG para apreciação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Sistema de Definição e Gerenciamento de Metas que definirá quanto as 2 (duas) melhores práticas a serem contempladas.; 5) Prêmio por Produtividade – SARPM / COIMPOL / PCERJ e NUPESP / ISP, o Cumprimento de suas atribuições com antecedência mínima de 24hs antes do prazo limite.

suas iniciativas voltadas à redução dos índices, sendo os resultados destas reconhecidos pelo “Prêmio Inovação”, definido por uma comissão julgadora.

Na mensagem acima transcrita¹⁴⁰, enviada no dia 14 de março pelo diretor Marcelo Barros para o email funcional de todos os policiais lotados na DH naquele momento, ele buscava motivar sua equipe para “arregaçar as mangas” em função do “Prêmio Inovação” concedido pela SESEG. O email ainda foi enviado com cópia para a chefia da Polícia Civil, nas pessoas do Chefe e da Sub-chefe e para o diretor-geral das Polícias Especializadas, diretoria da qual a DHNISG fazia parte na corporação e que iriam participar da comissão, demonstrando aos seus superiores o quanto aquela repartição estava interessada na concorrência ao prêmio e, de certa maneira, se alinhando ao programa governamental. A “boa quantia em dinheiro” pagaria, segundo me contaram policias e delegados, R\$15 mil para cada um deles, certamente o principal incentivo para grande parte dos agentes e autoridades.

Muitos consideravam a DHNISG como uma “zebra”, pois era uma delegacia nova e ainda não contava com um trabalho consolidado e reconhecido. No entanto, principalmente os delegados, demonstravam-se animados e consideravam a DHNISG uma “forte concorrente”, pois acreditavam estar desenvolvendo um “trabalho excepcional” desde a inauguração. A apresentação dos projetos de inovação era vista de maneira positiva e cada um deles se envolvia em um dos projetos mencionados. Além dos dez pontos apresentados na mensagem do diretor, a criação de um “Núcleo de Homicídios Homofóbicos” (NHH) e de um serviço de denúncias por Whatsapp, além da presença de uma “pesquisadora”, no caso eu, eram destacados como inovações únicas, que os colocavam em vantagem em relação aos outros concorrentes. “A gente aqui, com apenas três meses, tem muito mais projeto e inovação que todos os outros. Você aqui é a prova disso!” me disse Afonso, o delegado substituto, enquanto se preparava para a apresentação oficial da DHNISG e me mostrava os slides que iria usar no evento organizado para as candidaturas, realizado pela SESEG.

Na divisão do trabalho da DHNISG, Afonso era o principal responsável pela condução e supervisão dos projetos de inovação, sempre muito empolgado ao falar sobre a promoção de uma campanha na Polícia Civil para a redefinição do que ele

¹⁴⁰ Uma via impressa deste email estava afixado no mural da entrada da DH, bem como nos murais das salas de alguns setores. Tanto o delegado titular quanto seu substituto se referiam diversas as vezes sobre o conteúdo da mensagem, destacando o “valor” que aquele conteúdo tinha na “gestão da delegacia”, revelando o status de “documento” presente naquele email.

chamava de “brand design”¹⁴¹. Afonso, que além da Faculdade de Direito, ostentava um extenso currículo diagramado em placas penduradas na parede de seu gabinete, havia cursado uma especialização em “Marketing Empresarial” e destacava a importância do “planejamento estratégico” para o trabalho policial. “Nós aqui funcionamos como uma empresa. Temos organograma, objetivo a cumprir e metas para bater. Como qualquer empresa, temos que pensar em condições de otimizar nosso trabalho”, me disse, reproduzindo o trabalho policial como um tipo de serviço que produziria um produto específico: as investigações.

Afonso se referia ao que era comumente descrito também por outros delegados de que o trabalho da Polícia Civil e particularmente dos “investigadores de homicídios” dependia das informações que eram cedidas pela “população”. A efetivação da relação entre o produto que era produzido pelos policiais, os “inquéritos”, e o serviço que iria atender essa população, as “investigações”, do ponto de vista dos policiais, dependia destes que eram. Isto é, na relação de troca com os atendidos pelo serviço prestado pela polícia, a “informação” que era elaborada como uma “mercadoria política” pelos policiais e tinha sua fonte nos “populares”, e dos quais a polícia demonstrava, de certa maneira depender, para a realização deste trabalho.

No entanto, para os policiais, a maioria das pessoas evitava ceder as informações sobre os “homicídios” porque tinham, como me foi descrito, “receio”, “medo” ou “descrença” na polícia. “O marketing para isso é, sem dúvidas, primordial”, me disse ao destacar a necessidade de “estratégias de marketing” para competir com as opiniões já presentes no “imaginário social” sobre a polícia. “A gente tem que mudar a imagem da Polícia Civil, mostrar nossa imagem positiva. Já basta sermos aqueles que as pessoas vão ter que lidar num momento ruim; as pessoas tem que confiar na polícia e a polícia precisa da confiança das pessoas”. Na cantina um mural sob o título de “DH

¹⁴¹ Em português, “desenho da marca”. Afonso se apropriava do conceito “design thinking”, um tipo de processo criativo que se refere às formas de por em prática os projetos de inovação, de modo que esses possam ser acessados pelo público, através de formas de aproximação como empatia e experimentação, também chamado de “design estratégico”. Ao engajar uma discussão entre Antropologia e Design, Zoy Anastassakis (2012, 2012) afirma “Grande parte dos projetos, estudos e pesquisas em design que buscam referenciar o uso que fazem da antropologia, ou da etnografia, baseiam-se na já ampla e significativa literatura sobre tais tópicos produzida no campo do design. Dentre essas produções, tem papel de destaque as publicações da IDEO, consultoria em design norte-americana que, além de se valer, em seus projetos, da abordagem antropológica, tem feito constantes investimentos na divulgação de sua perspectiva projetual, associada ao termo *‘design thinking’*. Entretanto, há, no design, uma considerável produção de massa crítica sobre as relações possíveis entre design e antropologia, para além do que propõe a IDEO. Nesse ínterim, ainda é tímida e pouco sistemática a busca por referências na literatura antropológica - aquela produzida a partir da antropologia, por profissionais e pesquisadores identificados com a prática e a pesquisa em antropologia.” (2012, p.2)

Thinking” era organizado por Afonso com notícias onde ele reproduzia visualmente estas noções aos outros policiais , pois, para ele, a imagem da polícia deveria ser (re)atualizada. Para tanto, diferentes estratégias estavam sendo acionadas num “modelo de aproximação com a sociedade civil”.

As iniciativas apresentadas para concorrência ao Prêmio Inovação iam na direção da transformação desta imagem. Considerando que as “linha de investigação” dependiam das “informações”, estas eram tomadas como um “bem” com um valor atribuído pela polícia. No entanto, para receber este bem, eles precisavam do estabelecimento de um “vínculo” que de certa forma se caracterizasse como recíproco, um laço por parte daqueles que sabiam ou tinham conhecimento de “informações” que poderiam ajudá-los a definir a “linha de investigação” de um homicídio. Na perspectiva dos policiais, a relação com a mídia era fundamental para esta aproximação que permitiria a circulação das informações enquanto um “bem”. Ao mesmo tempo, para “transformar a imagem da polícia”, eles dependiam desta circulação de informações que pudesse mostrar ao “público” as “qualidades” da polícia. E a minha presença enquanto pesquisadores, era vista como útil para demonstrar a “realidade da polícia” pois “Quando as pessoas conhecem o trabalho que a gente realiza aqui, elas vêm que levamos a sério” disse Felipe, creditando qualidades ao trabalho de investigação desenvolvido na DH.

Ao “criar métodos de aproximação com as pessoas vinculadas as vítimas do homicídios”, os policiais reforçavam que moradores de regiões onde houve um “homicídios” e familiares das vítimas eram fundamentais e que para o estabelecimento de uma relação de confiança com os “envolvidos”, que por sua vez permitira o prosseguimento na investigação era preciso “dar atenção, falar com o familiar e entender que no homicídio alguém fez um mal”. Em algumas regiões, entretanto e como já comentado, era grande a dificuldade de se conseguir testemunhas pois muitas vezes, quando convocadas essas não dariam nenhuma informação. Além da falta de confiança na polícia, o medo era apresentado como fator para a não comunicação, especialmente “em área dominada pelo tráfico ou milícia [que] produzem um temor reverencial na população”, como me explicava o delegado, mas como também ouvi de outros policiais e testemunhas.

Metas

O plano de metas da DHNISG recomendava a cada dupla de policiais do GI o relatório de ao menos dois procedimentos por mês, isto é, mensalmente dois “homicídios” deveriam ser “solucionados” com suas linhas de investigação finalizadas. As equipes ainda tinham metas em relação ao número de prisões efetuadas, através dos quais o diretor pretendia estimular os resultados estatísticos sobre as investigações atuando não apenas contra os “homicídios” como também contra os “criminosos”.

DH NITEROI-ITABORAI-SÃO GONÇALO - CONTROLE METAS 2014 DIRET. DR													
DR.DEL./GI	EQUIPES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
NITEROI	...							00	03	03	03	03	
	...							02	0	03	03	03	
	...							03	0	0	02	0	
ITABORAI	...							02	0	0	03	0	
	...							03	03	0	0	0	
	...							02	02	0	01		
SÃO GONÇALO 1	...							03	03	03	0		
	...							03	03	03			
	...							02	01	01			
SÃO GONÇALO 2	...							02	03	03	01		
	...							03	03	03			
	...							03	03	03			

Figura 13. Quadro de “Controle Metas 2014” instalado na sala do diretor da DHNISG
Fonte: Acervo Pessoal

Com o objetivo de alcançar a meta, os “homicídios” envolvendo a “guerra” passaram a ser investigados mais sistematicamente, pois como demonstrei anteriormente, eram considerados “mais fáceis” de se resolver. A relevância dada a esses casos fez com que muitos fossem solucionados em meio a uma série de “homicídios” considerados “difíceis” de serem investigados, com “poucas evidências”, sem indícios ou linhas de investigação claras e restritas provas e testemunhas. Assim, de certa maneira, os policiais encontravam nos “homicídios da guerra” uma forma de

elucidar mortes, relatar os procedimentos e alcançar as metas de produtividade propostas pelo diretor da divisão.

Ora, o programa de metas nem sempre era visto com bons olhos pelos policiais. Enfatizando as peculiaridades do tipo de investigação que eles faziam, que era conseguir “informação”, o policial Jorge do GISG me dizia: “O inquérito é processo, informação. Não tem como [pressionar pelas metas]. Às vezes a informação demora mais, outras menos. Tem dupla que tem informação de três inquéritos, mas segura. Acaba fazendo corpo mole.” No final do mês de setembro, por exemplo, Bruno e Roberto, do GISG, conseguiram quatro autorias, mas optaram por relatar apenas três inquéritos: “deixamos três para o mês [de setembro] e entramos em outubro com uma” me explicou Roberto, explicando como gerenciava os inquéritos para sempre bater a meta mensal.

Outros me diziam não se importar em bater as metas, ao contrário: “Te falar, eu tô cagando para as metas”, me disse Torres, “Eu tô preocupado em prender vagabundo, para isso que eu tô aqui!”. Esse tipo de perspectiva mostrava também que, para além da política de produtividade recompensada anualmente em forma de prêmio, os policiais que investigavam os casos de homicídio colocavam em jogo também outros interesses e valores.

Além da forma de gerenciar as informações, as “operações” eram outra forma de se conseguir bater as metas da delegacia coletivamente. Além das relatorias de inquérito, que eram destacadas no quadro de controle de metas pendurado na sala do diretor, a execução de mandados de prisão também era uma das metas a ser batida. Durante o trabalho de campo, houve operações que envolveram diversos policiais e delegados. Como a ocorrida numa madrugada de agosto. Ao saber, por alguns dos policiais, que a volta para a “base” estava agendada para às oito horas da manhã, me preparei para chegar na delegacia cedo. “A gente sai daqui no meio da madrugada, umas três horas, por aí. Para quando for seis horas da manhã, estarmos todos posicionados.” me explicou um dos policiais do SOP. Cheguei na delegacia um pouco antes das sete da manhã para acompanhar a volta das equipes. Ao redor deste horário, a cantina já estava aberta e eu poderia ficar por ali. Na “base”, encontrei Hugo do SIP que me disse que “Eles num prenderam muita gente ainda não, tinha muito mandado também, mais de 50. O pessoal da investigação está produzindo bastante!”. Enquanto conversávamos, voltou a primeira viatura, de onde saíram um delegado e três policiais aparentemente exaustos, mas animados: “Eles tão trazendo dois tralhas aí! Conseguimos pegar, tavam dormindo!

Trabalho limpo, sem tiro!" comentou para nós, em tom de celebração, o delegado. Logo depois chegaram mais três viaturas, com um total de um delegado, oito policiais e dois presos. Os presos foram levados para o SIP onde Hugo realizou o registro da prisão de cada um deles, o cumprimento do mandado de ambos era por "tráfico de drogas". Ainda daquela operação de "mais de 50" mandados, os agentes da DH prenderam outras três pessoas. Nenhum deles era acusado de participação em "homicídios" investigados na DH. Contudo, ocupou parte da rotina, dos recursos e dos produtos, do trabalho da repartição. Dessa forma, transformava-se em mais um bem valorizado dentro e fora da DH, que, por sua vez, valorizava o trabalho aí desenvolvido.

A seguir, para finalizar este capítulo, descrevo dois casos relacionados a procedimentos de "aborto" que foram investigados na DHNISG. Conforme a visão dos policiais e como identificado pelo delegado Afonso, que ficou responsável pelos "inquéritos", o "sucesso" das "operações" realizadas pela Polícia Civil em combate a "clínicas clandestinas" de "aborto", era visto como responsável de ter tornado este procedimento ainda mais clandestino e uma prática ainda mais arriscada de ser realizada no Rio de Janeiro. Com tal relato busco mostrar, além de outras formas de conduzir a investigação e construir "linhas" em casos classificados sob outras categorias distintas às já tratadas, como o trabalho realizado em casos específicos pode ele mesmo se tornar um bem e ter repercussão para além das linhas traçadas.

Maria Francisca

Maria Francisca tinha 32 anos, casada com Antonio de 27 anos e mãe de três filhos: duas meninas e um menino, morreu após a realização de um aborto numa "casa aborteira" em Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro. Havia dois meses, o casal descobrira que Maria Francisca estava grávida novamente. Ela estava desempregada e com ajuda de uma amiga comprou pela internet o medicamento "Cytotec"¹⁴². Dois comprimidos introduzidos em sua vagina fizeram sofrer com cólicas e hemorragias durante dois dias, mas ela não abortou.

¹⁴² Cytotec é um medicamento originalmente desenvolvido para o tratamento de úlcera gástrica, cujo princípio ativo é o Misoprostol. Nos anos 1990, o Cytotec passou a ser utilizado largamente para procedimentos de aborto, refletindo-se, inclusive numa queda na mortalidade materna e um aumento no número de internações hospitalares para a finalização do aborto: "A realidade conhecida é que as mulheres iniciam o aborto com uso do Cytotec e o finalizam nos hospitais públicos com a curetagem. Como as mulheres adquirem esse medicamento, como o utilizam ou mesmo quem as auxilia no aborto são perguntas ainda pouco exploradas no cenário nacional, limitadas a estudos locais ou com número restrito de participantes." (DINIZ e MADEIRO, 2013, p.1672)

Após a tentativa mal sucedida, Maria Francisca decidiu procurar uma clínica para realizar o aborto. Ela estava com quase cinco meses de gravidez quando decidiu procurar uma “casa aborteira” e entrou em contato com uma assistente de enfermagem que atuava nos municípios de Niterói e São Gonçalo. Para realização de cada aborto se cobrava o valor de R\$ 3 mil. Via contato telefônico com a responsável pela clínica, Maria Francisca agendou o procedimento para o dia 20 de setembro, sábado. Às oito horas da manhã daquele dia, foi deixada pelo marido no ponto de encontro combinado, na Estrada da Tenda, bairro Engenho Pequeno, Niterói. Ali, se encontrou com um homem que a levaria de carro até a clínica. Em sua bolsa, R\$ 2,8 mil para o pagamento do procedimento. Duas horas mais tarde, Maria Francisca ligou para Antonio informando que precisaria de mais R\$ 700. Ao longo deste dia e até o final da tarde de domingo, o contato entre o casal passou a ser por mensagens de celular.

Um pouco antes das 18 horas de domingo, Maria Francisca ligou novamente informando que estava terminando o último procedimento e pedindo que Antonio retornasse sua ligação em menos de uma hora. Ele ainda não sabia, mas aquela era a última vez que conversava com sua esposa. Passados quarenta minutos, Antonio tentou mas não conseguiu mais contato telefônica com a esposa. Maria Francisca chegou em estado grave ao Hospital Estadual Azevedo Lima, Fonseca, Niterói, por volta das 22 horas. Ela foi levada por um homem que dirigia um carro modelo Gol de cor branca e que ao chegar no hospital informou que passava pela Estrada de Ititioca quando um grupo de traficantes armados o mandou parar, obrigando-o a levar a mulher, que agonizava na beira da via, para um hospital. Uma hora depois, familiares de Maria Francisca foram avisados pelo hospital que ela se encontrava internada. Chegando lá, porém, foram informados que a mulher havia morrido. O corpo de Maria Francisca foi levado ao PRPTC¹⁴³ do Barreto, em Niterói para realização de exames médico-legais. Na necrópsia, além da forte hemorragia vaginal, perfurações no útero e intestino e um tubo de plástico encontrado dentro do corpo foram identificados como a *causa mortis*.

Logo após a morte de Maria Francisca no hospital, policiais da Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo (DHNISG) foram informados pelo policial plantonista no hospital do óbito de “uma mulher que procedera aborto clandestinamente” como descrito no registro de ocorrência inicial. Após a confirmação

¹⁴³ Pólo Regional de Polícia Técnico-Científica, vinculado a Polícia Civil do Rio de Janeiro, que conjuga as atividades de perícia criminal, papiloscópica e médico-legal para a produção de laudos periciais que irão informar as investigações de crimes.

de sua morte, uma equipe do “Grupo Especial de Local de Crime” (GELC) daquela repartição se dirigiu ao hospital no intuito de conseguir informações sobre a vítima e iniciar as investigações de sua morte. Na manhã do dia seguinte, policiais do “Grupo de Investigação de Niterói” (GI-Nit) passaram a investigar o caso.

Inicialmente, a “linha de investigação” seguia a versão apresentada pelo homem que deixou Maria Francisca na emergência, e que se complementava com as informações também prestadas pela família da vítima. Devido a recente repercussão pública do caso de Maria Adriana, cujos restos mortais foram encontrados e identificados após ela ir até uma clínica realizar um procedimento de aborto, a morte de Maria Francisca rapidamente atraiu o interesse da mídia, que na segunda-feira, 22 de setembro, desde às oito horas da manhã, ocupava o hall de entrada do prédio da divisão a espera de informações do delegado sobre o caso. Ao redor de meio-dia, o delegado responsável pela investigação declarou aos jornalistas: “Depois do aborto malsucedido, Maria Francisca foi abandonada na estrada ainda com vida. Traficantes da região, com medo de que a polícia suspeitasse que ela teria sido vítima deles, mandaram que o motorista a levasse ao hospital” (ALVES, 2014). O carro que transportou Maria Francisca havia sido deixado no hospital, o motorista, por sua vez, havia sumido. O veículo foi apreendido pelos agentes da DH para realização de perícias por papiloscopista e peritos criminais que o examinaram, coletando impressões digitais e amostras de material genético que poderiam conter sangue da vítima (COSTA, 2014).

Antonio, que inicialmente poderia responder como coautor do crime de aborto, pois participara de etapas para sua realização, foi pela segunda vez a DH para prestar depoimento. A primeira havia sido na noite em que Maria Francisca morreu. Depois que liberado pelos policiais reproduziu aos jornalistas que o aguardavam no hall aquilo que já declarara em seu depoimento: “Ela não queria o quarto filho, e isso foi até motivo de discussão entre nós. Eu era contra o aborto. Ela queria arranjar emprego. Mas, grávida, não conseguia” (MOURA, 2014).

Na manhã de terça-feira, 23 de setembro, os agentes localizaram uma residência na Rua Silvino Pinto, bairro Sapê, Niterói, onde funcionava a “casa aborteira” na qual Maria Francisca foi realizar seu procedimento. Quando chegaram na casa, a única pessoa que estava era Júlia, faxineira da clínica que foi imediatamente levada para a DH para prestar depoimento. Na perícia realizada no local, os policiais encontraram elementos que classificaram como indícios da prática de aborto: dezoito caixas com medicamentos variados, ataduras e material de enfermagem. Um colchão e calcinhas

com manchas de sangue também foram encontrados e levados para serem periciados por posterior análise química para que se confirmasse a presença de material genético da vítima. Um computador e uma agenda também foram apreendidos. Após a perícia naquele que o delegado tinha a certeza ser o “local de crime”. A casa foi lacrada pela polícia.

Em seu depoimento na DH, Júlia declarou que a residência “não tinha uma rotina doméstica” e que suas patroas eram mãe e filha, proprietárias do imóvel. Com o depoimento prestado por Júlia e as informações conseguidas através de vizinhos as duas mulheres, Sandra e Jéssica, foram identificadas pela polícia como responsáveis pela clínica e suspeitas da morte de Maria Francisca. Além das “donas da casa”, os agentes souberam também da participação do enfermeiro nas práticas de aborto. Ele trabalhava num hospital particular em Niterói e seria responsável pelo agenciamento de grávidas que desejassem realizar um aborto. Ainda, os policiais identificaram o homem que levou Maria Francisca até a emergência do hospital como Nelson, filho de Sandra, que teria forjado a história a respeito dos traficantes por medo de ser capturado pela polícia. Após o depoimento, Júlia foi considerada cúmplice de mãe e filha que praticaram o crime de aborto e detida.

Maria Francisca foi enterrada às 16h30 do dia 23 de setembro, no Cemitério do Maruí, no Barreto, Niterói, mesmo dia em que houve a confirmação da morte de Maria Adriana, caso já descrito acima. Familiares e amigos não quiseram falar com a imprensa que estava massivamente presente. A morte de Maria Francisca contava com forte presença da mídia, muito promovida pelo fato ter ocorrido semanas após a morte de outra mulher, sob condições semelhantes em Campo Grande, na cidade do Rio. Os jornalistas tinham grande interlocução por parte dos investigadores que, liderados pelo delegado, promoviam a divulgação do caso pelos jornais tendo inclusive concedido imagens do rosto de Maria Francisca, numa foto onde sorrindo aparece a mulher negra com cabelos alisados e aparelho nos dentes. Como no caso ocorrido no Rio, a repercussão pública da morte de Maria Francisca era usada pelos policiais como uma forma de avançar nas investigações que passou a ser noticiado como o caso “aborto de Niterói”, demarcando contraste com o caso “de Campo Grande”.

Durante o período das investigações do “aborto de Niterói”, a presença dos jornalistas na delegacia era em maior número do que o rotineiro e para atender a demanda, diariamente, ao redor das 16 horas, o delegado dava entrevistas coletivas aos jornalistas se posicionando em frente a porta de vidro que dava acesso a recepção. No

dia 29 de setembro, eu estava no setor Permanência no interior da delegacia e pude observar como a chegada do delegado mobilizava repórteres que empunhavam canetas, papéis, gravadores, microfones e câmeras para realizar registros após a prisão de dois suspeitos, Sandra e Luís. A fala com os jornalistas durou cerca de 10 minutos.

Depois disso, conversei com o delegado durante o café na cantina sobre o sucesso nas investigações e ele comentou: “As investigações estão indo rápido mesmo, um caso como esse a gente não pode deixar esfriar”, me explicou. Naquela tarde, Sandra se entregou na delegacia acompanhada de um advogado e em seu depoimento declarou que começou a praticar abortos há 20 anos, quando realizou um procedimento de “autoaborto”. A mulher ainda confessou ter sido ela quem introduziu o medicamento na vítima, provavelmente Cytotec apesar de não ter sido este esclarecido naquele momento da investigação. Em seu termo de declaração na delegacia foi registrado:

(...) QUE na noite de sábado a declarante injetou o medicamento na vítima MARIA FRANCISCA; QUE esperou até o remédio fazer efeito; QUE dormiu na mesma cama com a vítima; QUE o *feto* foi expelido no domingo pela manhã; QUE o *feto* posteriormente foi jogado no lixo (...)”¹⁴⁴

Ainda segundo o depoimento da indiciada, a vítima passou a ter forte hemorragia na tarde de domingo e por isso foi “desesperadamente” levada ao hospital por seu filho. Ela acreditava que ele havia forjado uma versão de interceptação por medo e que ele não havia participado da execução do procedimento de aborto, mas que tentava ajudar Maria Francisca. Apesar das perfurações no útero e no intestino da vítima identificadas pela necrópsia, Sandra negou que realizara outros procedimentos para o aborto além da injeção e tampouco mencionou uso de sonda, recurso complementar ao medicamento Cytotec, comumente utilizado em casos de aborto.

¹⁴⁴ Transcrição de trecho do Termo de Declaração de Sandra presente no Inquérito Policial de investigação da morte de Maria Francisca e acessado em ocasião de uma das entrevistas realizadas com o delegado que conduzia o caso.



**Figuras 14 e 15 . Jornalistas na cobertura de um caso de “aborto” na DHNISG
Fonte: Acervo Pessoal**

O enfermeiro responsável pelo contato com mulheres interessadas em realizar aborto e quem levou Maria Francisca até a casa de Sandra, foi preso por policiais da DH na sua residência em Maricá, Região dos Lagos. Em seu depoimento aos investigadores confessou participar da “quadrilha” de Sandra há pelo menos seis meses, quando indicou a esposa de um vizinho para fazer um aborto. Após a tomada de seus termos, ele e Sandra foram presos temporariamente como os autores da morte de Maria Francisca.

No dia seguinte, a filha de Sandra, Jéssica também se apresentou a polícia na companhia de um advogado. Em seu depoimento, e que fora reproduzido posteriormente por sua advogada aos jornalistas, Jéssica declarou não ter tido nenhum envolvimento com o caso. A advogada disse ainda que tampouco Nelson tinha qualquer relação com o crime e que seus clientes eram inocentes. Após a prisão de sua cliente Jéssica, a advogada explicou:

O Nelson foi até a casa da mãe e ela pediu para socorrer a Maria Francisca e ele ajudou. Ele viu todo aquele sangue e só pensou em socorrer, não sabia o que estava acontecendo. Quando viu a polícia e a assistente social no hospital dizendo que havia um crime ali, ele que é um homem simples de pouca instrução, ficou nervoso e por medo deu a primeira versão. Ele é casado, não mora com a mãe, foi visitá-la quando recebeu o pedido para ajudar a socorrer Maria Francisca. Não se apresentou ainda por conta de uma crise nervosa. Ele é moto taxista, trabalha como entregador. Irá se apresentar (MARTINS, 2014).

Enquanto a advogada fazia suas declarações aos jornalistas, o delegado responsável pela investigação do caso conduzia, desde sua sala, o inquérito.

Posteriormente, quando foi confrontado pelos jornalistas sobre a versão dada pela advogada dos acusados, ele declarou:

Se o Nelson não cometeu nenhum crime porquê não se apresenta? Está fugindo. Mentiu antes dizendo que havia sido obrigado por quatro pessoas armadas a levar a Maria Francisca para o hospital, no mínimo ele ficará [indiciado no inquérito] por falso testemunho e essa declaração dada pela sua advogada é inverossímil, mentirosa. Desconfiamos quando ele falou sobre ser obrigado por quatro pessoas armadas para levar a Maria Francisca para o hospital. Estamos negociando a rendição com a sua advogada. Ele já falou que iria se entregar ontem e ainda não se entregou. Caso ele não se entregue vamos atrás. Se não aparecer vamos capturá-lo (MARTINS, 2014).

“De certa maneira a gente que matou essas mulheres”

A investigação da morte de Maria Francisca foi resolvida em menos de um mês, algo raro para os casos de “homicídio” investigados pela Polícia Civil. “Aborto é mais fácil de investigar, já tem um fio”, me explicou o delegado Afonso, responsável pelo inquérito do “aborto de Niterói” quando comentava a investigação do caso de Maria Francisca. Na sua opinião, aquele era “sem sombra de dúvidas um caso excepcional”. Coincidindo com a investigação policial de outro caso de morte decorrente de aborto clandestino ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, a morte de Maria Francisca repercutiu pela cobertura da mídia e foi tratada com investimentos não rotineiros pelos agentes da Divisão de Homicídios que tinham a resolução daqueles casos como um objetivo certo a ser alcançado rapidamente. A rotina da repartição foi alterada por aquele “morto evento”. Em menos de um mês, não apenas se havia esclarecido as circunstâncias de morte da vítima, como também todos os suspeitos de envolvimento na morte foram reconhecidos, indiciados e estavam presos. Ao comentar as prisões realizadas por ele e sua equipe, o delegado chamava atenção para a falta de conhecimentos médicos por parte daqueles que realizaram os abortos terminados em morte:

Nesse aborto e no realizado em Campo Grande, as pessoas que fizeram os procedimentos não possuíam, digamos assim, grandes conhecimentos técnicos como em outros casos. Não foram abortos conduzidos nas clínicas, com estrutura médica, coisas assim. Esses abortos tiveram graves consequências. (...) Geralmente nesses

casos as grávidas não sabem onde ficam as clínicas e se encontram antes com uma pessoa que as levam até o local onde acontecerá o aborto.

As clínicas mencionadas pelo delegado, “com estrutura médica, coisas assim” eram muito diferentes das “casas aborteiras” na qual Maria Francisca foi realizar seus procedimentos. Clínicas médicas que atuavam clandestinamente para realização de abortos no Rio de Janeiro são conhecidas pela maioria das mulheres adultas, seja porque já precisaram utilizar seus serviços ou por amigas e conhecidas que o fizeram¹⁴⁵. Esta é uma das formas mais comuns de interrupção de gravidez, além do Cytotec e de ervas medicinais, e certamente uma das mais eficazes.

Há alguns anos, porém, tais clínicas vinham sendo alvos de operações organizadas pela própria Polícia Civil visando, especialmente, deter os médicos - profissionais com conhecimento qualificado para a realização dos procedimentos - e os demais profissionais que atuavam na “máfia do aborto”, como dito por alguns policiais e jornalistas. “Até prender os médicos, é um jogo de caça, de gato e rato” me explicou o delegado, explicitando que a lógica das operações policiais era de combater a principal garantia das condições seguras na realização dos procedimentos de abortos clandestinos: os médicos.

A obrigação legal proveniente de sua atuação profissional em combater crimes, não impedia ao delegado de analisar de um ponto de vista crítico a ocorrência de mulheres que foram mortas durante a realização de aborto devido criminalização destes. Ao contrário, o delegado reconhecia o risco que eram submetidas as mulheres e a responsabilidade da Polícia em tê-las como vítimas de “homicídios”:

Olha, vou te explicar uma coisa, *de certa maneira foi a gente que matou essas mulheres*. Porque ano passado [2013] teve aquela operação e a gente desmantelou tudo. Fechou todas as clínicas, prendeu mais de 50 pessoas, médico, enfermeiro, policial... aquelas clínicas da [rua] Dona Mariana.

¹⁴⁵ Pesquisas interessadas em questões referentes a vida sexual feminina, como métodos contraceptivos, parto, menstruação, masturbação, “abortos” tem demonstrando como tais práticas integram parte do universo de conhecimentos compartilhados entre mulheres, e de certa maneira compondo o “mundo feminino” de cuidados de si e do corpo. Tais conhecimentos, particularmente aqueles relacionados ao “aborto” tem sua divulgação e compartilhamento limitado por conta da proibição e criminalização desta prática. (c.f. DINIZ e MENEZES, org, 2012)

A “operação” a qual se referia o delegado, era a “Operação Gênesis”¹⁴⁶, realizada em dezembro de 2013 (POLICIA CIVIL, 2014), e que desarticulou “a maior organização especializada em abortos no Rio de Janeiro” (O DIA, 2013), segundo o delegado titular da 19ª DP, na Tijuca, que conduziu esta operação. Antes, em 2011, já havia ocorrido uma outra operação, a “Operação Hipócrates”¹⁴⁷, conduzida pela Delegacia do Consumidor (DeCon) na qual uma clínica em Botafogo foi fechada e onze pessoas foram presas. “Sempre tem, teve em 2011, teve em 2013 e agora, depois desses casos, vai ter de novo. Porque é assim que a polícia trabalha”, comentou para mim o delegado da DHNISG.

E teve. Em outubro de 2014, após as mortes daquelas mulheres, a Polícia Civil do Rio de Janeiro conduziu uma “mega operação” denominada “Herodes”¹⁴⁸. A operação reuniu policiais de diferentes unidades na qual obteve mandados de prisão para 75 pessoas (G1 Rio, 2014), entre policiais, membros do corpo de bombeiros, enfermeiros, agenciados de grávidas e médicos, inclusive um médico ginecologista de 88 anos que morava e praticava abortos numa clínica médica na Zona Sul do Rio de Janeiro e que foi preso pela primeira vez pela prática em 1962 e nesse ínterim já fora preso outras vezes e respondera a pelo menos cinco processos penais por aborto (COSTA, 2014). Nos cálculos temporais do delegado, as operações que surtiram efeitos na alteração do padrão de abortos no Rio de Janeiro eram as recentes, “mais ou menos dois anos de combate ao aborto, que abriu um espaço para o mercado informal”. Segundo ele, foram as ações da Polícia Civil, em especial as “mega-operações”, que levaram aquelas mulheres a um contexto de marginalização que as vitimou fatalmente. Tal clandestinidade fez com que suas mortes fossem investigadas pela própria Polícia Civil.

¹⁴⁶ Os diferentes nomes adotados nas operações, em geral partem de *insights* dos seus realizadores e se relacionam com aquilo que identificam ser objeto ou motivação da operação. No caso desta operação, Gênesis se refere ao primeiro livro bíblico e narra uma visão mitológica da criação do mundo. O nome se refere, em português, a palavra “gênese” que significa criação, origem ou nascimento.

¹⁴⁷ Conhecido como o “Pai da Medicina Ocidental”, Hipócrates é de origem grega e é considerado o primeiro autor que sistematizou uma série de escritos referentes aos cuidados de saúde, descrições clínicas e doenças sendo até hoje lembrado como o primeiro médico da história da humanidade.

¹⁴⁸ “Herodes, o Grande” foi um monarca judeu romano da Israel antiga “nos tempos de Jesus”, estimado por historiadores entre os anos 37a.c. e 4a.c. Na mitologia bíblica, ele ficou conhecido na história pelas construções megalomânicas em Jerusalém e é mencionado por ter mandado matar todos os bebês de até dois anos do sexo masculino em Belém. Tendo sido o rei Herodes quem pediu que os “três reis magos”, ou os “astrólogos” que buscavam o “rei dos judeus” que procurassem o menino Cristo, fato que provocou a fuga de Maria e José, pais de Jesus Cristo, após seu nascimento para o Egito e posteriormente para cidade de Nazaré, na antiga Galiléia.

Considerando a discussão da dimensão simbólica do direito e seus efeitos na administração institucional de conflitos (KANT de LIMA, 2010; CARDOSO de OLIVEIRA, 2010), quando aplicada pela polícia, em forma de operações derivadas de procedimentos cartoriais e inquisitoriais, a lei cumpria suas funções práticas como tecnologia de governo que visava impedir mulheres de terem acesso a formas dignas e seguras para realização de um “aborto”. Dessa maneira, as operações também exerciam a função simbólica da lei e, pelos policiais, agentes da lei, se construíam como uma forma de aplicação de direitos na experiência cotidiana de sujeitos e que ganhava sentido nos controles morais realizados sobre os corpos e vidas das mulheres.

Paula Maria

Mãe de dois filhos, a bancária Paula Maria tinha 28 anos quando soube que estava grávida novamente. Era meados de setembro de 2014 e seu filho mais novo tinha apenas oito meses de idade. Logo que confirmou a gravidez, conversou com seu marido, José, de 31 anos e decidiu tomar o medicamento Cytotec. O casal conseguiu comprar o produto pela internet que chegou na sua residência em Niterói cerca de três dias depois. Após tomar o medicamento, dois comprimidos por via oral e dois por via vaginal, Paula Maria foi dormir. Na manhã seguinte, se sentia bem e foi para o trabalho. Chegando lá, porém, a bancária que estava de jejum passou mal e desmaiou. Seus colegas chamaram uma ambulância do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU) que a levou para o hospital.

Paula Maria chegou no hospital com uma forte hemorragia e os funcionários que a atenderam logo identificaram que ela estava sofrendo um aborto. Com fortes dores na barriga, vômitos e febre, o médico, tal como declarou posteriormente na DH, “suspeitou” que Paula Maria tivesse tomado algum “chá ou medicamento” para induzir o aborto. Porém, ao ser perguntada, ela negou. Paula Maria continuou internada e enquanto estava sedada, o médico conversou com o seu marido explicando-lhe que era necessário saber detalhes da gravidez para oferecer a mulher o melhor atendimento possível. José explicou ao médico que o casal já tinha dois filhos e que a mulher havia conversado e decidido com ele que iria abortar. José, então, descreveu que na noite anterior, Paula Maria tomara quatro comprimidos de Cytotec.

Do hospital, o médico informou ao policial plantonista do hospital que aquele era um caso de “aborto”. Este, por sua vez contatou a delegacia distrital. Nesta, o caso

foi encaminhado para a DHNISG onde Paula Maria foi indiciada pela prática de aborto. Provavelmente, médico e policial militar plantonista se inspiraram nos recentes casos de aborto que ainda repercutiam na mídia, para fazer tal tipo de denúncia. Em geral, casos como esses fazem parte do cotidiano das unidades de emergência de saúde e não são encaminhados à polícia. Inclusive, o sigilo sobre esses casos deveria ser mantido considerando à privacidade da paciente e o preceito ético de confidencialidade que rege as relações entre médico e paciente. Não foi, portanto, o que aconteceu com Paula Maria.

Dois dias depois, Paula Maria recebeu alta no hospital e foi até a DH prestar depoimento. Ainda muito fraca, lhe foi ofertada uma fiança¹⁴⁹, que ela pagou, no valor de R\$2 mil reais para não ser presa provisoriamente por conta do flagrante e foi liberada. “Imagina, aquela mulher presa aqui. Não dava!”, comentou um policial me explicando que Paula Maria não tinha “nem condições físicas e nem psicológicas de ficar numa cela” sendo esta a explicação para o fato de o delegado ter estabelecido uma fiança. Paula Maria não era inserida como um “indivíduo perigoso” que deveria ser mantida presa ou cuja fiança arbitrada deveria ser alta. Ao contrário, oferecer a ela a fiança deixando-a em liberdade já era fazer justiça, sobretudo por suas condições “físicas” e “psicológicas” que já faziam com que ela fosse punida. Como comentário final, o policial me falou: “Ela já tá sofrendo o bastante, coitada dessa mulher”.

Dias depois, conversando com o delegado responsável pelo caso, ele me contou que estava pensando se ia prosseguir com a acusação pois mesmo sendo um caso de “flagrante” ele “provavelmente” iria arquivar aquele inquérito, me dizendo que “não tem muito porque investigarmos essa mulher”. Paula Maria não era reconhecida pelo delegado como uma “criminosa”, e tampouco se encaixava num indivíduo que poderia ser “sujeitado criminalmente” (MISSE, 1999, 2010). Naquele caso, o delegado demonstrava que no exercício de sua autoridade policial para a construção social de um crime, ele não deveria definir aquele aborto como tal. Para o arquivamento, no Ministério Público, órgão para o qual o delegado deveria encaminhar o relatório daquele inquérito, caberia ao promotor de justiça a decisão de acusar Paula Maria de um crime ou de concordar com o relatado pelo delegado em não a “incriminar” pelo aborto cometido.

¹⁴⁹ De acordo com Cardinelli (2015) “a fiança é uma medida substitutiva que ocorre enquanto ainda não há uma sentença condenatória com trânsito em julgado. Ela, de acordo com o discurso legal, visa substituir uma prisão cautelar, durante a fase policial ou durante a fase processual.” (p. 151)

O caso de Paula Maria não repercutiu na mídia, apesar da cobertura midiática de jornalistas naquele período DH ter mantido sua constância habitual, com os repórteres dos jornais locais diariamente presentes. Tampouco este caso repercutiu nos e pelos autos, considerando que até aquele momento o delegado avaliava que era melhor cortar aquela linha de investigação e solicitar o arquivamento do caso. Ele apresentava criticamente as circunstâncias que o faziam compreender, moralmente, como Paula Maria chegou até a DH como autora de crime contra a vida. Caso seguisse com as investigações, o delegado teria que incriminá-la pelo crime de aborto, estabelecendo um inquérito contra ela e, portanto, construindo-a oficialmente como uma “criminoso”. Porém, sua perspectiva fazia com que Paula fosse considerada “apenas mais uma vítima”. Encerrando seus comentários sobre o caso, o delegado traçou um paralelo com o caso de Maria Francisca: “o outro aborto, não deu certo. Se desse certo, ela ia ser uma criminoso, cúmplice daqueles que a mataram. Mas não deu certo, na mesa do aborto ela foi de criminoso a vítima”.

“Abortos”

O caso do aborto de Paula Maria não repercutiu como notícia na mídia e tampouco como investigação nos autos, mas repercutiu na repartição, se somando aos comentários sobre “aborto” que foram trazidos à tona desde as mortes das outras duas mulheres: “Eu, particularmente, te falo aqui, sou contra. Quer dizer, sou a favor do aborto! Sou contra a polícia ter que prender essa mulher. Acho que tem que ter em hospital público, no postinho. Mas não posso fazer nada, sou um agente da lei, tenho que cumprir a lei.” me explicou um outro delegado. Em tom de confiança, uma policial mulher que trabalhava no Setor de Inteligência Policial me falou: “Flavia, cá entre nós, eu entendo né!? Mulher só se fode, tudo mãe com filho, tudo mulher com experiência [se referindo as vítimas fatais dos procedimentos de aborto mal sucedidos]. Eu não faria um, mas entendo quem faz.” Numa conversa desenrolada na cantina, durante a parte da tarde, ao assistirmos uma reportagem na televisão sobre o caso do “aborto de Campo Grande”, um investigador comentou “[o aborto] com certeza tinha que ser liberado, isso não é assunto de polícia!”. Outro policial que também estava por ali discordava veementemente e opinou “Um absurdo! Tinha que prender os maridos também, as pessoas têm que ser responsáveis pelos seus atos. A criança não tem culpa, o feto eu digo.”, divergindo dos demais colegas e de mim.

Os policiais compartilhavam opiniões sobre abortos, mas também tinham interesse em saber a minha opinião¹⁵⁰, apesar de, talvez por um jogo de “controle de impressões” (BERREMAN, 1975), já a deduzirem: “Nós sabemos quem você é, povo da universidade é tudo mente aberta”, já havia comentado um policial. Quando perguntada diretamente a respeito do que eu achava de “abortos” não hesitei em responder que considerava este um direito da mulher e que portanto deveriam ser legalizados, com possibilidade de realização no SUS, por ser uma questão de saúde pública. Nas talvez cinco vezes que fui perguntada a respeito, a maioria dos agentes concordava comigo, incluindo policiais mulheres e homens. Outros demonstravam sua discordância com sinais negativos com a cabeça ou comentários de que eu era “liberal demais”. Após conversarmos, um policial ao redor de 50 anos que era contra a descriminalização do aborto disse: “mudei minha cabeça”, descrevendo que após ouvir meus argumentos e pensar sobre os casos compreendeu que “é melhor liberar mesmo”.

Tal relação de interlocução empreendida com os policiais naquele contexto permitiu apreender como tais casos repercutiram nos agentes, quais valores estavam em jogo durante algumas de suas investigações e como estes expressavam suas moralidades a respeito do aborto, fosse como um “direito” ou como um “crime”. Por vezes, a forma como os casos eram administrados apresentava uma aproximação com os valores e moralidades expressos pelos próprios policiais. Noutras, porém, eles demonstravam que estavam diante de situações desafiadoras às suas moralidades e que, se não os fizessem mudar de ideia, pelo menos os levavam a refletir de forma crítica sobre a forma como as mulheres que decidiam realizar um aborto e sobre como estas têm sido tratadas.

Num dos casos aqui analisados, o de Paula Maria, a partir da denúncia que gerou o registro de ocorrência contra uma mulher que provocou um “autoaborto” via Cytotec, explicito a dimensão cartorial e burocrática das práticas que foram acionadas pelos policiais para a administração penal do aborto que incriminava e criminalizava uma

¹⁵⁰ Era comum durante o trabalho de campo que eu fosse perguntada sobre as mais diversas questões desde comentários sobre assuntos gerais que eram de interesse dos agentes como política, futebol e famosos, até conhecimentos específicos que eu poderia ter por minha inserção profissional e acadêmica, como perguntas sobre cursos na faculdade, formas de ingresso, referências bibliográficas e dicas de estudo. Em geral, eu respondia da melhor forma possível, sendo o mais clara e completa possível. Minhas opiniões sobre os casos de homicídio investigados “quem você acha que foi?” ou “o que você acha que aconteceu” também eram comuns de serem questionadas, especialmente após acompanhar idas a locais de crime ou depoimento de testemunhas. Em geral, quando as perguntas eram sobre os casos que estavam sendo investigados na DH, eu procurava responder de forma vaga ou até mesmo retórica, sem nenhuma definição dizendo “não sei” ou “sei lá, o que você acha?”. De diferentes formas, a interlocução que eu estabelecia com os policiais influenciava a eles e a mim, e eram sutis e continuamente diversas as condições e as consequências desta interlocução na condução da pesquisa. Voltarei a essa discussão nos Apontamentos Finais.

mulher por sua escolha em abortar. Para o delegado responsável pela investigação deste caso, aquela mulher tinha o direito de realizar o aborto, mas diante da denúncia que o introduziu no mundo dos “fatos policiais”, houve a necessidade de dar prosseguimento formal aquele caso, ainda que nenhuma investigação aprofundada tivesse sido realizada a respeito das circunstâncias que a permitiram realizar um aborto, tal como com quem ela comprou o medicamento. Para os policiais, o fato de ter sido denunciada pelo médico, o pagamento de fiança e o próprio aborto, já foram considerados sofrimento suficiente para Paula Maria e por isso eles preferiam cortar aquela “linha de investigação”, não dando continuidade ao inquérito.

No caso de Maria Francisca, os policiais expressaram-se moralmente sobre o “aborto” quando investigavam sua morte, decorrente de um procedimento clandestino de interrupção da gravidez. Os agentes, em geral, consideravam sua morte injusta e decorrente das péssimas condições na quais mulheres que optam abortar têm que se submeter. Estas, por sua vez, eram balizadas como decorrência da criminalização do aborto e, particularmente, da atuação combativa da própria polícia civil contra clínicas clandestinas que outrora atuavam com padrões médicos e sanitários adequados na realização de abortos e que foram fechadas por operações policiais. Portanto, a criminalização dos abortos e a atuação da polícia no sentido de combater este “crime” foi o que “abriu espaço para as casas aborteiras”, sendo a “linha de investigação” do “homicídio” de Maria Francisca uma repercussão do trabalho da própria polícia.

Neste capítulo, a partir de diferentes situações vividas na DH e da forma como casos de naturezas e classificações distintas eram investigados e linhas de investigação traçadas, procurei demonstrar como a “informação” sobre um certo “crime”, sobre “envolvidos” e sobre o “morto” se constituem como um “bem” passível de troca. Seja entre policiais e jornalistas, entre policiais e a figura dos X 9, entre os agentes e familiares dos envolvidos e entre estes últimos e os jornalistas; seja ainda entre os investigadores e as possíveis testemunhas que são produzidas entre os “populares” ligados a certos casos; ou através dos sistemas de avaliação da própria DH no campo da Segurança Pública. Diferentes eram as formas de circulação das “informações” que enquanto “bens” se constituíam como “mercadorias políticas” numa “malha” conformada pela circulação de trocas materiais e simbólicas e que envolvia bens econômicos, recursos materiais, procedimentos burocráticos, valores morais e interesses particulares e/ou corporativos. Nessas trocas, me interessou ressaltar, como os policiais estabeleciam certas obrigações de dar, receber e retribuir, de acordo com relações

sociais e interesses específicos que norteavam as “linhas de investigação”, construindo informações e registros, fosse para dar continuidade a eles, para encerrá-las e bater as metas ou para suspende-las.

Apontamentos finais

A “linha de investigação” sobre “homicídios” era uma técnica produzida na malha policial que urdia sujeitos, coisas e fatos numa relação mobilizada continuamente. Por meio de variadas ferramentas, os agentes manipulavam e mobilizavam “linhas de investigação” que deveriam vincular mortos e vivos, materializando em forma de “procedimentos” os conteúdos narrativos e burocráticos sobre uma morte. Formas de saber, poder e verdade (FOUCAULT, [1973] 2005; LIMA, 2010) que se davam na construção das “linhas de investigação” e eram apresentadas como resultado de uma técnica policial sobre os “homicídios”. Essa, por sua vez, se reproduzia numa “tecnologia de governo” cuja finalidade era a produção de documentos por escrito, sigilosos e com fé pública, o “inquérito policial”, que conteria a verdade policial sobre mortos e suas mortes.

Na presente etnografia, a partir da descrição das “linhas de investigação” busquei descrever e explicitar quais técnicas e moralidades eram acionadas no delinear dessas e de outras tantas “linhas” que se davam por diferentes caminhos, constituindo um mundo no qual os policiais habitavam e circulavam. Meu objetivo foi dar ênfase aos fluxos e aos processos que pudessem explicitar, mesmo quando se trata de morte, que os “caminhos da vida não são predeterminados como rotas a serem seguidas, mas têm que ser continuamente elaborados sob nova forma. E esses caminhos, longe de serem inscritos sobre a superfície de um mundo inanimado, são os próprios fios a partir dos quais o mundo vivo é tecido (INGOLD, 2000, p. 242).

Assim, linhas, fossem fios e traços, me serviram para descrever e analisar diferentes processos que estavam “entre” os procedimentos policiais de inscrição e definição de mortes pelas “linhas de investigação” dos “homicídios”. Inicialmente apresentei dados quantitativos discutidos à luz de dados qualitativos. Números que contavam e categorias que classificavam mortes, foram usados para descrever os sistemas classificatórios que ao mesmo tempo em que incluem algumas “mortes matadas” como “homicídio”, excluem outras tantas, tais como “autos de resistência”, “desaparecimentos” e “latrocínios”. Considerando esse jogo de classificações que produz efeitos na administração das mortes, busquei desenvolver uma discussão a respeito do uso de categorias e estatísticas que informam a construção social da categoria “homicídio”, utilizada pelas instituições geridas pelo Estado para tratar dos mortos vítimas de “mortes matadas”.

Diante da relevância e centralidade atribuída à categoria “homicídio”, e da necessidade de recursos específicos para investigação de mortes classificadas como tais, foram constituídas unidades policiais próprias para esse tipo de crime. A partir do contexto de uma dessas unidades, a Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo, observei e participei, constituindo as rotinas dos policiais em seus fluxos e circulações. Assim, considere como tempos e espaços eram percebidos, habitados e compartilhados pelos policiais a fim de destacar por quais fluxos e linhas, estes circulavam e se emaranhavam, na medida em construía as linhas de investigação.

“Linhas” estas traçando entre sujeitos — “vivos” ou “mortos”, construídos como “vítimas”, “testemunhas”, “suspeitos” e “autores” de “homicídios”, e coisas — produzidas como “indícios”, “evidências” e “provas”. As “linhas de investigação” estavam em contínua elaboração e ao descrever parte de suas trajetórias, isto é, as “técnicas de investigação” em processo, identifiquei que eram considerações morais sobre os sujeitos que direcionavam o trajeto da “linha” na medida em que era construída. Desse modo, ainda que a noção de “linha” fosse utilizada para representar a investigação como um segmento reto que conectaria diretamente um morto a um vivo, ao observar os processos que a constituía, identifiquei que era por curvas e voltas delineadas durante as investigações, que as “linhas” produzidas pelos policiais se incluíam num emaranhado de fios intrincados e enrolando diversas situações, narrativas e pessoas, inclusive, os policiais conformando uma densa e complexa malha de relações entre múltiplos sujeitos, coisas.

Reconhecendo a “linha” como uma “técnica de investigação” para se traçar a verdade policial, observa-se o processo de construção de uma narrativa sobre a morte, pela qual os policiais construía e representavam como um “homicídio”. Entrelaçadas na malha, as “linhas de investigação” não estavam isoladas enquanto técnica, mas conjugadas a pelo menos outras duas no âmbito das atividades cotidianas dos investigadores de “homicídios”: as técnicas cartoriais e as técnicas operacionais. Junto com as “linhas de investigação”, “cartório” e “guerra” inscreviam a narrativa dos “homicídios”, imprimindo nos procedimentos formas burocráticas e repressivas de atuação policial no controle de práticas sociais tidas como criminosas, tal como o comércio varejista de substâncias psicoativas ilícitas.

Vazando para além das “linhas de investigações”, as linhas de vidas dos policiais se expressavam em certos valores morais e por meio de “símbolos” e “interesses” que estabeleciam vínculo de reciprocidade e coesão entre eles. Explicitados

no tecer das relações que os conectavam com objetos e outros bens materiais, os policiais constituíam uma malha que os inseria e mantinha como membros daquela corporação e portanto, com acesso a certos objetos específicos que, inclusive os constituíam como policiais tais como armas e distintivo, e relações profissionais e posicionamentos políticos particulares.

A representação de seu “serviço” como de gestão e gerência de informações de um tipo específico, aquelas relativas à “investigação de homicídios” os situava entre a produção de procedimentos investigativos e verdades policiais que, ao longo da “linha de investigação” poderiam vir a ser divulgados na mídia. “Informações” que repercutiam sob a forma de “bens”, cujos valores eram atribuídos na sua circulação, expressando outros vínculos de reciprocidade ou (des)confiança estabelecidos entre policiais, familiares de vítimas, mídia e sociedade.

Portanto, era entre diferentes técnicas e moralidades, que os policiais civis conduziam as “linhas de investigação” que os levavam a participar desde uma “malha” na administração de mortes classificadas como “homicídios”. Para tanto, os policiais compartilhavam um “corpus de conhecimento” (INGOLD, 1986, 1988; VELHO, 2001; MURA, 2011) organizado e distribuído de acordo com a forma como eles se engajavam em relações sociais e materiais. Reproduzindo símbolos e interesses, tensionados situacionalmente por valores e moralidades que “não sejam únicas, nem homogêneos nem imutáveis, derivados de uma estrutura social totalizante, mas produto das interações pontuais e contextuais entre os agentes, as regras, os conflitos particulares e as pessoas envolvidas neles” (EILBAUM, 2012, p.32). Este “corpus de conhecimento” era resultado de um acúmulo orientado por uma “ética policial” (KANT de LIMA, 1995a) que nessas interações comuns conferia plasticidade a uma “malha” constituída na articulação contínua daqueles policiais ao longo das linhas de suas vidas.

Entre técnicas e moralidades

“Aí Flavia, você precisa ver esse vídeo!”, me falou o policial Túlio enquanto me mostrava no seu celular um vídeo com o Arnaldo Jabor na bancada do Jornal da Globo. No vídeo, o jornalista fazia comentários sobre um caso ocorrido naquela semana, quando um jovem negro foi amarrado por “populares” num poste no bairro do Catete, zona sul da cidade do Rio de Janeiro após ser acusado de tentativa de furto por um pedestre. O jornalista era assertivo sobre os usos sociais de linchamentos, especialmente contra suspeitos de roubos e furtos nas principais áreas da região metropolitana de

grandes cidades do país. Eu assisti um pouco impacientemente o vídeo de dois minutos encorajando esse tipo de ações. “E aí? Achou o que?” me perguntou Túlio. “Para mim, esse cara é um babaca!” respondi.

Seguindo a argumentação do jornalista, Túlio disse achar os linchamentos a melhor forma de controlar a sempre emergente violência no Rio de Janeiro para “mostrar aos vagabundos quem é que manda!”. Eu decidi ser mais explícita com a minha opinião e dizer que não entendia como a “violência” poderia ser a melhor maneira de “combater a violência”. Ele insistia dizendo que algumas vezes essa é a única forma de “se fazer justiça”. “Você não acha contraditório que você, um agente da lei, pense que a melhor maneira de se fazer justiça é não contando com ela?” eu perguntei. Ele olhou nos meus olhos e com um grande sorriso no rosto me disse: “Garota, não é fácil conversar com você!”

Não era a primeira vez e eu sabia que não seria a última, que eu me encontrava tendo uma discussão cujo fundo eram as diferenças morais que eu tinha com meus interlocutores na DH. Inclusive, essa era uma das principais questões metodológicas que se fez presente durante a realização do trabalho de campo: como diferentes valores morais, fossem os meus em relação aos policiais ou as discordâncias entre os meus interlocutores, informavam e explicitavam como conflitos e, particularmente, os “homicídios”, eram compreendidos, construídos e investigados. Para concluir a presente tese, irei discutir tal questão, propondo pensar a partir do reconhecimento da minha posição como “outro” naquele contexto e observar como nossas diferentes opiniões morais não se qualificavam como um problema ético, mas como uma indicação de nossas formas particulares de construção e ação no mundo, como especificidades e diferenças ao percorrer as linhas da vida. De certa maneira, o que ficava evidenciado quando discordávamos era que, de diferentes formas, policiais e antropólogos, eles e eu, tínhamos formas de ver o mundo e “éticas profissionais” (KANT de LIMA, 1995a) distintas, compartilhando de técnicas e moralidades diferentes.

Tenho como referência a própria forma por mim utilizada para realizar essa reflexão, aquela permitida pelo fazer antropológico que considera a relação de interlocução e reciprocidade que antropólogos e seus interlocutores podem vir a estabelecer no processo de produção de uma etnografia. Dessa perspectiva, nossas diferenças não nos impediam de conversar e trocar impressões, como muito menos chegar a entendimentos, consensos e também estranhamentos mútuos. Com esse entendimento, considero como sobre a tensão entre as técnicas e moralidades, eu

estabeleci uma relação de interlocução com aqueles policiais que passou pela identificação mútua das nossas diferenças e posições sociais, sendo parte de um processo de estabelecimento de laços por um tipo de “controle de impressões” (BERREMAN, [1961], 1975) que se estabeleceu entre policiais e eu, me permitindo conduzir o trabalho de campo que resultou nesta etnografia.

Controles de Impressões

Após ter encontrado as “portas abertas” para a realização do trabalho de campo, realizei por 12 meses a pesquisa na DHNISG. Numa primeira fase, circulei pela maioria dos setores, entrevistando delegados e/ou chefes e, ocasionalmente, conversando com outros membros do setor. Optei por priorizar aqueles setores que atuavam diretamente nas “investigações”, fosse produzindo “informações”, coletando “provas periciais” e “depoimentos” de testemunhas, realizando “diligências” e “operações”, ou montando e analisando os “inquéritos”. Esta primeira fase durou um mês.

Em seguida, prossegui com conversas com policiais de diferentes setores e com os delegados. A maior parte do tempo, no entanto, passou a ser o acompanhamento de plantões das equipes do Grupo Especial de Local de Crime (GELC) quando tive a oportunidade de participar de idas a “locais de crime” e entrevistas com testemunhas e familiares de vítimas. Foi na observação das investigações em sua fase inicial que passei a interagir mais na rotina da divisão. Este período durou três meses, durante o qual realizei cerca de vinte plantões de 24 horas. Foi também nesta fase da pesquisa que tive mais ocasiões para acompanhar o trabalho desenvolvido pelo “Setor de Inteligência Policial” (SIP), responsável pelo controle de informações sobre “suspeitos” e “acusados”, o “Setor de Busca Eletrônica” (SBE), responsável pela elaboração de provas oriundas e/ou armazenadas em meios eletrônicos, como celular, computadores e câmeras de segurança, o “Setor de Perícia Papiloscópica”, pelo qual eram coletadas as possíveis impressões digitais encontradas nos “locais de crime” e o “Setor de Controle Cartorário” (SCC), onde eram registradas e sistematizadas por escrito as informações sobre as investigações em andamento.

Num terceiro e menos intenso, porém mais longo estágio do trabalho de campo na DH, por aproximadamente oito meses, acompanhei os expedientes (turnos de 12 horas, três vezes por semana) observando e, na medida do possível, participando das atividades conduzidas por agentes do Grupo de Investigação de São Gonçalo (GISG). Concentrando meu trabalho de campo junto com os policiais deste setor, pude acessar o

andamento cotidiano das investigações, identificação de vítimas, depoimento de testemunhas, elaboração de “linhas de investigação”, “busca” e “captura” de “suspeitos”, “prisão” de “autores” de homicídios e redação de relatórios e demais registros policiais. Neste período também tive a oportunidade de seguir com a observação do tratamento institucional destinado aos casos que eu tinha acompanhado em seu início no “local de crime”, na fase anterior da pesquisa, e ler e analisar os inquéritos policiais que estavam sendo produzidos.

As três fases acima descritas não foram planejadas previamente, mas seguiram o andamento das oportunidades surgidas durante o trabalho de campo, bem como a ampliação do meu círculo de relações e interlocução no interior da DHNISG. Nesta repartição, os meus interlocutores trabalhavam, seguindo ritmos paralelos e em espaços compartimentados, pois tanto as rotinas de serviço seguiam padrões de horário diferenciados, como cada setor se encontrava localizado em salas particularizadas, que na maior parte do tempo estavam com suas portas e janelas fechadas e que somente eram acessadas pela autorização daqueles que as ocupavam.

No trabalho de campo, muitas das conversas que tive com policiais foram sobre assuntos informais ou pontuais e surgiam em ambientes como a cantina, o pátio, o balcão e o hall de entrada. Outras vezes, quando combinadas previamente e realizadas nas salas dos setores, essas conversas adquiriram tom de entrevista, discorrendo sobre diversos assuntos, desde a trajetória profissional até preferências pessoais e opiniões dos agentes sobre temas diversos, como foi a minha primeira conversa com o titular da DHNISG. Durante os doze meses de realização da pesquisa, mesmo que tenha me dedicado à observação direta em setores específicos por períodos distintos, estabeleci interlocução com policiais de diferentes setores na DHNISG, tendo feito entrevistas formais com 147 deles.

Era interessante notar que nesta parte do trabalho de campo que era “entrevistar” aqueles que se consideravam entrevistadores profissionais, recorrentemente eles demonstravam interesse sobre mim e perguntavam sobre a minha trajetória, preferências e opiniões. Reflexão já proposta em trabalho de campo com policiais civis do Rio de Janeiro, que se apresenta como uma condição muitas vezes incômoda em pesquisar estes investigadores profissionais:

Durante os períodos informais da pesquisa, a polícia ia também me “pesquisando”. Mantínhamos longas e “amistosas” conversas durante as quais

eles me inquiriam e reinquiriam para descobrir minhas intenções acadêmicas e propósitos políticos. Era um processo cujo tom oscilava entre o reservado e o veemente. A uma formalidade extrema seguiam-se frequentemente informalidades, mas eu estava sempre em guarda, enquanto ia sendo submetido a rigoroso processo de investigação. Ao mesmo tempo, eu era constantemente doutrinado sobre os pontos de vista da polícia quanto aos sistemas judicial e legal, o que incluía até mesmo suas opiniões sobre a sociedade e a cultura do Brasil e do Rio de Janeiro. Pesquisar a polícia oferecia às vezes momentos difíceis. Por um lado eu tinha a noção, muito incômoda, de ser um investigador profissional cercado de pesquisadores profissionais que usavam basicamente os mesmos métodos que eu. Sobretudo, eu estava sentido na pele o que é ser “profissionalmente” estudado pelo meu próprio objeto de pesquisa. Tais situações traziam-me amiúde a impressão de estar testemunhando a união espúria do uso do poder com os métodos de gerar conhecimento (...) Por outro lado, a polícia possui uma identidade ambígua. Ela carrega um evidente “estigma” decorrente da suspeita de corrupção, que lhe é permanente imputada pelo seu papel estrutural de tornar flexível a aplicação da lei para proteger o (oficialmente) rígido e fechado sistema judicial. Por definição, a polícia trata dos aspectos escusos e “sujos” da sociedade. Essa era a razão das diversas tentativas de me “contaminarem” com sua identidade. (KANT de LIMA, 1995a, p. 20).

Nas conversas e entrevistas eu era questionada sobre informações pessoais, mas quando na presença de terceiros (testemunhas, advogados e outros policiais), eu era apresentada como “a doutora”, ou descrita como “querendo ser policial”. Apesar de sempre que possível desfazer tais identificações, me apresentando como pesquisadora ou antropóloga, eu reconhecia que para os policiais “quando alguém conviver com a polícia, ou vira policial ou fica contra eles. A polícia não reconhece diferenças. Ela torna explícita ou implícita a existência do desvio” (KANT de LIMA, 1995a, p. 21). E era nessa tensão de reconhecimento e antagonismo que eu buscava controlar as impressões que os policiais tinham de mim, procurando estabelecer vínculos que demonstrassem confiança mútua, mas também evidenciassem os limites e diferenças que existiam entre nós.

Quando comecei o trabalho de campo na DHNISG, eu tinha 25 anos e era reconhecida como uma “mulher jovem” pelos policiais. Os mais novos deles tinham ao

redor da mesma idade que eu, decorrência do requisito mínimo de um curso de nível superior completo e a restrição ao porte de armas em virtude da lei do desarmamento, que elevava a idade mínima dos policiais para 21 anos. Apesar de me considerarem “jovem”, eles me identificavam como “pesquisadora” ou “professora”, ainda de que não fosse óbvio o que era antropologia ou o que eu, como antropóloga, iria fazer ali. Os policiais, constantemente, questionavam meus interesses e objetivos em “gastar tanto tempo” na DH. “Você quer virar polícia?”, “Está planejando matar alguém?”, “Você fica aqui espionando a gente.”, “Alguém na sua família já foi morto?” “Você acha que vai vender livro escrevendo sobre polícia?” “Quanto que eles [o governo e a universidade] te pagam por mês?” “Esse seu professor, ele acha mesmo que vai mudar a polícia?”, foram perguntas feitas para mim por policiais, quase que como uma chance de eu “me explicar” sobre porquê eu estar fazendo uma pesquisa ali com eles.

A grande maioria deles tinha freqüentado faculdades e me vinculavam a esse lugar: “Você, gente da universidade...” diziam, querendo me qualificar ou desqualificar. Naquele período além de estar cursando doutorado, eu também atuava como professora substituta na graduação de Segurança Pública da UFF e era comum, durante intervalos ou madrugadas, eu sentar em algum lugar para ler ou ir para alguma sala corrigir trabalhos de alunos. Alguns dos policiais demonstravam interesse nos “estudos” e frequentemente conversavam comigo sobre autores, filósofos e política em geral. Alguns me solicitaram livros e artigos que cheguei a emprestar ou enviar por email, e também informações sobre cursos de formação, particularmente sobre a especialização em Segurança Pública e Justiça Criminal oferecida na UFF. Outros preferiam assumir: “Eu sou burro mesmo! Porra, virei polícia!” me disse Luiz Paulo, explicando a sua “vocação profissional”. Rodrigo, que me contou ter sido o último colocado a ser convocado no seu concurso disse “Se eu fosse inteligente, eu não ia nem tá aqui. Não aguento ler duas páginas”, comentando sobre o número de páginas do livro que eu lia.

Se eu, por ofício de função, estava atenta a estética dos policiais, eles por outro lado também estavam atentos a minha aparência e não hesitavam em fazer comentários sobre minha roupa, meu cabelo e qualquer outra coisa que eles achassem por bem comentar. Certa manhã, enquanto estava de pé no balcão da recepção, o policial Gabriel passou por mim com uns papéis na mão, me olhou e seguiu. Na volta, minutos depois, ele comentou: “Você é forrozeira né?!”. “Não. Por quê? ”, respondi. “Ah, é que você tá sempre de sandália rasteira, achei que você gostasse de forró.” falou, expressando que

“sempre” observava meus calçados, e por eles me atribuiu uma identificação “Nem sei dançar, uso rasteira porque é confortável mesmo”, respondi, e ele comentou: “Ah, isso não é problema. Se quiser eu te ensino.” respondeu. Numa tarde, no caminho da cantina, Carlos do GELC olhou para mim e falou: “Gostei do visual de hoje!”. Eu vestia calça preta, sandália rasteira também preta e uma camiseta cinza, roupa que passei a adotar quase que como um uniforme no período que acompanhava as idas ao local de crime com policiais daquele setor¹⁵¹. “Valeu! Minimalista...” falei, um pouco constrangida. Márcio, que também estava conosco, aproveitou meu comentário e falou: “Gosto assim, sem muito detalhe, sem dar trabalho...”. “Do que você tá falando?” perguntei em tom seco. E ele respondeu “Nada não, Flavinha...”, ficando para mim óbvio que ele estava falando de mim de forma particular, mas de um modo geral era uma fala direcionadas às “mulheres”.

Os comentários, elogios, cantadas, convites e provocações direcionadas a mim pelos policiais homens não eram poucos. Frequentemente, eu era alvo de comentários elogiosos sobre a minha aparência, fosse pelas minhas roupas, sapatos, acessórios, cabelo ou corpo. Os policiais se sentiam à vontade em comentar esteticamente sobre mim, mas não apenas, principalmente em público ou quando em grupo. Colegas deles, policiais mulheres e jornalistas eram também diariamente assediadas com gracejos como “Tú tá linda hoje, hein Tati!” “Que isso, Rafa! Saltão bonito esse!”, “Nossa senhora, Rosana! Se você não fosse casada...”. Rosana, que era casada com um policial lotado em outra delegacia mas conhecido de seus colegas na DHNISG, sempre que “provocada” pelos colegas, costumava responder “E olha que meu marido é policia, hein? Imagina se não fosse”.

A partir destas interações, evidenciava-se como na relações de sociabilidade estabelecidas naquela repartição se sobrepunham formas de expressão dos homens sobre as mulheres como algo tolerável e que, de certo modo, caracterizava aquele contexto como “masculino”, tendo a característica de cortejamento como marcante entre os policiais civis. Até mesmo a delegada de polícia, ex-chefe da Polícia Civil e atualmente deputada Martha Rocha já declarou, ao descrever sua relação com colegas policiais: “Um dos sintomas do machismo é o cavalheirismo. Ao mesmo tempo que conseguem ser rudes, são cavalheiros” (LACOMBE, 2012).

¹⁵¹ Essa foi uma recomendação de alguns dos delegados plantonistas para que eu pudesse acompanhar suas equipes sem que me destacasse esteticamente do uniforme usado pelos policiais. Nas idas de local de crime, eu trocava as sandálias rasteiras por tênis.

Além de certo cavalheirismo ostensivo que preenchia as relações de elogio e provocação entre homens e mulheres na DH, o uso coloquial de expressões vinculados à viralidade que valorizavam estereótipos de masculinidade como “machos”, “homens viris”, “picas”, “alfas”, “guerreiros” reforçava este ambiente no qual os “homens” e o “masculino” eram o padrão. Nesse sentido, os policiais civis que eram em sua maioria homens, apesar da presença marcante de mulheres naquela repartição, explicitavam modelos e constructos acionados nas relações entre os sujeitos sociais naquele domínio que de alguma forma faziam com que “homens” e “mulheres” fossem “tão categoricamente e tão diferentemente situados uns em relações aos outros” (STRATHERN, 1988 [2006] p. 118).

Se do ponto de vista das relações de gênero, o contexto de pesquisa era marcado pela masculinidade, no que concerne a sua racialização, homens e mulheres policiais não diferiam tanto. Eles eram majoritariamente brancos, de estatura média, magros e de cabelos lisos. Curtos para os homens e longos para as mulheres. Apesar de uma parte dos policiais serem pardos, poucos se identificavam como negros. Apenas uma parte minoritária de pretos trabalhava naquela repartição e considerando a divisão de homens e mulheres, tinha a grande maioria dos homens brancos, enquanto quase metade das mulheres eram negras (incluindo aqui, pardas e pretas).

Apesar desta diferença, proporcionalmente, como já eram poucas as mulheres atuando como agentes na DH, se tornavam ainda pouquíssimas as mulheres negras que, como eu, frequentavam aquela repartição. Algumas jornalistas e policiais (três no cartório e duas em um GI), devido a sua excepcionalidade e, de certa maneira, eventualidade, eram destacadas e frequentemente reconhecidas pelo “belo trabalho”. E, ainda que inserida em certos padrões estéticos como descrevi acima, algumas vezes a minha aparência era comentando como de encontro com os padrões dos policiais. Um deles, na tentativa de me elogiar, enunciou como um clichê: “Você é exótica!” Um delegado, combinando a chave de gênero com a racial, também no intento elogioso comentou no final de uma entrevista, “Você parece a [atriz] Juliana Alves, ela é muito bonita!”. A questão que quero colocar ficava ainda mais evidenciada quando descritos os sujeitos não profissionais que circulavam na DH : jovens mulheres negras, familiares de vítimas e testemunhas de investigações dos homicídios que na região metropolitana do Rio de Janeiro tem 70% dos mortos como jovens negros.

Assim, sopesando nossas diferenças sociais, raciais e de gênero, a forma como policiais e eu desenvolvemos uma relação de interlocução permitiu o desenvolvimento

da pesquisa a partir de uma reflexão do exercício antropológico de encontro com o outro. A construção do meu lugar como antropóloga no campo se deu ao conhecer e acessar aquele mundo, me ajustando a ele na medida em que passei a conhecer as regras e os valores dos policiais, bem como eles reconheciam os meus. Entre os meus interlocutores e eu havia diferenças fundamentais que se expressavam de diversas formas, especialmente como destaquei quando considerados nosso gênero sexual, nossa cor de pele e nosso grau de formação. Se para eles, tais diferenças eram parte das observações cotidianos que faziam sobre mim, eu as tomava como parte do exercício que eu, como antropóloga, me propus a realizar ao interagir e conhecer aquele outro. A minha presença impunha mudanças na forma como eles atuavam, que aos poucos, ao passo que nos conhecíamos, iam se dirimindo ou alterando. Por outro lado, a minha aparência, jeito, rotina, humor eram todos objeto de avaliação que os informavam e confundiam no nosso exercício mútuo de controle e análise de impressões.

Entre familiaridades e estranhamentos

Apesar das diferenças já mencionadas, também contávamos, policiais e eu, com semelhanças. Pontos em comum que nos identificavam e também eram articuladas no “controle de impressões” estabelecido entre nós. Uma parte significativa deles era, como eu, nascida e criada em Niterói. Alguns moravam na mesma região onde cresci e onde minha família mora até hoje, na zona Sul daquele município. Conversando com os policiais do GISG soube que um deles frequentou a mesma escola que eu, o Colégio São José, porém cerca de dez anos antes. Ainda sim, tivemos alguns professores em comum durante os nossos cursos de “Ensino Médio”, que ele destacou “na minha época ainda era segundo grau!”. Outros policiais haviam estudado na UFF. Entre as “escrivãs”, duas em Direito e uma em Veterinária. Ainda, havia aqueles que cursaram História, Letras e Serviço Social, cursos que funcionavam no mesmo campus que a Antropologia. Um policial, inclusive, naquele período estava inscrito em Ciências Sociais, curso no qual eu me formei.

Ao longo da tese algumas vezes mencionei como a minha vinculação na universidade me fazia “conhecida” por eles e como muitas vezes essa identificação não era vinculada a mim individualmente, mas à “instituição” que por esse vínculo formal eu representava. Por outro lado, por termos frequentando similares bancos escolares havíamos passado por processos educacionais semelhantes. Mais do que uma

identificação, deles como policiais e minha como pesquisadora, havia uma socialização que nos era similar.

Além da escola e da universidade, ainda que de forma distinta, em Niterói circulávamos pelos mesmos lugares, como descrevi no capítulo 2. As praias de Itacoatiara e Icaraí, bares no Saco de São Francisco e no Jardim Icaraí, restaurantes da cidade como Steak House e Caneco Gelado do Mário e shoppings e galerias eram todos espaços em comum, parte das nossas experiências naquele ambiente. Algumas vezes, porém, a forma como se engajavam nestes lugares eram por mim conhecidas mas, ao mesmo tempo, repudiadas.

Conversando com Roberto sobre o programa de metas, ele me contou a estratégia que usava com seus colegas na 77a DP, em Icaraí para alcançar as metas naquela delegacia. Frequentemente, ele e alguns colegas, saíam a pé da delegacia e iam caminhando até a praia de Icaraí no final da tarde. Lá, eles seguiam em direção ao canto esquerdo da praia, um “pico” frequentado por adolescentes e jovens para, entre outras coisas, fumar maconha. Ali, eles sentavam “como se fosse um deles, a gente ia até de bermuda, chinelo... boné!” e ficavam aguardando e observando para “fazer o flagrante”. Eu, que durante a maior parte da minha vida frequentei aquela praia e aquele “pico”, sempre soube histórias de “dura” por ali. Essas são parte comum da socialização de muitos jovens na cidade, assim como relatos de “assaltos”, “assédios”, “brigas” e “estupros”, experiências vividas por meus colegas de escola e de bairro. Era a primeira vez que eu ouvia a versão policial. “Algumas vezes dava certo, mas teve vez que todo mundo fugiu”, me contou Roberto dizendo que “eles [os “traficantes” ou “usuários”] ficavam embaixo da barraca. Quando a gente chegou perto, jogaram cadeira, barraca, tudo em cima da gente e correram. Fugiram! Ali a gente não pode atirar” deixando implícito que o insucesso da “operação” se deu porque foram reconhecidos e explicitando como por uma regra aplicada naquele espaço, que os proibia de atirar, se inferia também a valoração moral daqueles sujeitos.

Se na praia de Icaraí eles exerciam um saber que limitava o uso da força pelas armas, em São Gonçalo o saber era diferente orientado pelo “risco” que eles expressavam sofrer. Era a partir de um status como policial civil que os agentes avaliavam a sua percepção como sujeitos sociais sobre o mundo no qual habitavam e circulavam. A noção de “risco”, que tracei no decorrer da etnografia, continuamente era usada para mensurar certa percepção de segurança, como um talho que interferia na maneira como eles conheciam e viviam, como uma interrupção em suas vidas. O “risco”

apresentado pelos policiais nada mais era do que expressão do “medo” que estes tinham de circular naquela paisagem, devido às representações e conhecimentos acumulados sobre sujeitos e conflitos desenrolados em partes daquele território.

As “áreas de risco” reconhecidas, especialmente em favelas de Niterói e São Gonçalo, eram objeto de constante avaliação. Como demonstrei no capítulo 4, devido a um processo de “favelização” de áreas residenciais da classe trabalhadora urbana periférica, áreas de São Gonçalo que antes seriam consideradas “seguras” eram consideradas de “risco”. A partir daí, sofreram forte intervenção policial justificada pelo governo devido à presença do comércio de substâncias ilícitas e a escolha por uma política de Segurança Pública que se utiliza do confronto e da militarização do policiamento para repressão e não exercício do controle social. Deixando explícito que tal forma de concepção daqueles espaços se vinculava a uma estratégia de “guerra”, corrente na gestão de espaços urbanos construídos como territórios de “risco” e, por isso, vulneráveis ao arbítrio aos poderes “de/da polícia”. Pela ampliação da classificação de certos espaços como “de risco”, a percepção dos policiais sobre certos sujeitos e territórios corroborava com a ampliação do poder militarizado que o Estado passava exercer em determinados territórios durante determinados períodos de tempo.

Como mencionei em alguns momentos da tese, certas partes de São Gonçalo me eram muito familiares. Não só porque naquele município vivia minha família por parte de mãe, como também porque durante toda a minha vida, por amigos, compras e lazer, fui frequentadora dos bairros de Jardim Catarina, Monjolos, Alcântara, Coelho, Colubandê, Arsenal, entre outros - apenas para mencionar alguns nos quais ocorreram “locais de crime” de “homicídios” descritos ao longo da tese. Quero com isso destacar que espaços considerados de “risco” para alguns policiais e incluídos por eles numa mapa construído e conhecido a partir de sua função como investigadores de “homicídios”, eram para mim parte da minha experiência de vida como habitante daquela região. O exercício antropológico de estranhamento do familiar (MATTA, 1978; VELHO, 1981) me levava a conhecer os “homicídios” que lá ocorreram e as histórias das pessoas, mortas e vivas, com quem a polícia se relacionava, a partir do reconhecimento de certos espaços e das formas como a polícia atuava. De certa maneira, esta tese foi um exercício para acessar aquilo que já me era comum sob uma perspectiva que até então me era distante.

Certa vez, os policiais do GISG iriam realizar uma “diligência” na região do Alcântara, para indiciar uma testemunha de um caso de “homicídio” cujas linhas de

investigação eram “dívida” e “acerto de contas” ou “vingança”, a vítima era um homem de 53 anos, comerciante. Enquanto se preparavam para sair, perguntei a Roberto se eu poderia acompanhá-los. Inicialmente, ele disse que sim em concordância com Bruno, Dirceu e Jorge. Todos disseram que “o local é tranquilo”, o que eu também de certa maneira sabia. Cerca de dez minutos depois, Roberto virou para mim e falou: “Acho melhor você não ir não, foi mal. Pode ser perigoso!”, “Tudo bem, tranquilo. Você que sabe!” respondi. Uma hora e meia depois, quando eles voltaram para a “base”, Jorge comentou comigo “Ué, senti sua falta. Por que você não foi” e eu expliquei: “O Roberto embarreirou, disse que era perigoso.”. E Jorge exclamou: “Perigoso nada, negócio limpo, tranquilo”. Outra vez porém, a “diligência” foi na região do Arsenal, próximo ao Morro do Dita. Novamente, perguntei se poderia ir, porém desta vez eu considerava aquele como um lugar “perigoso”. Roberto me respondeu: “Só se você quiser ir mesmo...”, e quase que como uma ameaça disse: “mas fica sabendo, se você levar um tiro, eu vou botar a arma na sua mão!”. Nem só pelo “risco” de ser atingida, mas pela falta de confiança que o próprio policial expressou ao explicitar uma prática comum entre os policiais, eu não quis ir mesmo.

Muitas das diferenças entre os policiais e eu se demarcavam em limites, valores e moralidades que eram por nós explicitadas em situações informais, conversas, coloquialidades e tensões. Nem sempre para mim era fácil, como já mencionei sobre a conversa com Túlio anteriormente, ou confortável conduzir o trabalho de campo. Do mesmo modo, para eles, como diversas vezes era expresso, não era “ideal” ou “irrelevante” eu estar lá com eles. A minha presença ali interferia, mas minha função ali era lidar com essas diferenças, exercitando minhas habilidades de observação, percepção e compreensão entre aquilo que acontecia e que me era conhecido ou estranho. Utilizando ferramentas metodológicas e teóricas providas pela antropologia, muitas delas intuitivamente acessadas e repensadas durante o processo de escrita desta etnografia, estabeleci vínculos com os policiais que na medida em que eram articulados ora nos aproximavam, ora distanciavam.

A malha

Utilizei-me da noção de “malha” como uma forma de referência à vida que se dá sobre o mundo em certos tempos e espaços, relacionando sujeitos e coisas em situações e fatos diversos vinculados aos “homicídios”. Uma malha pode em parte ser observável, pois se constitui de parte da experiência daquele que se configura enquanto seu

observador, um ser humano como “um centro de consciência e agência, no qual os seus processos têm ressonâncias com os processos do entorno” (INGOLD, 2008, p. 22). Nesta perspectiva estariam todos percebendo e habitando as malhas, com diferentes intensidades, fluxos e processos, deixando rastros e marcas pelos ambientes e paisagens, múltiplos caminhos pelos quais passamos. Sinais que podem ter materialidade e correspondem a coisas e objetos mobilizados e agenciados, ou são decorrentes das interações entre pessoas, consequência de relações sociais e da interferência da vida de um sujeito em outro sujeito.

De ambas formas, eram marcações nos “caminhos da vida [que] não são predeterminados como rotas a serem seguidas, mas têm que ser continuamente elaborados sob nova forma. E esses caminhos, longe de serem inscritos sobre a superfície de um mundo inanimado, são os próprios fios a partir dos quais o mundo vivo é tecido” (INGOLD, 2000, p. 242). Por esses diferentes tipos de “vestígios” os policiais percorriam e construíaam as “linhas de investigação” sobre os “homicídios”. Demarcavam um “local”, construindo um espaço a partir de um ponto específico, o corpo morto. E a partir dali delineavam traços e fios, construindo pontos que iriam levá-los ao longo de uma “linha de investigação” de um “homicídio”. O fluxo deles sobre as linhas se dava no constante movimento de abertura e fechamento de “linhas de investigação”, de início, conclusão e adiamento de “inquéritos”. Eram nesses procedimentos que eles inscreviam, via teclado e tela dos computadores ou com lápis e canetas na superfície do papel, e consolidavam fragmentos a respeito de mortes e mortos, construindo uma versão policial sobre “homicídios”.

A partir de seu status como membros de uma “corporação”, os policiais civis se posicionavam e interagiam no mundo, Membros de um grupo que tinha símbolos, interesses e bens, “coisas” pelas quais se relacionavam com outras “pessoas morais” através de vínculos de reciprocidade. As trocas mútuas mantinham, não diria coesos mas em contato, aqueles que se interessavam ou explicitavam preocupação e acúmulo de capital sob a forma de “informação” às “linhas de investigação”. Esta “mercadoria política” não apenas conectava mortos a vivos pela “linha de investigação” de “homicídios”, como também vinculava policiais, familiares, jornalistas, judiciário e pesquisadores numa “emaranhada malha de sendas em curso ou linhas de interesse” (INGOLD, 2012, p. 48) que por meio dos mortos constituíaam e povoavam os seus percursos de vida. Talvez, em síntese, a “malha” seja só uma outra forma de tentar explicar a coexistência do que seriam diferentes formas de se existir e viver.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. (1995) *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I*, tradução. Henrique Burigo, 2 ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ANASTASSAKIS, Zoy. *DESIGN E ANTROPOLOGIA: desafios em busca de um diálogo promissor*. P&D Design, 2012.
- _____. *DESIGN E ANTROPOLOGIA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E EXPERIMENTAÇÕES PRÁTICAS EM DIÁLOGO COM A PERSPECTIVA DO ANTROPÓLOGO TIM INGOLD*. Blucher Design Proceedings Novembro, Gramado, Rio Grande do Sul, Número 4, Volume 1, 2014.
- BECKER, Howard S. (1963). *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar. 2008
- BERREMAN, Gerald D. (1961). *Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia*. In GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.), *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1975, pp.123-176.
- BOURDIEU, Pierre. *Campo intelectual e projeto criador*. In: POUILLON, Jean (org.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- _____. *O campo científico*. In: ORTIZ, Renato & BOURDIEU, Pierre *Coleção Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1994.
- BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- _____. *A Polícia carioca no Império*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 219-234, dezembro. 1998.
- BONET, Octavio. *Itinerações e malhas para pensar os Itinerários de cuidado. A propósito de Tim Ingold*. *Sociologia&Antropologia* | Rio de Janeiro, v.04.02: 327 – 350, outubro, 2014
- BUTLER, Judith. (2004) *Vida Precaria. El poder del duelo y la violencia*, Paidós, Buenos Aires, 2006.
- CARDINELLI, Marcus. *Justiça, fianças e representações na Polícia Civil*. *Sistema Penal & Violência*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 148-159, jul.-dez. 2015
- CARNEIRO, Henrique. *As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX*. Outubro, IES, São Paulo, vol. 6, 2002, pp.115-128.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

CARVALHO FILHO, Luís Francisco. *Impunidade no Brasil: Colônia e Império*. Estudos avançados, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 181-194, Agosto, 2004 .

CARDOSO de OLIVEIRA, Luís. *A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos*. Revista de Antropologia, USP, São Paulo, v. 53(2):451-473, 2010.

CERQUEIRA, Daniel. *Mortes violentas não esclarecidas e impunidade no Rio de Janeiro*. Economia Aplicada, Ribeirão Preto , v. 16, n. 2, June 2012 .

_____. *Mapa dos homicídios ocultos no Brasil*. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, 2013.

CUNHA, Neiva Vieira da. MELLO, Marco Antonio da Silva. *Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela*. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 - no 3 - JUL/AGO/SET 2011. pp. 371-401

DA MATTA, Roberto. *O ofício do etnólogo ou como ter “anthropological blues”*. NUNES, Edson (org.). *A Aventura sociológica* . Rio de Janeiro: Zahar, 1978 p. 23-35.

DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DINIZ, DEBORA; MADEIRO, Alberto. *Cytotec e Aborto: a polícia, os vendedores e as mulheres*. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17(7):1795-1804, 2012.

DINIZ, Debora; MENEZES, Greice. *Aborto: saúde das mulheres*. Ciência saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 17, n. 7, p. 1668, jul. 2012 .

DOMINGUEZ, Marcos T. *JARDIM CATARINA: MEMÓRIA e MOVIMENTOS COTIDIANOS NUMA PERIFERIA FLUMINENSE*. Anais do XI Encontro de Historia Oral, UFRJ: Rio de Janeiro, 2012

DURKHEIM, Émile e MAUSS, Marcel. (1903) *Algumas Formas Primitivas de Classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas*. In: MAUSS, Marcel. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

EILBAUM, Lucia. *“La ‘sospecha’ como fundamento de los procedimientos policiales”*. Cuadernos de Antropología Social, nº 20, 2005, pp. 79-91.

_____. *O CORPO do ACUSADO: ESCRITA, ORALIDADE e DIREITOS NA JUSTIÇA FEDERAL ARGENTINA NA CIDADE DE BUENOS AIRES*. In: GROSSI,

Miriam Pillar; HEILBORN, Maria Luiza e MACHADO, Lia Zanotta. *Antropologia e direitos humanos 4*. Blumenau Nova Letra, 2006.

_____. *"O bairro fala": conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense*. São Paulo: Editora Hucitec, 2012.

_____. *"Joga pedra na Geni": da expressão obrigatória dos sentimentos na administração judicial de conflitos no Rio de Janeiro e em Buenos Aires*. In: Mello, Kária Sento Sé; Mota, Fabio Reis; Sinoretto, Jacqueline. (Org.). *Sensibilidade jurídicas e sentidos de justiça na contemporaneidade. Interlocação entre a Antropologia e o Direito*. 1ed. Niterói: EDUFF, 2013, v. 1, p. 323-345.

EILBAUM, Lucia e MEDEIROS, Flavia. *Onde está Juan: moralidades e sentidos de justiça na administração judicial de conflitos no Rio de Janeiro*. In.: *Anuário Antropológico*, Brasília, UnB, 2016, v. 41, n. 1: 9-33

_____. *Entre rotinas e eventos: construção de processos de repercussão em dois casos etnográficos*. (no prelo)

FARIAS, Juliana. *Governo de Mortes: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/UFRJ– PPGSA/UFRJ, 2014.

FARIAS, Juliana. *FUZIL, CANETA E CARIMBO: NOTAS SOBRE BUROCRACIA E TECNOLOGIAS DE GOVERNO. CONFLUÊNCIAS* | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito. Vol. 17, no 3, 2015. pp. 75-91

FASSIN, Didier. *The Moral World of Law Enforcement. The Occasional Papers of the School of Social Science*. Unpublished. PAPER NUMBER 49. MARCH 2013,

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. *Dos Autos da Cova Rasa: a identificação de corpos não-identificados no IML-RJ, 1942-1960*. Rio de Janeiro: FINEP/E-Papers, 2009.

_____. *Pessoas desaparecidas: uma Etnografia para Muitas Ausências*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2016

FIGUEIRA, Luiz E. de Vasconcellos. *O Ritual Judiciário do Tribunal do Júri*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2008.

FIGUEIREDO, Isabel Seixas, NEME, Cristina e LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro (org.) *Homicídios no Brasil: registro e fluxo de informações*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013.

FLANDERS, Judith. *The invention of murder. How the Victorians revelled in death and detection and created modern crime*. New York, NY: Thomas Dunne Books, 2011.

FOUCAULT, Michel. (1979) *OMNES ET SINGULATIM: POR UMA. CRÍTICA DA "RAZÃO POLÍTICA*. NOVOS ESTUDOS no 26 - MARÇO DE 1990 p. 77-99.

_____.(1973). *A verdade e as formas jurídicas*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora. 2005 .

FOUCAULT, Michael. (1975) *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FREIRE, Letícia de Luna. *Seguindo Bruno Latour: Notas para uma antropologia simétrica*. Comum, Rio de Janeiro, v.11, n.26, p.46-65. 2006.

GEERTZ, Clifford. “*Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura*”. In.: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1978.

GIARDINA, Andrea. *O mito fascista da romanidade*. ESTUDOS AVANÇADOS 22 (62), 2008

GIROUX, Henry A. *Reading Hurricane Katrina: Race, Class, and the Biopolitics of Disposability*. *College Literature*, 33(3):171-196. 2006

GIULIANE, Erika Giuliane. *Feijoada Completa: Reflexões sobre a administração de conflitos e dilemas de cidadania nas delegacias de polícia da cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, PPGA/UFF, 2008.

GRAEBER, David. *The utopia of rules. On Technology, Stupidity, and the Secret Joys of Bureaucracy*. Brooklyn and London: Melville House. 2015

GRILLO, Carolina; POLICARPO, Frederico; VERISSIMO, Marcos. *A "dura" e o "desenrolo": efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro*. *Revista. Sociologia e Política*, Curitiba , v. 19, n. 40, p. 135-148, Oct. 2011 .

GOMES, Laurentino. *1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. Planeta do Brasil, 2008.

GUEDES, Simoni Lahud. *O sistema classificatório das ocorrências na Polícia Militar do Rio de Janeiro e a organização da experiência policial: uma análise preliminar*. In: PINTO, Andréia Soares; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. *A análise criminal e o planejamento operacional*. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008. p. 53-62.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.

INGOLD, Tim. *The appropriation of nature: essays on human ecology and social relations*. Manchester: Manchester University Press, 1986.

_____. *Tools, minds and machines: an excursion in the philosophy of technology*. *Techniques et Culture*, n. 12, p. 151-176, 1988.

_____. *The perception of the environment: essays livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge, 2000.

_____. *Lines. A brief history*. Routledge, Oxon, UK, 2007

_____. *Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description*. Routledge, London, 2011

_____. *TRAZENDO AS COISAS DE VOLTA À VIDA: EMARANHADOS CRIATIVOS NUM MUNDO DE MATERIAIS*. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012 .

_____. *The Life of Lines*. Routledge, London, 2015

INGOLD, Tim & JANOWSKI, M. (eds.). *Imagining Landscapes: Past, Present and Future*. Ashgate, Abingdon, UK, 2012.

JAUREGUI, Beatrice. *VIOLENCE AND ETHICS IN POLICE ETHNOGRAPHY*. In.: GARRIOTT, William. *Policing and Contemporary Governance: The Anthropology of Police in Practice*.

JERMANN, Marcelo. *Do Bar ao Xadrez: a criminalização do ato de beber e dirigir e o controle institucional do comportamento social dos indivíduos na condução de veículos*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, 2010.

KANT de LIMA, Roberto. *A polícia na cidade do Rio de Janeiro, seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995a

_____. *Da inquirição ao Júri, do Trial by Jury à Plea Bargaining: modelos para a produção da verdade e a negociação de culpa em uma perspectiva comparada (Brasil/EUA)*. Tese apresentada ao concurso de professor titular em Antropologia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1995b

_____. *Pluralismo jurídico e construção da verdade judiciária no Brasil: inquirição, inquérito, júri*. In: Glaucia Villas Boas (org.). Territórios da língua portuguesa: culturas, sociedades, políticas. Rio de Janeiro: UFRJ/FUJB. 1996 pp. 20-35.

_____. *Cultura Jurídica e Práticas Policiais: A Tradição Inquisitorial*. In: Ensaios de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. 2a ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009a. p.

_____. *Tradição Inquisitorial no Brasil, da colônia à República: da Devassa ao Inquérito Policial*, In: Ensaios de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. 2a ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009b:127-160.

_____. *Polícia, Justiça e Sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no Espaço Público*. In: Ensaios de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. 2a ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009c. p.161 - 198.

_____. *Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada*. Brasília: Anuário Antropológico/2009 - 2, 2010: 25-51

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes de. *Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia*. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 50, p. 45-123, 2000.

KANT de LIMA, Roberto; PIRES, Lenin; EILBAUM, Lucía. *Constituição e segurança pública: exercício de direitos, construção de verdade e a administração de conflitos*. In: A Constituição de 1988 na vida brasileira. 1ª ed. São Paulo: Aderaldo&Rothschild Ed.; ANPOCS, 2008, p. 152-190.

KANT de LIMA, RENATO e RATTON, JOSÉ LUIZ (orgs.). *As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. 1. ed. São Paulo: FBSP/ANPOCS/Urbania, 2011. 304 p.

KANT de LIMA, CARDOSO de OLIVEIRA e AMORIM *Instrumentos e Interferências no desempenho do judiciário brasileiro: uma abordagem empírica, multidisciplinar e comparativa*. In: STOCO, R.; PENALVA, J. (Org.). “Dez Anos de Reforma do

Judiciário e o nascimento do Conselho Nacional de Justiça”. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 373-394. 2015.

KANT de LIMA, Roberto, EILBAUM, Lucia e MEDEIROS, Flavia. *Os casos de repercussão e a repercussão dos casos*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, no prelo.

LATOUR, Bruno. (1991) *Jamais fomos modernos. Ensaio de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34. 1994.

_____. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000

LEITE, Marcia Pereira. *Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”:* favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista brasileira de segurança pública | São Paulo v. 6, n. 2, 374-389 Ago/Set 2012*

MALINOWSKI, Bronislaw. (1926) *Crime e Costume na Sociedade Selvagem*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

MARIZ, Rodrigo, *SABERES E PRÁTICAS ENVOLVENDO LATROCÍNIOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: Análise crítica dos registros de ocorrência de roubo seguido de morte no ano de 2013*. Monografia de conclusão do curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, 2015.

MAUSS, Marcel (1925). *Ensaio Sobre a Dádiva*. In.: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

MBEMBE, Achilles. *Necropolitics*. *Public Culture* 15(1):11-40. 2003

MEDEIROS, Flavia. *Policiais no hospital: Práticas, registros e disputas*. Monografia Monografia de conclusão do Graduação em Ciências Sociais. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, 2009.

_____. *Policiais e médicos no hospital: Conflitos, disputas e seus efeitos*. Em: KANT DE LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucía [e] PIRES, Lenin (orgs). *Burocracias, direitos e conflitos pesquisas comparadas em antropologia do direito*. Rio de Janeiro, Garamond, 2011 pp. 203-230.

_____. *O ‘monstro’ e o ‘homem’: Aspectos da construção institucional de mortos no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro*. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 7, nº 2, 2014 pp. 347-365.

- _____. *Visão e o cheiro dos mortos: uma experiência etnográfica no Instituto Médico-Legal*. Revista cadernos de campo, São Paulo, n. 23, p. 1-381, 2014b
- MEDEIROS, Flavia. *“Matar o morto”*: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 2016.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “‘Violência urbana’, segurança pública e favelas: O caso do Rio de Janeiro atual”. Cadernos CRH, Vol. 32, no 59, 2010. pp. 283-300.
- MENEZES, Palloma Valle. Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. Amsterdam, 2015.
- MENDES, Pitter. *E assim surge... Jardim Catarina*. São Gonçalo: Ponto de Cultura, 2012.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de. *Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/Brasil*. Fórum Sociológico, [Online], 25 | 2014.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de. *Burocracia e Fiscalidade: uma análise das práticas de fiscalização e cobrança de impostos*. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro: 2016.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de; e DIRK, Renato. *Análise da construção de registros estatísticos policiais no Estado do Rio de Janeiro*. In: KANT DE LIMA, EILBAUM e PIRES. *Conflitos, Direitos e Moralidades em Perspectiva Comparada*, vol. 2, Ed. Garamond, 2010, p. 245-284.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de & PITA, Maria Victoria. *O que as cifras cifram? Reflexões comparativas sobre as políticas de produção de registros estatísticos criminais sobre mortes violentas nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e Buenos Aires*. In: KANT de LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucía & PIRES, Lênin (org.) *Burocracias, direitos e conflitos: pesquisas comparadas em antropologia do direito*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. IUPERJ, Rio de Janeiro:1999.
- MISSE, Michel. *Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”*. Lua Nova, São Paulo, 79: 15-38, 2010

MISSE, Michel; GRILLO, Carolina; TEIXEIRA, César; NERI, Natasha. *Quando a polícia mata: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001 - 2011)*. Rio de Janeiro: NECVU; BOOKLINK, 2013. 196p.

MOREIRA-LEITE, Ângela. *Tribunal do Júri: O julgamento da morte no mundo dos vivos*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, Rio de Janeiro: 2006.

MOTA, Fabio Reis. *Cidadão em toda parte ou cidadãos à parte? Demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França*. 1a ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MURA, Fábio. *DE SUJEITOS E OBJETOS: UM ENSAIO CRÍTICO DE ANTROPOLOGIA DA TÉCNICA E DA TECNOLOGIA*. In.: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 95-125, jul./dez. 2011

NADER, Laura. "Up the Anthropologist. Perspectives Gained from Studying Up" In: Dell H. Hymes (Ed.) *Reinventing Anthropology*. New York, Pantheon Books, 1972. p. 284-311.

_____. *Ethnographic as Theory*. HAU: Journal of Ethnographic Theory 1 (1): 211–219, 2011.

NASCIMENTO, Andrea Ana do. *A especialização sem especialistas: um estudo sobre as práticas (in)formais de investigação e de transmissão de conhecimento nas delegacias especializadas*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, Rio de Janeiro: 2008.

OLIVEIRA, Marcel Gomes de. *A História do Delito de Homicídio*. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 90, jul 2011.

OLIVEIRA, Marília. *A Tragédia da rua Januzzi: narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC, Rio de Janeiro: 2014.

ORTEGA, Francisco et al. *A ritalina no Brasil: produções, discursos e práticas*. Interface (Botucatu). 2010, vol.14, n.34, pp.499-512. Epub Sep 17, 2010.

PAES, Vívian. *A Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro: análise de uma (re) forma de governo na Polícia Judiciária*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de

Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

_____. *Gestão dos Números da Criminalidade no Brasil. In: Crimes, Procedimentos e Números: estudo sociológico sobre a gestão dos crimes na França e no Brasil.* Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2013, p. 295-323.

PAINE, Thomas. *Common Sense.* 1776

PAIVA, Luis Fábio *OS SIGNIFICADOS DA MORTE: OS DISCURSOS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOBRE CRIMES QUE “ABALARAM” O BRASIL.* Tese de Doutorado. Fortaleza. Programa de Pós- Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2012.

PATTERSON, Orlando “*Authority, Alienation, and Social Death.*” *In Slavery and Social Death: A Comparative Study.* Cambridge and London: Harvard University Press. 1982, p. 35-76.

PEIRANO, Mariza. *Artimanhas do acaso.* In: A favor da etnografia. Rio de Janeiro, Relume- Dumará, 1995.

_____. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia.* Jorge ZAHAR Edito 2006.

_____. *Etnografia não é método.* Horizontes antropológicos., Porto Alegre , v. 20, n. 42, p. 377-391, Dec. 2014 .

PULMAN, Bertrand. *Por uma história da noção de campo.* In: Revista Cadernos de Campo. São Paulo, n. 16 p. 201-218, 2007.

RIBEIRO, Ludmila. *A produção decisória do sistema de justiça criminal para o crime de homicídio: análise dos dados do estado de São Paulo entre 1991 e 1998.* Dados, Rio de Janeiro , v. 53, n. 1, p. 159-194, 2010 .

RINALDI, Alessandra de Andrade. “*Dom*”, “*Iluminados*” e “*Figurões*”. *Um estudo sobre a representação oratória no Tribunal do Júri do Rio de Janeiro,* Niteroi: EDUFF, 1999.

RENOLDI, Brígida. *Carne de Carátula. Experiências etnográficas de pesquisa, julgamento e narcotráfico.* La Plata: Edições Al Margen. 2013

RODRIGUES, Thiago. *Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra.* Contexto int., Rio de Janeiro , v. 34, n. 1, p. 9-41, June 2012a .

_____. *Narcotráfico, uma guerra na guerra*. 2. ed. São Paulo: Desatino, 2012b.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Jogo, ritual e teatro: um estudo antropológico do Tribunal do Júri*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013

SCHWARTZ, Lilia Moritz e STARLIN, Heloisa Murgel . *Brasil: uma Biografia*. Companhia das Letras. 2015.

SILVA, Edilson. *Notícias da “violência urbana” : um estudo antropológico*. Niterói: EdUFF, 2010.

SILVA, Sabrina. *Todos são culpados? uma etnografia na Auditoria de Justiça Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2013.

SILVA, Klarissa. *A Construção Social e Institucional do Homicídio: Da perícia em local de morte à sentença condenatória*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2013

SOARES, Luiz Eduardo et al. *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume- Dumará/ISER, 1996.

SOARES e SOUZA, Taiguara L. *CONSTITUIÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA E ESTADO DE EXCEÇÃO PERMANENTE: A BIOPOLÍTICA DOS AUTOS DE RESISTÊNCIA*. PUC/Departamento de Direito/Programa de Pós-Graduação em Direito. Rio de Janeiro: Direito PUC 2010.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. Introdução. In. SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. (org.) *Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002

STRATHERN, (1988) *O gênero da dádiva: Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

TAVARES, M. T. G. *Os pequenos e a cidade: o papel da escola na construção de uma alfabetização cidadã*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

THACKER, Eugene *Necrologies or the Death of the Body Politic*. In. CLOUGH and WILSE. (ed.) *Beyond Biopolitics*. Durham and London: Duke University Press. 2011, p. 139-162.

TISCORNIA, Sofía. *Activismo de los derechos humanos y burocracias estatales*. El caso Walter Bulacio. 1a ed. Buenos Aires: Editores del Puerto; CELS, 2005.

VARGAS, Joana Domingues. *Análise Comparada do Fluxo do Sistema de Justiça para o Crime de Estupro*. DADOS, vol. 50, nº 4, 2007. pp. 671-697.

VARGAS, Joana Domingues e RIBEIRO, Ludmila. *Estudos de Fluxo da Justiça Criminal: Balanço e Perspectivas*. Anais do XXXII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, Anpocs. 2008.

VELHO, Gilberto. “*Observando o familiar*”. In: *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, Otávio. *De Bateson a Ingold: PASSOS NA CONSTITUIÇÃO DE UM PARADIGMA ECOLÓGICO*. MANA 7(2):133-140, 2001

VERANI, Sérgio. *Assassinatos em Nome da Lei: Uma Prática Ideológica do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Alderbarã, 1996

VIDAL, PAULA. *Os Donos do Carimbo - Investigação Policial Como Procedimento Escrito*. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro: 2013

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil* CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR, 2012.

WEBER, Max. *POLITICS AS A VOCATION*. “Politik als Beruf,” *Gesammelte Politische Schriften* (Muenchen, 1921), pp. 396-450. , published in 1919 by Duncker & Humblodt, MunichOriginally a speech at Munich University, 1918.

_____. (1922) *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*. Berkley, CA: U. California Press, 1978.

ZACCONE, Orlando. *Indignos de Vida: A forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Sites, notícias e documentos

ALMEIDA, Marcelo. Delegacia de Homicídio de Niterói vira tema de pesquisa na UFF. O FLUMINENSE, 2014.

ALVES, Francisco Edson “Mulher é encontrada morta em Niterói após sair de casa para fazer aborto.” <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-09-22/mulher-e-encontrada-morta-em-niteroi-apos-sair-de-casa-para-fazer-aborto.html> 2014.

AMAERJ. Associação de Magistrados do Rio de Janeiro. V Edição do Prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos. 2016. <http://amaerj.org.br/premio/o-premio/apresentacao/> Acessado em 21 de julho de 2016

ANISTIA INTERNACIONAL. “Você matou meu filho”: Homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro. Campanha: Jovem Negro Vivo & Diga não à execução. 2015.

BARCELLOS, Clarissa. NOVO FÓRUM REGIONAL É INAUGURADO EM SÃO GONÇALO. 25 de março de 2014. <http://www.rj.gov.br/web/vgovest/exibeconteudo?article-id=2006953>.

BERTOLUCCI, 2015. Assembleia do Rio tem símbolos que podem ser da Roma Antiga ou referência ao fascismo Em postes, calçadas e adornos do Palácio Tiradentes e entorno, é possível observar desenhos do regime do italiano Mussolini <http://oglobo.globo.com/rio/rio-450/assembleia-do-rio-tem-simbolos-que-podem-ser-da-roma-antiga-ou-referencia-ao-fascismo-16441700>

BRITO, Julia. ESTADO INAUGURA DH DE NITERÓI, SÃO GONÇALO E ITABORAÍ: Espaço provisório da Divisão de Homicídios da região contará com 180 policiais civis e 30 viaturas <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1915316> em janeiro de 2014.

CAMPANHA INTERNACIONAL PELA LIBERDADE DE RAFAEL BRAGA. Entenda o caso Rafael Braga. 2016 <http://www.liberdadepararafael.meurio.org.br>

CARPES, Giuliander . Desaparecidos e esquecidos. A pública. 2014 <http://apublica.org/2014/02/desaparecidos-esquecidos/>

CHAO, Francisco. Fala na assembleia do SINDPOL. Operação Cumpra-se Lei (Age 1) http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=m_foPg2px4s. 2014.

COLIGAÇÃO. Histórico. http://colpol.com.br/a7/?page_id=15. 2015

COSTA, Bernardo. “Mulher sai para fazer aborto e é encontrada morta em Niterói.” <http://extra.globo.com/casos-de-policia/mulher-sai-para-fazer-aborto-e-encontrada-morta-em-niteroi-14009639.html>, 2014.

COSTA, Ana Claudia. Polícia prende 57 pessoas, entre elas seis médicos, em megaoperação contra clínicas de aborto ilegal. <http://oglobo.globo.com/rio/policia-284>

prende-57-pessoas-entre-elas-seis-medicos-em-megaoperacao-contr-clinicas-de-aborto-ilegal-14239131, 2014.

DANTAS, Pedro. Rio soma 60 mil homicídios a esclarecer em 10 anos. In: Estadão, São Paulo, 2012.

EMORY UNIVERSITY. ,The Trans-Atlantic Slave Trade Database <http://slavevoyages.org> 2013. Acessado em 27 de setembro de 2016

FONSECA, Taísa. Inaugurada Divisão de Homicídios na Barra da Tijuca. In.: <http://www.policiacivil.rj.gov.br/exibir.asp?id=8385> Acessado em 15 de fevereiro de 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2016.

G1 Rio. Operação da polícia desarticula quadrilha de abortos no RJ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/10/policia-faz-operacao-para-desarticular-quadrilha-que-faz-abortos-no-rj.html> 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Boletim Geográfico nº 211, ano 28, julho/agosto, 1969.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010, 2016

IGARAPÉ, Instituto Observatório de Homicídios. 2016

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência, 2016

LACOMBE, Milly. A 1ª mulher a comandar a Polícia Civil do RJ faz questão de exaltar o lado feminino do poder. In.: <http://revistatrip.uol.com.br/tpm/martha-rocha> Acessado em 03 de setembro de 2016.

MAGALHÃES, Maria Inez. “Delegado de Homicídios orgulha-se do alto índice de crimes solucionados’ O Dia 14 de junho de 2014. <http://odia.ig.com.br/niteroi/2014-06-14/delegado-de-homicidios-orgulha-se-do-alto-indice-de-crimes-solucionados.html>, 2014.

MARSAL, Natália Polícia apreende menor que participou do espancamento de mulher exibido na internet. <http://extra.globo.com/casos-de-policia/policia-apreende-menor-que-participou-do-espancamento-de-mulher-exibido-na-internet-14587074.html>, 2014.

MARTINS, Karoline “Integrante de quadrilha de aborto se apresenta em Niterói” <http://jornaloitaborai.com.br/index.php/policia/item/704-integrante-de-quadrilha-de-aborto-se-apresenta-em-niteroi>, 2014.

MIKI, Regina. Transcrição de fala registrada no vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=N4KYbo8vS2Y>. 2015.

MOURA, Athos. “DH identifica suspeitos de participação em morte de grávida em Niterói.” <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-09-23/dh-identifica-suspeitos-de-participacao-em-morte-de-gravida-em-niteroi.html>

O DIA. Maior rede de abortos do Rio movimentava R\$ 500 mil por mês, diz delegado <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-12-13/maior-rede-de-abortos-do-rio-movimentava-r-500-mil-por-mes-diz-delegado.html> 2014.

PLATONOW, Vladimir. Rio tem menos homicídios, mas ainda registra 13 assassinatos por dia, de acordo com levantamento do ISP. In.: Agência Brasil, Empresa Brasil de Comunicação. Brasília, 2012.

POLÍCIA CIVIL. “Desarticulada maior rede de abortos do Estado do Rio” <http://www.policiacivil.rj.gov.br/exibir.asp?id=18155> 2014

RIBEIRO, João Luiz. Morte aos escravos: No Império, a pena capital atingiu majoritariamente negros, pobres, descendentes de escravos e mestiços. In.: Revista de história.com.br [<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/morte-aos-escravos>] 2013.

SESEG, Entenda o que são RISPs, AISPs e CISPs. <http://www.rj.gov.br/web/seseg/exibeConteudo?article-id=1349694>, 2014.

TARTAGLIA, César. 21 tiros na Justiça. O assassinato da juíza Patricia Acioli. Jornal O Globo 12 de agosto de 2011. <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/reportagens/21-tiros-na-justiccedila-8832583>

Legislação e decisões judiciais

BARBOSA, AFONSO HENRIQUE FERREIRA. Decisão do Processo nº 0131366-09.2013.8.19.0001 em 9 de janeiro de 2014. 1ª Vara da Fazenda da Comarca do Rio de Janeiro (TJRJ)

BRASIL. Código Penal, Rio de Janeiro, 1940.

BRASIL. Constituição Federal, Rio de Janeiro, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.104/15 - Lei do Femicídio, 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o femicídio como

circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 08 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012. Dispõe sobre a abolição de designações genéricas, como “autos de resistência”, “resistência seguida de morte”, em registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias de crime.

RIO DE JANEIRO. LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997. DISPÕE SOBRE A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, SUA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO, E SOBRE A MICRORREGIÃO DOS LAGOS, DEFINE AS FUNÇÕES PÚBLICAS E SERVIÇOS DE INTERESSE COMUM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIO DE JANEIRO. RESOLUÇÃO SESEG nº 306/2010. Define a estrutura da Divisão de Homicídios da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. PORTARIA PCERJ Nº 617 DE 10 DE JANEIRO DE 2013. DISPÕE SOBRE O USO DO TERMO TÉCNICO “LESÃO CORPORAL DECORRENTE DE INTERVENÇÃO POLICIAL” OU “HOMICÍDIO DECORRENTE DE INTERVENÇÃO POLICIAL” NO REGISTRO DE OCORRÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIO DE JANEIRO. Edital de Concurso Público para o cargo de inspetor da Polícia Civil do Rio de Janeiro, 2013.